



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-PPGCS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA**

**Lana Claudia Macedo da Silva**



**MULHERES PROVIDORAS:**  
Trajetórias amorosas, trabalho e família.



**Belém – Pará**  
**2012**

Lana Claudia Macedo da Silva

**MULHERES PROVIDORAS:**  
Trajetórias amorosas, trabalho e família.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Sociologia – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará sob a orientação da Profª Drª Cristina Donza Cancela.

**Belém-Pará**  
**2012**

Lana Claudia Macedo da Silva

**MULHERES PROVIDORAS:**  
Trajetórias amorosas, trabalho e família.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Sociologia – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará sob a orientação da Profª Drª Cristina Donza Cancela.

**Data da Defesa: 13 de março de 2012**

**Banca Examinadora:**

---

**Profª. Dra. Cristina Donza Cancela (PPGCS/UFPA - Orientadora)**

---

**Profª. Dra. Maria Angélica Alberto do Espírito Santo (PPGCS/UFPA - Examinadora Interna)**

---

**Profª. Dra. Denise Machado Cardoso (PPGCS/UFPA - Examinadora Interna)**

---

**Profª. Dra. Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (PPGP/UFPA - Examinadora Externa)**

---

**Profº Drº Carlos Alberto Batista Maciel (PPGSS/UFPA - Examinador Externo)**

---

**Profº Drº Flávio Leonel Abreu da Silveira (PPGCS/UFPA - Membro Suplente)**

---

**Profª Drª Laura Moutinho (PPGA/USP - Membro Suplente)**

**Belém-Pará**  
**2012**

## **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Silva, Lana Claudia Macedo da

Mulheres provedoras: trajetórias amorosas, trabalho e família / Lana Claudia Macedo da Silva ; orientadora, Cristina Donza Cancela. - 2012.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2012.

1. Mulheres chefes de família - Pará. 2. Mulheres - Pará - Condições sociais. 3. Mulheres - Pará - Condições econômicas. 4. Mulheres - Emprego-Pará. 5. Direitos das mulheres - Pará. I. Título.

---

CDD - 22. ed. 305.4098115

-

**Dedico às mulheres provedoras de minha família.  
Aos meus filhos, Cauê Vinícius e Caio Vitor.  
Ao meu pai, Jorge Simplício (in memoriam).**

## RESUMO

O estudo lança o olhar às famílias de camada popular que contam exclusivamente, ou principalmente, com a figura feminina como provedora. Para tanto, objetiva descrever as condições de vida dessas mulheres, seu trabalho, assim como, as estratégias de sobrevivência, individuais e coletivas, formuladas pelas mesmas, e ainda, compreender como esta condição social é construída, percebida e sentida por estas mulheres a partir de um contexto de carência econômica e social, acentuada, ou não, pela ausência do provedor masculino e pela própria situação de desigualdade de gênero em que a mulher se encontra perante a sociedade. Resulta de pesquisa quanti-qualitativa realizada por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas apresentando o relato de dezessete mulheres provedoras nos municípios de Belém e Ananindeua. A história dessas mulheres revela a interseção entre os marcadores gênero, raça e classe na Amazônia paraense. Os resultados revelam que o espaço doméstico, tradicionalmente relacionado ao sexo feminino, apresenta-se como paradoxal, pois abriga relações de desigualdade e poder feminino. A situação socioeconômica desfavorável em que tais famílias se encontram produz um cenário de vulnerabilidade social, econômica e histórica que acompanha essas mulheres desde a infância e em diferentes modalidades. Enquanto trabalhadoras essas mulheres encontram-se inseridas em um quadro de precariedade, informalidade e femininização das atividades. Os cuidados com os filhos e a casa continuam sob a responsabilidade da mulher, configurando a dupla jornada de trabalho. A violência doméstica também é repertoriada entre as entrevistadas, porém, não assinalando uma situação de passividade feminina, mas ao contrário, as reações à violência são diversas, desde práticas moderadas até as mais imprevisíveis. Para finalizar, considera-se que as desigualdades sociais e de gênero não as caracteriza de modo vitimizado, visto que, elas assumem estratégias de resistência e poder seja nas condições socioeconômicas ou nas relações de gênero na esfera doméstica, assumindo comportamentos que, concomitantemente, sinalizam para a manutenção e redefinição de valores tradicionais.

**Palavras-chave: Mulheres Provedoras. Trabalho. Família. Trajetórias Amorosas.**

## **ABSTRACT**

The study launches a glance on layer popular families that rely exclusively or primarily with the female figure as a provider. To do so, aims to describe the living conditions of these women, their work, as well as survival strategies, individual and collective, made by them, and also understand how this social condition is constructed, perceived and felt by these women from a context of economic and social deprivation, marked or not by the absence of male provider and the very situation of gender inequality in which the woman is in society. Results from quantitative-qualitative research conducted through questionnaires and semi structured interviews presenting the story of seventeen women providers in the cities of Belem e Ananindeua. The story of these women reveals the intersection between markers gender, race and class in the Amazon state of Pará. The results show the domestic space that traditionally represents the female presents as paradoxical as it houses relationships of inequality and female power. The unfavorable socioeconomic conditions in which these families are leading to a scenario of social vulnerability, economic and historical accompanying these women since childhood and in different modalities. While these women workers are placed in a context of insecurity, informality and feminization of the activities. The care of children and the house still under the responsibility of women, setting the double workday. Domestic violence is also inventoried among the interviewees, however, not indicating a situation of female passivity, but rather reactions to violence are diverse, from moderate to practices the most unpredictable. Finally, it is considered that social inequalities and gender does not characterize these women so victimized, since they assume strategies of resistance and power in the socio-economic conditions and gender relations in the domestic sphere, taking behaviors that concomitantly signals for the maintenance and redefinition of traditional values.

**Key-words: Women Providers. Work. Family. Loving trajectories.**

## RESUMEN

El estudio lanza una mirada a las familias de clase popular que dependen exclusivamente, y sobre todo, de la figura femenina como proveedora. Para eso, se objetiva describir las condiciones de vida de esas mujeres, su trabajo, sus estrategias de supervivencia, individuales y colectivas, formuladas por las mismas, y incluso, comprender como esta condición social es construida, percibida y sentida por estas mujeres a partir de un contexto de necesidad económica y social, acentuada, o no, por la ausencia del proveedor masculino y por la propia situación de desigualdad de género en que la mujer se encuentra ante la sociedad. Este trabajo resulta de una investigación cualitativa realizada por medio de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas presentando el relato de diecisiete mujeres proveedoras en las ciudades de Belém y Ananindeua. La historia de esas mujeres revela la intercesión entre los marcadores de género, raza y clase en la Amazonia paraense. Los resultados demuestran el espacio doméstico que tradicionalmente representa el sexo femenino se presenta como una paradoja, ya que contiene relaciones de desigualdades y poder femenino. La situación socioeconómica desfavorable en que tales familias se encuentran produce un escenario de vulnerabilidad social, económica e histórica que acompaña esas mujeres desde la niñez y en diferentes modalidades. Como trabajadoras, esas mujeres se encuentran inseridas en un cuadro de precariedad, informalidad y feminización de las actividades. Los cuidados con sus hijos y la casa siguen siendo bajo la responsabilidad de la mujer, configurando la dupla jornada de trabajo. La violencia doméstica también hace parte de las entrevistadas, pero no firmando una situación de pasividad femenina, al revés, las reacciones a la violencia son diversas, desde prácticas moderadas hasta las más imprevisibles. Para finalizar esta investigación, se considera que las desigualdades sociales y de género no las caracteriza de modo victimizado, ya que, ellas asumen estrategias de resistencia y de poder sea en las condiciones socioeconómicas o en las relaciones de género en la esfera doméstica, asumiendo comportamientos que, concomitantemente, indican para la manutención y redefinición de valores tradicionales.

**Palabras clave: Mujeres Proveedoras. Trabajo. Familia. Trayectorias Amorosas.**

## Vida

Já perdoei erros quase imperdoáveis,  
tentei substituir pessoas insubstituíveis  
e esquecer pessoas inesquecíveis.

Já fiz coisas por impulso,  
já me decepcionei com pessoas  
que eu nunca pensei que iriam me decepcionar,  
mas também já decepcionei alguém.

Já abracei pra proteger,  
já dei risada quando não podia,  
fiz amigos eternos,  
e amigos que eu nunca mais vi.

Amei e fui amado,  
mas também já fui rejeitado,  
fui amado e não amei.

Já gritei e pulei de tanta felicidade,  
já vivi de amor e fiz juras eternas,  
e quebrei a cara muitas vezes!

Já chorei ouvindo música e vendo fotos,  
já liguei só para escutar uma voz,  
me apaixonei por um sorriso,  
já pensei que fosse morrer de tanta saudade  
e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo).

Mas vivi!  
E ainda vivo!  
Não passo pela vida.  
E você também não deveria passar!

Viva!!

Bom mesmo é ir à luta com determinação,  
abraçar a vida com paixão,  
perder com classe  
e vencer com ousadia,  
porque o mundo pertence a quem se atreve  
e a vida é muito para ser insignificante.

(Augusto Branco).

## AGRADECIMENTOS

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. O singelo, porém, profundo pensamento de Fernando Pessoa tem norteado minha trajetória acadêmica e pessoal. Embora o trabalho acadêmico seja compreendido, erroneamente, como um empreendimento solitário, enquanto ser humano sabe-se que nada se constrói individualmente. Assim, os agradecimentos por mais essa etapa da trajetória acadêmica são direcionados a muitos órgãos e pessoas que contribuíram direta ou indiretamente nessa construção.

Início agradecendo a Universidade do Estado do Pará pela bolsa de doutorado e pela licença parcial concedida no decorrer dos quatro anos de doutoramento, fundamentais para fornecer tranquilidade e dedicação ao estudo. Igualmente importantes para a participação em congressos, seminários, simpósios e outros eventos acadêmicos que contribuem para consolidar nossa formação profissional.

O apoio do CNPq durante o último ano do curso também foi de fundamental importância para concluir esse projeto. E, aproveito para registrar meus agradecimentos ao grupo de pesquisa “Mulheres da Barca” pelas experiências compartilhadas: Simone Nonato, Suzana Cristina Trindade, Flávia Macedo, Raphaela Guimarães, Rafael Muniz Azevedo, Karina Marcelli, Luciana Maués, Jhonata Silva Ana Paula Rodrigues e Ana Carla Estevão.

Aos companheiros de jornada da UEPA, em especial a Ana Telma Monteiro de Sousa, Mário Brasil, Marise Duarte, Léa Maria Gomes e Kátia Melo.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Muitos deles compartilharam essa caminhada desde a especialização, como a profa. Maria Cristina Maneschy, Maria de Fátima Carneiro, Violeta Loureiro, Jean Hebette. Outros professores conheci durante o doutorado como a profa. Angélica Motta-Maués, Carmem Rodrigues, Heraldo Maués. E, ainda há aqueles com quem compartilhei e compartilho experiências profissionais como a profa. Angélica Alberto do Espírito Santo e a profa. Eleanor Palhano. À todos meus sinceros agradecimentos por conceberem o conhecimento como um processo dialógico.

Um agradecimento mais que especial à minha orientadora profa. Cristina Donza Cancela, por oportunizar amadurecimento intelectual, pela sapiência, pela dedicação e compromisso com esse trabalho.

À Profa. Dra. Denise Cardoso e Dra. Adelma Pimentel, pela leitura criteriosa e pelas contribuições valiosas feitas quando da qualificação do Projeto de Tese.

Não posso me furtar a agradecer a secretaria do PPGCS na presença de Paulo e Rosângela, sempre solícitos a todas as dúvidas e dificuldades dos alunos.

Desde Caetano Veloso virou clichê afirmar que a família é nosso “porto seguro”, mas, não há como negar a importância das relações construídas ao longo de nossa história, particularmente agradeço minha mãe Neuza, mãe Rosa e tia Bena, as pequenas grandes mulheres da minha vida.

Aos meus três homens: João Luis pelo companheirismo e apoio durante esse processo, aos meus curumins Cauê Vinícius e Caio Vitor por oportunizarem perceber a vida sobre outros olhos, indubitavelmente, melhores e mais belos.

Em especial, agradeço a todas as mulheres protagonistas desse estudo. Mulheres “guerreiras”, como muitas de auto-denominam, suas experiências de vida foram meu maior aprendizado. Um agradecimento especial à Margarida, minha interlocutora, com quem construí sólidos laços de amizade e respeito.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 01</b> – População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do Município de Belém, 1950-2000	31
<b>Tabela 02</b> – População por situação de domicílio nos município de Belém e Ananindeua, 1991 e 2000.	31
<b>Tabela 03</b> – Levantamento de Imigrantes situados nos Municípios de Belém e Ananindeua, 2000	32
<b>Foto 01:</b> Entrada da Vila Velha em março de 2011.	33
<b>Foto 02:</b> Entrada da Vila Nova.	36
<b>Foto 03:</b> Rua do Conjunto Jaderlândia, Ananindeua, Pará.	39
<b>Quadro 01:</b> Perfil das mulheres pesquisadas	63
<b>Quadro 02:</b> Composição do grupo doméstico	69
<b>Tabela 04:</b> Tipos de Família - 1970-1980 (%)	73
<b>Gráfico 01:</b> Distribuição das tarefas Domésticas	74
<b>Gráfico 02:</b> Distribuição das tarefas “passar roupa”, “consertos em casa” e “cuidado com doentes”.	77

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
Para início de conversa...	16
Relevância do estudo na capital paraense	20
Objetivos do estudo	24
<b>CAPÍTULO I –PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA PESQUISA</b>	<b>27</b>
1.1. O contexto regional e seus reflexos no espaço urbano	29
1.1.1. Região Metropolitana de Belém	30
1.1.2. “Esse rio é minha rua”: o <i>locus</i> de estudo	33
1.1.3. A área de Jaderlândia	37
1.2. Percursos e Percalços da pesquisa	40
1.3. Caminhos da Pesquisa: a aproximação com o campo e as mulheres	42
1.4. Tecendo os instrumentais da pesquisa	49
1.5. O Problema e suas protagonistas	55
1.6. Comentando o perfil das mulheres provedoras	62
1.6. 1. A “Distribuição das Tarefas Domésticas” e “Cuidado com as Crianças”	74
<b>CAPÍTULO II –TRAJETÓRIAS AMOROSAS: DISCORRENDO SOBRE NAMORO, CASAMENTO, FILHOS E SEPARAÇÃO.</b>	<b>79</b>
2.1. Do namoro de porta ao casamento	82
2.2. A fuga das mulheres e o mito da gata borralheira	93
2.3. “Foi um terror [...] pra mim tudo foi difícil...”: sobre a iniciação sexual	102
2.4. Significados do casamento e do “viver junto” entre as mulheres provedoras	106
<b>CAPÍTULO III –TRABALHO DAS MULHERES PROVIDORAS</b>	<b>112</b>
3.1. O “novo” mundo do trabalho e a participação feminina	114
3.2. O emprego doméstico na ótica das mulheres provedoras	117
3.3. A história de Acácia e Claudia: de criada a operária	122
3.4. A mulher provedora e a inversão dos papéis sociais masculinos e femininos	132
3.5 – Mulheres Responsáveis pelo Domicílio e Agentes Comunitárias de Saúde: possibilidades e limitações.	137

<b>CAPÍTULO IV – A FAMÍLIA DAS MULHERES PROVIDORAS</b>	<b>144</b>
4.1. “Família pra mim é união”: Debatendo o conceito de Família	146
4.2. “Ser pai e mãe”: família e trabalho na percepção das interlocutoras	154
4.3. “Se ele pode, eu também posso”: a chefia compartilhada segundo as entrevistadas	160
4.4. “Hora vovó, hora mamãe”: construção de papéis de avós e netos	163
4.5. Amor e violência: histórias de sentimentos que marcam o cotidiano das mulheres provedoras	170
<b>SE EU FOSSE CONCLUIR...</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>189</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>201</b>

---

# INTRODUÇÃO

---

## INTRODUÇÃO

*Gosto dos venenos mais lentos, das bebidas mais amargas,  
das drogas mais poderosas, das idéias mais insanas,  
dos pensamentos mais complexos, dos sentimentos mais fortes...  
tenho um apetite voraz e os delírios mais loucos.  
Você pode até me empurrar de um penhasco que eu vou dizer:  
- E daí? Eu adoro voar!  
Não me dêem fórmulas certas, por que eu não espero acertar sempre.  
Não me mostrem o que esperam de mim, por que vou seguir meu coração.  
Não me façam ser quem não sou.  
Não me convidem a ser igual, por que sinceramente sou diferente.  
Não sei amar pela metade. Não sei viver de mentira.  
Não sei voar de pés no chão. Sou sempre eu mesma,  
mas com certeza não serei a mesma pra sempre*

(Clarice Lispector).

### ***Para início de conversa...***

Ainda criança aprendi a esperar e dividir. À noite chegava e lá estava eu, esperando ansiosamente minha mãe-avó voltar para casa após uma jornada intensa de trabalho. Esperava pelo abraço apertado antes de dormir. Esperava pelo lanche noturno que a mãe-avó trazia de uma das esquinas por onde passara. Mas, dentre todas as esperas a mais desejada era sem dúvida, a presença da mãe biológica. A cada novo amanhecer esperava sua visita. Os longos dias de visita eram acompanhados pela bisavó, tios, tia e pelos agregados, pessoas que migravam do local de origem de minha bisavó e avó em busca de melhores condições de vida. Com eles compartilhava as refeições.

O número de moradores sempre era flexível, aproximadamente dez pessoas, às vezes mais, às vezes menos. Mas, como costumava dizer a bisavó “onde come um, comem dez”. O grupo doméstico ampliado serviu como facilitador à rede familiar. Em momentos de tensão, como por exemplo, doenças, todos se uniam em torno do problema para resolvê-lo.

Assim, dia após dia fui percebendo que não estava em um arranjo familiar “tradicional”. O assunto não constituía as rodas de colegas da escola, mas também, não passava despercebido. Vez ou outra as “brincadeiras” giravam em torno da alcunha de “avovozada”. Não era fácil compreender porque a irmã mais nova morava com nossos pais e eu não. Cresci ouvindo frases como “você é privilegiada por ter duas mães”. A mãe-avó era responsável pelo sustento financeiro, enquanto a mãe biológica acompanhava as questões concernentes à saúde e educação. Nas tarefas cotidianas (ir à

escola, alimentação, cuidados com higiene) todos os membros do grupo estavam presentes, revezando-se.

Mas, havia visível fragilidade no que concerne à figura masculina paterna, esta sim, ocasional. Tal ausência aflorou no leito de morte do pai ao se questionar acerca de sua participação na vida da filha. Em seu lugar, o irmão da mãe assumia tarefas consideradas de âmbito masculino. Nas comemorações de dia dos pais, segundo domingo do mês de agosto, os cartões tinham dois destinatários, o primeiro pai biológico e, o segundo, o pai sociológico.

Os anos foram se passando e o quadro no centro da sala de minha casa traz à tona recordações desse período. A foto apresenta quatro gerações: bisavó, avó, tia e neta. As três gerações anteriores à minha constituída de mulheres chefes de família, de origem afro descendentes, migrantes do interior do Estado e de camada popular.

Assim fui construindo minha identidade de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade. E, desde 1993, as questões concernentes a gênero, família e mulher são meus objetos de reflexão. Durante a graduação, analisei as condições de moradia de mulheres residentes na periferia da cidade de Belém, motivada pelas primeiras leituras e trabalhos de campo realizados na Iniciação Científica. Na pós-graduação não foi diferente, sai da zona urbana para a rural. Durante o trabalho de campo realizado para a dissertação de mestrado<sup>1</sup> na ilha de Cotijuba, participando enquanto pesquisadora e integrante do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) tive a oportunidade de conviver e conhecer a trajetória de muitas mulheres. Minha filiação ao Movimento de Mulheres, desde 2002, possibilitou-me participar de acontecimentos como: festa natalina, comemoração do Dia Internacional da Mulher, palestras, mini-cursos, oficinas, reuniões, assembléias, discussão e elaboração do Estatuto do Movimento.

A convivência com as mulheres das ilhas aguçou o interesse em estudar a problemática das mulheres chefes de família, as relações sociais estabelecidas por essas mulheres como estratégias de manutenção familiar, a vida, o cotidiano, a dinâmica dessas famílias, as experiências de vida das mulheres chefes de famílias, as percepções das mulheres em torno das categorias mulher e família. Na capital paraense, estudos dessa natureza não têm sido empreendidos. Pode-se dizer que há uma carência de estudos na área da Sociologia que vislumbrem essa discussão, ao contrário de outras

---

<sup>1</sup>. LANA SILVA, Claudia Macedo. **Lazer, Turismo e Agricultura entre Populações Tradicionais da Ilha de Cotijuba**, Belém, Pará. Curso de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Pará, 2003. (Dissertação de Mestrado).

capitais como Salvador, Rio de Janeiro, Pernambuco. Ressalta-se que o Nordeste brasileiro nos últimos anos se firmou como centro de estudos de gênero e chefia feminina em decorrência dos números crescentes dessas famílias na região.

As pesquisas do IBGE constituem o maior indicativo da ampliação do número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. A imprensa falada e escrita constantemente divulga noticiários evidenciando o crescimento desses arranjos familiares na sociedade.

As cinco últimas décadas do século XX marcam período de intensas transformações no mundo e, particularmente na sociedade brasileira. Muitas dessas mudanças estão relacionadas ao universo feminino, desde a maior participação da mulher no mercado de trabalho, redução da taxa de fecundidade, ampliação da escolaridade feminina e expansão dos domicílios chefiados por mulheres.

O movimento feminista é considerado um dos mais importantes movimentos sociais do século pretérito (CAPRA, 2002). O alargamento da participação feminina nos espaços públicos é representado como um dos fatores determinantes nesse processo. O trabalho, a política e a educação deixaram de ser considerados espaços exclusivamente masculinos.

A saída da mulher do mundo doméstico e, sua conseqüente entrada na esfera pública conduziu à alteração da organização familiar e da expressão e vivência da sexualidade humana (GIDDENS, 1993). Alguns estudiosos consideram esse processo como um movimento de empoderamento feminino que se encontra intimamente relacionado às mudanças nos tradicionais papéis sociais e sexuais masculinos e femininos (GOLDENBERG, 2000b).

A participação da mulher no mundo do trabalho tem sido crescente mesmo diante do processo de reestruturação produtiva e das mudanças no mundo do trabalho. Todavia, a intensidade desse fenômeno não oculta as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Não raro, as mulheres encontram-se submetidas a nichos ocupacionais, isto é, atividades de menor prestígio social, piores remunerações e sem condições trabalhistas adequadas, processo denominado de “feminização da pobreza”.

Estudos revelam que apesar da maior visibilidade social desse fenômeno, não se trata de algo recente, sua presença percorre as diferentes épocas históricas conforme estudos do período colônial brasileiro (SAMARA, 1993, 1989, 1999, 2003; WOORTMANN, 1987, 2004; SCOTT, 2002, 2011; DIAS, 1985).

A obra “quotidiano e poder” de Maria Odila Dias (1995) retrata a sociedade paulista em fins século XIX e, sobretudo, os meandros das relações femininas cotidianas por meio de documentação da época. A autora considera que a mulher sempre esteve à margem da história, como coadjuvante, documentada de modo escasso nos arquivos, atas, jornais de época, autos de crimes, inventários, ocorrências policiais, enfim nas diferentes fontes escritas, tornando o descortinar do cotidiano tarefa árdua, pois exige a leitura das entrelinhas e dos resíduos “da organização familiar e das parentelas e vizinhanças” (p. 51).

As mulheres pobres, sós ou chefes de família eram as quitandeiras, lavadeiras de rios e chafarizes, vendedoras de tabuleiro, cozinheiras, artesãs, dentre outras atividades consideradas de âmbito feminino e, por isso mesmo, desvalorizada, desempenhada a margem do trabalho patronal e assalariado, assim como, seus modos de vida eram considerados libidinosos e a inconstância de suas relações amorosas contribuía para aumentar o estigma social acerca dessas mulheres sós.

À época da Independência, a capital paulista contava com 40% de “fogos chefiados por mulheres sós”, o que significa dizer que as mulheres eram as únicas ou principais responsáveis pelo provimento de sua família. Eram mulheres mais velhas, viúvas e, sobretudo solteiras, as mães solteiras perfaziam um quantitativo de 25% das chefas de um “fogo”, esse percentual mais que duplica quando analisado as filhas dependentes que eram mães solteiras em domicílios de mulheres sós, em torno de 60%. Eram mulheres brancas empobrecidas, brancas sem dote, negras escravas, mulatas agregadas, negras forras, brancas agregadas, que travavam uma batalha diária pela sobrevivência sua e de seu grupo familiar.

## ***Relevância do estudo na capital paraense***

Dada a complexidade do tema ora apresentado, não se tem a pretensão de esgotá-lo, mas sim, de suscitar o debate, de trazer à baila algumas inquietações recorrentes à questão. Para tanto, buscou-se apoio na literatura sócio-antropológica e histórica, bem como, nas estatísticas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que pudessem fundamentar e provocar a discussão.

O Censo de 2000 sinaliza para a presença maior do número de mulheres na sociedade brasileira em detrimento de homens, em função do diferencial de mortalidade que define uma vida média mais elevada para as mulheres. Em 1980, havia 98,7 homens para cada 100 mulheres, em 1991 esse número decresce para 97,5 e em 2000 alcança 96,9. Entre as transformações ocorridas nos últimos anos apontadas pelo censo, destacam-se a redução no tamanho das famílias e o crescimento das famílias cujo responsável é a mulher. Em 2000, o Censo Demográfico verificou que 24,9 % dos domicílios brasileiros tinham mulheres como responsáveis. Porto Alegre se destaca com a maior proporção de domicílios com responsáveis mulheres (38,2%). Cabe ressaltar que a expectativa de vida é mais elevada no Estado do Rio Grande do Sul, indicando uma das causas para esse fenômeno. Salvador e Recife, igualmente, apresentam proporções elevadas (37,5% e 37,4%, respectivamente), contudo por razões diferenciadas, ambos são marcados pela migração masculina. Belém é a quarta capital brasileira e a primeira da Região Norte com maior número de famílias chefiadas por mulheres (35,4%), conforme revela anexo 1.

Ressalte-se, porém, que o dado referente a chefia feminina foi tardiamente inserido no Censo, apesar que desde a década de 70 já se observava o maior percentual de famílias monoparentais femininas em decorrência de:

Aumento do número de separações e divórcios, com menor chance de recasamento para as mulheres, a sobre mortalidade masculina, produzindo mais viúvas que viúvos, e os emergentes estilos de vida – novas formas de união sem coabitação ou prole sem casamento – são os principais determinantes de tal situação (BERQUÓ, 2002, p. 429).

Para o IBGE, a chefia feminina seria um fenômeno tipicamente urbano, pois 91,4% dos casos encontrados localizam-se na cidade, contra 8,6% na zona rural. Um terço dessas mulheres chefes de família tem mais de 60 anos. Portanto, constitui-se de

um universo de viúvas, revelando a expectativa de vida feminina mais elevada que a masculina. A faixa etária compreendida entre os 30 a 50 anos, provavelmente insere as mulheres com casamentos dissolvidos, dado que 60% das separações conjugais ocorrem nessa faixa.

O Perfil das Mulheres Chefes de Família (2002) indica que o comprometimento do rendimento mensal do responsável pelo domicílio chega a 70% do orçamento familiar. Nos domicílios chefiados por mulheres, a maioria sem cônjuge, esse percentual tende a alcançar maiores proporções. Em 2000, o rendimento médio dessas famílias alcançava R\$591,00, correspondendo a 3,9 salários mínimos daquele ano. As capitais da Região Sul e Sudeste têm os rendimentos mais elevados, em torno de R\$1.000,00, ao contrário, das capitais do Norte e Nordeste do país, ficando abaixo de R\$300,00 mensais. Belém constitui a sexta capital com menor rendimento das mulheres responsáveis pelos domicílios, R\$280,00, seguido por Recife, Fortaleza, Maceió, São Luís e Teresina; esta última apresenta rendimento de R\$200, 00 ao mês.

Outra tendência revelada pelo Censo demográfico diz respeito às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, convivendo em domicílios monoparentais. Nos municípios de Salvador, Recife e Belém, quase um terço das crianças na primeira infância residem em domicílios onde a mulher é a responsável, um índice de 32,6%, 32,2% e 31,7% respectivamente. Cabe ressaltar, que parcela significativa das crianças de 0 a 6 anos vivendo sob a responsabilidade feminina, 60%, encontravam-se em domicílios cujo rendimento médio não ultrapassava dois salários mínimos.

O IBGE também aponta que a maioria da chefia feminina é pobre, idosa e com baixo nível de escolaridade: 20,5% eram analfabetas; 37,6% possuíam até três anos de estudo; na maioria dos casos seus rendimentos eram inferiores aos dos homens responsáveis (R\$59 contra R\$82) e 50% não recebiam mais de 1,8 salários mínimos.

Esses estudos revelam ainda reduzido número de domicílios rurais chefiados por mulheres, o que se deve ao fato de que nessas áreas ainda persistem valores tradicionais do modelo patriarcal de família, assim como, relações econômicas e familiares diferenciadas. A chefia feminina, portanto, é um fenômeno tipicamente urbano, onde se destacam as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade (BERQUÓ, 2002, 1998). Tais indicadores sociais revelam uma situação favorável ao mercado de trabalho informal, sem garantias trabalhistas, com baixos salários e, portanto, de menor poder aquisitivo. Para essas mulheres de camadas

populares, o trabalho pode não representar a tão almejada emancipação feminina proclamada pelos movimentos feministas da década de 1960.

Para Ribeiro (1994), o aumento dessas famílias ocorreu devido a três aspectos: em primeiro lugar, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho; em seguida, a mudança de valores tradicionais que tinham o casamento como modelo de vida para a mulher; e, por fim, a crescente situação de pobreza do país, que colaborou para a queda do modelo tradicional, na medida em que impediu o homem desempregado de continuar sendo o provedor da família e, ao mesmo tempo contribuiu para o aumento do divórcio no país. Em 1984, houve 70,4 mil separações no Brasil; em 1990 esse número cresceu para 148,7 mil, ou seja, um aumento de 55,9% em menos de uma década. Embora a maior parte dessas mulheres em situação de baixa renda não sejam casadas oficialmente e nem se divorciem oficialmente.

No Brasil, em dez anos cresceu o número de domicílios computados que tem a mulher como principal ou única provedora: passou de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005. O aumento ocorreu principalmente nas famílias em que as mulheres têm um companheiro: 3,5% em 1995 para 18,6% em 2005. Entretanto, esse fenômeno ainda é mais presente nas famílias em que não há cônjuge (IBGE, 2005). O Atlas des Femmes dans le monde (1998) revela que, em 1990, no mundo todo, entre 80% e 90% das famílias pobres tinham como chefe, uma mulher (FCC - Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres). Vale notar, porém, que esse crescimento não é recente, conforme revelam estudos de historiadores e antropólogos.

Diante de tais problemáticas, sociólogos marxistas rotularam esse modelo familiar de sobrecarga e miséria a que estão expostas essas mulheres e sua prole, pelo termo feminização da pobreza. O conceito foi introduzido por Diane Pearce em 1978 referindo-se às “famílias nas quais há somente um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino”. Portanto, para essa autora a chefia feminina deve ser estudada pelo viés predominantemente econômico.

Esse fenômeno atinge fundamentalmente os países de Terceiro Mundo. A teoria ecofeminista, denuncia a exploração a que se encontram expostas mulheres e crianças, visto que são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos recursos naturais, os quais são explorados indiscriminadamente para satisfazer as “necessidades” do Primeiro Mundo (SHIVA, 1995).

A feminização da pobreza seria, portanto, o reflexo da ausência de equidade social, econômica e política e, revela que a lógica do capitalismo é incompatível com as necessidades ecológicas, o que dificulta pensar em ecologizar o capitalismo. Também não seria possível extinguir a dominação e exploração do gênero feminino sem superar as estruturas capitalistas patriarcais que a mantêm. Pode-se concluir então, que a crise ambiental e a submissão feminina não devem ser tratadas isoladamente, mas, dependem de mudanças estruturais e organizacionais da sociedade. E, para isto, é imprescindível a ação conjunta dos movimentos sociais contra o opressor comum: o capitalismo patriarcal. Nesse sentido, o Fórum Social Mundial representa uma contribuição ao debate sobre globalização capitalista, e o movimento de mulheres tem sua trajetória imersa nesse contexto, contribuindo para desnaturalizar esse discurso.

Essa designação, entretanto, não está isenta de ideologias. A marginalização imposta a esse grupo familiar tem sido cada vez mais alvo de críticas e ponderações por parte daqueles que vêem a família chefiada por mulher como uma alternativa ao modelo patriarcal vigente, mas não uniforme, como podemos verificar em registros históricos dos séculos anteriores.

Durham (1980) concorda que a família matrifocal longe de ser uma tentativa de “formas mais livres e melhores de relações entre os sexos”, apresenta-se muito mais como “um resultado da pobreza, uma sobrecarga da miséria, uma impossibilidade de alcançar uma vida minimamente decente”.

Entretanto, indicadores sociais recentes revelam que, no Brasil, esses domicílios não estão, necessariamente, inseridos entre os mais pobres, comprometendo a classificação de “feminização da pobreza” (FAVARO, 2008).

Conforme se pode perceber, a literatura recorrente sobre o assunto não apresenta uniformidade. Há uma visão dicotomizada e complexa no âmbito da chefia feminina, isto é, se por um lado, os autores marxistas denunciam a sobrecarga de atividades a que estão expostas as mulheres chefes de família, por outro, autores feministas acreditam na emancipação feminina proveniente da relação trabalho e chefia feminina. Afora os condicionantes econômicos expostos pela problemática e, traduzidos em números expressivos pelo IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e outras fontes responsáveis por dados estatísticos reveladores da diversidade brasileira, há um fator pouco mencionado pela literatura em geral – o cultural. Para Favaro (2008), o entendimento do fator cultural é determinante para a compreensão e superação do estigma que se encontram tais famílias.

Nos anos de 1990, portanto, a família se tornou foco de controvérsias e debates políticos, entretanto, permanece a inconsistência quanto ao modelo de política familiar. A mulher, por outro lado, visualiza notável mudança quanto ao papel de esposa até o status de responsável pelo domicílio, acarretando uma dupla interpretação por parte dos estudiosos: se por um lado, é a representação máxima da tão almejada libertação sexual feminina cunhada desde os primeiros levantes dos movimentos feministas na década de 1960, por outro, revela a face de um sistema social e politicamente excludente e avassalador perante as consideradas minorias.

### ***Objetivos do estudo***

Esse estudo não tem o intuito de realizar pesquisas comparativas entre as famílias chefiadas por mulheres e as famílias chefiadas por homens (PACHECO, 2005). Tão pouco é nossa intenção realizar denso debate teórico acerca do sistema matrifocal de parentesco (WOORTMANN, 1987). Saliento ainda que não é intenção deste trabalho realizar generalizações a partir dos resultados aqui obtidos.

Desse modo, este trabalho se constitui como uma aproximação à dinâmica e ao modo de vida dessas famílias que contam exclusivamente, ou principalmente, com a figura feminina como provedora. Para tanto, objetiva descrever as condições de vida dessas mulheres, seu trabalho, assim como, as estratégias de sobrevivência, individuais e coletivas, formuladas pelas mesmas, e ainda, compreender como esta condição social é construída, percebida e sentida por estas mulheres a partir de um contexto de carência econômica e social, acentuada, ou não, pela ausência do provedor masculino e pela própria condição de discriminação social em que a mulher se encontra perante a sociedade.

Acredita-se que o conhecimento advindo das mulheres chefes de família, por meio de seus discursos e suas vivências, permite a apreensão de uma realidade que julgamos ser partilhada e vivida por diversas outras mulheres que se encontram em condições similares às daquelas por nós estudadas (PACHECO, 2005). Assim, este estudo terá como diretriz a descrição e análise dos seguintes aspectos: Refletir acerca das situações sociais relevantes contribuintes para a composição de famílias chefiadas por mulheres; Analisar as relações do grupo doméstico composto por mãe e filhos com

sua rede de parentesco, vizinhança e amizade; Observar a dinâmica de atribuição de papéis sociais definida por caracteres como: sexo e idade, assim como, suas trajetórias amorosas.

Articular as dimensões de gênero, étnico-raciais e classe social constitui um desafio a pesquisa social. No Brasil, inúmeros autores contribuíam para a compreensão da relação existente entre raça/etnia e status econômico. A raça funciona como um mecanismo facilitador ou de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, a escolarização, aos serviços públicos e aos diferentes setores da vida social (IANNI, 1977, 1987; FERNANDES, 1978; FREYRE, 2006).

Comumente a situação dos afrodescendentes no Brasil é relacionada ao seu passado escravista, camuflando o preconceito e discriminação presentes na sociedade. O processo de miscigenação contribui para a falácia de uma sociedade híbrida e tolerante com as diferenças. A tênue fronteira entre raça/etnia e classe social justifica a compreensão dos conceitos como essenciais para se pensar as hierarquias sociais.

A partir da década de 80, com a ascensão dos chamados Novos Movimentos Sociais, o conceito de gênero passa a ser incorporado como uma das dimensões fundamentais na construção das hierarquias sociais. O movimento feminista, o movimento de negro e outros movimentos produzem uma reestruturação teórica a partir da perspectiva feminista, questionando as categorias fundamentais da ciência que construiu uma dicotomia entre a vida pública e a vida privada. A primeira sendo identificada como o espaço do indivíduo em busca do bem comum, portanto, da razão. Enquanto o espaço privado é associado à afetividade e a família, isto é, a emoção. Assim, a mulher está confinada ao âmbito doméstico onde acontece a socialização das crianças e a reprodução do grupo familiar (LOURO, 1996).

Essa nova concepção paradigmática trouxe outra forma de pensar a ciência. Os estudos sobre as mulheres enfatizavam suas experiências particulares cedendo espaço aos estudos de gênero que percebem a situação das mulheres numa abordagem relacional, ou seja, nas relações hierárquicas entre homens e mulheres que demarcam funções associadas ao sexo, espaços sociais e padrões comportamentais (SCOTT, 1990).

Tencionando percorrer as múltiplas facetas da categoria em questão, optou-se por estudar camadas populares da Região Metropolitana de Belém, que compreende os municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e a capital paraense, Belém.

Trabalhar a partir da variável classe social permite a correlação com os elementos acima citados (gênero, classe, etnia, idade e condição conjugal). Nesse sentido, a renda constitui elemento importante na demarcação da classe social, mas, não determinante. Assim, tende-se a concordar com Heilborn (2004, p.85), na seguinte preposição “a renda permite e delimita uma certa posição de classe, mas não a exaure”.

Como salienta Bourdieu (1974), a classe social não existe em si, mas em contato com outros elementos de uma determinada estrutura, ou em outras palavras, não há classe isolada do contexto social, cultural, econômico e político em que a mesma está inserida, resultando sua condição dinâmica, que se desdobra aos indivíduos e grupos de uma estrutura social, não podendo ser entendidos sob a ótica estritamente estática, sem considerar o contexto espaço-temporal. Assim, um indivíduo que em determinada sociedade pertence à classe média, em circunstâncias diferenciadas, em contato com outras classes sociais e outros símbolos, sua classe pode variar. Os critérios de pertencimento a uma determinada classe social são variantes de uma classe a outra. Poder-se-ia inferir a questão existencial presente nessa constatação, onde nas classes médias prevalece o dinheiro e a moral, revelando a situação indefinida dessa classe que não é uma nem outra, isto é, tende a escapar da camada popular, almejando alcançar o patamar de elite. Nas classes altas, por outro lado, se enfatiza o nascimento e o estilo de vida, enquanto diferencial das demais classes, expresso no dito popular “nascido em berço de ouro”.

Essa perspectiva permeia este estudo direcionado às mulheres provedoras, únicas ou principais, de suas famílias. Por meio da trajetória de vida dessas mulheres que se encontram nas franjas da sociedade busca-se a intersecção entre os conceitos de gênero e raça/etnia.

---

**CAPÍTULO I –**  
**PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA**  
**PESQUISA**

---



## **CAPÍTULO I - PERCURSOS E PERCALÇOS DE UMA PESQUISA**

### ***1.1. O contexto regional e seus reflexos no espaço urbano***

A análise do espaço urbano requer considerar o contexto regional em que a cidade encontra-se inserida, lançar um breve olhar pelo processo de urbanização regional. O avanço do capitalismo na Amazônia produziu profunda transformação no cenário fundiário e, particularmente, no espaço social, conduzindo o campesinato nativo a tornar-se trabalhador assalariado.

Desde 1960, a abertura da estrada Belém-Brasília, produz uma acelerada corrida à Amazônia acentuando o quadro de tensões sociais no campo e provocando a busca pelo espaço urbano, produzindo o aceleração dos bairros periféricos (ABELÉM, 1988). Belém é um exemplo significativo desse processo vertiginoso de urbanização na Amazônia não acompanhado da implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida à população. O escasso acesso à saúde, educação e trabalho conjugados à ausência de equipamentos urbanos revelam a precariedade da qualidade de vida na Amazônia (BECKER, 1997).

Se no Brasil o processo urbanístico ocorre por volta da década de 1950, com o período Juscelino Kubitschek (JK), anunciando seu jorgão “cinquenta anos em cinco”. A Amazônia apresenta particularidades em relação a esse processo, ocorrendo durante o período do governo militar, década de 70, com a abertura das estradas, Belém-Brasília e transamazônica, responsáveis por ligar a selva amazônica ao resto do país, aproximando seus íngremes habitantes da civilização. A abundância da fauna e flora amazônica personificou a imagem da região associada à sua peculiaridade regional. Comumente conhecida como “Hiléia Amazônica”, “Inferno Verde”, “Eldorado”, isto é, ora referenciando à exuberância natural, ora recorrendo a uma imagem mitológica da região (COSTA, 2006).

A mesma abundância natural que sugere um paraíso tropical em um primeiro momento de aproximação com a região por ocasião da descoberta da cidade, em outro momento, a posteriori, está associada ao “inferno verde”. Essa visão dúbia da Amazônia é recorrente nos tempos atuais, quando ora se aclama a riqueza natural da região “o pulmão do mundo”, ora denominada de “terra sem lei” (REVISTA VEJA ESPECIAL AMAZÔNIA, 2009).

Nesse contexto, a Amazônia representa um modo de vida peculiar, por permitir a aproximação entre natureza e ser humano. Essa visão romântica é alvo de inúmeras controvérsias entre Governo, Instituições públicas e privadas, pesquisadores e população local.

A visão idílica da região se espalha para a metrópole de Belém, considerada “portão de entrada da Amazônia”, lugar onde “começa a Amazônia”, portanto, a “capital da Amazônia”. Mais do que *slogans* aproximando a cidade ao espaço natural com claros propósitos turísticos (COSTA, 2006), essas denominações expressam o imaginário social que acompanha a região e seus habitantes, trazida pelos primeiros viajantes a aportarem na Amazônia no século XVI.

O processo de urbanização de Belém, entre os séculos XVII e XIX, sugere uma cidade “de costas” para aquela que seria sua maior riqueza natural, a fauna e flora.

Loureiro (1992) anuncia que desde os anos 40 e mais apropriadamente nos anos 50 a Amazônia recebe frentes nordestinas itinerantes para permanência no local ou não. Esse migrante, dada a dificuldade de assimilação aos padrões culturais da região, completamente dispare de sua região de origem, encontrava dificuldade em estabelecer-se a beira do rio, enquanto o habitante natural (nativo) sobrevive articulando elementos naturais do rio-quintal-roça-mata (extrativismo vegetal e animal).

### **1.1.1. Região Metropolitana de Belém**

Até o ano de 1995, a Região metropolitana de Belém compreendia os municípios de Belém e Ananindeua. Após essa data houve uma ampliação do município que passou a ser composto, além dos municípios iniciais, por Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

Os municípios de Belém e Ananindeua constituem os dois maiores do Estado do Pará em termos de atração populacional, dada a acessibilidade aos equipamentos urbanos: escolas, serviços de saúde, transportes e postos de trabalho. Em 1950, 21% da população do Estado do Pará viviam no centro urbano. Em 1980, esse número se elevou para 30%..

**Tabela 01 – População do Estado do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do Município de Belém, 1950-2000**

Ano	Município de Belém	RMB	Estado do Pará	Proporção (%)		
				RMB/Estado do Pará	Município de Belém/RMB	Município de Belém/Estado do Pará
<b>1950</b>	241.108	243.226	1.123.273	21,65	99,13	21,46
<b>1960</b>	377.777	381.130	1.550.935	24,57	99,12	24,36
<b>1970</b>	633.374	669.768	2.197.072	30,48	94,57	28,83
<b>1980</b>	933.322	1.021.473	3.403.391	30,01	91,37	27,42
<b>1991</b>	1.244.689	1.401.305	4.950.066	28,31	77,43	21,92
<b>2000</b>	1.280.614	1.795.536	6.192.307	29,00	71,32	20,68

FONTE: IBGE/Censos Demográfico de 1950 a 2000.

A última metade do século XX sinaliza a elevação dos dados populacionais na RMB no total do Estado do Pará. Nos anos de 1950 havia uma população de aproximadamente 21%, esse número cresce para 30% na década de 1980 e, a partir daí tem uma ligeira contenção de 28% em 1991 para 29% em 2000.

A população do município de Belém por sua vez apresentava-se acima dos 90% em relação à Região metropolitana de Belém durante as décadas de 1950 a 1980. A partir do Censo realizado em 1991 essa população decresce para 77% e no último dado censitário alcança 71%. Há uma explicação razoável para essa queda na população do município de Belém conforme tabela a seguir:

**Tabela 02 – População por situação de domicílio nos município de Belém e Ananindeua, 1991 e 2000.**

Município	Situação de domicílio				Taxa de urbanização		Total	
	Urbana		Rural		1991	2000	1991	2000
	1991	2000	1991	2000				
<b>Ananindeua</b>	74.051	392.627	14.100	942	84,0	99,8	88.151	393.569
<b>Belém</b>	849.187	1.272.354	395.502	8.260	68,2	99,4	1.244.689	1.280.614

FONTE: Adaptado de IBGE, 1991 e 2000.

A taxa de urbanização do município de Ananindeua é quase equiparada a do município de Belém, alcançando o percentual de 99,8% e 99,4% respectivamente, isto é, o município de Belém apresenta decréscimo em seu contingente populacional dada a maior demanda daqueles que se deslocaram em direção ao município de Ananindeua. Assim, a população de Belém é diluída, principalmente, entre o município de Ananindeua, o segundo maior do Estado.

Outrossim, a taxa de ocorrência de imigração para os municípios de Belém e Ananindeua entre os anos de 1995-2000 é elevada:

**Tabela 03 – Levantamento de Imigrantes situados nos Municípios de Belém e Ananindeua, 2000**

Municípios	Intraestadual									
	Interestadual ou outros países		Outros municípios		Intra-metropolitano		Origem não identificada		Total	
	Abs.	Rel.(%)	Abs.	Rel.%	Abs.	Rel.%	Abs.	Rel.%	Abs.	Rel.%
<b>Ananindeua</b>	8.981	13%	20.948	29%	39.577	56%	1.708	02%	71.215	100%
<b>Belém</b>	27.180	35%	42.514	56%	2.949	04%	3.633	05%	76.276	100%

FONTE: Adaptado de IBGE, 2000.

O IBGE classifica como imigrantes aqueles que possuam 5 anos ou mais de residência na localidade em que foi realizado o levantamento considerando os anos de 1995-2000. Os municípios de Ananindeua e Belém apresentam maior ocorrência de imigrações interna, isto é, imigrantes provenientes de outros municípios do Estado do Pará e/ou oriundos das demais regiões metropolitanas de Belém. Ananindeua recebeu maior contingente de pessoas da RMB (56%), enquanto Belém recebeu maior contingente de imigrantes oriundos de outros estados brasileiros (56%).

O movimento migratório em direção à Amazônia tem sido (re)visitado por muitos pesquisadores sociais que se debruçam sobre a temática (DURHAM, 1980; LOUREIRO, 1992).

O Estado do Pará, assim como os demais estados brasileiros, passa por um intenso processo de crescimento de sua população urbana em detrimento da rural. Lisboa (2003, p. 62) ao estudar a trajetória de vida de mulheres migrantes na cidade de Santa Catarina, Estado do Paraná, apresenta alguns dos principais fatores desencadeadores desse fenômeno e que podem ser estendidos ao estudo em questão: “falta de incentivo à população rural; redução das áreas novas de ocupação agrícola; mecanização das atividades agrárias, liberando a mão-de-obra; decadência econômica de propriedades rurais; ampliação do mercado de trabalho e serviços assistenciais em áreas urbanas; atração pelos salários fixos e mais elevados na cidade”.

Dada a situação de vulnerabilidade social em que essas famílias se encontram, é comum a construção de um modelo familiar onde todos se mobilizam para prestar solidariedade aos mais necessitados. Não raro, esse núcleo familiar substitui o Estado,

no que diz respeito às redes de serviços públicos que deveriam ser acionadas por essas famílias em momentos de carência econômica. Desde Durham (1980) Os estudos sociológicos apontam a importância da manutenção do vínculo familiar para aqueles de saem de seu lugar para outro desconhecido.

### 1.1.2. “Esse rio é minha rua”: o *lócus* de estudo

Esse rio é minha rua  
Minha e tua, mururé  
Piso no peito da lua  
Deito no chão da maré  
(Música: Esse rio é minha rua.  
Letra: Paulo André Barata e Ruy Barata)

Para além da musicalidade paraense que canta e encanta os nascidos na terra, os versos acima traduzem a geografia local. A simbiose entre o rio e a rua expressa o cotidiano de uma comunidade que tem o rio como local de trabalho e sociabilidade. A vivência com as águas está presente desde os primeiros passos, onde aprendem a nadar, a pescar, a navegar e, principalmente relacionar-se com o meio ambiente e seu entorno.

Assim é o *lócus* deste estudo, a Vila da Barca, uma das áreas palafíticas da Região Metropolitana de Belém, as proximidades do centro da cidade. Trata-se de um bairro periférico, localizado em uma área nobre, com uma área territorial de 2.317 km<sup>2</sup>, segundo dados da prefeitura (PMB, 2003).

**FOTO 01: Entrada da Vila Velha em março de 2011.**



**FONTE:** Pesquisa de campo, 2011.

Não há consenso quanto ao período de nascimento da Vila. Furtado e Santana (1974) fazem referência a década de 40, versão contestada por outros estudiosos. Vilar (2008), Farias Junior (2006) e Santos et al (2010) apontam a década de 1940 como marco no processo de ocupação da Vila da Barca. Diogo (2010) sugere os anos de 1920, a partir de depoimentos de antigos moradores da localidade, bem como, de extensa pesquisa bibliográfica baseada em jornais locais, romances e artigos científicos.

Controvérsias a parte, todos parecem concordar com a origem do nome “Vila da Barca”, conforme reportagem extraída do jornal “O Estado do Pará”:

Ninguém, poderia nascer com um destino tão bom e tão humano, como aquela Barca enorme guardando o característico das Caravelas históricas, construídas no Pará, com madeiras paraenses e pelos operários. Aquela coisa nascia com alma, trazia como as criaturas o seu destino e teria de cumpri-lo, com a mesma paciência dos predestinados, o mesmo ar inexorável. Chegou ir a Portugal. Levava em seu bojo rapazes engajados para essa acidentada viagem. Mas, seria, o seu destino. Em qualquer parte onde ficasse tinha de ser cumprida a sua sorte. Seria uma Vila, com homens pobres trabalhando, com mulheres e filhos. A baía a engoliu, a lama da beirada a chupou. O rio compreendia o porque daquela volta: a barca seria a companheira das marés das águas subindo, macias e lânguidas, como se fosse uma amante enchendo-a de carícias. E talvez contassem histórias. A barca deveria ter muitas histórias para contar. Jogada na beirada além do curro Velho, ficou esperando pelo seu futuro (PEREIRA, 7/10/1941).

Pesquisadores, habitantes locais e romancistas acreditam estar relacionada a uma embarcação de origem portuguesa, apreendida pela Capitania dos Portos e que teria naufragado ou encalhado na área, servindo como moradia a sua tripulação. Embora tal embarcação nunca tenha sido encontrada, a história parece ter sido contada e recontada de geração em geração entre seus habitantes, como se contam as narrativas mitológicas da Amazônia.

Também é ponto facultativo entre estudiosos e poetas a formação humilde da vila. Trecho da reportagem “Os recantos que Belém não conta a ninguém”, descreve essa gente:

Outros foram chegando. Aquela gente expulsa da Penitenciária, vinda de outros logares. E, essa gente, uns restos de flagelados, pacientes, cosidos nos sofrimentos mais amplos das torturas incríveis, ficaram pensando. Nessa Vila da Barca as mulheres perderam o seu verdadeiro sentido do “porque vieram ao mundo”. Não é o trabalho que lhes tirou esse sentido. É a luta pela vida. É o modo e as conseqüências desses trabalhos. Vivem no trabalho desde os seis anos. São as ‘socorros’ das fábricas de tecidos, meninas que “servem” os operários maduros e limpam alguma coisa ou as ‘escolhedeiras’ das Usinas

de beneficiamento. São levadas desde criancinhas pelos pais e vão aos poucos entrando na existência. Desde criancinhas conhecem todas as amarguras, não chegam a pensar na vida. E, talvez, não saibamos descobrir a alma dessa gente, o custo da falta desse conhecimento. Perguntando, responderão prontamente – Praque? A vida do subúrbio está cheia de ‘Praquês’. Os pais? Onde encontrá-los? Na fábrica de tecidos, nas Usinas de beneficiamento, nos curtumes? Não sabem. (PEREIRA, 1941, p.01).

Um documentário produzido no ano de 1964 também trata a respeito dos primeiros moradores da Vila:

A maior parte dos habitantes da Vila da Barca vive do trabalho nas feiras que abastecem diariamente os bairros pobres de Belém. Os produtos vendidos nas feiras, principalmente frutas nativas, são adquiridos nos barcos que vem do interior. Comprando em pequenas quantidades, individualmente e sem depósitos, além de pagarem preços já elevados, os feirantes conseguem somente uma pequena margem de lucro (VILA DA BARCA, 1964, s/p).

Trata-se, portanto de “intermediários” responsáveis por adquirir os produtos com os “atravessadores”, estes sim, fazem o transporte de gêneros alimentícios do interior para abastecer a cidade. Revelando o contínuo campo-cidade e a relação de dependência desta aos produtos vindos da região insular. A proximidade da Vila à maior feira aberta da América Latina, o mercado do Ver-o-peso, constitui um aspecto facilitador dessa relação.

Quanto ao aspecto populacional da Vila da Barca, Furtado e Santana (1974) chamam a atenção para a renda dos moradores, que oscilava na faixa de um salário mínimo e, as atividades encontradas: ajudante de pedreiro, lavadeira, vendedor ambulante, jornaleiro, peixeiro, balconista de mercearia, empregada doméstica, servente de obras, carregador e outras relacionadas à construção civil.

Mais de trinta anos se passaram após os primeiros escritos acadêmicos sobre a Vila e seus habitantes sem que nenhum estudo fosse produzido. É, na primeira década do século XXI que a Vila da Barca volta a despertar o interesse acadêmico, talvez motivado pelos programas sociais que ali se instalaram nos últimos anos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2003, a Vila da Barca possuía mais de 4 mil pessoas residindo em sua maioria em área de estivas<sup>2</sup>. O levantamento sócio econômico realizado pela PMB, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), no período de julho a agosto de

---

<sup>2</sup> Denominação utilizada para caracterizar as principais vias de circulação dos moradores das áreas de baixadas, onde o acesso é efetivado por meio de pontes (estivas) construídas em madeira sobre as áreas alagadas.

2003, verificou que a maioria da população que aí reside possui baixo poder aquisitivo em decorrência de uma série de fatores como: a baixa escolaridade e, por conseguinte, a precariedade no acesso ao mercado de trabalho formal. A principal fonte de renda dos moradores da área está quase que em sua maioria vinculada ao setor informal de trabalho. Grande parte dos moradores está desempregada; outros vivem de trabalhos esporádicos, o que intensifica a vulnerabilidade da maioria das famílias.

Segundo Silva, M. (2006), o número de trabalhadores com carteira assinada é insignificante; são poucos os aposentados e pensionistas. A principal atividade econômica na comunidade é o comércio, sendo comum a venda de ovos, peixes e enlatados e gêneros alimentícios da região como o açaí, o tacacá, a farinha de mandioca, as frutas regionais (cupuaçu, bacuri, taperebá, murici, etc...). A mão-de-obra autônoma é constituída por carpinteiros, pedreiros, encanadores, empregadas domésticas e uma ínfima quantidade de pescadores que ainda sobrevivem do rio. Segundo Branco:

Desde o início de sua ocupação, o espaço da Vila da Barca esteve associado ao estigma de pobreza, violência, prostituição etc. Sendo que residentes de fora desta área sempre tiveram uma visão equivocada desta realidade. A violência urbana, na área, é igual ou inferior aos demais bairros de Belém, apesar do estereótipo pejorativo, construído ao longo dos anos acerca deste lugar. Os moradores da área são penalizados por esta situação e acabam sofrendo diversas discriminações (BRANCO, 2009, p. 104).

Como dito antes, a Vila da Barca faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelo governo federal. O projeto foi pensado para 736 famílias, embora na Vila da Barca existam 4.000 famílias. Até o ano de 2004 foram remanejadas 136 famílias. Há um decreto federal que obriga a entrega dos apartamentos pela prefeitura de Belém até 2012. Representantes da Associação dos Moradores da Vila da Barca falam a respeito do “choque social”, pois os moradores nas palafitas não pagavam luz, água, IPTU, DARF, PARF, além dos reparos, lajotas e outros consertos e coleta de lixo que era inexistente nas palafitas.

#### **FOTO 02: Entrada da Vila Nova.**



**FONTE:** Pesquisa de campo, 2011.

Localmente os moradores diferenciam a área de palafitas chamando de “Vila Velha” e a área onde estão construídos os apartamentos chamando de “Vila Nova”. Em visitas à área podem-se perceber muitos contrastes entre a propaganda de governo e a realidade enfrentada pelos moradores da área. Contudo, recomendam-se pesquisas sobre o assunto que visualizem as mudanças sócio-ambientais ocorridas após o PAC, como essa ação está modificando o contexto e a vida dos moradores da Vila.

### **1.1.3. A área de Jaderlândia**

O conjunto Jaderlândia está localizado a aproximadamente 12 Km da margem esquerda da BR-316, o início da ocupação aconteceu em 1983 e o nome da ocupação é uma homenagem ao então governador Jader Barbalho, como uma estratégia de garantir apoio na superação de suas carências habitacionais (BORGES, 1992).

Segundo estudo de mestrado realizado por Vitória Paracampo Borges (1992) os dados sobre a procedência dos posseiros revelam que a migração ocorreu principalmente inter região metropolitana de Belém, provenientes de outras áreas de “baixadas” (54,79%), em seguida vieram de bairros próximos a Ananindeua (37,49%) e em menor número (7,72%) são oriundos de outros estados. A mesma autora denuncia

que ocorreu no local um “processo acelerado de rotatividade entre os posseiros” (p. 257) similar ao de outras áreas de ocupação, isto é, muitos dos atuais moradores da área não participaram do momento inicial de luta pela moradia marcada pela organização coletiva quase sempre de “pessoas que moram em casas alugadas, ou como agregados, residindo com parentes” (p. 260).

O processo inicial de ocupação da área denominada Jaderlândia ocorreu de forma violenta com conflitos entre os posseiros e o aparato policial, embora o poder público tente mascarar esse processo de organização coletiva autônoma dos posseiros atribuindo para a figura do então Governador a imagem de “Deus”, venerado por algumas das pessoas entrevistadas por Borges à época de sua pesquisa de campo.

Jaderlândia assim como outras áreas de ocupação (Jardim Sideral, Terra Santa, Jardim Europa, Cruzada Esperança, Transpina) foi desapropriada no período de 1982-88 durante o primeiro mandato de Jader Barbalho. Essas áreas se caracterizavam como importantes “currais eleitorais” (BORGES, 1992).

No ano de 1991 a área é a primeira do município de Ananindeua a ser contemplada com o projeto governamental da Companhia de Habitação (COHAB), “Urbanizar I- Comunidade com dignidade”. Por meio desse projeto é criado o “complexo Jaderlândia” visando a reestruturação do espaço urbano e atingindo 10 (dez) áreas de ocupação as proximidades de Jaderlândia (Jaderlândia I, Jaderlândia II, Terra Santa, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Francisquinho, Viúva Begot, Nova República, Juscelino Kubitschek, Todos os Santos, Machado de Assis).

Em 1992 foi desenvolvida na área um sub-projeto do projeto Urbanizar I, denominado “Se esta Rua Fosse Minha”. O sub-projeto visava a produção de bloquetes de solo cimento para pavimentação das ruas pelos próprios moradores, por meio de mutirão. Segundo Borges (1992, o projeto implementa formas diferenciadas e modernas de governo, onde o Estado resolve, em parte, o problema da moradia, sem grandes investimentos financeiros. Contudo, o projeto apresentou problemas que passavam desde a qualidade do material utilizado até o nivelamento da rua e o saneamento que não havia sido solucionado. A autora menciona que:

Observa-se mais uma vez, como o Estado realiza gradativamente um processo de expropriação do Direito de Morar, dos posseiros que se submeteram a todos os sacrifícios e dificuldades vistas nos primeiros momentos das ocupações de terras. Todos os benefícios urbanos são transferidos para as pessoas com maior poder aquisitivo, que conseguem suportar a carga tributária do solo urbanizado de Jaderlândia. Essa

expropriação é feita de forma sutil, contribuindo ainda para legitimar um novo estilo de Política Habitacional Alternativa (grifo da autora), que tem a pobreza como nivelamento básico de atendimento da necessidade de moradia (BORGES, 1992, p. 333).

Assim, nota-se que em Ananindeua ocorreu processo similar ao de Belém onde a população ocupou as áreas alagadas, as chamadas “baixadas”, com a diferença que em Ananindeua não são os canais as áreas ocupadas, mas sim, áreas de preservação ambiental e as proximidades de igarapés e rios (ABELÉM, 1988; BORGES, 1992).

**Foto 03: Rua do Conjunto Jaderlândia, Ananindeua, Pará.**



**FONTE:** Pesquisa de campo, 2010.

Atualmente a área Jaderlândia possui postos de saúde, feiras, escolas de ensino fundamental e médio, pequenos e grandes comércios locais, incluindo uma grande rede de supermercado do Estado (Y. Yamada) que se instalou na área no ano de 2010 entre a Jaderlândia I e a Jaderlândia II. A área também conta com linhas de ônibus que circulam em uma de suas ruas principais, Rua São Sebastião.

## **1.2. Percursos e Percalços da pesquisa**

*O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*

**(João Guimarães Rosa).**

Este subcapítulo objetiva descrever e analisar algumas características gerais presentes na composição e nas condições socioeconômicas de dezessete famílias de camada popular moradoras da Região Metropolitana de Belém, mais propriamente municípios de Belém e Ananindeua. Tem-se o intuito de abordar as vivências e representações das mulheres que assumem sozinhas, a responsabilidade pela provisão de suas famílias. Para tanto, busca-se conhecer melhor as condições em que vivem a partir de um retrato de sua vida social. Não se trata de um estudo comparativo entre modelos de famílias distintos, isto é, não se pretende comparar essas famílias chefiadas por mulheres com as famílias chefiadas por homens. Igualmente, não se tem a pretensão de propor modelos “ideais” de famílias, convalidando uns em detrimento de outros arranjos familiares. Não se acredita que os estudos sobre família podem ser concebidos de maneira cartesiana, mediante comparações e hipóteses impenetráveis.

Nesse sentido, adotou-se uma postura de trabalho baseada na pesquisa quantitativa e qualitativa conforme observado no decorrer do trabalho e, especificamente explicitado no capítulo ora apresentado.

Para a compreensão da trajetória metodológica que forneceu suporte e orientação à operacionalização do campo e dos sujeitos pesquisados, optou-se por percorrer o processo de investigação em sua plenitude, isto é, traçando o percurso da pesquisa desde o início do diálogo com as primeiras mulheres, o alicerce teórico-metodológico, passando pela construção dos instrumentais da pesquisa até a análise do material pesquisado.

As questões específicas de análise versam sobre as representações sociais da mulher responsável pelo domicílio, desde a construção da figura feminina/mulher, a concepção de família, a trajetória amorosa, as relações sociais estabelecidas entre vizinhos, parentes, família de origem e no trabalho. Dada a propriedade das questões formuladas, a entrevista constitui o instrumento que melhor pode fornecer as informações necessárias ao estudo em questão, por permitir a interação entre pesquisadora e pesquisada e, dessa forma, conferir maior flexibilidade ao diálogo, podendo a entrevistadora repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente;

especificar algum significado, com garantia de estar sendo compreendida, da mesma maneira que oferece maior oportunidade para observar as atitudes, gestos, reações e condutas, podendo a entrevistada ser observada naquilo que diz e como diz e, portanto, corroborar, de imediato, as discordâncias que por ventura venham a brotar no decorrer da entrevista.

As mulheres que compõem o universo desta pesquisa possuem trajetórias de vida bem diferenciadas entre si, embora recorrentes em alguns eventos. Devo dizer que, a acolhida ao grupo pesquisado foi quase sempre hospitaleira. Não houve dificuldade em falar sobre um assunto considerado delicado, mesmo para aquelas que eu acabara de conhecer, apresentadas por outras conhecidas. Todavia, duas mulheres apresentaram resistência para participar da pesquisa, a primeira alegando falta de tempo para *conversar* e, a segunda por considerar sua vida demasiadamente *sem graça* para servir de interesse a um estudo.

Posso afirmar que minha inserção ao grupo, ocorreu de maneira diferenciada daquela enfrentada por Ana Lúcia Pantoja (2007) ao pesquisar adolescentes de ambos os sexos em um bairro da periferia de Belém. Para a autora, seu estatuto de mulher casada constituía um entrave para *chegar* ao grupo.

Para mim, ao contrário, o fato de ser casada, permitia que o diálogo sobre assuntos mais reservados e domésticos fluísse com maior naturalidade, como: primeira relação sexual, cuidados com os filhos, problemas conjugais. Algumas vezes também fui interrogada acerca das mesmas questões as quais estava eu mesma tinha interesse em conhecer a respeito da vida dessas mulheres. Filhos, por exemplo, era uma temática sempre recorrente nesses casos: em número de quantos? Suas idades? Estudam? O que fazem? Quem cuida deles para que eu possa trabalhar? Como eu mesma discorro no primeiro parágrafo do sub-capítulo referente à “Família pra mim é tudo: debatendo o conceito de família” (4.1) esse era sempre um assunto significativo entre as mulheres pesquisadas.

Em outro momento de investigação o papel de pesquisadora era ampliado, na visão das mulheres participantes do estudo, solicitava-se que eu pudesse dirimir, ou ao menos tentar resolver problemas familiares. O caso de Dona Beladona foi elucidativo. Ela havia tido uma discussão com o segundo filho (meu interlocutor) na noite anterior à minha presença em sua casa e no decorrer da entrevista ela, em prantos, dizia ao filho que iria me relatar todas as ofensas que ele dirigia a sua pessoa. A cena era similar a uma mãe buscando intimidar o filho diante de terceiros.

Não posso deixar de registrar a dificuldade de conciliar horário entre pesquisadas e pesquisadora. O tempo mais utilizado para as entrevistas foi o final de semana, devido o trabalho de ambas, preferencialmente aos sábados pela manhã.

### ***1.3. Caminhos da Pesquisa: a aproximação com o campo e as mulheres***

Não raro, a pesquisa social provoca receios e inquietudes, dada a especificidade da linguagem científica, muitas vezes inacessível ao senso comum. Assim, os obstáculos no decorrer do trabalho de campo afloram a cada incursão, revelando o distanciamento entre o mundo acadêmico e o assim designado conhecimento popular. Essa era de fato, a reação mais corrente na literatura sócio-antropológica, isto é, a dúvida e a incompreensão por parte das pessoas selecionadas para conversar sobre temáticas corriqueiras como: família, mulher, homem, filhos, namoro, casamento e sexualidade.

Ao escrever “O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”, Roberto Cardoso de Oliveira (1998) dedica um capítulo aos três atos cognitivos que numa primeira instância podem ser considerados como triviais, mas, para o exercício da construção do conhecimento revelam-se substanciais. Enquanto o “olhar” e o “ouvir” são constituídos subjetivamente, o “escrever” permite a objetivação e produção do discurso analítico próprio às ciências da sociedade.

Com primazia o autor suscita a necessidade da “domesticação teórica do olhar”, considerando que o objeto observado sofre interferências a cada novo olhar, segundo as condições temporais, culturais, espaciais dentre outras que possam exercer influência entre quem observa e quem é observado.

Quão foi a surpresa, ao deparar com situação contrária a corriqueira, a saber: as adversidades para encontrar pessoas disponíveis à falar sobre assuntos pertencentes ao âmbito privado. Embora tenha tido inicialmente uma interlocutora intermediária, uma mulher responsável pela família, agente comunitária de saúde e ex-secretária do centro comunitário em gestões passadas, pode-se dizer que, reconhecidamente uma liderança comunitária, eu podia dispensar informantes, visto que, todos (homens e mulheres)

queriam fazer parte da pesquisa, ainda que não soubessem de fato a que se destinava. O leque de opções se ampliou, e com ele a responsabilidade na condução da mesma. Não podia perder o foco da pesquisa.

A escolha do primeiro grupo investigado ocorreu a partir de uma série de fatores convergentes. A proximidade espacial de minha residência, pois se trata do local de moradia de alguns de meus familiares, avó, mãe, tia, irmã e primo. A informante preferencial é vizinha e amiga pessoal de minha mãe biológica, portanto, integra a rede de amigas de minha família. A partir dela outras mulheres provedoras foram sendo inseridas na pesquisa. Todas as mulheres são moradoras de áreas de ocupação do município de Ananindeua e Belém pertencentes à camada popular da sociedade.

A aplicação de questionários ocorria nos primeiros encontros por se tratar de dados mais objetivos e rápidos de serem conseguidos, foi a forma encontrada por mim para uma primeira aproximação amistosa. As entrevistas demandavam certo tempo e disposição por parte de ambos os sujeitos envolvidos no processo, pesquisadora e pesquisadas, costumavam a durar em torno de uma hora e meia a duas horas de entrevista, em seguida, após as transcrições eu dava uma pausa para observar as lacunas provenientes do primeiro contato. E, então, agendava nova visita para mais conversas, quer com as mulheres pesquisadas.

Logo na primeira incursão a campo deparei-me com uma questão teórico-metodológica profícua: Como denominar essas famílias chefiadas por mulheres? Seria correto ou adequado chamá-las por mulheres chefes de família? Não seria introduzir uma denominação acadêmica, portanto, externa a essas mulheres? Como elas se visualizam, se denominam? Será que elas se consideram mulheres chefes de família?

Tais questões já estavam postas, mas, quando da primeira aproximação com as mulheres elas emergiram em uma proporção descomunal, forçando o retorno às bases teóricas e à reflexão epistemológica.

Por mais eloqüente e erudito que seja o pesquisador social, a realidade e seus meandros, suas interfaces e complexidade, por vezes parecem escapar-lhe entre as teorias e conceitos elaborados na tentativa de compreensão de um determinado fenômeno social. De maneira que cada aproximação ao campo nos força ao retorno as bases teóricas conceituais, provocando o refinamento de nossas hipóteses, na tentativa de refutá-las ou não. E, assim se constrói o caminho da pesquisa, um diálogo permanente entre os autores e o campo de estudo, um percurso cíclico. Segundo Berger & Luckmann (1985, p. 29): “As formulações teóricas da realidade, quer sejam

científicas ou filosóficas quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é ‘real’ para os membros de uma sociedade”.

Noutras palavras, constitui um equívoco dos intelectuais presumirem que a realidade pode ser modelada, moldada ou esgotada em teorias e leis científicas. Estas, ao contrário, são tentativas de compreensão de um determinado fenômeno social, uma busca de interpretação dos fatos. A pesquisa científica, entretanto, não é mera observação, mais segue parâmetros pré-estabelecidos pela ciência, utilizando instrumentais adequados a cada propósito.

Ao ler a Introdução de “A Máquina e a Revolta”, de Alba Zaluar (1985), fui tomada por enorme angústia. A antropóloga, legítima representante da classe média, buscava conhecer, compreender, o modo de vida da camada popular carioca, mais especificamente, da favela conhecida como Cidade de Deus, que mais tarde viria se tornar tema de produção cinematográfica mundialmente, conhecida, premiada e, por vezes, criticada como sensacionalista.

Para Zaluar trata-se de estilos de vida distintos, expressos na linguagem, na vestimenta, na maneira de andar, na gastronomia, etc. Em suma, pode-se afirmar que, as condições materiais de existência de um grupo não se aproximam do outro. Esse contexto de estranhamento produz inquietações e incertezas próprias ao campo científico.

Como usufruir da prerrogativa do “distanciamento mínimo” em um contexto de familiaridade? Está aí uma questão para abalar o alicerce de um pesquisador social. Embora eu não tenha crescido e nem integrasse a vizinhança, mas o fato de minha mãe participar ativamente da vida social e política dessa comunidade me credenciava (ou não) a ser reconhecida como alguém de “dentro” da comunidade. Eu era a filha da vizinha, ou melhor, a filha de uma agente comunitária de saúde (ACS), funcionária da secretaria municipal, ex-secretaria do Centro Comunitário e uma das pioneiras na luta por melhorias para a comunidade.

Minha mãe, moradora de Ananindeua, representa o elo entre a comunidade e os médicos tão clamados em localidades onde o poder público é quase invisível. Em alguns momentos percebi que minha presença, por sua vez, fortalecia esse vínculo, pois como filha de uma ACS, eu também poderia “abrir portas” para as pessoas necessitadas de atendimento médico. Às vezes, eu era solicitada a prestar um “favor” do tipo: verificação de marcação de consultas, de disponibilidade de medicamentos ou simplesmente alguns “recadinhos” que eram enviados oralmente para minha mãe.

Tudo isso permitia com que eu me sentisse parte dessa comunidade, pela presença constante no local, por saber de seus problemas sócio-econômicos através de vizinhos (da casa materna), amigos e familiares. Nesse sentido, a angústia ocorre pela ilusão de familiaridade em relação ao campo de pesquisa. Utilizo a expressão “ilusão” para dar sentido à sensação de pertencimento ao local, pois meus pais são moradores do bairro há mais de duas décadas, isto é, desde sua origem. Por outro lado, eu não fui criada por meus pais e só freqüentava a casa materna alguns finais de semana. Assim, os caminhos metodológicos empreendidos foram sempre no sentido de “estranhar” o familiar, tal qual Velho (1978) ao voltar seu olhar etnológico para sua própria sociedade.

Na primeira etapa da pesquisa de campo, como é comum em pesquisas sociais inicialmente recorri as pessoas conhecidas pertencentes ao círculo de amizade de amigos e familiares. Margarida foi o primeiro contato e dada sua facilidade de oratória e o amplo conhecimento dos moradores do bairro devido ser uma das ACS a trabalhar na comunidade, recorri a ela como principal interlocutora. Assim, por seu intermédio também consegui o contato de outras famílias.

Na primeira visita eu me apresentava como professora universitária, socióloga e estava realizando uma pesquisa sobre famílias chefiadas por mulheres. Explicava, de maneira geral, minha intenção de estudo e pedia permissão para gravar a conversa que durava entre uma hora e meia a duas horas de tempo. Sempre tive o cuidado de garantir o sigilo das informantes e informações prestadas. Embora fosse comum elas afirmarem que “não tinham nada a dever”, isto é, o resguardo acerca dessas informações não era motivo de preocupação, pois sua trajetória de vida era límpida e nada do que falassem podia pesar negativamente sobre sua pessoa.

Violeta, Jade, Flordelis, todas são ex-colegas de trabalho de Margarida. Em seguida, fui apresentada a Dona Cláudia e Camélia, mãe e filha respectivamente. Em alguns momentos cheguei a solicitar dessas famílias que pusessem indicar outras para participar da pesquisa, mas essa estratégia não funcionou, por diferentes motivos, desde a incompatibilidade temporal da pesquisadora e pesquisada, como também a disposição dessas mulheres em participar do estudo. Sendo assim, a principal interlocutora foi Margarida quem articulava com outras mulheres a possibilidade de participarem da pesquisa.

Duas das mulheres pesquisadas, Jade e Violeta, tinham forte teor político em seu discurso. Ambas, tem uma longa trajetória de liderança comunitária no bairro onde

moram. Como estávamos em período de eleições municipais (para vereadores e prefeitos) seus discursos assumiam um caráter de campanha eleitoral, como retrata a seguinte fala de Jade: “Eu sempre fui a favor de querer ajudar o povo, eu sempre quis ta do lado do povo”. Contudo isso não se tornou um problema para a pesquisa. Era necessário compreender a trajetória de vida dessas mulheres para perceber o momento histórico em que as mesmas se encontravam. Ambas haviam iniciado sua vida política em atividades comunitárias voluntárias como a pastoral da criança, o centro comunitário do bairro e o clube de mães. A partir dos contatos que obtiveram nessas instâncias tornaram-se referências em sua comunidade e foram chamadas a assumir compromissos políticos partidários, candidatando-se a vereadoras do município de Ananindeua no pleito eleitoral de outubro de 2008.

Violeta foi-me sugerida e apresentada por minha mãe (que em alguns momentos também se tornou minha intermediária em busca de possíveis informantes). Inicialmente, seu discurso acentuava a valorização do estudo: “Vim estudar, a minha vontade era estudar, parei porque tinha que dar apoio para os filhos, né, o salário pouco, a gente quer educação. Eu tenho vontade de voltar para fazer uma faculdade”. A constância com que retornou ao tema revelava uma tentativa de ser simpática à pesquisadora.

Certamente a interação entre pesquisadora e pesquisada não segue um modelo estático, rígido, mas ao contrário, a dinâmica dessa relação é construída num constante devir, um processo relacional entre duas pessoas que dialogam. Revendo a entrevista de Violeta percebo que gestos e palavras provenientes de minha pessoa podem ter sido atrelado a um discurso feminista que serviu ao propósito da pesquisada, como por exemplo: \_ “São aqueles problemas que os homens sempre causam?”. Em outras palavras, ela se apoiou nessa imagem para formular o depoimento que acreditava ser conveniente para aquele momento.

Claudia e Camélia também foram indicações de Margarida. Como também se tratava de pessoas desconhecidas para mim, percebi que elas também tinham perguntas ao meu respeito, pois sabiam sobre minha mãe, mas não sobre minha pessoa. Então, em alguns momentos, deixei ser entrevistada sobre meus filhos, profissão, marido. Esses eram os principais assuntos indagados. Acredito que falar sobre minha vida causava uma sensação de aproximação com minhas interlocutoras. Funcionava como uma troca de papéis e informações.

Uma das famílias sugeridas para a pesquisa não se mostrou solícita a minha presença, embora essa família seja bem próxima de meus familiares (e talvez por esse motivo não se sentissem à vontade para falar comigo). Não posso afirmar os motivos reais pelos quais essa família (composta por duas amigas e o filho jovem de uma delas) foi hostil a realização da entrevista. Mas, o tempo, ou melhor, a ausência dele, foi a alegação para a não participação do estudo. Os três membros da família saem para trabalhar de manhã e só retornam à noite para casa. Todavia, seu local de trabalho fica no próprio bairro, onde possuem uma academia de ginástica. Quando, na tentativa de conseguir uma entrevista, percebi que minha presença os incomodava então resolvi não insistir.

Dentre todas as famílias envolvidas no estudo uma não compõe o círculo de amizades ou conhecimento de minha interlocutora: Beladona, trata-se da mãe de um colega do programa de pós-graduação em ciências sociais que cursava uma disciplina comigo no primeiro semestre de 2009. Em uma das ocasiões em que eu falava sobre meu trabalho, esse rapaz disse que sua mãe havia criado ele e seus irmãos sozinha, portanto, ela poderia fazer parte de meu estudo. Durante o primeiro semestre desse mesmo ano ele me forneceu o número de seu celular e o de sua mãe para que eu pudesse ligar para ela e marcar uma entrevista. Antes, porém, ele se incumbiu de antecipar, ainda que brevemente, o teor da entrevista que eu iria realizar com sua mãe. Assim foi feito, ao ligar para ela, Beladona já sabia do que se tratava e marcamos o dia e horário em que eu poderia ir ao seu encontro em sua residência. Ao chegar em sua casa fui recebida com muita afetividade pela mesma. Ela havia acabado de tomar banho e estava perfumada e pintada. Sua filha estava pintando as unhas com uma manicure.

Todas as mulheres pesquisadas foram solícitas e hospitaleiras, mas Beladona foi além. Sua entrevista foi marcada de fortes emoções, ela chorou ostensivamente durante seu relato sobre a dificuldade de convivência com um de seus filhos, não por acaso, aquele que me indicara para a pesquisa. Inicialmente, senti enorme desconforto com a situação. Mas, o episódio serviu para revelar a duplicidade de papéis envolta na figura do pesquisador: às vezes era vista como professora, outras vezes como socióloga, outras como filha, amiga e até mesmo como psicóloga. Assim, como Salem (1978) acredito que essa superposição de papéis seja inerente à pesquisa social, embora em determinados momentos possa ser acentuada, segundo a relação de idiosincrasia dos sujeitos envolvidos na relação.

No intuito de facilitar ao leitor a identificação dos membros componentes de uma mesma família, seus nomes são iniciados pela mesma letra, como por exemplo, na família A, a mãe foi identificada como Acácia e seus filhos como Aristóteles, Amanda, Ana Rosa e Amadeus, igualmente os irmãos de Acácia são chamados de Antonio e Artur. E, assim se procedeu para as demais famílias, procedimento metodológico similar ao de Tânia Salem (1978) ao registrar informações sobre relações familiares nos estratos médios e superiores da sociedade carioca. Outros pesquisadores da temática sobre famílias já adotaram o mesmo princípio em estudos realizados na cidade de Belém (LAGO, 2002).

A pesquisa realizada na capital paraense aconteceu de maneira diferenciada do que acabei de relatar em Ananindeua. Em Belém, a oportunidade de pesquisar as mulheres provedoras surgiu a partir da aprovação de um projeto de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico. A pesquisa aprovada consistia em analisar o Programa Bolsa Família em 50 (cinquenta) famílias de mulheres provedoras na Vila da Barca. O trabalho de campo aconteceu nos seis primeiros meses do ano de 2011 e contou com a participação de dez bolsistas.

Após o campo, em conversa com os alunos participantes do projeto selecionou-se 07 (sete) mulheres provedoras para realizar a pesquisa. O mesmo instrumental que havia utilizado em Ananindeua, adotou-se em Belém. Desta vez, a pesquisa de campo foi rápida dada uma série de fatores: o tempo para fechar a tese, a disponibilidade de tempo minha e das mulheres pesquisadas, mas, fundamentalmente a periculosidade da área não convidava a ficar muito tempo circulando por lá. Diversas vezes encontrou-se com carros de polícia circulando pela área e os próprios policiais recomendavam que se saísse da Vila por questões de segurança.

Assim, as visitas sempre eram feitas em grupo e nunca individualmente. Pessoas de atitudes suspeitas ficavam sempre à espreita e sabia-se que todos os nossos passos estavam sendo observados. As próprias mulheres comentavam entre si sobre “quem eram aquelas pessoas que queriam saber a respeito de suas vidas”. A princípio tentou-se facilitar a entrada no campo através da Associação de Moradores da Vila da Barca (AMVB). Mas, nem sempre se pode contar com a AMVB.

Após algumas visitas passamos a ficar conhecidos entre as mulheres pesquisadas e na Vila como um todo. A referência da Universidade era importante para a segurança do grupo e, também pelos trabalhos de extensão que a IES realiza na área. A partir desses projetos pode-se contar com a participação de crianças da vila caminhando com

o grupo, apresentando mulheres, falando sobre o cotidiano da Vila, os acontecimentos do dia anterior, etc.

O momento em que uma senhora passa a nos designar como “minhas amigas da UEPA” representou o marco para nossa penetração junto à comunidade, o momento da aceitação do grupo. Essa interlocutora apresentou outras possíveis informantes para a pesquisa. Algumas mais comunicativas outras menos.

As “conversas” quase sempre eram rápidas, por isso demandavam uma a duas visitas, pois para essas mulheres a casa quase sempre representava o local de trabalho, muitas possuem tabernas<sup>3</sup> na residência. O horário preferencial para as visitas era o vespertino, após a cesta, por volta das 15:00 e às 17:00 tínhamos que nos retirar pois o pôr-do-sol começava a mostra seus primeiros raios.

Nesse momento da pesquisa a leitura de Zaluar (1985) e Velho (1985) foram os pilares para a compreensão do contexto de estranhamento em que nos encontrávamos, o modo de falar, se expressar, o comportamento, a vestimenta. Ao mesmo tempo em que tudo parecia conhecido também parecia excêntrico e precioso para a pesquisa. Conhecer as histórias de vida dessas mulheres foi uma experiência enriquecedora e única não somente sob o ponto de vista profissional, mas, principalmente, pessoal.

#### **1.4. Tecendo os instrumentais da pesquisa**

Para este estudo, adotou-se a posição “ecumênica” assumida por Günther (2006) acerca das vantagens, desvantagens, pontos positivos e pontos negativos evidenciados na pesquisa quantitativa e na pesquisa qualitativa, tendo em vista que o método escolhido deve estar em consonância com o problema a ser pesquisado. Partindo desse pressuposto, considera-se que o diálogo entre os dois métodos tem mais a contribuir com a pesquisa do que a adoção de um método em particular.

A pesquisa quantitativa é caracterizada pelos métodos matemáticos e estatísticos de coleta e análise dos dados. A clássica relação entre os fenômenos da natureza e a pesquisa quantitativa tem fornecido a essa método a idéia de maior e melhor precisão na análise e interpretação dos resultados, visando aumentar a margem de confiança nas

---

<sup>3</sup> Pequenos comércios para venda de gêneros alimentícios e bebidas.

inferências dos resultados. Os questionários utilizados permitiam essa análise quantitativa. Embora o quantitativo não fosse o cerne da pesquisa.

A Pesquisa Qualitativa ou Interpretativa, por sua vez, considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser limitado a números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são imanentes a pesquisa qualitativa.

Triviños (1987) defende essa abordagem como a que convergem às características de caráter descritivo, enfoque indutivo, o ambiente natural como fonte direta de dados, o pesquisador como instrumento essencial, preocupação com o processo, o produto, e, com a busca do significado. A abordagem qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas (entrevista não estruturada, entrevista semi-estruturada, observação participante, observação estruturada, grupo focal) que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na aplicação de questionários com perguntas abertas, permitindo ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitindo opiniões, na finalidade de obter informações mais gerais como: idade, escolaridade, ocupação, renda mensal da entrevistada e dos outros membros da família, assim como, dados relativos à habitação (e saneamento) e, por fim, saber como se processa a distribuição de tarefas e despesas domésticas no grupo.

Visando auxiliar a tabulação dos dados contidos nos questionários, foi utilizado o sistema Excel, permitindo o cálculo das porcentagens e gerando gráficos a fim de promover a leitura dos dados. As informações acerca da unidade doméstica foram construídas em formato de tabela por permitir agregar em um pequeno espaço dados gerais sobre a entrevistada, seu companheiro (caso o tenha), seus filhos e/ou agregados, residentes no domicílio. Essa tabela agrupa elementos a respeito da idade, sexo, escolaridade, naturalidade, ocupação e renda mensal de cada um dos moradores da casa. Outras duas tabelas também foram elaboradas com o mesmo objetivo, uma referente a distribuição das tarefas domésticas, a saber: varrer casa, limpar casa, lavar louça, lavar roupa, cozinhar e passar roupa, isto é, as principais atividades executadas no âmbito doméstico. E, a terceira tabela diz respeito às despesas domésticas, como: luz, água, telefone, supermercado, vestuário e outras que por ventura apareçam no decorrer da pesquisa. Em ambos os casos, interessam-nos saber: Quem faz o quê? O que é

considerada tarefa masculina ou feminina no âmbito doméstico? Qual o papel desempenhado por mulheres e homens no espaço privado da casa? Como esses dados podem nos ajudar a refletir acerca da construção da chefia doméstica?

Tais informações preliminares constituem fonte preciosa para conhecimento prévio da dinâmica familiar dessas mulheres. Outrossim, esse contato inicial possibilitou a aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, de maneira a promover a etapa seguinte.

O caráter qualitativo da pesquisa foi construído na etapa seguinte por meio de entrevistas. Adotou-se a concepção de pesquisa qualitativa trabalhada por Chizzotti:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2003, p. 79).

Assim, não é interesse dessa modalidade de pesquisa a confirmação de hipóteses ou a investigação da relação causa-efeito de um determinado fenômeno, como ocorre na pesquisa experimental, também denominada quantitativa. Sem questionar a importância da experimentação para a construção do fazer e saber científico, as Ciências sociais possuem por tradição a abordagem qualitativa de pesquisa, por acreditar que essa leitura converge para a expressão dos sujeitos socialmente construídos, por meio da interpretação dos fenômenos segundo seu contexto e, da compreensão das falas e simbologias, nem sempre explícitas em um primeiro olhar. Alcançar tamanha proeza não é tarefa fácil, que o digam os etnógrafos.

A relação sujeito-objeto sempre foi marcada por conflitos e tensões teórico-metodológicos. A necessidade da “distância mínima” entre o cientista social e seu “objeto” de estudo, parece ser uma das premissas mais arcaicas das Ciências Sociais. Contudo, ainda permanece a polêmica sempre que nos deparamos com estudos de tal ordem, esses discursos vêm à baila, questionando-se a imparcialidade do estudo.

Para o cientista social que se arvora em realizar estudos em comunidades que lhe são familiares, este parece ser um dos exercícios mais enigmáticos, pois apesar de trabalhar em local conhecido, de antemão não há uma fórmula metodológica ou epistemológica capaz de estabelecer os caminhos da pesquisa, estes são construídos no

ínterim, na relação com os sujeitos. O que explicaria as muitas tentativas de conhecimento e apropriação do espaço planetário pelo homem, em contrapartida, observa-se as dificuldades de auto-conhecimento, mas, sobretudo, nas relações estabelecidas entre os seres humanos. Assim, constitui um equívoco pensar que o familiar é necessariamente conhecido.

Velho (1978), também chama a atenção para a relação que se estabelece entre as categorias familiar/conhecido e exótico/desconhecido: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido” (p. 08). Para o autor, esse processo só é possível quando confrontamos intelectualmente ou emocionalmente diferentes versões e interpretações a respeito de fatos e situações.

Alguns autores tentam se esquivar dessa armadilha metodológica, como por exemplo, Emile Martin (2006) ao pesquisar a construção do corpo feminino na sociedade norte-americana. Martin recorre a diversos artifícios na construção de uma leitura científica dos fatos, estudando pessoas com diferentes marcadores sociais, como: cor (branca e afro-descendente), classe social (classe média e operária) e fase da reprodução (antes do início da reprodução, durante e após a reprodução). Além de combinar, sempre que possível, entrevistadora e entrevistada, isto é, jovens mulheres brancas entrevistadas por uma mulher branca da faixa etária dos 20 anos. Esses exemplos revelam que em se tratando de pesquisa científica não há uma postura metodológica pré-definida capaz de burlar as intempéries da realidade que recai sobre cada um de nós de forma impetuosa e intensa. Cada pesquisador deve ir em busca de sua maneira de pesquisar, segundo suas aspirações, expectativas e, principalmente, seguindo o contorno da pesquisa, como ela se apresenta segundo suas sutilezas.

Além disso, pensar o trabalho de campo em termos teórico-metodológico, não se reduz a simples captação de dados e registros. Assim como Malinowski (1976) chamou a atenção, o campo não é meramente o ambiente físico utilizado para a coleta de dados, mas sim, o espaço onde a relação teoria-prática se faz presente, de forma simbiótica e cíclica, permitindo que as informações e teorias sejam constantemente revisadas e revisitadas, não no intento de demonstrar sua veracidade, mas antes de compreender e interpretar o inaudível.

Dessa forma, para o segundo momento da pesquisa de campo, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturada, isto é, com um roteiro previamente estabelecido, mas que permitisse o diálogo em outras direções conforme a interação pesquisador e interlocutor. As mulheres foram entrevistadas separadamente, segundo os

locais e horários de sua conveniência. Para as entrevistas, seguiu-se um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas discorrendo sobre as seguintes categorias: namoro, casamento, maternidade, separação conjugal, trabalho, atividade doméstica, família, relacionamentos amorosos, sexualidade, profissão e expectativa para o futuro. Acrescenta-se, porém, que a finalidade do roteiro não foi estabelecer limites à entrevista, ao contrário, as perguntas eram de caráter aberto permitia a inclusão de perguntas que porventura não constassem no roteiro, obedecendo ao próprio fluxo da conversa. Assim, a entrevistada era conduzida a falar sobre determinados assuntos pertinentes ao trabalho por meio de perguntas estabelecidas no roteiro.

A metodologia da entrevista aberta se assemelha a conversas, permitindo que os sujeitos pesquisados sintam-se mais à vontade e descontraídos. A situação de espontaneidade apresentada no decorrer das conversas (entrevistas) possibilitou a visibilidade de processos íntimos que, por não serem muitas vezes conscientes, são freqüentemente desconhecidos dos próprios entrevistados. Igualmente, as entrevistas permitem que os entrevistadores, a todo e qualquer momento, possam esclarecer dúvidas e, também, rever respostas e perguntas à medida que o processo de entrevista acontece. Um dos episódios interessantes ocorreu quando entrevistava Jade. Ao ser interrogada sobre quem representa a chefia familiar, num primeiro impulso ela se apresenta como tal e, segundos depois ela revê sua fala:

É eu... eu acho que a gente manda igual, porque não existe aquela coisa assim, quem é mais, quem é menos, sempre trabalhamos em parceria a gente combina tudo, eu dou tanto, tu dá tanto, porque na época eu ganhava bem mais (JADE, ANANINDEUA, 2009).

A cena sinaliza para a dinâmica da pesquisa que permite a interlocução entre pesquisadora e pesquisada de maneira que o discurso seja atualizado imediatamente após sua externalização. Qual o significado de seu desconcerto diante da primeira resposta seguida de uma longa explicação que procurasse negar ou justificar sua resposta inicial? Ao insistir na questão a própria entrevistada explica não somente com palavras, mas, gestos e expressões não perceptíveis a um aparelho:

Na minha opinião seria os dois, a gente decidi tudo em comum acordo, então ninguém manda mais do que ninguém. Se ele pode, eu também posso. Se ele dá, eu também dou. Mais aí quando fica aquela coisa... pra não diminuir ele, e tudo mais, aí fica....(JADE, ANANINDEUA, 2009).

Não cabe nesse momento do texto discorrer sobre o episódio acima, que será melhor debatido em outro capítulo, por hora ele se mostra revelador do quanto se pode usufruir dessa prática de pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, com o aval das pessoas pesquisadas, buscando-se preservar da maneira mais fiel possível o que foi dito, como por exemplo, a maneira de falar, os erros gramaticais, as gírias e ênfases. Além disso, na medida em que as transcrições eram feitas foram sendo inseridos comentários discorrendo sobre as situações de entrevista, tais como nervosismo na fala, risos, hesitação, gesticulação exagerada entre outros.

Para a transcrição desses comentários não expressos na fala das pessoas pesquisadas contou-se que as anotações feitas em diários de campo. Após cada entrevista, as impressões pessoais da pesquisadora foram anotadas em um diário, com a finalidade de que não se perdesse os pormenores da entrevista. Ressalto que as observações expressas no diário de campo apresentaram-se de extrema serventia no momento das análises do material, pois permitiam a lembrança do contexto em que a entrevista transcorreu.

Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo das falas das entrevistadas que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Concorda-se com Rocha-Coutinho acerca da relevância da utilização desse arsenal metodológico para os estudos sobre mulheres:

A utilização de histórias orais – quer sob a forma de histórias de vida, quer sob a forma de entrevistas abertas que se assemelham a um “bate-papo”, como as que utilizamos –, bem como o uso da análise do discurso para interpretar os textos delas resultantes, tem se mostrado especialmente útil nos estudos sobre mulheres. Se quisermos melhor entender como as ideologias dominantes – refletidas e reforçadas pelos diferentes tipos de discurso a que as pessoas estão expostas – estruturam as instituições e moldam a vida cotidiana das pessoas, é necessário ouvir não apenas o que as pessoas dizem de suas vidas concretas, mas também como elas falam sobre suas vidas (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 05).

Deste modo, a história de vida se apresenta como um instrumental de extrema importância para o cientista social, pois permite fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas, suas vivências e trajetórias. Assim, o pesquisador conta com rico material sobre fatos e atividades, mas, sobretudo, transparece a experiência emocional dos sujeitos. Contando suas histórias, as pessoas articulam suas experiências e refletem sobre os significados destas experiências para si próprias e para os outros. Deste modo é

possível a visualização de como o sujeito se percebe no mundo, seus valores, suas ações e atitudes e os significados imbuídos nessas ações conscientes ou inconscientes.

### **1.5. O Problema e suas protagonistas**

Dados estatísticos são reveladores ao apontar o crescimento de famílias chefiadas por mulheres nas últimas décadas, sobretudo em áreas urbanas, passando de 10,1% em 1970 para 35,4% em 2000 (IBGE, 2000).

Uma observação mais apurada revela a carência de estudos na área da Sociologia que vislumbrem essa discussão na capital paraense, mencionada no cenário nacional como a quarta maior capital em número de mulheres chefes de família, segundo o Perfil das Mulheres Chefes (2002). Diversos estudos relatam a vida, o cotidiano, as percepções, enfim, as experiências de vida dessas mulheres, apesar de exercerem e terem exercido papéis significativos ao longo da história, pouca atenção tem merecido por parte dos pesquisadores sociais locais, ficando assim, duplamente invisibilizadas, social e historicamente.

Nesse momento de revisão de paradigmas buscam-se novos conceitos, que possam redefinir as experiências vivenciadas. Estudos feministas brasileiros apontam para o questionamento das teorias eurocêntricas, que identificam a problemática da mulher como sendo universal, ou seja, a mesma em todas as partes do mundo. Tais estudos possibilitam compreender a categoria mulher à luz de outros marcadores sociais, como: etnia, classe, sexualidade, nacionalidade, regionalidade, etc., isto é, possibilita o reconhecimento das múltiplas dimensões da vida, a visualização da heterogeneidade.

Pesquisas recentes (MENDES, 2002) sinalizam para um quadro de mudanças nas relações entre homens e mulheres, em decorrência da autonomização destas em âmbito público e privado. E, ainda: Ante o quadro de transição paradigmática que norteia a família brasileira (menor número de filhos por casal, aumento de lares unipessoais, aumento de famílias chefiadas por um dos cônjuges, principalmente a mulher). Nesse sentido, elaborou-se uma proposta de trabalho preocupada em compreender os seguintes eixos de discussão sobre o assunto:

- A chefia familiar está relacionada apenas ao aspecto econômico ou diz respeito também às questões culturais, valores, novas práticas sociais? Ou a uma combinação desses dois atributos?
- Ocorre chefia feminina diante da presença masculina no domicílio, ou por outra, as mulheres costumam definir-se como chefes de família quando da presença masculina?
- Quais as estratégias utilizadas pelas mulheres chefes de família em busca de soluções para problemas individuais e coletivos, particularmente aqueles associados ao universo e a dinâmica familiar?
- Como ocorre a dinâmica interna da família? Quem executa determinada tarefa? E como é deliberada essa decisão?

Embora a pesquisa em questão seja voltada para mulheres responsáveis pela família, este estudo ocorreu não somente com mulheres, mas também, homens (quando haviam), além de filho(s), filha(s), irmã(s), irmão(s) e outras pessoas do grupo doméstico que apresentarem disponibilidade e interesse pela e para a pesquisa. O tema em questão ultrapassa as barreiras de gênero e se estende para além de outros marcadores sociais, como: classe, etnia, idade e condição conjugal. Entretanto, para fins desse estudo foram adotados os seguintes arranjos domiciliares, de parentesco e de afinidade para escolha dos interlocutores:

1. Mulheres solteiras ou separadas do parceiro, com filhos e/ou agregados;
2. Mulheres viúvas e responsáveis pela família, com filhos e/ou agregados;
3. Mulheres mantenedoras da família que contam com a presença do parceiro, com filhos e/ou agregados;

O estudo acerca de mulheres chefes de família perpassa diversos campos das Ciências Sociais, desde a Antropologia, Sociologia, História até a Economia. Há inúmeras significações para esse modelo familiar. Pastore (1983) adota o termo “famílias quebradas com chefe mulher”; Neves (1985) utiliza a denominação antropológica “famílias matrifocais”; Ribeiro (1994) refere-se a “mãe com filhos” e Goldani (1993) e Woortmann & Woortmann (2004) utilizam a expressão “famílias monoparentais”. São muitas as tentativas de compreensão desse fenômeno considerado tipicamente urbano, presente predominantemente entre mulheres jovens, separadas,

negras, pobres, com baixo grau de escolaridade, e, portanto, sujeitas ao trabalho informal em condições precárias de existência.

Dada a complexidade do fenômeno estudado, faz-se necessário a apreciação das diversas terminologias utilizadas e sua múltipla compreensão.

A começar, pela designação adotada pelo IBGE, nas décadas de 1970 e 1980, **Famílias quebradas com chefe mulher**. A expressão apresenta-se cunhada de valores pejorativos. Sendo uma das primeiras a assinalar esse modelo familiar até então “desconhecido”, ou seria mais apropriado dizer, não característico do padrão de família brasileira importado da Europa. O termo sugere o estigma social a que estão sujeitas tais famílias, consideradas exemplos da desestruturação e desestabilização a percorrer a sociedade brasileira. Estudos demográficos revelam que as famílias onde a mulher assume a responsabilidade pela provisão dos filhos, parentes, agregados e, em alguns casos, companheiro, não é uma invenção dos nossos dias, mas, percorre a sociedade colonial brasileira, onde o casamento e a família constituíam estratégia de manutenção de poder social e político (DEL PRIORE, 1989; SAMARA, 1993, 1989, 1999, 2003; WOORTMANN & WOORTMANN, 2004).

Nas décadas que se seguem surgem outras formas de denominar esta família. O termo **Matrifocalidade**, oriundo das ciências sociais, mais especificamente, entre os antropólogos, designa a condição da mulher que assume a centralidade do comando familiar. Woortmann (2004) considera essa organização como um recurso de defesa, visando proporcionar maior estabilidade aos grupos familiares, face à fluidez que marcava as relações entre homens e mulheres no século XIX. Segundo Neves (1985), esse arranjo familiar não supõe a negação da figura masculina (marido), pelo contrário o casamento institucional constitui um valor nem sempre acessível a essa parcela da sociedade, pois requer o manejo de recursos materiais e culturais não inteiramente manipuláveis.

A **Matrilocalidade**, por sua vez, caracteriza o tipo de casamento onde o marido reside com a família da esposa. Ainda segundo Neves (1985), o conceito se remete a uma reordenação dos papéis sociais masculinos e femininos: 1. Em decorrência da impossibilidade do homem conseguir manter a família, segundo os padrões culturais demarcados pela sociedade, dada sua inconstância no acesso ao mercado de trabalho formal. 2. Dessa forma, é o marido que tende a residir às proximidades ou mesmo na residência da família da esposa, facilitando a circulação do mesmo entre moradias e esposas diferentes.

Segundo Woortmann & Woortmann (2004), o conceito de **Monoparentalidade** refere-se à família que possui apenas um adulto (homem ou mulher) com filhos, sendo muito utilizado no campo da antropologia. Para tais autores, no século XIX, as famílias monoparentais com chefia masculina eram derivadas da viuvez, enquanto que as mulheres chefes de domicílio expressavam uma condição diferenciada, pois além de viúvas, também se encontrava mulheres solteiras ou casadas com marido ausente. Ainda de acordo com o estudo, a existência de unidades monoparentais com chefia feminina não é algo recente nas camadas mais pobres da população. O que parece ser novo é a existência de grupos domésticos monoparentais (e seu rápido crescimento proporcional) nas camadas médias brasileiras.

No artigo *Monoparentalidade e Chefia Feminina. conceitos, contextos e circunstâncias*, os autores distinguem duas categorias: *família*, entendida como modelo ideológico que pode ser permanente; e, *grupo doméstico*, entendido como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo de um ciclo evolutivo e que, em distintos momentos, pode retornar a formas presentes em momentos anteriores (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004).

Outras designações emergem na tentativa de abranger esse arranjo familiar: **Mãe de família**. Termo que se remete às mulheres, comumente em idade reprodutiva, que moram sozinhas com sua prole ainda crianças e, portanto, dependentes econômica e afetivamente destas. Excluindo as demais variações desse arranjo, como por exemplo, os lares unipessoais, a viúva com ou sem filhos, parentes e agregados. A expressão é fragilizada perante a multiplicidade desse modelo familiar, pois sublima a imagem da mulher realçando a figura materna como algo inerente à condição feminina. Em *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno* Badinter (1986) defende a tese da variabilidade do sentimento materno de acordo com a cultura e a época de determinada sociedade, isto é, dados históricos revelam que o modelo de maternidade atual é produto de princípios do século XIX.

A mãe de família assume múltiplos papéis sociais, que se tornam acentuados dada sua situação conjugal de não possuir um companheiro ao seu lado. Assim, ela passa a ser a única, ou principal, provedora responsável pelo teto, comida, vestimenta, educação, etc. a multiplicidade de papéis que essa mulher assume faz com que comumente ela se identifique como sendo “pai e mãe” de seus filhos, isto é, seus encargos tornam-se duplicados.

Vale frisar que ser “pai e mãe” não representa a desvalorização da figura paterna, ao contrário, é reconhecida sua importância no que diz respeito à criação dos filhos, principalmente pela moralidade expressa na imagem masculina. De maneira similar, é ele quem historicamente assume o papel de provedor da casa, enquanto a mulher cuida dos filhos, das tarefas do lar, no caso de exercer trabalho remunerado, ela pode “ajudar” o homem nas despesas domésticas.

Em pesquisa de campo, verifica-se que, a mãe de família geralmente caracteriza o que Fortes (1974) considera como o primeiro ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, onde a mulher de pouca idade assume sozinha a responsabilidade dos filhos ainda pequenos, devido a diferentes fatores como: viuvez, separação conjugal ou porque nunca constituiu relacionamento afetivo estável.

Por vezes, a expressão **Chefia feminina** também é adotada para essas circunstâncias, entretanto, esbarra na proximidade existente com as mulheres que assumem cargos de direção e chefia no mercado de trabalho, como por exemplo, empresárias, executivas, entre outras que assumem situação de chefia no trabalho, mas não necessariamente essa condição de comando se dissemina para o espaço familiar em que habita. A grande questão em torno deste termo esbarra na interrogativa sobre a existência da chefia feminina diante da figura masculina, ou mesmo, perante a sociedade mais ampla?

Outra terminologia encontrada refere-se à **Mulher chefe de domicílio**, extraída da Demografia e adotada pelo IBGE, que considera como domicílio o espaço físico da residência e, como família “a pessoa ou o conjunto de pessoas que vivem no mesmo domicílio, independentemente de existir parentesco entre essas pessoas, por adoção ou consangüinidade”. Constitui a conceituação aceita pela Organização das Nações Unidas (ONU) por permitir a operacionalização do conceito de família restrito ao grupo domiciliar.

Segundo a pesquisadora do IBGE, Rosa Maria Ribeiro, em trabalho apresentado ao Seminário *Família Contemporânea*, promovido pelo Grupo de Estudos sobre a Família Contemporânea (GREFAC), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em dezembro de 2007, o conceito de família para esse órgão apresenta alguns nuances:

É um conceito amplo que não se refere exatamente à família tal como é entendida na sociologia, na antropologia e mesmo no senso comum. Essa conceituação do IBGE responde às recomendações da ONU, que indica três instâncias de aproximação dessas pessoas dentro do mesmo domicílio: o domicílio (local físico), a unidade doméstica – que envolve todas as pessoas

que residem no mesmo domicílio – e o parentesco. Nesse sentido, o IBGE ainda foge um pouco dessas recomendações quando oferece outras duas alternativas de definição; uma no âmbito da unidade doméstica e outra se remete apenas ao fato de dividir a mesma residência. Na verdade, o que ocorre é uma aproximação e um afastamento das recomendações da ONU concomitantemente. O afastamento seria mais ligado à primeira alternativa apresentada. A aproximação se dá através da segunda (CENTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS FAMILIARES/CLAM, 2007).

Para a literatura sócio-antropológica, tal definição encontra-se limitada na medida em que, a chefia domiciliar pode não caracterizar a chefia da família, tendo em vista que o conceito de família apresenta-se mais amplo que o de domicílio. Neste, encontram-se os parentes, não-parentes e agregados. A família, por sua vez, compreende diversos modelos, desde o nuclear, composto pela figura tradicional do pai, mãe e filhos; passando pelos lares unipessoais, formado por um único indivíduo; os casais sem filhos; até a família extensa representada por pai, mãe, filhos, primos, tios, avós, agregados e, por fim, a família onde as mulheres constituem as mantenedoras do grupo, conforme o caso estudado. Portanto, a família compreende laços de consangüinidade e afinidade, enquanto que, o domicílio está relacionado às pessoas que residem em um mesmo espaço físico.

Por fim, ressalta-se a **Mulher chefe de família**, apesar de comumente aceita entre os estudiosos do tema nas ciências sociais e em órgãos oficiais, como o IBGE, a terminologia fica a desejar no momento em que a palavra *chefe* é adotada para expressar um fenômeno social corrente entre as mulheres. O substantivo *chefe*, comum de dois gêneros, construído histórica e culturalmente, designa o homem como provedor da casa e da família. Segundo Amora (1997, p. 139): “Chefe: aquele que dirige, comanda ou governa ou que tem a autoridade, a direção”. Entretanto, em meu modo de ver a questão, é errôneo pensar nessa categoria somente pelo viés econômico, pois a impossibilidade de cumprir esse papel desse ponto de vista, não significa dizer que, o mesmo seja destituído do posto de chefe de família, sob a ótica cultural. Daí porque, a importância em se discutir o que define essa categoria de análise.

A terminologia *chefe* caiu em desuso, social e judicialmente, desde a Constituição de 1988. O Novo Código Civil Brasileiro de 2003 elimina a figura do chefe de família, sendo substituído pelo responsável legal e, tendo as responsabilidades compartilhadas entre os sexos. O Código de 1916 legitimava o homem como chefe da família, responsável pela mulher e filhos.

Todavia, para o IBGE, as nomenclaturas chefe da família, pessoa de referência e responsável referem-se à pessoa a qual todos os demais membros da família encontram-

se relacionados. Entretanto, há que se considerar que essa é uma informação que depende do olhar do pesquisador e do pesquisado, isto é, constitui uma via de mão dupla, na medida em que sofre interferência de ambos os sujeitos envolvidos no estudo.

Outrossim, há que se pensar, os incômodos produzidos pelo substantivo chefe. A palavra sublima a figura feminina, sendo considerado somente um correspondente de um modelo patriarcal arcaico, ou seja, mais uma vez a mulher aparece como um apêndice do homem, já que o termo não permite uma variação na linguagem, estando no rol dos substantivos considerado comum de dois gêneros, utilizando tanto para o sexo masculino, como para o feminino.

De maneira similar, a família chefiada por mulher pode corresponder a várias situações:

Uma chefia feminina tem vários significados: uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou [porque] adultos, já saíram de casa, ou [porque] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa (BERQUÓ, 2002, p.40).

Ainda segundo o IBGE, esse modelo familiar apresenta variações distintas: passando pelo unipessoal, domicílio de uma única moradora; a mãe com filhos e/ou agregados; a mulher com ou sem companheiro.

Neste contexto de constante mudança social, mulheres e homens de todas as idades ou gerações, classes e etnias/raças, são desafiados a reinventar novas modalidades de convivência e solidariedade no interior de seus grupos doméstico-familiares, especialmente com as alterações em curso nos chamados papéis masculinos. Assim, como tentativa de superação dessa armadilha metodológica, optou-se por adotar a terminologia “mulher responsável pela família”.

Na literatura sócio-antropológica a definição de família não se limita ao grupo domiciliar, dado que os laços de família extrapolam o domicílio. Uma família engloba pessoas com diferentes graus de parentesco, definidos a partir da descendência/ascendência sanguínea, casamento, adoção ou ainda por afinidade. Assim, a responsável pela família pode não ser a responsável pelo domicílio, visto que, no Brasil, comparado a países como EUA e Argentina, por exemplo, há um grande número de famílias residentes em um mesmo domicílio que pode abrigar duas ou mais famílias (ALVES, 2008).

No caso estudado, é comum a mulher responsável pela família residir com seus pais até que ela consiga construir um quarto para sua própria família, que pode ser nos fundos ou nas adjacências do terreno dos pais.

### ***1.6. Comentando o perfil das mulheres provedoras***

Os dados iniciais do questionário versam sobre aspectos gerais das dezessete (17) mulheres pesquisadas: nome, endereço, naturalidade, raça/etnia (auto-identificação), idade, escolaridade, profissão, situação conjugal, número de filhos e composição do grupo doméstico. As perguntas concernentes ao nome e endereço foram utilizadas no propósito de favorecer os pesquisadores na identificação das mulheres pesquisadas, porém, como de praxes nos estudos de campo das ciências sociais atribuiu-se pseudônimos às pesquisadas.

A faixa etária das mulheres pesquisadas está entre 26 a 72 anos de idade. A variedade geracional contribuiu para diferenças de olhares, comportamentais e significados acerca dos diferentes assuntos contemplados pelo estudo. A faixa de idade predominante foi de mulheres de 50 a 59 anos (5), seguidas pelas mulheres de 40 a 49 anos (3), 30 a 39 anos (3) e 20 a 29 anos (3), também foram entrevistadas mulheres nas faixas etárias de 70 a 79 anos (2) e 60 a 69 anos (1), conforme tabela abaixo:

**QUADRO 01: Perfil das mulheres pesquisadas**

Nome <sup>4</sup>	Idade	Naturalidade	Raça/etnia	Escolaridade	Profissão/Ocupação
Jade	44	Maranhão	Morena	Ensino Médio completo	ACS
Violeta	57	Maracanã	Morena	Magistério	ACS
Margarida	55	Peixe-boi	Branca	Ensino Médio completo	ACS
Flordelis	55	Marituba	Preta	Ensino Médio completo	ACS
Camélia	43	Belém	Parda	Magistério	Professora
Claudia	72	Barcarena	Parda	Não estudou	Empregada doméstica
Acácia	72	Marapanim	Morena	Não estudou	Empregada doméstica
Beladona	49	Belém	Preta	Fundamental incompleto	Despachante de veículos
Esperança	26	Belém	Morena	Fundamental incompleto	Serviços gerais
Maresia	29	Quatipuru	Morena	Ensino Médio completo	Agente administrativo
Gabriela	52	Maranhão	Morena clara	Fundamental Incompleto	Aposentada e faz bicos
Rosa	33	Belém	Morena	Fundamental Incompleto	Serviços gerais
Narcisa	39	Cametá	Morena Clara	Ensino Médio Incompleto	Comerciante autônoma
Werônica	52	Belém	Morena	Fundamental Incompleto	Pensão viuvez
Samambai a	29	Belém	Branca	Fundamental Incompleto	Venda de tacacá
Orquídea	38	Belém	Parda	Ensino Médio Completo	Empregada doméstica
Queridinh a	68	Ilha do Marajó	Morena	Fundamental Incompleto	Pensionista/auxilia invalidez

FONTE: Pesquisa de campo, 2009, 2010, 2011.

No que diz respeito à escolaridade das mulheres, o quadro geral de formação mostra a predominância de um baixo nível de escolaridade. As duas mulheres setuagenárias afirmam nunca terem frequentado escola, 8 (oito) mulheres possuem o ensino fundamental incompleto e 7 (sete) concluíam o 2º grau, atual ensino médio, sendo que duas delas cursaram o antigo magistério que habilitava para trabalhar como

<sup>4</sup> Os nomes das mulheres foram modificados para fins de preservação da identidade das mesmas.

professora e as outras concluíram os estudos por meio de programas financiados pelo governo federal (PRONAF) visando a qualificação de mão-de-obra disponível nas comunidades para o trabalho de agente comunitária de saúde.

Dentre as razões para a pouca escolaridade entre o grupo encontram-se: a ausência de escolas nas localidades onde residiam, o trabalho em tempo integral, o nascimento dos filhos em idade escolar, o casamento. Essa situação contribui para a baixa especialização junto ao mercado de trabalho, restringindo as oportunidades de melhores empregos, salários e condições de trabalho.

Para as duas mulheres que compõem o grupo das setuagenárias, o acesso a escola foi impedido em decorrência da inexistência de escolas em suas localidades de origem. A mudança para a capital no período da pré-adolescência se deu em decorrência do trabalho como cria de família não permite o acesso aos estudos, visto que, o trabalho acontecia nos três turnos e elas ainda dormiam na casa dos patrões. Para as outras oito mulheres, a gravidez e o posterior casamento foram os motivos de interrupção dos estudos. O retorno à escola aconteceu após os filhos criados e em idade escolar, aproximadamente sete anos. Somente uma delas (Maresia) teve o primeiro filho após a conclusão do 2º grau o que permitiu almejar melhores condições no mercado de trabalho alcançando a condição de servidora pública do Estado do Pará. Emprego valorizado e almejado pela camada popular dada a condição de estabilidade que o mesmo oferece.

O dado referente à baixa escolaridade das mulheres de camada popular é recorrente em outros estudos sobre a Vila da Barca. Farias Júnior (2006) em dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará buscou compreender “O fracasso escolar e a realidade educacional da Vila da Barca” provenientes do processo de exclusão social em que seus moradores se encontram. O autor, ele mesmo morador das palafitas e, portanto, legítimo representante da Vila considera que:

Analfabetismo, não acesso à escola, reprovação, repetência, defasagem nos estudos e evasão, ainda que permaneçam vigorantes nesta localidade, já enfrentam uma certa resistência por parte daqueles que pareciam “predestinados” ao insucesso escolar. Já começam a perceber que, embora as condições para se estudar permaneçam difíceis, eles podem mudar o rumo do que parecia “predestinado” e da própria história que vivenciam (FARIAS JÚNIOR, 2006, p. 212-3).

Dessa forma, as duas áreas escolhidas para o estudo conjugam-se em muitos aspectos dadas a ausência de condições de para que seus moradores completem seus

estudos (quando conseguem chegar a uma cadeira escolar). O baixo nível de escolaridade compromete a possibilidade de galgar melhores postos no mercado de trabalho.

O item referente à naturalidade traduz a trajetória da visualização do contínuo campo-cidade. Entre as pesquisadas 8 (oito) são provenientes do interior do Estado do Pará, 7 (sete) são da capital paraense e 2 (duas) migraram de outro Estado brasileiro (Maranhão).

Estudos pioneiros sobre comunidade Amazônica realizados na década de 1970 já sinalizavam para o forte fluxo de pessoas oriundas de cidades e localidades interioranas em direção a capital paraense (WAGLEY, 1977). Desde então diferentes autores das ciências sociais referenciam a relação de interdependência entre esses dois espaços, expressa no vínculo que se estabelece entre aqueles que migram e os que ficam nas localidades (RODRIGUES, 2008; CANCELA, 2006).

Uma das entrevistadas expressa de forma bem nítida esse processo: “A gente se espalha porque esbarra na situação do desemprego, uns não querem trabalhar no campo, não sabe lidar com a terra” (VIOLETA, 2009).

A idéia de movimento, fluidez, mudança, associada às condições materiais de existência de um grupo está representada na fala acima. O movimento em direção à cidade representa a procura por emprego, salário (ainda que sem carteira assinada), assistência médica e educacional para os filhos.

O pensamento de Violeta recorda os versos de Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas*: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (1986, p.26). Afinal, a realidade não pode ser entendida de maneira cartesiana, estanque, mas, ela se constrói no desenrolar dos acontecimentos, das rupturas que são construídas a cada fio da teia das relações sociais que se estabelecem entre a saída e a chegada de um lugar a outro, isto é, no meio da travessia.

Violeta nasceu no município de Maracanã e a primeira vez que conheceu a capital paraense foi aos cinco anos de idade. O segundo companheiro de sua mãe veio em busca de trabalho e trouxe consigo a esposa e a enteada. Em seguida, retornou para sua cidade natal onde morava com seus avôs maternos. Lá se casou aos 17 anos de idade, teve seu primeiro filho e ficou casada por seis anos até retornar para a capital do Estado novamente em busca de emprego para prover o sustento de sua família.

Outra mulher comenta:

Naquilo que eu podia, o que eu conseguia era pra casa [...] Eu tava com uns quinze anos [...] Assim que eu cheguei aqui (em Belém), eu vim pra cá num ano, meu pai faleceu no outro [...] Foi, não, tipo assim, quando eu cheguei pra cá eu comecei a trabalhar na sonora, onde vendo máquina fotográfica na rua. Trabalhei na sonora, aí trabalhei na Makell (confeção), trabalhei no atacado mineiro, trabalhei no regatão [...] Não estudava porque eu queria ter dinheiro pra mandar pra eles lá, agora eu me vestia bem, Eu trabalhava pra mim me vesti, pra mim me manter...(ISIS, ANANINDEUA, 2009).

Isís nasceu no Maranhão, pertence a uma família de cinco filhas mulheres, sendo a terceira filha, e a mais velha a morar com a mãe, pois as duas primeiras residiam com duas tias maternas. Aos 15 anos começou a trabalhar como doméstica em *casa de família*, o que permitia que ela *ajudasse* a mãe na manutenção da casa, pois seu pai encontrava-se doente e acamado, portanto, impossibilitado de trabalhar devido a um câncer. Isís diz ter assumido o papel de filha mais velha, pois *ajudava* a cuidar dos irmãos, trabalhava fora de casa para manter a família e trabalhava nas tarefas domésticas em casa.

Interessante notar no discurso de Isís, como apesar da concomitância de afazeres, tratava-se somente de uma “ajuda” familiar. Para a literatura sociológica, o trabalho feminino consiste em uma atividade secundária em comparação ao trabalho do homem, mais valorizado e respeitado socialmente.

Aos 15 anos de idade, mudou-se para a capital paraense, Belém, em companhia de uma amiga. A mudança ocorreu, principalmente, motivada pelo desejo de melhores condições de vida, emprego. Assim, nas entrelinhas percebe-se a motivação familiar que levou a mesma a sair de casa em busca de novos rumos pessoais. Seu pai era assíduo consumidor de bebidas alcoólicas e agredia fisicamente e psicologicamente sua mulher e filhos, além de ter outra família morando nas proximidades de sua casa. A ida para outro Estado parecia conciliar a oportunidade de emprego, casamento e novas relações familiares. A escolha pela capital paraense ocorreu porque já havia um tio paterno morando na cidade.

A raça/etnia foi outro elemento presente nos questionários. Optou-se pela auto-classificação e as respostas foram: predominantemente a raça/etnia morena presente em 10 (dez) respostas, seguida pela parda para 3 (três) mulheres, a branca e a negra apresentam ambas a mesma quantidade de respostas 2 (duas) mulheres cada. Ressalte-se que, dentre essas categorias outras subcategorias estiveram presentes, como por exemplo, a morena clara (inserida na categoria morena) e a preta (presente na raça negra).

No que tange a interseccionalidade entre as categorias gênero e raça, nota-se a predominância da cor “parda” nos municípios em estudo. A miscigenação do povo brasileiro constitui um processo de “embranquecimento” da nação visando o gradativo desaparecimento do negro. Nesse sentido, Belém e Ananindeua tendem a reproduzir o cenário de desigualdade social encontrado a nível nacional. As mulheres responsáveis pelo domicílio nesses municípios são pouco sensíveis às melhorias nas condições de vida, dada a dificuldade no acesso a equipamentos urbanos, como postos de saúde, escola, transporte, alimentação e atividades de lazer e cultura.

Para uma leitura mais apurada do processo de “branqueamento” da população brasileira, via “miscigenação” sugere-se a leitura de autores que fornecem subsídios para compreender a questão racial no Brasil e, particularmente, no Estado do Pará (SALLES, 2005; FREYRE, 2006; ACEVEDO, 1998; AMARAL, 2006).

Embora se tenha a compreensão de que as categorias “parda” e morena” encontram-se diluídas na categoria “negra”, optou-se por acatar a terminologia adotada pelas mulheres sujeitos do estudo. Faz-se uma ressalva que a categoria “morena” está presente no cotidiano da cidade, das músicas, dos poemas, dos versos e prosas a ela endereçados:

Belém, Belém acordou a feira /Que é bem na beira do Guajará/Belém,  
Belém, menina morena /Vem ver-o-peso do meu cantar/Belém, Belém és  
minha bandeira / És a flor que cheira do Grão Pará (Flor do grão Pará.  
LUCINHA BASTOS).

Nos outdoors e anúncios da capital paraense o slogan “cidade morena” é uma constante, fazendo referência à miscigenação de seu povo.

Sabe-se que o Brasil é um país multirracial, apresentando 99% de sua população constituída de brancos e negros. Contudo, o mito da “democracia racial” não tem sustentação quando analisadas as desigualdades entre negros e brancos (CEPAL & SPM, 2005). Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, as mulheres negras encontram-se mais vulneráveis e menos representadas entre as faixas superiores da pirâmide corporativa, elas também estão mais presentes em atividades de baixo status social, menor rendimento salarial e sem carteira assinada em comparação às mulheres brancas (OIT, 2010). Nota-se que a discriminação de gênero se soma a de raça e classe, formando um quadro de tripla discriminação.

O relatório *Igualdade no trabalho: enfrentando os Desafios* lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007) apresenta os principais aspectos da

discriminação no mercado de trabalho em contexto brasileiro nos últimos dez anos e pondera:

Neste cenário de mudanças, talvez as de maior significado para o futuro sejam a presença definitiva e crescente das mulheres em busca de oportunidades profissionais e a intensificação da discussão sobre a desigualdade racial no país, que se instala na agenda pública, trazendo à tona dados irrefutáveis sobre a discriminação da população negra no trabalho, sofrida com dupla intensidade pelas mulheres negras (OIT, 2007, p. 01)

Ainda segundo a OIT (2007) desde 1995, ocorre o aumento da ocupação feminina em 2,1% ao ano em comparação à masculina. Contudo, o aparente progresso oculta uma situação de discriminação, pois as mulheres permanecem voltadas para as atividades consideradas de âmbito feminino, tais como, os serviços sociais e o trabalho doméstico, conforme veremos mais adiante.

O fato de nossa principal informante ser uma agente comunitária de saúde (ACS) influenciou no elevado número de mulheres que apresentaram como profissão/ocupação a mesma de Margarida. Salienta-se, contudo, que todas as mulheres migrantes (8) ao saírem de suas localidades de origem a caminho da metrópole, sem estudos e sem qualificação, se deparavam com o serviço doméstico, serviços gerais e outras atividades que não exigiam escolaridade. Babá, empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras de roupas, cria de família, serviços gerais, caixas de supermercado foram às alternativas para essas mulheres, conforme veremos adiante.

Em todos os casos estudados, o trabalho significa a sobrevivência individual e familiar é “o ganha pão das crianças”, ou seja, o trabalho é a garantia de alimentação, educação e moradia (ainda que em condições precárias). O ingresso ou retorno ao mercado de trabalho ocorre quase sempre por intermédio de relações de vizinhança, parentesco e amizade, como se percebe na conversa a seguir:

E a senhora foi pra lá (fábrica de castanha) por intermédio de quem?  
I: Uma pequena. Sabe essas pessoas que trabalham em casa de família? Uma conhece a outra aí: “borá pra lá?”. Aí fomo trabalhar pra lá (CLAUDIA, ANANINDEUA, 26/10/2009).

Essa mesma interlocutora explica momentos antes como tinha iniciado seu trabalho em casas de família na capital paraense:

Antigamente tinha esse negócio que rico que se dava com pobre era padrinho não sei de quem, era muito respeitado naquele tempo, aí ele (o patrão) vinha muito pra aí, e ele precisou de uma pessoa pra cuidar dos filhos dele, aí o meu irmão sabia que eu queria vim embora pra cá, aí eu vim até hoje.  
L: Aí era na casa de quem?  
I: Era casa de família.

L: Mas era conhecido de vocês?

I: Era conhecido do meu irmão. Era amigo dele. Era dum comércio, não sei vão lembrar, era a Casa Guerra, era uma casa grande que tinha bem lá embaixo. Bem em frente a igreja das Mercedes. Não tem a igreja das Mercedes?

A admissão ao serviço doméstico, realizado em domicílios, acontece de maneira informal, geralmente um conhecido da família indica uma pessoa de sua confiança para trabalhar nessas casas. Não havia garantias contratuais entre patrão e empregada. Nesses casos o acordo ocorria sem formalidades para ambas as partes envolvidas no processo, os patrões definiam desde as horas dedicadas ao trabalho, as atividades que deveriam ser desempenhadas até mesmo a remuneração ou gratificação para essas trabalhadoras. Não raro, as vestimentas e a alimentação compunham todo o salário dessa categoria. Os patrões, geralmente, eram pessoas pertencentes à classe média, funcionários públicos, bancários, comerciantes (como o exemplo acima).

Devido às dificuldades de inserção no mercado formal, o trabalho doméstico é recorrente para muitas dessas mulheres que saem de diferentes localidades do interior do Estado do Pará em busca de melhores condições de vida. Como desde crianças elas são orientadas a realizar tarefas domésticas do tipo limpar casa, lavar louças, lavar roupas e cuidar de crianças, o trabalho de empregada doméstica torna-se uma continuidade do aprendizado de infância e caracteriza um quadro de feminização das ocupações (BRUSCHINI, 1998; HIRATA, 2002). Outrossim, essa atividade não exige qualificação profissional, isto é, escolaridade, pelo contrário, muitas vezes as mulheres são desestimuladas a estudar para se dedicar unicamente ao trabalho. Para essas crias, a casa dos patrões se confundia como local de trabalho e de moradia. Duas de nossas interlocutoras repertoriavam sua trajetória como crias de família que será apresentada posteriormente.

**Quadro 02: Composição do grupo doméstico**

Nome	Nº Filhos	Situação Conjugal	Relação com a pesquisada	Idade	Religião
<b>Jade</b>	1	União estável	Marido	55	Católica
			Filha	23	
			Genro	25	
			Neta	02	
			Neto	01	
<b>Violeta</b>	5	Separada	Filho	40	Católica
			Sobrinho	19	
<b>Margarida</b>	5	Viúva há 14 anos	Filha	28	Católica
			Filho	30	

<b>Flordelis</b>	4	Viúva em 2010	Filho Filha Genro Neta	27 29	Católica
<b>Camélia</b>	2	Separada	Mãe Filho Filho Irmão	72 26 24 33	Católica
<b>Claudia</b>	1	Viúva	Filha Neto Neto Filho	43 26 24 33	Católica
<b>Acácia</b>	3	Não casou	Neta	25	Católica
<b>Beladona</b>	5	Separada	Filho Filho Filha Filha Neta	26 24 23 09 06	Católica
<b>Esperança</b>	2	Solteira	Filho Filha	10 05	Católica
<b>Maresia</b>	2	Solteira	Mãe Irmão Sobrinha Filho Filho	76 46 07 12 02	Católica
<b>Gabriela</b>	5	União estável	Marido Neto Neto	59 11 04	Evangélica
<b>Rosa</b>	2	União estável	Marido Filho	31 17	Evangélica
<b>Narcisa</b>	2	União estável	Marido	30	Católica
<b>Werônica</b>	4	Viúva	2Filhos biológicos 3Filhos Adotivos Irmã 2Sobrinhos Irmão Cunhada	30 27 15 13 e 08 39 13 e 12 49 24	Evangélica
<b>Samambaia</b>	3	União estável	Marido Neto Neto	54 10 08	Católica
<b>Queridinha</b>	3	Viúva	Filho 2 netos	21 19 e 16	Católica
<b>Orquídea</b>	0	União estável	Cônjuge	48	Católica

FONTE: Pesquisa de campo 2009, 2010, 2011.

A redução do número de filhos nas famílias é um fenômeno social recorrente à sociedade brasileira. Entre as mulheres pesquisadas o quantitativo de crianças ficou entre uma e cinco, corroborando sua inserção ao contexto nacional. Esse dado é auferido entre as mulheres como algo positivo, pois quanto maior a prole, mais difícil o retorno ao trabalho e, por outro lado, o número reduzido de filhos facilita o ingresso e inserção ao mercado de trabalho, tendo em vista a dupla jornada de trabalho em que a mulher divide esforço entre a profissão/ocupação, as atividades domésticas e a maternidade. Para as mães solteiras que criam seus filhos sem a presença do provedor masculino, torna-se imperioso a rede de relações familiares e de vizinhança para a manutenção da família (NEVES, 1985; WOORTMANN, 1987).

Sobre a situação conjugal do grupo estudado, 1 (uma) das mulheres nunca constituiu matrimônio (formal ou informal), enquanto 6 (seis) constituíram união consensual, 2 (duas) são solteiras, 3 (três) separadas/desquitadas e 5 (cinco) são viúvas. Uma mulher constituiu casamento religioso e civil, mas encontra-se viúva atualmente, conforme se pode verificar no quadro acima, apresentando uma síntese da experiência conjugal dessas mulheres.

A informação referente à situação conjugal de Dona Flordelis foi atualizada em relação ao ano em que a pesquisa ocorreu (2009). No momento da primeira entrevista a mesma encontrava-se casada e enviuvou meses depois. O fato de ser um dado importante não poderia ficar omissos.

Diante desse quadro, é possível afirmar a maior parte (quatorze) das mulheres pesquisadas fez uso da informalidade, ratificando pesquisas antropológicas realizadas na capital amazônica durante o período de expansão da economia da borracha (1870-1920) que sinalizam para alargamento do número de uniões informais entre as camadas populares da cidade em decorrência de diferentes fatores: a instabilidade do trabalho, da moradia e de bens materiais e patrimoniais produz implicações na maneira como o sujeito se relaciona com o mundo e consigo mesmo; associado a isso temos a maior autonomia da mulher pobre e trabalhadora:

Se as condições materiais encerram limites à experiência, delineando particularidades ao conjunto desses segmentos populares, as opções e escolhas individuais se fazem, do mesmo modo, presentes no cotidiano, trazendo à tona uma diversidade muitas vezes incômoda, mas que não pode ser velada (CANCELA, 2007, p.09).

Ao analisar a variável *estado civil* é necessário frisar que ela não compreende a categoria *união consensual* dada sua ilegalidade perante o Estado. Assim, as pessoas unidas consensualmente estão diluídas entre todas as categorias da variável estado civil, pois uma pessoa unida consensualmente, mas que nunca oficializou qualquer união, é considerada, legalmente, solteira. Igualmente, uma pessoa que rompe uma união formal, mas não oficializa esta dissolução e contrai uma nova união, consensual, é considerada legalmente casada, mas relacionada à primeira união. Nesse sentido, pode-se concluir que essa variável não contribui muito para compreender a situação conjugal dos brasileiros, já que ela sublima os diferentes formatos de relações que são construídas no cotidiano e que não são oficializadas, sejam elas atuais ou já desfeitas.

A composição do grupo doméstico revela uma variedade de arranjos, perpassando desde um casal com filha, marido e filhos, outra combinação apresenta a mãe, com filho e sobrinho, em outro caso tem-se a avó e neta, seguindo adiante há outra composição ainda a avó, a mãe, irmão e dois filhos e uma quarta composição traz a mulher entrevistada com sua mãe, seu irmão, sua sobrinha (filha deste irmão) e seus dois filhos menores de idade. Um olhar mais cauteloso revela quatro composições familiares compostas pela presença da mulher entrevistada e seus filhos (biológicos e adotivos), sendo que duas dessas mulheres são viúvas, uma é separada e outra é solteira. A diversidade de arranjos familiares pode apresentar uma multiplicidade de sentimentos e emoções na maneira de perceber e construir suas relações afetivas, amorosas, familiares.

A diversidade de configurações familiares é tema recorrente em diferentes autores das ciências sociais, embora a literatura sócio-antropológica apresente dificuldade em conceitualizar a família brasileira, visto que um conceito único e genérico é insuficiente para apreender a complexidade da mesma. Dessa forma, para os literatos, a família brasileira representava, durante o período colonial brasileiro, uma adaptação da família portuguesa, tendo herdado inclusive características patriarcais e conservadoras. No entanto, esse modelo mostrou-se restrito e limitado, pois não considera fatores como temporais, espaciais e a diversidade cultural do país.

Os estudos de Samara (1989) sobre o período colonial brasileiro fornecem indícios de que a família patriarcal não era predominante no Brasil do século XVIII e XIX, onde se encontravam famílias de estruturas mais simples e com um número menor de membros. Em São Paulo, as famílias extensas eram em número de 26% dos domicílios; os outros 74% representavam outras formas de composição familiar. As

famílias extensas eram, portanto, representativas de apenas uma minoria da sociedade. Desde então, o termo família passa a significar, para uns, o estudo do núcleo doméstico e, para outros, o estudo do grupo de sangue. Não se pode omitir que nesse momento, as famílias consideradas ilegítimas<sup>5</sup> possuíam grande representatividade, pois o casamento não era acessível a todos. Coexistiam, pois, distintos padrões familiares.

Nesse sentido, tende-se a aderir a proposta de Corrêa (1994) ao propor a relativização da imagem da família patriarcal, sinalizando para outras combinações que também compunham as dinâmicas familiares durante o período colonial e o império.

Os tipos familiares e sua composição estão diretamente associados ao tipo de sociedade e ao período histórico vivenciado. De acordo com Durham (1980), o sistema capitalista aboliu a família enquanto “unidade de trabalho produtiva” e em seu lugar optou pela figura do trabalhador individual, que vende individualmente sua força de trabalho e, que conseqüentemente, consome para a sua satisfação pessoal. Dessa forma, a família perde seu papel de produtora e consumidora, tornando-se somente “reprodutora da força de trabalho”. Situação análoga é repertoriada por Singly (2007), ao escrever sobre a autonomia da família francesa contemporânea em relação à parentela, pais, avós, tios, primos e etc.

Entre as décadas de 1970 e 80, as famílias constituídas por somente um dos pais e filhos são as que apresentam maior crescimento do período, passando de 12,3% para 13,8% respectivamente, superando outros tipos de famílias, como: a nuclear, a extensa e casais. A família quebrada com chefe mulher apresenta alargamento de 1,6%, só perdendo para a percentagem de casais que no mesmo período apresentou elevação em torno de 1,9%, conforme tabela a seguir:

**Tabela 04: Tipos de Família - 1970-1980 (%)**

<b>Nuclear</b>	<b>Extensa</b>	<b>Quebrada com chefe Homem</b>	<b>Quebrada com chefe Mulher</b>	<b>Casal</b>	<b>Total</b>
<b>1970-1980</b>	1970-1980	1970-1980	1970-1980	1970-1980	<b>1970-1980</b>
<b>62,2 61,4</b>	<b>14,6 12,1</b>	<b>2,1 2,1</b>	<b>10,1 11,7</b>	<b>11,0 12,9</b>	<b>100,0 100,0</b>

**FONTE:** Amostra do Censo Demográfico 1970-1980 apud PASTORE (1983, p.13).

O termo família quebrada com chefe mulher e família quebrada com chefe homem sofreu modificações ao longo dos tempos, conforme se verificou no sub-

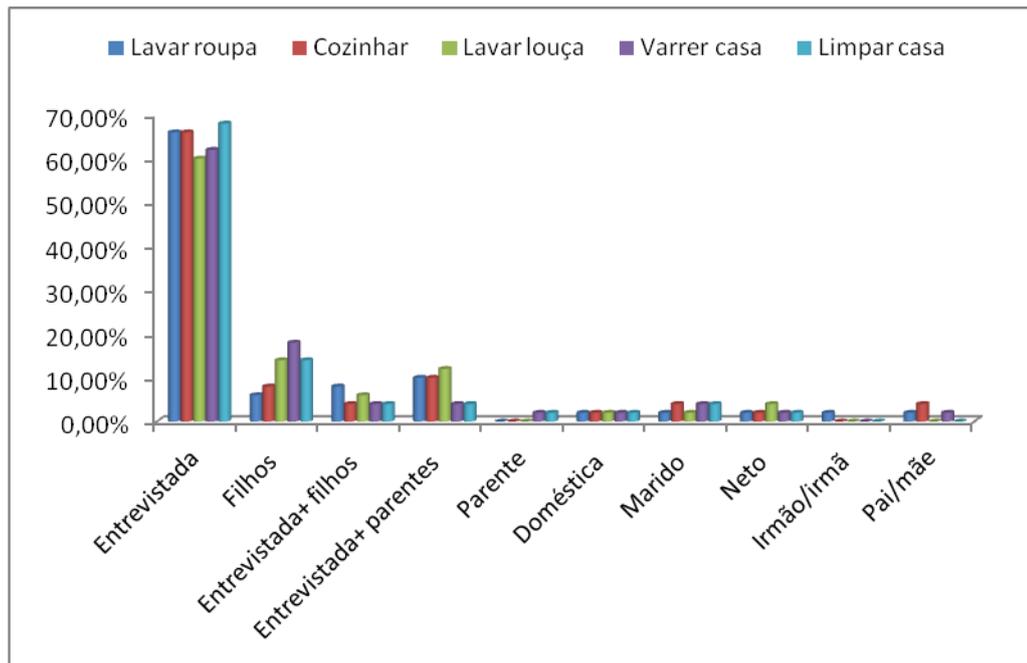
<sup>5</sup> Segundo Sâmara (1987), são famílias não provenientes do casamento.

capítulo, apresentado anteriormente, sobre a pluralidade conceitual. Porém, a expansão desse fenômeno foi acentuada a cada novo levantamento realizado por órgãos públicos e privado.

### **1.6. 1. A “Distribuição das Tarefas Domésticas” e “Cuidado com as Crianças”**

Ainda com base nos questionários aplicados, buscou-se saber a respeito da distribuição das seguintes tarefas domésticas: lavar roupa, cozinhar, passar roupa, varrer casa, lavar louça, limpar casa, consertos em casa e cuidados com os doentes. Nota-se a persistência de um modelo tradicional que atribui à mulher a responsabilidade por atividades relacionadas aos cuidados com a casa. Nas cinco primeiras atividades a mulher é a principal responsável obtendo mais da metade das respostas (60% a 68%), em segundo lugar ela continua sendo a principal responsável mais com a parceria de parentes (4%, 10% e 12%), os filhos obtêm a terceira colocação (6%, 8%, 14%, 18% e 14% respectivamente), e em quarto aparecerem os filhos e a entrevistada como principais responsáveis (8%, 4% e 6%) pelas atividades domésticas de lavar roupa, cozinhar e lavar louça. Nota-se que entre as respostas dadas a “entrevistada” esteve presente em nada menos que mais de dois terços das atividades com percentual de 84%, 80%, 78%, 88% e 90% respectivamente.

#### **Gráfico 01: Distribuição das tarefas Domésticas.**



**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2009, 2010, 2011.

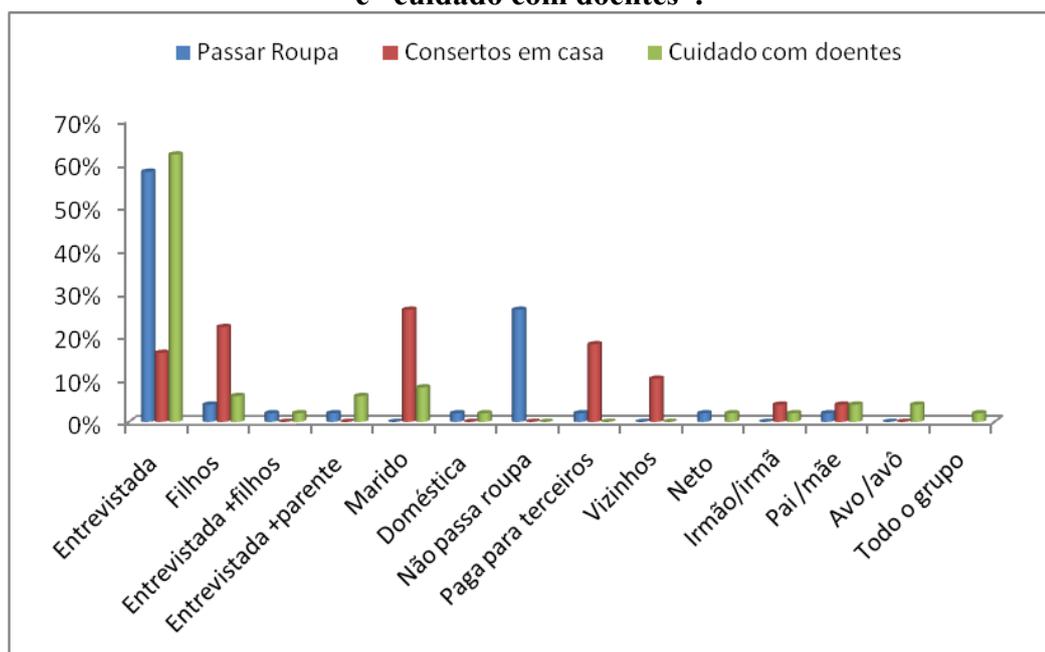
Não menos importantes são os outros sujeitos que participam dessa atividade em menor número. Causou surpresa o fato de haver uma empregada doméstica (2%) prestando serviços a uma das mulheres pesquisadas, revelando a precariedade dessa atividade. O marido e neto respondem por 2% a 4% das atividades investigadas. E o irmão/irmã e pai/ mãe também estão presentes principalmente na limpeza da casa (2%). Na ação de cozinhar somente aparecem pai/mãe com 2%.

As categorias analíticas “passar roupa” e “consertos em casa” foram analisadas em conjunto. A atividade de “passar roupa” mereceu uma tabela a parte, pois houve a entrada de novas respostas como: não passa roupa (26%) e paga para terceiros (2%). Embora a ação ainda seja responsabilidade principal da entrevistada (58%), um número razoável de mulheres declarou não passar roupa, essa afirmativa pode dar margens para outras questões que não poderão ser respondidas visto que não foram devidamente investigadas, porém, não deixa de ser interessante notar essa questão, pois sucinta idéias como: não passa roupa porque não possui ferro (o que é pouco provável dada a facilidade de se adquirir esse eletrodoméstico), outra idéia recorrente pode ser que as roupas da casa não necessitem ser passadas a ferro (o que também parece improvável a família não possuir roupas de pano que amassem e precisem ser passadas) e, por fim, pode-se pensar na tentativa de economia de energia, o que parece mais provável dada a situação de carência em que se encontra o grupo estudado.

Quanto à categoria “consertos em casa” o marido responde por 26%, isto é, pouco mais de um terço dos dados, seguido pelos filhos que somam 22% e a entrevistada responde por 16%, em quarta colocação está o serviço de terceiros com 18%, os vizinhos aparecem pela primeira vez com 10% e os irmãos/irmãs e pai/mãe respondem cada um por 4% das respostas. Ressalte-se que pela vez a entrevistada não está entre a primeira colocada, cedendo lugar para o marido e os filhos.

A categoria “cuidado com doentes” merece destaque dado à amplitude das respostas, conforme tabela acima. Contudo, a presença da entrevistada ainda é significativa representando 70%, o marido assume 8% das respostas conquistando a segunda colocação, seguida pelos filhos com 6%, pai/mãe e avó/avô respondem por 4% cada e não menos relevante estão os netos, irmão/irmã e a empregada doméstica com 2% cada um. Um dado interessante diz respeito à resposta que visualiza todo o grupo doméstico como responsável pelo cuidado com os doentes (2%).

**Gráfico 02: Distribuição das tarefas “passar roupa”, “consertos em casa” e “cuidado com doentes”.**



**FONTE:** Pesquisa de Campo, 2009, 2010, 2011.

Persiste a tradicional divisão sexual do trabalho que atribui ao gênero feminino uma multiplicidade de características associadas a atributos ou qualidades “naturais” das mulheres, tais como: os cuidados com o espaço doméstico e a família, enquanto os homens ficam responsáveis pelos consertos da casa.

Outra questão que chama a atenção é o fato de haver empregada doméstica em uma das famílias estudadas, pois as áreas estudadas são conhecidas como localidades de grande vulnerabilidade social onde os moradores estão inseridos em um contexto de precariedade no acesso aos equipamentos urbanos como: postos de saúde, creches, escolas, transporte, saneamento, etc. Nesse sentido, essas trabalhadoras estão prestando serviços para pessoas que se encontram em situação social não muito distante da sua própria realidade, caracterizando a fragilidade do serviço prestado pela doméstica, no que concerne a inexistência dos vínculos empregatícios, assim como, dos benefícios sociais como: aposentadoria, 13º salário, férias, seguro desemprego, Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS), hora extra e outros benefícios.

Nas atividades tradicionalmente consideradas femininas como lavar roupa, cozinhar, lavar louça, varrer casa e limpar casa a presença masculina ainda é insignificante se comparada ao público feminino, revelando a persistência histórica de um modelo de família que condena à mulher às funções de reprodução, enquanto o

homem encontra-se associada à produção. Contudo, em camadas populares esse modelo ideal precisa ser atualizado dadas as dificuldades do homem em garantir sozinho a reprodução do grupo familiar.

A pesquisa também investigou a respeito do cuidado com as crianças menores. Através de uma tabela procurou-se quantificar o número de vezes que a entrevistada, o cônjuge, os parentes ou outras pessoas exerciam determinados cuidados com as crianças como: vestir e dar banho, dar comida, levar ao médico, por para dormir, levar ou pegar na escola, acompanhar nas atividades escolares e passear.

Verifica-se que em todas as atividades alocadas a principal responsável é a mulher, seguida pela categoria “outros” (explicada acima), depois a categoria “parentes” (também anunciada anteriormente) e por fim o cônjuge aparece em último lugar no que tange aos cuidados com as crianças.

Das atividades relacionadas o “passeio” aparece com 60% de frequência da mulher em detrimento dos demais executores. A ação de “levar ao médico” aparece com 56% de frequência da mulher, seguida por “Acompanhar as atividades escolares” com 46%, depois “Por para dormir” com 40%. Levar ou pegar o filho na escola foi citada por 36% das mulheres pesquisadas, enquanto “Dar comida” aparece com 30% e, por fim, “Vestir e dar banho” tem 28% de incidência entre as pesquisadas.

É necessário expor que a categoria “outros” compreende as próprias crianças quando já estão em idade de exercer as atividades. Na categoria “parentes” apareceram a mãe biológica da criança (em um caso onde a criança é criada pela avó materna), a irmã da entrevistada, filhos (as) mais velhos (as) da entrevistada e a neta mais velha da entrevistada. Vale frisar que em todas as ocasiões tratava-se de pessoas do sexo feminino.

---

**CAPÍTULO II –**  
**TRAJETÓRIAS AMOROSAS: DISCORRENDO**  
**SOBRE NAMORO, CASAMENTO, FILHOS E**  
**SEPARAÇÃO.**

---

## CAPÍTULO II – TRAJETÓRIAS AMOROSAS: DISCORRENDO SOBRE NAMORO, CASAMENTO, FILHOS E SEPARAÇÃO.

*Desde aqueles dias passados na cama, aprendi que há muitas mulheres como eu, milhares e milhares de nós, criadas de um modo tal que nos impossibilita encarar a realidade adulta de que toca a nós, apenas, a responsabilidade por nós mesmas. Podemos até verbalizar essa idéia mas, no íntimo, não a aceitamos. Tudo na forma de sermos educadas continha a mensagem de que seríamos parte de alguma outra pessoa \_ que seríamos protegidas, sustentadas, alimentadas pela fertilidade conjugal até o dia de nossa morte. (DOWLING, Colette. Complexo de Cinderela, 1987, p.11).*

Descobrimos, uma a uma, a falácia dessa promessa. O cenário cultural pós década de 70 produziu modificações na maneira como as mulheres eram vistas, concebidas e tratadas pela sociedade. Os sonhos de outrora se tornaram débeis e ignóbeis. A idéia de segurança produzida durante a infância tornou-se obsoleta, em que tudo parecia solucionado ou determinado e podíamos contar com a presença de papai e mamãe para saciar nossa carência de alimentação, cuidados e zelos. Mas, as incertezas são infinitas e com elas ventilamos novos questionamentos: A máxima de que as mulheres seriam *naturalmente* aptas ao espaço doméstico, enquanto que os homens seriam suscetíveis a esfera pública ainda é recorrente aos dias atuais? As mulheres continuam sendo educadas ou *treinadas* para a dependência, enquanto os homens o são para a liberdade?

Mesmo diante do século XXI, ante a era tecnológica e de intensas mudanças comportamentais tais questões parecem não estar sanadas e insistem em se insinuar diante de nossas vistas, como que envoltas, ou não, em um véu transparente de noiva, quer seja nas telenovelas, nas manchetes de jornais, nos comerciais ou mesmo em conversas ao pé do ouvido com parentes, nos inevitáveis encontros rotineiros em supermercados, entre outras circunstâncias propícias a aglomeração e encontro de pessoas.

Examinar as trajetórias amorosas das mulheres chefes de família entrevistadas significa situá-las no contexto das suas próprias subjetividades, considerando as experiências individuais em um contexto mais amplo de análise, portanto, não situado como mero acaso ou infortúnio, mas, sobretudo, como produto de escolhas. A primeira vista tais escolhas transparece como sentimental, mas, um olhar mais acurado revela que outros fatores são igualmente determinantes nesse contexto, tais como, o econômico e o cultural.

Dentre todas as mudanças que estão em processo no mundo, a mais importante é a que acontece em nossas vidas pessoais, isto é, situada no campo da sexualidade, relacionamento e família (GIDDENS, 1993). As práticas de namoro, noivado e casamento dos últimos cinquenta anos inscritos nos corpos de mulheres e homens são exemplares do contexto de individualidade moderna.

A concepção de trajetórias aqui presente faz referência a um encadeamento de experiências vividas, datadas ou não. A conjuntura dos acontecimentos expressa às circunstâncias em que ocorreram, os intervalos entre uma experiência e outra, as conexões entre os fatos e suas implicações no âmbito das relações familiares.

Salienta-se, contudo, que tais elementos não são rígidos, mas, possuem caráter flexível, semelhante ao observado por Pantoja (2007) ao estudar a sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares no município de Belém. Os acontecimentos não obedecem a uma ordem linear ou cartesiana, com fases solidamente configuradas. Não raro, as etapas de namoro e noivado são suplantadas em decorrência da iniciação sexual e conseqüente gravidez das meninas-mulheres. O arquétipo weberiano que apresenta início, meio e fim, também está presente nos depoimentos das mulheres, ainda que em número reduzido. Isso significa pensar em modelos alternativos convivendo com o padrão ideal de relação entre homens e mulheres.

Cabe assinalar ainda, que, as mulheres que compõem o universo desta pesquisa possuem trajetórias amorosas bastante diferenciadas entre si, a exceção de alguns acontecimentos em suas falas. As mulheres entrevistadas possuem idade entre 36 a 72 anos. As mulheres acima dos setenta anos de idade revelam pertencer a um tempo onde as mulheres não compartilhavam suas experiências sentimentais ou sexuais fora do ambiente familiar, o que dificultou minha inserção no grupo, para elas parecia estranho ou incômodo falar sobre suas experiências amorosas. O grupo de mulheres com idade entre 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) anos foi o que permitiu maior inserção à pesquisa. Durante o tempo de convívio com o grupo, chamou-me a atenção a forma espontânea como as mesmas falavam de suas relações afetivas, desde o namoro, a iniciação sexual, a gravidez, o casamento, a separação, o namoro pós-separação, enfim, os diferentes momentos considerados marcos das experiências vividas no campo afetivo-sexual.

## 2.1. Do namoro de porta ao casamento

A mamãe velou tanto que estrangou. Logo que separou do papai. Ele dizia: \_Se mexerem com ela, se era arruma um bucho, se arruma um filho eu te mato, é tu que vai me pagar.

E a mamãe coitada vivia ali em pânico. E olha que eu nunca fui àquela adolescente de dar dor de cabeça pra minha mãe, de matar aula, de dizer que ia pra casa de fulano e ia pra outro canto. E a mamãe me prendia demais, pra namorá era uma coisa muito rígida, era vigiando em cima, marcando colado. Namorado tinha os dias pra ir lá na porta e tinha horário, que ela (mãe) tava ali no relógio todo tempo. Aí a gente tava aqui na sala namorando, aí tinha uma porta bem larga aqui, aí ela apagava a lâmpada de lá e nós ficávamos aqui com a lâmpada ligada em cima da gente, aqui não tinha esse negócio de abraçar, de dá beijo na boca, entendeu, era ali parece dois lesos. Logo que o namorado chegava ali na porta ainda dava pra dá um cheirinho, um beijinho, mas aquilo tudo sobressaltada, tudo na carreira, entendeu? (FLORDELIS, ANANINDEUA, 12/02/2009).

O namoro de porta caracteriza um período onde os relacionamentos pareciam ter etapas bem definidas: namoro, noivado e casamento. O namoro representava a primeira oportunidade para a troca de olhares, de gestos faciais expressivos. Mas, esse processo vinha acompanhado de uma série de rituais que deviam ser obedecidos.

Acho que antigamente, a mamãe conversa comigo “ah porque hoje em dia não é como antigamente. Antigamente pra gente pegar na mão do namorando da gente (risos). Namorava aqui, a gente aqui, a mãe aqui e o pai lá.” (imitação da fala da mãe). Ah mãe, mas antigamente, hoje em dia não tem mais isso (risos). (NARCISA, 2011).

No tempo que eu me criei foi um tempo assim muito rígido, não era como agora né, e eu me casei com uma pessoa que o meu pai apresentou, chegou comigo assim e disse:

\_Minha filha esse é o seu marido.

E eu me casei sem conhecer, sem ver e eu me casei com ele, mas vivi vinte e dois anos com ele, mas não deu certo porque ele morreu (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

Primeiramente, o namoro de porta exigia certa cautela, precisava ser comedido para não gerar desconfiança dos pais da candidata e, principalmente, o falatório da vizinhança. Não era interessante para a família da mulher que está ficasse *mal vista* perante à sociedade. A mulher que cai na *boca do povo* tem sua moral abalada. Assim, é justificável tamanho zelo:

E foi, foi, foi, e eu namorava assim: \_olha nove horas tá na hora, tá na hora, bora durmi, bora durmi.

O caboco ía embora, agora só sábado. Só dia de sábado e domingo, durante a semana não tinha isso. Isso durante muito tempo, aí depois que abriram uma

exceção. Isso eu comecei a namorar, eu acho que eu devia ter uns dezesseis, dezessete anos, quando eu comecei a namorar pra leva namorado na porta. Outra coisa, negócio de dizer: \_Ah, eu vou pra festa com o namorado ou eu vou lanchar com namorado ou eu vou ali na esquina com o namorado, não tinha isso. Se a minha vó era rígida, a minha mãe pera lá, o meu avô diz “te aquieta” (FLORDELIS, ANANINDEUA, 12/02/2009).

Pantoja (2007) em sua tese sobre a temática da gravidez na adolescência verificou que os rapazes moradores do bairro do Guamá estabelecem distinções entre as moças consideradas “certinhas” e as “galinhas” ou “foguentas”. O primeiro grupo envolve aquelas que possuem “restrições na família, que não ‘vive solta’, esta sim, é a menina idealizada e buscada para namorar e casar” (151). Em oposição a esse grupo encontram-se as meninas não cogitadas para “namorar de porta” e ainda menos para “casar”.

Por trás desta situação há um modelo ideológico socialmente instaurado que considera legítimo o homem utilizar de prerrogativas masculinas na reivindicação de seus direitos sexuais sobre a mulher. Na cultura sexual do brasileiro é comum se pensar que é o homem quem deveria determinar a dinâmica da relação sexual, isto é, aspectos como a iniciativa da relação e o uso ou não de preservativo devem ser um atributo masculino, caso contrário a mulher tende a ser rechaçada e considerada como uma mulher ordinária, que sai com “qualquer um” ou com todos os homens. Se, para o homem ter muitas parceiras sexuais é um indicativo de masculinidade. Para a mulher, ao contrário, ter muitas experiências é condenável pela sociedade que lhe atribui adjetivos pejorativos como “galinha”, “vagabunda”, “foguenta”.

Em consenso com essa idéia Salem (2006) em estudos sobre a camada popular referencia uma série de oposições contrastivas de gênero, entre elas, o “namoro de portão”:

Condensador do modo como elas (as meninas) concebiam sua sexualidade e/ou a relação entre gêneros: afora ensejar o compromisso do garoto com uma relação mais estável e duradoura, ele é indicativo de que, para elas, o namoro não diz respeito apenas ao casal. O par é englobado pela rede familiar, que se afirma simultaneamente como agência de controle e de legitimação da relação (SALEM, 2006, p. 424-25).

Segundo essa autora a socialização diferencial de gênero agrega valores como: feminino/vínculo/permanência/continuidade versus masculino/circulação/impermanência/descontinuidade. Nesse sentido, torna-se compreensível as distinções e nomeações diferenciadas pelos rapazes guamaenses em direção às moças que “servem”

ou não para casar. Assim, complementando a concepção enunciada por Salem, pode-se dizer que a mulher para casar é aquela que atende aos valores femininos associados à idéia de “passividade/fragilidade/ docilidade/ subserviência”.

Contudo, é necessário matizar essa idéia da figura feminina associada à passividade e subserviência. De acordo com Michelle Perrot (2006), os últimos anos têm caracterizado um esforço de historiadoras no sentido de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais que insistem em apresentar uma “sociedade sem conflito, fundada numa repartição equilibrada dos papéis, tarefas e espaços, mais complementares do que concorrentes” (p. 170).

De maneira similar Fonseca (2004) ao apresentar um estudo sobre os moradores da vila São João reivindica uma matização na maneira de se construir e interpretar a cultura das mulheres que ao longo dos anos tem sido compreendida por um viés masculino. A análise etnográfica desta autora sugere a revisão da imagem da heroína veiculada pela literatura popular, assim como, da mulher “eternamente culpada” da classe média da atualidade. Longe disso, para Fonseca a simples dicotomia entre o masculino e feminino não contempla as questões aqui adjacentes. É necessário o exercício de compreensão do universo simbólico em que tais idéias encontram-se alicerçadas.

Em nosso estudo, no caso de Flordelis, os cuidados maternos precisavam ser redobrados tendo em vista a separação dos pais, elemento negativo para a *reputação* feminina que ficava comprometida socialmente.

Entre a camada média da sociedade, comumente, a mulher *abandonada* pelo marido era estigmatizada como alguém que não cumpriu seus deveres de esposa corretamente e, portanto, não servia para casar. Os votos de matrimônio “até que a morte nos separe” selavam uma aliança política e econômica.

A camada popular, ao contrário, apresenta maior flexibilidade nas relações entre os sexos. Sem as amarras do documento oficial, homens e mulheres estabelecem vínculos amorosos que não cumprem a obrigatoriedade do vínculo eterno e, não raro, encontram-se dispostos a novos relacionamentos afetivos.

Contudo, o relato acima revela o zelo como forma de resguardar a castidade feminina. A ameaça do pai em culpabilizar a mãe caso a filha engravide reitera a preocupação dos avós maternos, estes sim, os responsáveis pela honra da mãe e da filha, pois, ambas precisavam ser preservadas. O avô materno, nesse caso, representa o pilar dessa moral social, pois assume a dupla função de pai e avó, representando a figura

paterna responsável pela moral da família. A respeito da regularidade de padrões comportamentais destaco as palavras de Cancela:

Embora os indivíduos pertencentes aos segmentos da elite estivessem mais próximos às representações e papéis normativos, por vezes, eles vão ser encontrados em situações de questionamento e quebra dessas mesmas normas. Nem sempre o equilíbrio entre as aspirações individuais e as pretensões familiares são arrançadas de forma harmoniosa, gerando trajetórias particulares de tensão e conflitos na vivência de comportamentos lidos socialmente como ideais (CANCELA, 2006, p. 14).

Embora os costumes e valores de classe média tentem se impor como hegemônicos. A relação entre as classes conduz à circularidade cultural, onde suas representações são criadas e recriadas no constante devir entre as classes, com especificidades e valores internos a cada segmento social.

Em meados dos anos setenta o antropólogo Klaas Woortmann volta atenção etnográfica sobre a Bahia com a tese intitulada “Homens Marginais e Mulheres Dominantes”. Após quinze anos da defesa da tese é publicada a obra “A Família das Mulheres”. A cidade de Salvador serve de cenário para o antropólogo social que observa nas famílias de camadas populares o desenvolvimento de estratégias adaptativas funcionais em função da situação de pobreza em que se encontram tais grupos. Nesse sentido, cada classe social constrói diferentes noções e tipos de vida familiar, organização doméstica e redes de parentesco. Existe um modelo “ideal” de família, porém, a condição social desfavorável conduz a elaboração de um modelo ideológico alternativo. A sociedade impõe padrões de comportamentos culturalmente relacionados à noção de “família”. O comportamento sexual é o mais visível no que tange às mulheres, “as diferenças culturais constituem respostas adaptativas às condições concretas impostas por uma situação de classe” (WOORTMANN, 1987, p. 59).

Para o autor, o modelo ideal brasileiro normatiza a virgindade feminina como um dos princípios básicos da ideologia tradicional. Todavia, no Brasil, a mulher que não obedece a essa normativa não sofre sanções punitivas, diferentemente de outros países e culturas onde a violação dessa premissa é paga com a própria vida. Em seus estudos na cidade de Salvador, o autor afirma que não encontrou a idéia de ilegitimidade ou de filhos “bastardos”. Isso se explica em parte dado a aceitação de uniões consensuais ou “casos” eventuais como algo normal e, também, pelo princípio da matrilocalidade/matrifocalidade. Entre o grupo estudado, visualiza-se ainda forte contraste entre o pai e o irmão da mãe, ou entre pai e padrinho: o primeiro perde a

responsabilidade se e quando deixa a mulher, o último o retém. O pai perde o “respeito” ao atingir a meia-idade, enquanto o “respeito” do irmão da mãe tende a crescer com a idade e o acúmulo de “experiência de vida”.

Reitero a perspectiva analítica de autores que consideram necessário ponderar a rigidez de modelos comportamentais entre as classes. Os valores e representações da classe burguesa são idealizados, porém, não determinantes na maneira de agir e pensar da camada popular. É inegável que status, renda e prestígio são marcadores sociais importantes entre a elite e os populares. Contudo, gênero, etnia/raça e geração também contribuem para ponderar as diferenças sociais, não somente entre segmentos sociais, como também, no interior dos mesmos (CANCELA, 2006).

Nos casos analisados em minha pesquisa, o pai da mulher representa o esteio moral da família, configurado no trecho abaixo:

O pai era uma pessoa muito rígida, tanto é que pra namorar ninguém namorava, quem te disse que meu pai deixava a gente usar aquele vestidinho justo, com aquela roupa justa, não. Ele comprava aquelas peça de tecido e a minha mãe tinha que fazer a roupa da gente tudo aqui, embaixo do joelho, não mostrava o joelho, ninguém namorava nessa época, meu pai não deixava ninguém namorar. A minha irmã dizia assim: \_criança aqui pega cascudo. Por que eu sempre fui saliente pra querer namorar. Eu tinha uns quatorze a quinze anos, aí um rapaz foi pedir pra minha mãe pra namora de porta, aí a minha irmã foi disse assim: \_ criança aqui pega cascudo. Entendeu? então a gente teve uma criação assim bem rígida, nós não fomos criadas solta (JADE, ANANINDEUA, 26/11/ 2009).

Outra pesquisada também se refere a figura paterna nesse período de namoro como sendo rígida. Para Camélia, a *palavra final sempre era dele (pai)*:

Assim, de uma certa forma foi muito complicado logo no início. Porque eu era filha única, então o meu pai era daqueles pai muito conservador, mas tu sabe que adolescente sempre arranja um jeito de driblar eles. O meu pai era muito conservador, então quando eu quis conversar com ele sobre essa questão d’eu tá grávida nessa idade ele não quis aceitar. Ele disse assim: “Olha, se acontecer algum problema contigo, eu não quero nem saber, espero que você saia de casa”. Então eu tava decidida mesmo a sair de casa, porque o adolescente é um tipo de pessoa assim, muito impetuoso, acha que pode tudo. Mas graças a Deus, depois nós sentamos e conversamos (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 26/10/2009).

Ademais o zelo e cuidado da família, ou principalmente por isso, as pesquisadas têm suas primeiras experiências sexuais ainda durante a fase de namoro. A mãe, nesse momento, representa a figura conciliadora, ou como diz Camélia “apaziguadora” dos ânimos, tentando conversar e conciliar a situação da melhor maneira possível para ambas as partes envolvidas no processo.

A presença do pai, em geral, é a garantia do casamento da filha conforme narrativa a seguir: “Então devido toda a pressão que ele (pai) tinha feito, eu casei tipo por... birra mesmo! Quando eu queria, ele não aceitou”.

E segue explicando o início do relacionamento conjugal:

Aí o papai disse: “Se você não casar, você vai ter que morar com ele de qualquer jeito.” Então quando eu cheguei da escola, nessa época eu tava estudando, o meu pai já tinha ido buscar ele e trazido pra casa, então eu sempre digo que eu não me casei: me casaram! Aí a gente veio morar junto. Passamos dez anos juntos, tive meu segundo filho. O papai sempre presente (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 26/10/ 2009).

Por força das circunstâncias, forçada ou não, é imperioso que a adolescente passe a viver junto com o pai da criança, pois segundo a moral social vigente não é bom que a mulher seja mãe solteira, porque ela “cai na boca do povo”. A presença do pai da criança legitima essa nova família, ainda que ele não tenha condições reais de provedor dessa família:

Só que a gente não tinha estrutura financeira nenhuma, né? Mas quando eu tive certeza de que ele não ia me abandonar, aí ficou mais seguro pra gente. E ele tinha que servir o exército, por causa disso a minha mãe convenceu o meu pai a tirar a queixa que ele tinha prestado dele, porque ia implicar na entrada dele no exército, né, e tudo. Ele serviu e ele me ajudava no que ele podia (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 26/10/ 2009).

Nesse caso, acontece uma mobilização familiar para ajudar o novo casal. É muito freqüente que os jovens casais passem a viver na casa paterna ou materna, ou ainda, nas adjacências da morada de seus genitores, construindo um quarto a fim de garantir a privacidade do casal. Esses arranjos familiares constituem uma solução, provisória ou não, para a situação delicada da adolescente grávida.

Diferentes autores sinalizam para a relevância da casa enquanto espaço onde se realiza os papéis centrais da organização familiar, isto é, o de pai de família para o homem/marido e o de mãe e dona-de-casa para a mulher/esposa (WOORTMANN, 1987; SARTI, 2007). Segundo observado por Sarti em sua pesquisa realizada em São Paulo, atendendo a atribuição masculina de provimento da casa o primeiro casamento anuncia uma tendência em que o novo casal reside na casa dos pais do marido e, somente nos casos que esse arranjo é inviável é que o novo casal mora na casa dos pais da mulher.

Contrastando com a situação apresentada acima, nossa pesquisa revela a quase unanimidade dos casos analisados compostos por casais que moram com os pais da mulher. Nesse caso a moradia com a família da mulher representa não somente o

fortalecimento do vínculo familiar, mas também, a necessária rede de apoio para a criação dos filhos.

A sexualidade desses adolescentes é vivenciada de maneiras distintas, segundo caracteres de gênero e idade. Todavia, apresentam um ponto convergente no que diz respeito à dominação masculina em detrimento da submissão feminina:

Aí quando eu fiquei grávida da segunda vez ele conversou, pediu pra eu operar, conversou com o pai dos meus filhos, aí a gente decidiu que eu operasse. Eu tinha 17 anos na época. Aí meu pai assinou se responsabilizando. Aí foi difícil encontrar um médico que quisesse me operar nessa época, porque eu era muito nova. Até que, eu tenho um tio que é obstetra, que trabalha lá na Maternidade do Povo resolveu fazer. Porque o papai achava que se eu ficasse engravidando ia interromper meus estudos. Sempre ele dizia assim: “Ah, casamento não é pra toda a vida, minha filha, então tem que pensar em você. Eu também não sou pra sempre.” Então hoje eu agradeço muito esse tipo de decisão dele (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 26/10/2009).

O discurso dessa mulher revela a influência de seu pai como personagem essencial nesta história, sua opinião exercia forte autoridade sobre o novo casal, desde a pressão para o casório à presença constante no relacionamento do casal e, inclusive determinando o fim do ciclo reprodutivo da filha. A importância do pai dela está expressa na seguinte fala da mesma: “quando o esteio cai, desaba a casa”. Era o pai dela que representava o sustentáculo financeiro da casa e, por isso, alertava: “Ah, casamento não é pra toda a vida, minha filha, então tem que pensar em você. Eu também não sou pra sempre”.

Em uma das narrativas apresentadas por Sarti (2007) no livro “A Família como espelho”, um dos acontecimentos mais repletos de simbolismo se passa quando as filhas e a mãe se unem contra a figura paterna para destituí-lo de seu posto de chefe da família após um episódio de violência familiar, pois o mesmo “abusou das prerrogativas de sua posição de autoridade em relação a família, sem cumprir com os deveres que correspondem a essa posição” (p.57). Mãe e filhas reverterem o papel de subsumidas ao homem-pai no momento em que o mesmo facão que serve como instrumento ameaçador por parte do pai passa para as mãos das mulheres da família. E a mãe faz questão de enfatizar “as filhas já estão crescidas e trabalhando, não precisamos mais dele”.

Como dito anteriormente, o episódio acima é repleto de significados e pode ser explicado considerando que a unidade residencial-econômica é organizada em dois eixos: eixo horizontal (relações conjugais) e eixo vertical (relações mãe-filhos). O eixo horizontal obedece ao princípio da “reciprocidade equilibrada”. O eixo vertical

aproxima-se da “reciprocidade generalizada”, de caráter altruísta. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico em seu estágio final constitui um importante fator para fortalecimento da matrifocalidade, pois as mulheres tornam uma dependência “vertical”, ou seja, dos pais com relação aos filhos, numa independência “horizontal”, isto é, da mulher com relação ao homem (WOORTMANN, 1987).

Assim como o pai acima apresentado por Cynthia Sarti, nossa pesquisa também revela que o pai-marido assume a figura moral da família enquanto ele for capaz de atualizar a norma ideal. O marido economicamente estável representa o chefe da casa, isto é, do grupo doméstico e, freqüentemente da família.

Interessante observar no discurso de Camélia que a mesma não diferencia o casamento oficial da união consensual. Ela diz: “então eu sempre digo que eu não me casei: me casaram! Aí a gente veio morar junto”. Ao contrário das demais pesquisadas não há diferenças em sua fala no que tange ao viver junto e casar.

Entre todas as mulheres pesquisadas, Camélia é uma das mais jovens, nasceu na década de 1970, enquanto a maioria pertence aos anos de 1950 a 60. Pode parecer pouco tempo, mais em se tratando das relações sociais dez anos marca uma geração. Tem-se, portanto, gerações diferenciadas falando e pensando sobre um mesmo tema: namoro, casamento, sexo, gravidez, filhos, família. Assim, é justificável a serenidade com que a mesma comenta tais assuntos, diferentemente de sua mãe, Dona Claudia sente-se claramente constrangida diante de alguns tópicos, como também, omite informações. Mas, ela não foi a única a agir dessa forma, Dona Acácia, ficava mais a vontade quando comentava assuntos referentes a trabalho, a família aparecia em seu discurso de maneira ampla e, por fim, a sexualidade era quase um tabu para essa senhora setuagenária.

Lago (2002) ao estudar as práticas de namoro entre jovens moradores do bairro do Riacho Doce, município de Belém, retrata que antes de se projetar casamento, pensa-se no namoro como um estágio para *escolher* com quem casar. Nesse momento, é importante a presença de uma pessoa amiga ou parenta, como retrata o caso abaixo, de um ou dos dois. Pode-se dizer que Jade pensava dessa maneira quando se *envolveu* com o marido:

Quando eu me envolvi com o Miguel eu tinha outro namorado (risos), mas eu não tinha o Miguel assim como... como namorado, porque na época eu conhecia a irmã dele, a Deuselia, aí eu tinha outro namorado, aí quando foi um dia o marido da Deuselia botou ela pra fora de casa, e ela não tinha pra onde ir, aí eu não podia levar ela pra casa da minha tia, aí ela falou: \_ bora

morar lá com meu irmão, ele mora só\_ eu disse: \_pensa mais um pouquinho. [...] Ai ela pegou,... quando foi um dia ela me apresentou o Miguel, o irmão dela. Ai eu disse: \_Credo esse teu irmão é muito feio. Ai tá, passou, passou, teve outra confusão lá (entre Deuselia e o marido). Ela disse: \_Credo é o jeito a gente ir pra lá. Quando eu vim da casa do meu tio, vim morar com ela (Deuselia, irmã do marido), de lá a gente veio pra cá. Ai o Miguel dava muito em cima de mim, eu dizia pra ele: \_Eu tenho namorado... (JADE, ANANINDEUA, 26/11/2009).

Note-se que o ato de apresentar um homem a uma mulher já é atribuído de significados. A apresentação de um ao outro não pode ser considerada algo casual. E, ambas as pessoas envolvidas nesse processo tem clareza da funcionalidade do ato que antecede o namoro propriamente dito. A irmã que apresenta seu irmão a uma amiga, estabelece um vínculo entre o futuro casal que pode, ou não, se concretizar. A mulher que é apresentada ao homem, precisa cumprir seu papel social, primeiramente aparentando não dar importância e até mesmo desqualificando o homem que lhe foi apresentado e, em seguida, resistindo às investidas do rapaz, pois a moça não pode ser vista como *fácil*. O homem, por sua vez, cumpre o papel de galanteador, *dando em cima* da pretendida. Ele precisa fazer valer seu poder de sedução afirmando sua virilidade masculina. O fato de estarem residindo sob o mesmo teto oportunizava o estreitamento da relação entre ambos. Embora Jade não ocultasse o fato de possuir um *namorado oficial* ainda que não fosse do *agrado* de seu tio:

Namorava...proveitei. Quando eu morei com o meu tio, o meu tio não queria que eu namorasse de jeito nenhum e esse namorado eu arranjei na Tuna (Clube Social de Belém), ele era português.

Meu tio dizia assim: \_Eu não sei o que tu vê naquele velho... ele dizia que o homem já era velho pra mim. Na época sempre a gente ia pra Tuna, pra toma banho [...]. E foi uma pessoa que se eu tivesse ficado com ele a vida seria outra... (JADE, ANANINDEUA, 26/11/ 2009).

E acrescenta:

Seria uma vida bem melhor, porque essa outra pessoa (namorado) tinha uma vida bem mais sucedida, uma pessoa totalmente de nível ... mais não foi da vontade de Deus, porque acabou o relacionamento ai eu fiquei com o Miguel (JADE, ANANINDEUA, 26/11/ 2009).

O relato de Jade revela diversos condicionantes proibitivos à sua relação com o namorado português: a idade, a nacionalidade e o status social diferenciado. Pode ser que o tio dela não se sentisse seguro no relacionamento da sobrinha com um homem mais velho. Esse homem pode simbolizar maior experiência e astúcia, ou seja, ele possui maior domínio do *jogo da sexualidade* e, portanto, podia manipular o relacionamento com maior habilidade do que a mulher mais nova. A nacionalidade

estrangeira expõe a transitoriedade do homem, que num plano ideológico pode expressar a dificuldade de estabelecer vínculos, especialmente, afetivos. E, por fim, a condição social mais elevada do homem anuncia sua acessibilidade às mulheres das diferentes camadas sociais. A tríade de elementos apresentadas no discurso de Jade faz crer que o relacionamento com esse homem tinha ampla possibilidade de fracasso. Talvez seu tio ponderasse todas essas circunstâncias ao desencorajar o relacionamento.

Ainda em um plano ideológico, a pesquisada imagina a vida próspera que teria ao lado desse homem e atribui à vontade divina a dissolução da relação. Dessa forma, ela se exime da responsabilidade sobre a condução de sua vida, e atribui a Deus a responsabilidade sobre os acontecimentos.

Ambos os relatos apresentados acima destoam das práticas de namoro apresentadas por Thales de Azevedo, na obra *As Regras do Namoro à antiga*. A análise do namoro em sua forma tradicional, nos idos do século XIX, realça a importância desse ritual de passagem para a sacralização do casamento. Uma fase de maior ou menor extensão e complexidade. Segundo o autor:

A escolha de cônjuges para as filhas e até para os filhos era, sob o regime patriarcal e familista do Brasil colonial, um privilégio quase exclusivo do *pater famílias*; por isso que o casamento interessava à solidariedade e à integridade dos grandes grupos de parentesco em que se apoiavam a ordem social, a economia, a política e a própria realização pessoal dos indivíduos (AZEVEDO, 1986, p. 07).

Assim, o casamento estava longe de representar apenas a realização pessoal dos nubentes, mas antes, expressava a complexa teia de relações sociais que está na base de compreensão da sociedade brasileira.

Woortmann (1987) também discorre sobre a diferença entre *casamento jurídico* e *casamento afetivo*, isto é, entre *estrutura e sentimento*. O primeiro, comum às elites tradicionais brasileiras, onde o casamento pode representar a fusão de propriedade territorial, consolidação de poder político, aliança econômica ou simplesmente, confirmação de status. O casamento é um ato público e, portanto, pouco tem a ver com “paixão”, mas sim, uma aliança política e de status. É uma forma de articulação política e os interesses envolvidos são suficientemente grandes para impedir que o vínculo conjugal seja desfeito. Esse vínculo estrutural não impede relações externas com uma mulher, pelo contrário, essas relações podem contribuir para “salvar” o casamento desgastado e manter a aliança. Esse modelo adota o viés patrilateral.

Cancela (2007), ao pesquisar famílias de elite da capital amazônica em fins do século XIX e início do XX, atenta para a não uniformidade desse modelo. Segundo a autora, mesmo entre os grupos de elite as vivências e preceitos legitimados socialmente podem ser reconstruídos e readaptados, conduzindo a multiplicidade de comportamentos e práticas. As alianças entre os grupos de elite podiam ocorrer na forma exogâmicas e horizontais (entre indivíduos fora do grupo familiar e pertencentes a mesma classe social) ou ainda endogâmicas e verticais (entre indivíduos dentro do grupo familiar e pertencentes a outra classe social). Esse último formato de consórcio (entre primos ou entre tio e sobrinho) era comum entre as tradicionais famílias proprietárias de terra e gado, para fins de resguardar o patrimônio familiar.

A literatura sobre famílias pobres no Brasil propõe a articulação entre a situação socioeconômica e a estabilidade familiar (MACEDO, 1985; WOORTMANN, 1987; SARTI, 2007; CANCELA, 2006, 2007). Entre a camada popular o casamento é instável, tanto de fato como na ideologia. As tensões econômicas e afetivas facilmente conduzem a separação e sucessivas uniões conjugais.

Para Woortmann a instabilidade conjugal nessa camada social está relacionada a dois fatores: a ausência de implicações mais amplas do casamento e à independência das mulheres, ou melhor, à sua dominância no sistema de parentesco: “não apenas existe uma realidade de uniões rompidas, mas também uma expectativa de descontinuidade” (idem, 1987, p.95).

Nesse sentido, Fonseca (2004) nos sugere pistas interessantes. Na vila São João, a antropóloga retrata diferentes situações, em uma delas onde embora a mulher saiba que seu marido sai com outras mulheres, ela não cogita a possibilidade de fazer o mesmo que ele, isto é, traí-lo.

Cancela (2007), no entanto, analisa as trajetórias de diferentes indivíduos da camada popular de Belém para fazer valer a tese de que a flexibilidade amorosa vivenciada nesse segmento é fruto de diferentes elementos conjugados:

Entre os motivos que ajudam a pensar a presença dessa prática no universo desses casais, podemos amealhar as adversidades e limites materiais vividos por esses grupos; a ausência ou inexpressividade de bens patrimoniais; a instabilidade do trabalho e da moradia; a maior autonomia da mulher pobre e trabalhadora em relação aos homens, permitindo-lhe a auto-sustentação e, com isso, uma suposta independência e dificuldade de o homem manter seu papel socialmente constituído de provedor (CANCELA, 2007, p. 13).

Finalmente, se a informalidade que poderia pontuar o início e o fim de uma união consensual não fazia parte das referências ideais de um comportamento legítimo, tampouco era motivo de expurgo e afastamento total. De certa forma, as uniões consensuais constituíam-se em uma prática com a qual esses segmentos conviviam com frequência e, se não faziam parte de seus valores modelares, também não deixavam de estar presentes em suas referências culturais.

No universo pesquisado, não há referências a esse formato tradicional de casamento, uma das mulheres lembra que se referia ao ex-companheiro como: “O rapaz que mora comigo”, conforme estudaremos em capítulo posterior.

## **2.2. A fuga das mulheres e o mito da gata borralheira**

O casamento sempre foi considerado essencial para a manutenção da estrutura hierárquica patriarcal do período colonial brasileiro. Para Trigo (1989, p.88): “a finalidade primeira da aliança matrimonial era de ordem social, ou seja, de fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico”.

No Brasil do período colonial o casamento e a família constituíam uma estratégia de manutenção de poder social e político entre as famílias de elite. Assim, as mães solteiras, pertencentes à camada abastada da sociedade, frequentemente abandonavam sua prole, em função do estigma social e econômico que lhes era conferido. Situação antônima percorria o universo das mulheres de camada popular, os estudos de Samara (1989, 2003) e Graham (1992) confirmam a tese de que as mulheres pobres assumiam suas proles.

Woortmann & Woortmann (2004) repertoriam que no século XIX, havia um elevado número de mães solteiras brancas (*e pobres*) e a chefia feminina de domicílio aparecia em maior número na zona urbana, devido ao trabalho feminino. No início do século XIX, em Campinas, a chefia feminina estava assim distribuída: viúvas perfaziam 58%, solteiras com 30% e as mulheres casadas com maridos ausentes respondiam por

11%. Surpreende a alta proporção de mulheres brancas no total de chefias femininas: 73% (*grifo nosso*).

Em pesquisa realizada por Cancela (2007) ao trabalhar com o período de expansão da economia da borracha na capital paraense. O casamento religioso ou civil representava um ideal a ser alcançado pelas classes populares, conferindo status diferenciado em relação à união consensual, que permitia maior flexibilidade aos relacionamentos. Como citado anteriormente, as dificuldades em estabelecer o casamento institucional deve-se, sobretudo, as tensões socioeconômicas.

O casamento religioso e civil requer uma intrincada trama de alianças e interesses econômicos nem sempre acessíveis à camada popular. Para escapar aos dispêndios desse modelo matrimonial, recorre-se a outras instâncias, não formais, mas aceitas de modo consensual pelo grupo, como por exemplo, a gravidez “não planejada” e o rapto da mulher. Uma como a outra, revelam-se estratégias utilizadas para a consumação do matrimônio, ou mesmo da união consensual. Analisaremos os dois casos.

Em anotações de diário de campo, há registro de dois casos de “rapto” de mulheres como forma de estratégia de constituição de nova família. O primeiro exemplo é revelador da manipulação desse artifício para fins matrimoniais:

Aos 22 anos de idade, Flordelis repetiu a trajetória de sua mãe, e fugiu de casa para morar com Francisco, inicialmente na casa de sua sogra. Após três anos de união veio a primeira filha do casal, no ano seguinte nasceu a segunda filha e no outro o filho, Francisco Júnior. Seu discurso é fortemente marcado pelo intenso amor ao marido, seu primeiro homem, amante, com quem teve sua primeira relação sexual. Sempre gostou de festas e de dançar, lugar onde conheceu Francisco. A fuga do casal foi motivada por intensa paixão, como diz Flordelis, pois já estavam “transando” há meses. O casamento civil só aconteceu após 13 anos de união, devido a fatores externos, Francisco precisava comprovar ser casado para a retirada do PIS. Durante todo esse tempo, Francisco esteve “atravessado na garganta” de seu pai que nunca aceitou a fuga, nas palavras de Flordelis: “a gente cria uma filha com todo carinho pra um cabra macho levar ela”.

Como esperava casar após a fuga, Flordelis se desgostou e depois foi resistente ao casamento civil, que não era sua opção, pois o cerimonial civil não lhe despertava interesse, visto não ter o mesmo glamour do casamento religioso, o vestido de noiva branco, sonho de grande parte das mulheres (DIÁRIO DE CAMPO, 13/02/2009).

A leitura do artigo *O Rapto das Donzelas* estudado por Gnaccarini (1989), em meados do século XX, no interior de São Paulo, remete a um tempo onde havia período prolongado de namoro e, até noivado. Como o namoro ocorria na casa da candidata à esposa, o futuro marido tomava conhecimento dos planos dos familiares da mulher que desejava desposar: se a família pretendia retardar o casamento, seja pela necessidade da

força de trabalho da mulher, seja pela despesa do casamento, ou ainda, pelo interesse no casamento de outra filha, geralmente mais velha. Todos esses motivos contribuía para aguçá o ânimo entre o jovem casal.

Conforme observado por Gnaccarini ainda que o rapto fosse com o consentimento da família da noiva e, por vezes, até sugerido pelos seus familiares, como exemplificado pelo autor, para todos os efeitos o acontecimento deveria parecer algo inesperado e súbito, embora planejado, pois para a sociedade envolvente a mulher representa o ser passivo, dócil e frágil que é seduzida e raptada por um homem envolvente e ardiloso.

Pensando na história de Flordelis talvez fosse mais apropriado se falar em *A fuga da mulher*, como a própria assim relata, sua *fuga* consistiu em um *momento de paixão exacerbada*. Outrossim, como o casal já havia mantendo relações sexuais há alguns meses, a fuga consistia no elemento necessário para consumação da relação. A família de Flordelis e, principalmente o pai, almejava o casamento aos moldes tradicionais. Porém, a mulher e sua família não estavam mais em condições de negociar a cerimônia, pois Flordelis não era mais virgem. Cabe lembrar que a virgindade constituía elemento importante para a moral feminina. Quando a mulher não podia mais se cercar desse componente seu poder de barganha declinava. A mulher virgem possuía mais oportunidade de realizar um casamento aos moldes tradicionais, pois todo o ritual que cerca o cerimonial do casamento é envolto de simbologias, desde o vestido branco de noiva ao buquê, representações da pureza e inocência da nubente.

Para Esteves (1989, p. 117), “a valorização social da virgindade faz parte de concepções enraizadas entre todas as camadas da sociedade”. O fato de a mulher ter mantido relações pré-maritais é um indicativo de que seus valores sobre virgindade não eram tão rígidos? Os significados da virgindade e do casamento poderiam ser diferenciados de acordo com a camada social?

Ora, para a autora as moças pobres da capital carioca tinham dificuldades em seguir o ideal de mulher honesta presente no período da belle époque. As precárias condições sociais em que se encontravam não favoreciam ao recato do lar, ao contrário, as mulheres necessitavam labutar. A rua, portanto, representava o espaço conferido por perigos, mas também, onde se garantia sua sobrevivência material e simbólica.

Entre a classe média o casamento constitui um signo de status e de aliança social, política e econômica. A sociedade impõe padrões de comportamentos culturalmente relacionados à noção de “família. E, o comportamento sexual é o mais

visível no que tange às mulheres. Prosseguindo na análise pode-se afirmar que existe um padrão “ideal” de família e de sexualidade. Todavia, a condição social desfavorável conduz a reelaboração desse modelo e a construção de modelos ideológicos alternativos. Sendo assim, “as diferenças culturais constituem respostas adaptativas às condições concretas impostas por uma situação de classe” (WOORTMANN, 1987, p. 59).

Para os juristas da primeira década do século XX, a honra era sinônimo de virgindade e ideal de casamento. A coexistência desses elementos somente era considerada, sob a ótica jurídica, a partir de determinadas práticas comportamentais por parte da moça, isto é, as atitudes morais conduziam a um padrão comportamental almejado para as mulheres (ESTEVES, 1989). Pode-se inferir que determinados elementos revelam padrões morais diferentes dos anunciados pelos juristas da época. As relações sexuais pré-maritais em práticas de namoro recente (de meses), o rompimento com a figura sexualmente passiva da mulher e a aceitação do amasiamento revelam pontos de vista distintos.

Em artigo sobre as *Representações da Virgindade*, o pesquisador Luiz Cláudio Duarte (2000), nota divergências e contradições no discurso de juristas, médicos e populares no que concerne a maneira de pensar a virgindade em fins do século XIX e início do seguinte. Segundo o mesmo, o Código Penal de 1890 estabelece a virgindade física, onde a dor e o sangue aparecem como provas cabais do momento da primeira cópula. Em 1940, o novo Código Penal institui o que o autor chamou de *virgindade moral*, exercendo maior controle sobre as mulheres, que cada vez mais ocupavam os diferentes espaços públicos. Nesse sentido, o hímene, símbolo absoluto da pureza e da castidade feminina, perde seu significado, “sua perda fora do casamento em não implicaria mais no repúdio e no afastamento da mulher de seu universo familiar e social” (p.161).

Note-se que há todo um cenário de fatores que concorrem para essa modificação no pensamento judiciário brasileiro: as mulheres saindo da alcova a que estavam predestinadas até então e almejando espaço no mercado de trabalho, mesmo que em condições desiguais e desfavoráveis em comparação aos homens. Assim, se aos homens não cabe mais o direito pleno sobre a mulher, conseqüentemente, eles não podem ser responsabilizados pela sexualidade feminina que passa a ser cada vez mais reivindicada pelas mesmas. Dessa maneira, os crimes de defloramento passam a ser vistos como crimes de sedução, isto é, as mulheres deixam de ser percebidas como seres

frágeis e desprotegidas diante de um homem viril e forte e, são chamadas a assumir sua sexualidade, isto é, sujeitos que sentem desejos e prazeres.

Cabe lembrar que se versa sobre a década de 1940, onde a sociedade brasileira estava envolta em uma concepção patriarcal de família, com papéis sociais distintos entre homens e mulheres. Os primeiros estudos sobre a condição feminina só serão publicados vinte anos depois, na Europa e Estados Unidos. Nesse sentido, a mudança de representação da virgindade física para a virgindade moral encarcera a mulher não somente sob o aspecto biológico, mas, sobretudo, sociológico e psicológico, onde a mesma precisa comprovar comportamento idôneo para ser denominada “moça de vida honesta”.

Salienta-se que a preocupação desse trabalho não está pautada em ações jurídicas, mas sim, na maneira pela qual as camadas populares vivenciam e (re)interpretam as normas sociais em suas práticas cotidianas. E, embora houvesse um modelo ideal de padrão sexual a ser seguido pela sociedade, este modelo não configurava as práticas adotadas pelas camadas populares, dada as condições econômicas e sociais desfavoráveis em relação ao modelo padrão da classe média. Dessa maneira, as classes populares recriam suas próprias estratégias maritais a partir de sua própria realidade.

Em outro episódio de raptado revelado pela pesquisa de campo, porém não semelhante ao anterior, a filha mais nova de Ana, aos quatorze anos de idade, namorava às escondidas da mãe que não permitia seu relacionamento com um homem mais velho, de dezenove anos. Embora decorridos mais de trinta anos do episódio, a narrativa de Dona Acácia é marcada de emoção, recordando detalhes da cena:

Isso aí foi um pesadelo muito grande, eu só não morri porque eu não tinha que morrer, e toda a valência que eu não era tão velha ainda. Eu trabalhava no hospital dos servidores. Nós morava numa casinha no coração de Jesus, Entroncamento. De lá um dia... eu não conhecia quase nada, eu não sabia escrever, eu não tinha um documento, eu não tinha nada, nada, nada., lavava roupa pra fora.

Quando foi um dia eu tava no hospital, aí a Amanda chegou e disse:

“\_ Mamãe, a Ana Rosa ta aí com a senhora?”

Eu disse: “\_ Não”.

Eu não sabia nem que a Ana Rosa tinha namorado. Nesse tempo a Deusa morava com nós (cunhada).

Ela disse: \_Olhe mamãe eu não sei cadê a Ana Rosa, lá em casa não tem nem uma roupa da Ana Rosa e ela não apareceu até agora, ninguém sabe dela.

Deixa estar que a Ana Rosa tava namorando com um rapaz de uma borracharia e eu não sabia, quem sabia era a mamãe e a Deusa, elas tudo sabiam, eu não que eu não parava em casa. Peguei fui lá com meu chefe, falei pra ele e sai. Foi aí que a Deusa falou, ela disse assim:

\_ Acácia, não te aborrece comigo, mas eu sabia da arrumação da Ana Rosa, ela tem um namorado ali na borracharia.

Aí eu peguei fui lá na borracharia. Quando eu cheguei lá sabe o que os homens disseram?

\_ Olhe, ele fugiu com ela e levou ela pra passagem Vitória, na Matinha.

Sabe o que eu fiz? Peguei a Amanda, butei num carro e fui embora com ela pra lá. Em frente do bosque ali tem um posto de polícia, lá parei o carro, peguei dois guardas, dei parte o delegado mandou dois guardas comigo. Aí botei no carro e fui embora. Aí fui direitinho lá na casa da Dona Rosa (irmã dele). Quando a Dona Rosa viu a polícia, ela disse:

\_ Não, não, não ele já foi embora, eles não tão aqui, eles não tão aqui, ele levou ela pra Capanema.

Aí eu disse: \_ E agora? Onde é Capanema? Eu não sabia nem onde era Capanema (ACÁCIA, ANANINDEUA, 2009).

Nessa ocasião, como o casal não possuía o aval da mãe da candidata, optou-se pela fuga para um município da capital paraense, Capanema, onde moravam os pais do rapaz. Tão logo soube do rapto, Acácia em companhia de sua filha primogênita, Amanda, um vizinho e um amigo desse vizinho saíram à procura da filha raptada:

Foi um sacrifício, foi uma penitência, era eu a mamãe, todo mundo chorava e eu me revoltei com a Deusa, eu briguei com a Deusa, eu só não enxotei a Deusa da casa. O meu vizinho que era da CELPA chegou de manhã e disse:

\_ Vizinha, olhe se acalme que eu vou lhe levar em Capanema. Eu ando tudo por lá, eu conheço Capanema. Nós vamos sair de madrugada, eu vou convidar um senhor que é pra me ajuda a dirigir o carro, né, ele vai com a gente.

Tá, de madrugada fui eu, a Amanda, o vizinho e o motorista. Ele entrou naquelas ruas tudinho e nada. Ele virou Capanema de cima a baixo, o endereço que eles tinham dado pra gente, ele não encontrava, né. Aí entrou numa estrada assim, quando correu nessa estrada tinha tipo um bosque, quando ele desceu nessa rua. Deixa estar que ela (Ana Rosa) viu quando nós passamos no carro pra lá. Quando chegamos mais a diante na rua vinha um rapaz na bicicleta, um rapaz branco, bonito. Aí ele parou.

Eu disse: \_ Moço, cê mora aqui mesmo? Ele disse: \_ Moro, senhora

Eu perguntei: \_ O senhor conhece uma família assim, assim, que tem um rapaz de Belém, chamado Jorge que trabalha numa borracharia.

Ele perguntou: \_ Ele é cabeludo.

Eu disse: \_ É isso mesmo.

Ele disse: \_ Olhe, ele mora naquela casa vocês já passaram, a casa é assim, assim, assim, assim.

Ele deu uma arrancada no carro, quando ele parou eu sai do carro e fui entrando de porta a porta na casa do pessoal. Eu cheguei na cozinha tinha uma mesa bem arrumada, quando eu olho pro lado ela (a filha) tava ali parece uma estátua, cara baixa, branca, branca, da cor da parede, soluçando parece que ía morrer.

Quando eu vi uma senhora eu disse:

\_ Minha senhora cadê o desgraçado do seu filho? Cadê o desgraçado que me roubou a minha filha, tá vendo a minha filha, eu sou a mãe dela, essa aqui é a irmã, esse aqui é meu vizinho. Eu vim atrás da minha filha e u vou mandar prender o seu filho se ele não casar com a minha filha. Ele vai casar com a minha filha domingo que ela é muito de menor, muito, muito.

O pai dele virou e disse:

\_ Olhe minha senhora, a senhora tá dizendo que meu filho vai casar com sua filha, pois ele vai casar porque a senhora quer e eu quero também pra ele não

mexer na filha alheia, ela não é uma moça, não é uma mulher, ela é uma criança (ACÁCIA, ANANINDEUA, 2009).

Embora Ana Rosa não houvesse sido deflorada, o casamento fez-se necessário para resguardar a honra da menina, que além de filha de mãe solteira, havia fugido e pernoitado fora de casa com um homem. Assim, após intensa procura a mãe da noiva conseguiu marcar a cerimônia para sete dias após a fuga em um segundo município, Peixe-boi, pois a menina-mulher não possuía idade para se casar e o pai do esposo conhecia um tabelião que poderia facilitar essa documentação. Ambas as famílias concordavam que o fato da menina ser menor de idade seria um agravante para acelerar o consórcio.

Os sete dias que antecederam o cerimonial seriam, portanto, o período necessário para a organização da cerimônia civil. A mãe preocupada com uma possível fuga do candidato teve como precaução deixar a menina na casa para onde o rapaz a havia conduzido (pais do rapaz). E, na quarta-feira que se seguiu ao acontecido sua mãe, acompanhado de seu irmão mais novo retornaram a Capanema para *tomar pé* da situação, nessa ocasião se verificou que o rapaz não possuía sequer documento de identidade. Diante do agravo da situação a mãe da menina raptada e o pai do rapaz seguiram para o município de Peixe-boi para providenciar documentos aos nubentes. Apesar de não saber referir à quantia gasta naquela ocasião, Acácia lembra que o noivo sequer dispunha de dinheiro para custear os valores do consórcio.

No domingo marcado para o casório, dia 03 de junho de 1973, todos se encontraram no município de Peixe-boi, localizado a aproximadamente 113 km da cidade de Belém, para a realização da cerimônia. Embora em circunstâncias adversas a realização de um casamento, a mãe teve o zelo de levar para a filha o vestido de noiva, o sapato, o bolo e o par de alianças de ouro, estes últimos presentes dos padrinhos da noiva. Nessa ocasião Acácia anuncia ao agora genro “Agora, tu vai pra Belém trabalhá pra terminar de criar minha filha que ainda não tá criada”.

Campos ao analisar o cotidiano conjugal e os discursos jurídicos em Belém nas primeiras décadas do século XX sugere que:

[...] O direito procurava formular elos de aproximação entre defloramento e necessidade urgente de consórcio, pois se tratava do desejo de resguardar a ordem familiar. Desvirginamento e casamento não eram desejáveis porque rompiam padrões de convivialidade e moralidade (CAMPOS, 2006, p. 331).

Vale ressaltar que Acácia era mãe solteira. Para a mãe solteira conquistar respeito ela precisava incorporar uma série de requisitos: a independência econômica, para comprovar que possui condições reais de criar seus filhos sem a presença masculina; e, não menos importante, ela necessita dominar o jogo da sexualidade.

Quando se pensa em termos de valores sociais dominantes, a mãe solteira, quando nova (antes dos trinta anos) precisa *conseguir* um relacionamento estável com um homem que lhe confira segurança econômica, afetiva e social. A mulher com mais idade (a partir dos trinta anos), encontra mais dificuldade nesse tipo de encontro e, portanto, não raro ela abdica de sua sexualidade para não ter seu nome *jogado na lama*, isto é, envolvido em escândalos sexuais. Assim, a relação conjugal parece obedecer a um código social internalizado entre os membros do grupo. Cito agora um dos episódios que constam em meu diário de campo:

Um episódio salutar para a manutenção da honra familiar constitui o momento em que os filhos, já crescidos, proibem Acácia de namorar, pois “ela não arrumava ninguém que prestasse, eles (os homens) só queriam se aproveitar dela e ir embora” (AMANDA, 2009). Antonino foi o último namorado (oficial) de Acácia, desde então, com aproximadamente quarenta anos de idade Acácia dá início a outro ciclo em sua vida, onde suas relações encontram-se cerceadas ao ambiente familiar e de trabalho, pois nas palavras de Acácia, a mesma “não tem sorte pra homem” (DIÁRIO DE CAMPO, 2009).

Dominar o jogo da sexualidade representa em última instância, a manutenção do grupo familiar. Seria equivocado afirmar que o amor romântico não está presente nas relações conjugais que se estabelecem sobre o estatuto da provisão do grupo doméstico. Mas, pode-se pensar numa redimensão desse amor que para alguns *vem com o tempo*, isto é, seria construído no cotidiano das relações conjugais.

Passaram-se os anos, os momentos históricos são diferenciados, as gerações são outras, mas valores como a virgindade permanecem no imaginário social associado a uma “jóia” de estimado valor monetário e simbólico, a expressão máxima da castidade e da pureza feminina. O “dote do pobre”, parafraseando Fonseca (2004) ao mencionar a virgindade como moeda de troca para a moça conseguir um “bom marido”, um homem capaz de prover e se responsabilizar por ela e sua prole. Entretanto, a vulnerabilidade desse “tesouro” compromete a legalização de uniões. Na Vila São João, a autora remonta a “fuga” com estratégia matrimonial diante da oposição dos pais da noiva (141).

Os dois exemplos apresentados anteriormente estão relacionados a mulheres acima dos 50 anos, portanto, os episódios ocorreram na década de 70. Em ambos os casos as mulheres fugiram em companhia de seus respectivos namorados como uma reação diante da oposição da família da mulher ao relacionamento.

O terceiro exemplo de fuga feminina vem da mais jovem pesquisada. Esperança expressa a importância da virgindade da filha na seguinte frase “a mamãe pensava que eu ainda era alguma coisa”:

Quando eu engravidei dele, eu fugi. Eu morava só com a mamãe aqui, só que na época era de madeira. Eles eram separados (pai e mãe). [...] Eu fugi foi só um dia mesmo, de noite eles (pai) foram me buscar. Foi lá pra Marituba, lá pra dentro. Eu fugi pra lá pra casa do pai dele. Ele já tava me esperando. Quando foi meia-noite o papai chegou lá. Quando o papai chegou queria matar ele, ele correu e se escondeu. Ele devia ter uns vinte, vinte e um, ele era mais velho do que eu. Ele teve experiência já com mulheres, ele teve duas mulheres antes de mim. O papai foi lá me buscar, não deixou, aí eu voltei. Eu não falei nada. O papai disse que ia me levar para o Renato Chaves fazê exame, não sei o que, foi o maior escândalo lá. Sei que ele me trouxe, vim me embora. Quando foi à noite fui dormir lá pra casa do papai, já não vim mais pra cá. Quando foi durante o dia o papai foi trabalhar e eu fiquei na casa, né. Aí o pai dele foi atrás de mim e eu disse não que eu não ia voltar que eu ia contar pro papai que ele ainda não sabia. (ESPERANÇA, ANANINDEUA, 25/10/2010).

Esperança diferentemente das demais mulheres estava grávida e fugiu sozinha para o encontro de seu namorado. Portanto, a fuga pode ter sido uma tentativa de antecipar uma união matrimonial que não foi bem sucedida, pois ela foi morar com o pai durante os primeiros quatro meses de gestação e, depois voltou a residir com a mãe e, por outro lado, a fuga também pode expressar o receio da atitude de seus pais diante da notícia da gravidez. Seu filho nasceu sem ter o nome paterno e sem nunca ter sido assistido, materialmente ou afetivamente, por este. O pai de Flávia foi o principal responsável por toda a assistência financeira para ela e o filho.

Ressalta-se que, os namorados, em geral, possuíam nível de escolaridade equivalente ao de suas namoradas, ou seja, nível fundamental incompleto. De maneira similar, suas trajetórias de vida estavam associadas ao contexto de pobreza, trabalho infanto-juvenil e migração campo-cidade. Os três casos relatados acima dizem respeito a trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de maneira precária, não raro atuando na ilegalidade e expostos aos condicionantes econômicos. Marcos (falecido marido de Margarida), Francisco (companheiro falecido de Flordelis) e Beto (ex-companheiro de Beladona), viviam de “bicos”, isto é, trabalhavam ocasionalmente quando indicados

para alguma atividade, situação que conduzia a necessidade de estratégias para a manutenção familiar conforme detalharemos em outros subcapítulos. Dos três somente o último está vivo e trabalha como ambulante.

### **2.3. “Foi um terror [...] pra mim tudo foi difícil...”: sobre a iniciação sexual**

Mana foi um terror, (risos), sabe pessoas criadas no interior, sem ter experiência, sem ter uma orientação, pra mim tudo foi difícil, pra mim tudo sempre foi...as coisas sempre foram mais difícil...mas com o tempo, aí foi conversando eu com ele, conversando e tudo ai foi até que deu certo aí passei dois anos sem ter filhos, ai depois veio a minha primeira gravidez. (GABRIELA, 2011).

Pesquisa realizada sobre “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” (GRAVAD, 2002), revela que há distorções na maneira de se pensar a sexualidade vivida na adolescência. Em investigação, rapazes e moças declararam usar contraceptivos na primeira relação sexual. Contudo, esse número decresce com o decorrer do relacionamento, quando os parceiros “ganham confiança” um do outro. As questões referentes à gravidez ou as doenças sexualmente transmissíveis não fazem parte do diálogo dos jovens casais brasileiros. As relações desiguais de gênero tendem a ser reproduzidas, ou seja, os rapazes não consideram relevante o diálogo com suas parceiras, enquanto as mulheres estão sempre buscando conversar sobre o relacionamento. A sexualidade entre os jovens constitui momento de aprendizagem e não acontece de forma desordenada como fazem crer trabalhos que relacionam o fato aos problemas de saúde pública e social. Para Heilborn (2004), homens e mulheres são modelados de maneiras diferentes e variadas. Tais diferenças são mais fortes no que concerne a diferença de gênero.

Uma tese realizada com adolescentes de um bairro popular do município de Belém é enfática ao afirmar que estes jovens não utilizam camisinha porque pode *tira o tesão* e, recorrendo à metáfora que dá nome a este subtítulo dizem “é o mesmo que comer bala com o papel” (PANTOJA, 2007). Ao que tudo indica, a frase é popularmente adotada não somente entre os mais jovens, mas também, entre as pessoas

de mais idade. Uma das mulheres pesquisadas, Margarida, ao denunciar que os homens não gostam de utilizar o preservativo recorre à metáfora semelhante.

A gravidez “não planejada” pode constituir uma estratégia de casamento adotada pelo casal de maneira consciente. O casamento, não raro, é apressado devido a gravidez da mulher:

Depois que conheci o meu marido foi uma loucura, que a gente se conheceu em janeiro e em junho a gente tava casado. Foi seis meses, eu foi ter minha primeira experiência sexual, por não ser orientada, que naquela época não tinha ninguém que orientasse a gente ouvia falar assim... Eu jamais imaginava que uma primeira vez ia engravidar e aconteceu (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Margarida casou-se aos vinte anos de idade, após seis meses de namoro. Margarida engravidou na primeira relação sexual, sem conhecimento de que o fato poderia ocorrer, isto é, sem nenhuma orientação sexual visto que era órfã de mãe e quase sempre é a figura materna pensada como a responsável por orientar a filha sobre assuntos pertinentes à esfera da sexualidade conforme relato abaixo.

Outra pesquisada, Gabriela, também fala a respeito do início da atividade sexual:

Não porque na minha época não existia anticoncepcional e nem tinha camisinha. Simplesmente porque não tive logo filho porque não era pra ter mesmo passei 2 anos aí depois que veio aparecer o primeiro. (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Também não possuía orientações a respeito, mas o primeiro filho só veio após dois anos de relação. E, Margarida prossegue:

Casamos, foi muito engraçado. Quando a minha mãe morreu, eu não tinha ninguém assim, ficou meu tio, que era o caçula da família, meu tutor. Ele me dava uma mesada e era responsável.

Quando ele (marido) foi falar com meu tio do casamento: \_Quer casar?

Disse: \_Quero né

E ele: \_Então a gente vai marcar o casamento para agosto que é teu aniversário.

O meu marido disse: \_Não, para agosto, não. Para agosto a barriga tá aparecendo, tem que ser logo.

O meu tio: \_Então casem logo! Bora logo arrumar as coisas.

Foi para o cartório, dentro de um mês nos noivamos dia 21 de maio, e casamos 22 de junho. Aí veio o primeiro filho (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Ela aos vinte anos de idade e o marido um ano a mais. O casal teve cinco filhos com uma diferença de idade de aproximadamente dois anos para cada. Desde o terceiro filho Margarida tentava evitar outra gravidez tomando anticoncepcional o que lhe

provocava hemorragia, dificultando a continuidade do tratamento que era periodicamente interrompido dado as reações colaterais.

Veio a quarta gravidez, uma menina, nasceu com 4.900 k, devido ao tamanho da criança e a demora de seu nascimento, a criança ficou com seqüelas físicas, ocasionando o atrofiamento dos nervos inferiores. Margarida relembra o parto com muito sofrimento, “foi o pior parto” – diz Margarida – “gritei muito, fiquei cheia de hematomas dos médicos em cima de mim empurrando a criança que tava de atravessada na barriga”. Após esse episódio, voltou a tomar pílulas para evitar outra gravidez, mas os sintomas voltaram a ocorrer e o médico lhe alertou que ela não podia tomar esse tipo de medicação.

Pacheco (2005) em seus estudos sobre *Mulheres Pobres e Chefes de Família* na cidade do Rio de Janeiro, observou que o planejamento familiar não parece fazer parte desse universo, o controle de natalidade encontra-se associado a uma realidade distante. Isso se reflete na fala de Margarida:

Era um planejamento familiar, mas não era aquele planejamento de te dar orientação. Tu ía lá te cadastrava e pegava comprimidos e tomava. Era só isso, não tinha acompanhamento médico, como é agora, se tu não te der com esse remédio, tu volta que troca, não, era aquele e acabou. O governo só disponibilizava aquele. Eu comecei a tomar não me sentia bem, a minha menstruação, eu comecei a ter hemorragia, quando eu voltei para o médico, ele disse: “Olha, existe esse caminho: é colocar o D.I.U., quem não se dar com a medicação a gente colocar o D.I.U.”. Só que ele me disse: “O D.I.U. tem outras conseqüências, pode trazer inflamação essas coisas”. Nesse meio termo eu engravidei da Michele, quando eu parei de tomar o remédio, começou a fazer mal (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

A partir do depoimento de Margarida e Gabriela pode-se inferir que naquele tempo, década de 1970, as políticas públicas voltadas à saúde da mulher não chegavam de forma eficaz a esse segmento populacional, na medida em que não cumpriam seu papel de prevenção e orientação voltado ao planejamento familiar, ainda que de maneira simplória.

O episódio acima é revelador da situação de extrema carência a que essas mulheres encontram-se submetidas, sem acesso e controle sobre sua própria sexualidade. A falta de informações e de oportunidades de acesso aos métodos contraceptivos é uma realidade presente na vida da entrevistada. O conhecimento e acesso das mulheres aos métodos contraceptivos são de extrema importância para o planejamento familiar. Entretanto, o conhecimento (ou entrega de medicamentos) sobre os métodos isolados não confere a garantia de seu uso de maneira adequada.

Outro ponto a ser ressaltado na fala de Margarida e Gabriela diz respeito à ausência da participação masculina nesse processo. Compreende-se que a responsabilidade sobre o planejamento familiar não é, nem deve, ser uma tarefa exclusivamente feminina. Para tanto, concorda-se com Pacheco (2005, p. 182) sobre a seguinte assertiva “é necessária uma mudança de valores associados ao papel e à posição da mulher na família e na sociedade”. Tal mudança perpassa pela identidade feminina que deve conceber uma revisão no desempenho dos tradicionais papéis sociais femininos, para que os “novos” papéis sociais possam ser devidamente manipulados. A responsabilidade sobre a gestação, criação e educação dos filhos não devem ser vividas como uma experiência solitária para a mulher. A presença do homem constitui elemento importante em todas as etapas da reprodução, não somente como sustentáculo financeiro, mas também, emocional. Marin e Piccinini (2007) e Bertolini (2002) são alguns dos estudos da área da psicologia que abordam a importância da presença paterna no desenvolvimento psíquico da criança e no suporte à mãe. Assim, é imperioso a desconstrução e desnaturalização do mito da maternidade divina (BADINTER, 1986).

Somente na quinta gravidez Margarida encontrou um médico disposto a realizar a laqueadura. Margarida relata que a família de seu marido era extensa, uma de suas primas teve vinte e cinco filhos, sua sogra teve doze filhos, quatro abortos e oito vivos. Segundo Margarida o médico havia lhe dito que ela “*era mulher de ter muitos filhos, pra lá de vinte, pois estava com vinte anos e já tinha dado à luz a cinco*”.

Outra mulher participante do estudo, Esperança, pontua que sua gravidez aos 15 anos de idade foi motivo de conflitos por parte de seus pais, principalmente sua mãe, conforme relato abaixo:

Primeiro eu contei pra mamãe (sobre sua gravidez), quando eu contei pra mamãe ela quase morre do coração. Ela disse que era pra eu me virar e contar pro papai que ela não queria nem saber. Esperei ele chegar do serviço aí eu contei pra ele e pensei que eu fosse pagar uma surra. [...] Ele disse pra mim que dinheiro do bolso dele não ia sair pra eu colocar pra fora, que ele ia me ajudar e que não era pra eu ir embora porque ele sabia que eu ia sofrer. Aí eu não fui fiquei com ele (ESPERANÇA, ANANINDEUA, 25/10/2010).

O caso de Esperança contrasta com a situação vivida por Margarida, a informante anterior, pois Esperança morava com sua mãe que era separada de seu pai. Ao saber da gravidez da filha, a mãe teve uma postura ríspida, atribuindo a filha toda a responsabilidade de contar o fato ao pai, figura mais temida pela filha, pois é sobre ele

que recai a autoridade moral, a responsabilidade sobre a honra da família. Dessa forma, é esperado que o pai assumira postura mais firme diante de tal acontecimento.

## **2.4. Significados do casamento e do “viver junto” entre as mulheres provedoras**

As mulheres estudadas iniciaram suas trajetórias amorosas na adolescência, por volta dos 13 aos 20 anos de idade tiveram a primeira experiência sexual fora do casamento, oficial ou não. Muitas das relações afetivas dessas mulheres são instáveis e de curto período de duração. Não raro, possuem filhos provenientes de relações diferentes. Das dezessete mulheres pesquisadas, somente 01 (uma) realizou casamento religioso, 15 (quinze) mantiveram relação estabelecida na união consensual e 01 (uma) nunca casou. Todavia, a oficialização da união não constitui um problema para elas, embora Gabriela se refira ao mesmo como um “privilegio”:

Nunca, nunca casei é um privilégio que eu nunca tive (risos). Nunca tive esse privilégio de ser casada (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Em seguida a mesma retruca:

Eu tenho um dizer comigo pra se viver bem e feliz não é preciso casar, porque se casamento fosse bom não precisava testemunho, então eu nunca fiz questão de casar eu assim como eu vivo eu acho que eu vivo melhor tem os mesmos direitos que a casada tem. (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Algumas não chegaram nem a habitar maritalmente com o pai de seus filhos.

Eu vivia com esse rapaz que eu te falei e ele ficava aborrecido comigo, néra, mamãe? Porque ele me apresentava como esposa e quando eu ia apresentar ele pros meus amigos eu dizia: “Olha, esse é o rapaz que mora comigo” (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

O significado do acontecimento revelado em depoimento por uma pesquisada não se esgota em dizer que homens e mulheres possuem interpretações diferenciadas do estatuto do casamento. Mas, em pensar o significado das expressões “esposa/marido” e “companheiro/companheira”? O que diferencia o papel da esposa em relação ao da companheira? O que caracteriza para o homem ser marido ou companheiro?

A própria entrevistada esboça respostas prováveis as perguntas acima:

Eu digo que pra mim é só o papel, né? O respeito é o mesmo, mas só que nos documentos da gente sempre constou solteiro, né? Não é essa a questão. A questão mesmo é só o estado civil, mesmo. A responsabilidade, a convivência é a mesma de uma pessoa casada. Tem vezes que até melhor, né? Pra efeito jurídico mesmo, nós nunca casamos. Então, é isso. É a mesma situação dela (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

Em discurso se diz que não há diferença entre o casamento formal e a união consensual. A mulher casada, no religioso ou civil, substitui o sobrenome do pai pelo do marido, isto é, passa da responsabilidade paterna para a marital. Todavia Camélia pondera ao afirmar que “a responsabilidade, a convivência é a mesma de uma pessoa casada”. E, ainda assegura que pode ser melhor.

Em famílias de classe média tradicional o casamento formal cumpre um importante papel social enquanto modelo ideológico que estabelece relações entre famílias, tipo: concentração e expansão de bens materiais ou ainda ampliação do prestígio social. E, como já dissemos anteriormente, o modelo dominante. Mas também muitas práticas sociais e culturais das camadas populares são adotadas pelas camadas médias, numa circularidade cultural entre as classes. As camadas populares não apenas recebem ideais e valores hegemônicos, elas também influenciam, seja na linguagem, nos costumes, nas atividades culturais. Não é uma via de mão única.

Entre as classes menos favorecidas o casamento formal permanece como modelo ideológico. Contudo, a situação de instabilidade econômica por parte do homem que não consegue atualizar sua função de provedor da família conduz a adaptação desse modelo.

Entretanto, os gestos de Dona Claudia que não podem ser capturados pelo gravador, como ocorrem com as palavras, proferem ambigüidades traduzidas em diário de campo:

Ao ser indagada sobre o tempo em que ficou casada Dona Claudia sorri e diz: “Eu não casei”. Seu sorriso foi intrigante e revelador. A filha percebe a situação desconfortável da mãe e justifica sua resposta negativa, ao mesmo tempo em que concilia a situação da mãe à sua própria condição de não casada (DIÁRIO DE CAMPO, 2009).

Mas, investigando mais a fundo, Camélia e Claudia, por exemplo, referem que o “viver junto” permite maior flexibilização da relação conjugal, podendo ser construída ou desfeita sem maiores comprometimentos por parte de ambos. Logo, há certa expectativa de descontinuidade do relacionamento.

Ressalte-se que esse fenômeno também foi encontrado nos estudos de Woortmann acerca das famílias matrifocais de Salvador. O autor considera que a instabilidade conjugal nessa camada social está relacionada a dois fatores: a ausência de implicações mais amplas do casamento e à independência das mulheres, ou melhor, à sua dominância no sistema de parentesco. E conclui: “não apenas existe uma realidade de uniões rompidas, mas também uma expectativa de descontinuidade” (1987, p.95).

O “viver junto” é uma relação entre dois indivíduos habitam sob o mesmo teto e que pode, ou não, transformar-se em vínculo familiar institucional, isto é, em casamento. O filho representa fortemente a possibilidade desse laço. Para as mulheres pesquisadas, o filho é a configuração da família e, não o contrário. A família só existe a partir do nascimento do primeiro filho. Todavia, o filho não é a garantia de união estável.

Segundo Woortmann (1987), o *casamento formal* e a *união consensual* não podem ser entendidos como pólos opostos, o primeiro pode ser constituído em estágio terminal da “carreira conjugal”. Estando casados ou em união consensual, a diferença básica entre os gêneros coincide em que as mulheres não devem manter relações extra-conjugais, enquanto aos homens é permitido fazê-lo. Entretanto, em casos de arranjos poligínicos (um homem com várias mulheres), embora aceitos pelo grupo, considera-se que ter mais de uma dona-de-casa sob o mesmo teto pode gerar conflitos e choques de autoridade doméstica.

Entre o grupo estudado pelo antropólogo muitos homens e mulheres experimentam sucessivas uniões consensuais conhecidas popularmente como *amigações* ou *amasiamento*. Os filhos de relações anteriores não são assumidos como parte do grupo do homem atual, isto é, o atual “companheiro” não possui autoridade sobre esses filhos. A noção de pai sociológico é relativamente fraca, ainda que seja o genitor. Os filhos são definidos como sendo filhos da mulher, pertencem ao grupo matrilinear. A autoridade sobre os filhos concentra-se na mãe. Quando a relação é dissolvida, os filhos permanecem com a mãe. Assim, custódia e pensão alimentar não tem lugar nesse modelo ideológico.

Situação similar é repertoriada por uma de nossas entrevistadas:

Depois que eu me separei, passaram dois anos e eu arrumei um, eles era pequenos, foi uma pessoa muito boa que apareceu na minha vida. Ele era solteiro, não tinha nenhum filho, aí nós namoramos quase dois anos e aí ele veio morar comigo. Desse relacionamento nos duramos 11 anos juntos. (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

E continua:

Tá com 6 anos que tamos separado. Ele que praticamente me ajudou a criar os meninos assim nesse ponto, assim, tanto na questão financeira, que ele me ajudava nesse ponto, quanto naquela questão emocional, ele me ajudava também. Ele me ajudava nessa ausência do pai, tanto que os meninos até hoje tem um bom relacionamento com ele, graças a Deus. (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

A pesquisada revela que o novo companheiro não assumiu as responsabilidades da casa e da família sozinho, tendo em vista que Camélia possuía emprego e possuía dois filhos provenientes da primeira relação conjugal. Como ela mesma relata, ele “ajudava” nas despesas domésticas e nas questões de aconselhamento, fazendo às vezes de pai, como retratado abaixo:

É, um pai pra eles, tanto que quando ele veio pra cá o meu filho já tinha noção, já, porque eu sempre coloquei, ele sempre se deu bem com eles, o pai do meu filho também sempre freqüentou aqui. Aí quando ele (o pai dos filhos) soube que ele tava morado aqui (o namorado) eu chamei ele pra participar, assim, da mesma forma que ele fez comigo eu também agia com ele. Então ele aceitou, assim logo no começo ele ficou com ciúmes ele achava que ia perder a condição de pai, assim que os meninos iam perder a consideração de pai, porque esse rapaz, o Charles, ele sempre saía com os meninos pra passeio, pro bosque, dia de domingo ele sempre tinha o tempo de serviço, ele ligava e dizia “Ah, Camélia, eu vou levar os meninos pra darem uma volta”(CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

Camélia permaneceu como a provedora dos filhos. E, ambos, homem e mulher assumiam o provimento da casa. Sendo que os filhos pertencem à mulher, assim como a casa. Em casos de separação é o homem quem sai da casa, corroborando os estudos de Woortmann em famílias matrifocais (1987).

Quando se refere aos ciúmes do pai em relação aos filhos, a pesquisada insere em sua fala uma categoria nova, *consideração*. Ao estudar as unidades domésticas do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, Elielma Machado (1998, p. 76) refere que a categoria “engloba a consangüinidade e emerge como um terceiro termo nas relações de parentesco”. Para a pesquisadora, consangüíneos e afins se sobrepõem aos considerados. O termo implica em atitudes que envolvem cooperação, amizade e colaboração.

Todavia, é a leitura de Marcelin (1999), em sua tese de doutoramento sobre o Recôncavo Baiano que apresenta uma análise mais próxima do contexto apresentado nesta pesquisa. Para o autor citado acima, *consideração* encontra-se relacionada a

diferentes aspectos da vida social e teria como correspondente analítico a categoria *respeito*. Portanto, consideração aparece na relação entre os mais velhos com os mais novos do grupo, enquanto respeito faz menção de valores dos mais novos em relação aos mais velhos. Ambas as categorias, *respeito* e *consideração*, denotam posições distintas no sistema de parentesco.

Na fala transcrita acima, a categoria *consideração* aparece como sinônimo de respeito. Contudo, não o mesmo respeito de que tratamos acima, mas aquele que faz referência a figura de autoridade do pai. Com a nova relação conjugal da mãe, o pai teme perder o prestígio diante dos filhos, ele reclama seu reconhecimento enquanto tal. A figura paterna é ameaçada pela entrada de outro homem na vida da mãe, em primeira instância e, por conseguinte na relação familiar. O acontecimento acena para a fragilidade da noção de pai biológico e o conseqüente fortalecimento do pai sociológico, isto é, pai é aquele que está presente no cotidiano dos filhos.

Não obstante a explicação, o episódio revela nítida diferenciação de status social entre a mulher casada oficialmente e a mulher que vive em situação de amasiamento com um homem sem legalização da situação marital. Nas respostas de mãe e filha, está a valorização da primeira em detrimento da última. Embora, na prática, casamento, separação e re-casamento são elementos pertencentes à esfera das mulheres casadas oficialmente e as não casadas oficialmente. No cotidiano do casamento, as possibilidades de separação são as mesmas para uma ou outra. Num plano ideal pode haver uma diferença no status, mas isto não chega a ser impedimento para um futuro recasamento. Por outro lado, as mulheres se dividem nesta opinião, pois Margarida não pareceu dar tanto valor ao fato de ser ou não oficialmente casada.

É ponto factual na sociedade moderna que o casamento é um rito que envolve pessoas da mesma classe social, ou pelo menos, de classes próximas. São exceções os casos de união formal entre indivíduos pertencentes à classes díspares. Uma jovem moradora da localidade de estudo é constantemente valorizada pela “sorte” que teve ao encontrar um empresário de mais idade com quem teve uma filha e vive maritalmente. Assim, a jovem mulher de cerca de vinte anos de idade contribui com sua família de origem de maneiras diferenciadas, desde conduzir o pai ao tratamento de diabetes até fornecer ajuda financeira. Ela foi a única dentre as cinco filhas do casal que casou com um homem de posses, não precisando trabalhar fora de casa e vivendo em função da casa e da família.

Diferentes estudos sugerem a dificuldade de constituição e manutenção de famílias operárias situadas em contexto urbano e em situação de extrema precariedade econômica:

A impossibilidade de constituir famílias estáveis manifesta-se sempre que o modo de inserção no mercado de trabalho acarreta rendimentos muito precários (tanto por serem poucos como por serem irregulares) e, portanto, insuficientes para a manutenção do grupo doméstico que inclui sempre membros não produtivos (DURHAM, 1980, P.202).

Cancela (2007), ao estudar os significados do casamento na capital paraense tece comentários acerca da dificuldade de contrair matrimônio entre as camadas populares, por tratar-se de um recurso não acessível a essa parcela da sociedade marginalizada, seja pela questão cultural ou ainda pelos recursos monetários não disponíveis (CANCELA, 2007).

O casamento (religioso ou civil) sempre esteve associado às famílias de classe média e alta e configurando as relações políticas e sociais que se estabeleciam no âmbito dessas camadas sociais. O casamento jurídico, comum às elites tradicionais brasileiras, representa a fusão de propriedade territorial, consolidação de poder político, aliança econômica ou simplesmente, confirmação de status.

Compactuando com a idéia de Bourdieu acerca da noção de *habitus* para a construção de novos arranjos adaptativos. Nesse jogo não há regras pré estabelecidas. As estratégias matrimoniais são reformuladas à medida em que o jogo é acionado. E, a flexibilidade desse modelo é o que favorece sua permanência.

---

**CAPÍTULO III –**

**TRABALHO DAS MULHERES PROVIDORAS**

---

### CAPITULO III – O TRABALHO DAS MULHERES PROVIDORAS

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas  
Elas não têm gosto ou vontade  
Nem defeito nem qualidade  
Têm medo apenas  
Não têm sonhos, só têm presságios  
O seu homem, mares, naufrágios  
Lindas sirenas  
Morenas  
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Temem pro seus maridos, heróis e amantes de Atenas  
As jovens viúvas marcadas  
E as gestantes abandonadas  
Não fazem cenas  
Vestem-se de negro se encolhem  
Se confortam e se recolhem*

*(Mulheres de Atenas. Chico Buarque).*

Aclamado por público e crítica, Chico Buarque é um dos ícones da música popular brasileira. Considerado um interprete de “alma feminina” dada a sensibilidade com que expressa sentimentos ditos “femininos” em suas interpretações. A música “Mulheres de Atenas” constitui uma de suas composições que favorece uma apurada análise sócio-linguística.

A música é uma alusão aos poemas épicos atribuídos a Homero, *Ilíada* e *Odisséia*. Penélope, esposa de Ulisses, herói do poema *Odisséia*, esperou o marido que viajava durante vinte anos, período em que a mesma se mantém fiel e resignada; contudo, sua formosura, e, os bens familiares atraem a cobiça de pretendentes, que julgavam seu marido morto. Na intenção de se esquivar dos aspirantes, ela dizia que só escolheria o futuro marido após tecer uma mortalha, então ela passava o dia tecendo e, à noite às escondidas, desmanchava o trabalho realizado durante o dia. E, embora anos a fio sem notícias do marido, ela se vestia de longo, tecia longos bordados, ajoelhava-se, pedia e implorava para a deusa Atena que providenciasse o retorno de seu amado.

No poema *Ilíada* Ulisses novamente é apresentado como um viajante, conduzido à terras distantes e herói da batalha de Tróia. Mas, a personagem feminina principal da epopéia é Helena, filha de Zeus, considerada a mulher mais bela do mundo. Esposa de Menelau, rei de Esparta, foi seduzida e raptada por Páris, filho do rei de Tróia. Esse rapto deu origem à guerra de Tróia, promovida pelos gregos para resgatar Helena, a esposa infiel e promotora da guerra.

Os poemas remontam ao século 5 antes de Cristo e servem de inspiração ao autor da música para revelar as mulheres que ao estilo ateniense “vivem” e “secam” por

seus maridos. A música ainda hoje sofre distorções em sua interpretação, leitores menos avisados consideram a mesma como uma apologia à submissão e à subserviência feminina. Não compreendendo o requinte da ironia apresentada no texto. Uma leitura mais atenta mostra a música como um hino contra a submissão das mulheres que se sujeitam aos ditames de sociedades patriarcais.

Para finalizar, a composição permite a reflexão acerca do papel da mulher na sociedade contemporânea em analogia às mulheres de Atenas. Mulheres como Penélope, que não têm sonhos, nem têm vontade, vivendo mil quarentenas a espera de um marido para amá-las e respeitá-las. Ou, mulheres como Helena, que se entregam as carícias plenas sem culpa ou pecado. Ou mulheres como Margarida, Camélia, Flordelis, Rosa, Vitória, Jade, Gabriela, Irís, Esperança, Samambaia mulheres que dão vida e sentido a este trabalho.

### **3.1. O “novo” mundo do trabalho e a participação feminina**

O século XX assinala um período de vultosas mudanças no mundo do trabalho, particularmente para a população feminina. No Brasil, as últimas décadas do século pretérito marcam a inserção das mulheres no mercado do trabalho de maneira vertiginosa e sem precedentes na história. Fatores de ordem econômica e cultural foram determinantes para essa expansão, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja pelo desejo de realização profissional.

A reestruturação mundial do capitalismo produziu uma ruptura com o paradigma tecnológico adotado no período pós-guerra mundial; assim como, rompimento do compromisso social e das relações econômicas, sociais e políticas; acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista; e, recriando condições aparentemente superadas no pós-guerra (MATTOSO, 1994).

O processo de reestruturação no sistema capitalista atingiu de maneira distinta os países capitalistas centrais e os países capitalistas periféricos, como é o caso do Brasil. Para grande contingente populacional que vive do trabalho os impactos dessa reestruturação são conhecidos. A precariedade e precarização do trabalho são

manifestadas através dos frágeis vínculos empregatícios, perdas salariais, de benefícios e parte dos direitos conquistados na etapa anterior do capitalismo (ALVES, 2009).

Enquanto a *segunda modernidade* exigia um trabalhador especializado, parcelizado e desqualificado. A *terceira modernidade* é caracterizada pela *flexibilização* no mundo do trabalho emerge um novo trabalhador com maior escolaridade (educação e treinamento contínuo), mais participativo (com possibilidade de negociação coletiva), de caráter polivalente e com sentimento de revalorização da ética e da utopia do trabalho, isto é, com mais soberania no trabalho, maior orgulho da profissão, valorização do conhecimento técnico individual, mais “humanização” do trabalho. Todavia, esse “novo trabalhador” assume caráter dualista visto que, ele é o produto da crescente massa de trabalhadores sem direitos trabalhistas, marginalizados do processo competitivo, obrigados a trabalhar sob “novas” formas de trabalho e de qualificação, muitas vezes “precárias” (MATTOSO, 1994).

Comumente as pesquisas econômicas e estruturais retratam as conseqüências desses impactos na vida dos indivíduos isoladamente. Contudo, os trabalhadores atingidos por esse processo possuem vínculos sociais outros além daquele relacionado à sua inserção no mercado de trabalho. Dentre todas as dimensões de sua vida social, a família é a mais exposta às vicissitudes do sistema capitalista (BORGES, 2007). Em contexto de crise as famílias constantemente precisam se adaptar e promover rearranjos a fim de minimizar a crise, cuja intensidade será maior ou menor dependendo da condição que o indivíduo trabalhador exerça na família.

Em se tratando de famílias monoparentais a tensão econômica comumente é sentida de maneira aguda dado o fato deste modelo familiar contar com a presença de um único provedor. No entanto, há diferenças entre famílias monoparentais com responsável homem-pai e famílias monoparentais sob responsabilidade da mulher-mãe. Seria inocente pensar que as oportunidades de trabalho se apresentam de maneira unívoca para homens e mulheres, da mesma maneira que para negros e brancos, para os mais jovens e os mais idosos. De maneira similar, os indivíduos que possuem condições materiais mais favoráveis apresentam acesso privilegiado aos diferentes equipamentos materiais necessários para a manutenção de sua existência e de sua família, como por exemplo, educação e capacitação, traduzindo-se em melhores colocações no mercado de trabalho.

No que tange ao mercado de trabalho, persistem as discriminações e desigualdades em relação à inserção da mão-de-obra feminina e masculina. Alhures o

crescimento da participação da mulher no mundo do trabalho, entre os anos de 1985 e 1995, houve uma ampliação da participação das mulheres em ordem de 63% segundo dados da Fundação Carlos Chagas (BRUSCHINI, 1998). Cabe lembrar que nesse contexto o IBGE ampliou seu conceito de trabalho:

O novo conceito de trabalho inclui: a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), na produção de bens ou serviços; b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficiante ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; d) ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora por semana na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar (BRUSCHINI, 1998, p. 02-03).

Ao incluir atividades até então consideradas como autoconsumo, produção familiar e outras atividades pertencentes ao universo feminino, o IBGE promove uma alavancada nas taxas de participação da mão-de-obra feminina. Contudo, a atividade doméstica realizada pela dona-de-casa permanece invisível diante dos órgãos de pesquisa.

Não é novidade que as transformações ocorridas no mundo do trabalho também produziram impactos no cotidiano das relações entre homens e mulheres e, particularmente, mudanças na família e na sociedade. Diante da redução do poder econômico do homem, dada a crise do mercado de trabalho, modificou-se o seu nível de responsabilidade e autoridade no seio familiar e, conseqüentemente houve um aumento significativo da participação feminina como trabalhadora remunerada e como co-provedora ou provedora com provisão exclusiva.

A participação no mercado de trabalho é considerada como uma das maiores conquistas femininas na contemporaneidade. Todavia, essa participação não se deu de maneira uniforme para todas as mulheres, sem distinção de classe, raça e geração.

As mulheres de camada média possuíam maiores níveis de escolaridade e especialização profissional e sua participação no mercado de trabalho consiste muito mais em uma questão de emancipação feminina e usufruto de bens materiais, ao contrário das mulheres pertencentes à camada popular que têm o trabalho enquanto questão de sobrevivência. Ressalte-se que para essas últimas, o trabalho sempre esteve presente em seu cotidiano (SARTI, 1997).

Não raro, nas camadas sociais menos favorecidas o ingresso das mulheres no mercado de trabalho ocorre desde a infância. Nessa fase inicial da vida, o trabalho consiste em uma “ajuda” ao grupo doméstico caracterizando uma situação de trabalho infantil.

A baixa escolaridade e pouca, ou nenhuma qualificação profissional, conduzem essas mulheres aos chamados nichos ocupacionais femininos. Das dezessete mulheres pesquisadas, todas se mudaram para a capital paraense em busca de *melhores condições de vida*, quer como babá, cozinheira, diarista, vendedora de loja comercial, caixa de supermercado, serviços gerais, empregada doméstica ou ainda como cria de família. Dentre essas, onze (Margarida, Jade, Violeta, Samambaia, Claudia, Acácia, Beladona, Esperança, Gabriela, Orquídea, Queridinha, Rosa) exerceram ou exercem trabalhos domésticos em casas de famílias. Algumas por curto espaço de tempo, poucos anos, e outras por longo período de suas vidas, como foi o caso de Acácia e Claudia. Daí porque é significativo compreender a temática que perpassa a vida dessas mulheres.

Para melhor apreensão deste capítulo adotou-se desmembrá-lo em três subcapítulos que abordaram três categorias profissionais que em as mulheres pesquisadas encontram-se inseridas: o emprego doméstico e suas nuances como a atividade da chamada “criada de família” e a agente comunitária de saúde. Neste tópico também será discutido aspectos da inversão dos papéis sociais masculinos e femininos. E, como uma de nossas principais interlocutoras é uma agente comunitária de saúde o capítulo finaliza analisando as condições de trabalho dessa categoria.

### **3.2. O emprego doméstico na ótica das mulheres provedoras**

Neste tópico propõe-se um olhar acerca do Trabalho Doméstico praticado por “mocinhas” que desde tenra idade lançam mão de sua força de trabalho para sustento próprio e de suas famílias. No Estado do Pará, comumente as meninas vêm do interior do Estado para a capital paraense, com a aquiescência dos pais, para trabalhar em “casas de família” em troca de benefícios como: moradia, vestimenta, alimentação e com a promessa de estudar para construir “uma vida melhor” para si e sua família, que ficou no interior. Em março de 2005, o “caso Marielma”, como ficou conhecido, estampou os

jornais de todo o Brasil. Marielma Sampaio, de 11 anos de idade, trabalhava como babá na cidade de Belém, onde foi brutalmente assassinada por seu patrão. O caso despertou a atenção da imprensa paraense para o problema do trabalho infantil doméstico, proporcionando maior visibilidade da sociedade para a questão, mas, não se reverteu em mudanças de parâmetros e atitude social e judicialmente.

O fato de o trabalho doméstico acontecer em âmbito privado e por ser uma prática naturalizada, isto é, aceita cultural e socialmente, dificulta a percepção da mesma como um problema social. Casa e rua apresentam-se como o par binário amplamente debatido nas ciências sociais. A casa enquanto espaço feminino e, a rua, por oposição, representa o masculino (DAMATTA, 1985, FONSECA, 2004, SARTI, 2007). Nesse sentido, o trabalho externo à casa é considerado atividade inerente ao sexo masculino, pois possibilita a provisão do grupo familiar, conferindo maior valor social perante o trabalho doméstico, tido como feminino e secundário.

Em verdade, as mulheres de camada popular fugiam a esta prática embora estivessem sujeitas a estes ideais. O privado está muito associado às mulheres de camadas médias, pois as mulheres de menos recursos monetários sempre estiveram na labuta, quer no espaço doméstico como lavadeiras, faxineiras, serviços gerais, cozinheiras, enfim, atividades consideradas inerentes ao sexo feminino por permitir a reprodução do grupo doméstico; ou na esfera pública como quitandeiras, vendedoras, entre outras atividades adversas, que se instalam à margem do trabalho significativo.

Cabe lembrar, que a separação das esferas público/masculino e privado/feminino é fruto do processo de industrialização ocorrido no século XIX onde a atividade produtiva que antes era realizada no interior da casa passa a ser efetuada nas fábricas, produzindo não somente a fragmentação casa/privado e rua/público, mas, sobretudo, o rompimento com a natureza, numa relação de domínio sobre ela, assim, as mulheres associadas à esfera “natural” da família, passaram a ser vistas como seres “naturalmente” dominados (MARTIN, 2004).

O trabalho doméstico é considerado a porta de entrada no mercado de trabalho urbano. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005), o trabalho doméstico em 2005 abrangia cerca de 6,7 milhões de pessoas, entre as quais, 93,2% eram mulheres, representando cerca de 16,9% do total do emprego feminino.

De acordo com Sanches o trabalho doméstico constitui uma das ocupações mais marcadas pela precariedade dos vínculos e pelo não cumprimento da legislação do trabalho:

O trabalho doméstico é classificado como parte da economia informal. Mais do que por uma correspondência direta com os diferentes conceitos de informalidade, essa modalidade de ocupação parece estar assim classificada pela dificuldade em incluí-la nas definições correntes do trabalho e do mercado de trabalho, pois estas ainda não incorporam a esfera da reprodução como criadora de valor. Não é, pois, a precariedade (real) do trabalho doméstico que o define como informal, mas o lugar que ocupa na concepção tradicional do que é uma atividade econômica (SANCHES, 2009, p.884).

Nesse sentido, as meninas e mulheres que migram do espaço rural para o urbano, sem escolaridade e em busca de melhores condições de vida são fortes candidatas a compor o quadro de empregadas domésticas nas grandes cidades brasileiras. É o caso de Acácia, Claudia, Esperança, Gabriela, Werônica, Rosa, Orquídea, Queridinha aqui apresentadas através de suas trajetórias de vida. Mulheres negras, de baixa escolaridade, sem qualificação profissional, oriundas do interior do Estado do Pará para trabalhar em casas de família e responsáveis pelo domicílio:

Em se tratando de famílias monoparentais a tensão econômica comumente é sentida de maneira aguda dado o fato deste modelo familiar contar com a presença de um único provedor. No entanto, há diferenças entre famílias monoparentais com responsável homem-pai e famílias monoparentais sob responsabilidade da mulher-mãe. Seria inocente pensar que as oportunidades de trabalho se apresentam de maneira unívoca para homens e mulheres, da mesma maneira que para negros e brancos, para os mais jovens e os mais idosos. De maneira similar, os indivíduos que possuem condições materiais mais favoráveis apresentam acesso privilegiado aos diferentes equipamentos materiais necessários para a manutenção de sua existência e de sua família, como por exemplo, educação e capacitação, traduzindo-se em melhores colocações no mercado de trabalho (SILVA, 2011, p.3).

Os caminhos percorridos por essas mulheres podem ser em certa medida, generalizado a muitas outras em situação similar. A história delas revela a interseção entre os marcadores gênero, raça e classe na Amazônia paraense.

Algumas das mulheres pesquisadas sublimaram o período que passaram exercendo atividades domésticas em casas de terceiro, somente ao longo da entrevista algumas situações eram apresentadas e repertoriadas pelas mesmas. Somente uma das entrevistadas contou em detalhes esse momento de sua vida (Acácia), a maioria, no entanto, apenas fez breve relato. A pouca ênfase a esse momento não significa ser desprezível para as mesmas, mas trata-se de um período de extrema dificuldade financeira marcado por discriminação, como revela a fala abaixo:

Foi tudo rápido a minha vinda pra cá, o que aconteceu na casa dela e ai eu sai da casa dela fui trabalhar lá pra Icoaraci pra casa de um a senhora lá eu comecei a estudar no Avertano Rocha só que um dia a patroa me chamou e

disse que era pra mim parar de estudar porque empregada dela não estudava, muitas vezes eu dormia dentro do banheiro sentada porque ela não abria a porta pra mim entrar, ela dizia que ela tinha obrigação de abrir a porta pras filhas dela e não pra mim que eu era empregada. (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Dada a desvalorização social do mesmo é compreensível que as mesmas não se remetam a esse momento, visto se tratar de uma etapa de suas vidas onde as lembranças são quase sempre negativas.

Saffioti (1978) apontava uma carência de estudos científicos sobre o trabalho doméstico<sup>6</sup>, particularmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Em consultas aos periódicos disponíveis na rede mundial de computadores, os escritos relacionados ao tema pertencem à área da saúde, preocupados com os problemas de saúde que acometem essa categoria.

Nos idos dos anos 90, a antropóloga Suely Kofes (2001) realiza um esforço teórico-metodológico para trazer à baila o debate acerca das diferenças e desigualdades existentes na relação entre patroas e empregadas domésticas na cidade do Rio de Janeiro e, fundamentalmente, a compreensão da pluralidade que envolve a categoria mulher tornando mais complexas as identidades sociais desempenhadas por cada um dos sujeitos presentes em sua tese de doutoramento.

Ao se debruçar sobre a análise do trabalho doméstico, Saffioti (1978) sugere que os serviços domésticos assalariados teriam surgido após o fim do período de escravidão. Todavia, a abolição da escravatura não assinala o término das práticas escravocratas no Brasil. Igualmente, não se pode afirmar que a transição de um modelo escravista para outro capitalista ocorreu sem tensões e conflitos sociais.

---

<sup>6</sup> O trabalho doméstico foi reconhecido profissionalmente pela primeira vez no ano de 1972 com o advento da lei nº 5.859. Todavia, somente com a Constituição Federal (1988) a categoria teve seus direitos assegurados. A difícil fiscalização desses direitos não garante a supressão de uma situação de precariedade em que se encontra parcela significativa das mulheres que trabalham como empregadas domésticas, como por exemplo, o registro da carteira de trabalho que garante direitos constitucionais como o décimo terceiro salário, férias anuais, repouso semanal, e, principalmente, tem direito ao recebimento do salário mínimo fixado em lei. A Constituição Federal (1988) considera como trabalho doméstico as seguintes categorias: motoristas, caseiros, cozinheiros, jardineiros, babás, mordomos, damas de companhia, governantas, faxineiros, lavadeiras, arrumadeiras, etc. Nesse sentido, o trabalhador doméstico é assim designado “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família, em residências, sítios, etc.; não é considerado doméstico o trabalho prestado a empresas” (CARTILHA DOS DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA, 2010). Os avanços que a atual legislação imprime aqueles que desenvolvem trabalhos em âmbito doméstico são inegáveis na ampliação de seus direitos assegurando-lhes benefícios e vantagens sociais nunca antes conquistados.

Como adverte Ianni (1987, p.41): “inicialmente a vida urbana estava constituída no espírito e no interior da formação social escravista”. Pode-se afirmar que em se tratando do trabalho feminino essa situação perdurou mesmo após a abolição, pois o trabalho da cria de família, assim como da mucama é livre. Ambas, têm sua liberdade cerceada ao âmbito doméstico, mais particularmente, a cozinha e suas adjacências. Uma como a outra, não dispõem de condições de negociação de sua força de trabalho e de si mesmas. Ambas permanecem invisibilizadas, à margem do processo de libertação.

À medida em que o modelo capitalista se difunde, formas não-capitalistas de trabalho são incorporadas a este regime. Não há por parte do sistema interesse ou condições propícias para eliminar essas formas não-capitalistas de atividades econômicas, pois as mesmas contem uma força de trabalho absorvível durante os momentos de prosperidade econômica e, que durante os momentos de crise do sistema são repelidas. Para Saffioti:

Os trabalhadores dos setores não-capitalistas apropriam-se de parcelas relativamente menores do produto social e não usufruem integralmente dos benefícios proporcionados pelo sistema capitalista. Neste sentido e apenas neste estão à margem do modo de produção capitalista. Na medida em que tais trabalhadores desempenham tarefas necessárias à reprodução ampliada do sistema capitalista, não somente estão nele integrados, como permitem à ele uma taxa mais acelerada de acumulação. Assim, na articulação entre as formas capitalistas e não-capitalistas de produção, as primeiras beneficiam-se não apenas da exploração de que são objetos os agentes do trabalho subordinados diretamente pelo capital, como também da exploração de que são alvo os agentes do trabalho remunerados com renda. Entre estes últimos, embora haja homens, as mulheres constituem os contingentes qualitativamente mais significativos (SAFFIOTI, 1978, p. 186).

Casa e rua apresentam-se como o par binário amplamente debatido nas ciências sociais. A casa enquanto espaço feminino e, a rua, por oposição, representa o masculino (DAMATTA, 1985, FONSECA, 2004, SARTI, 2007). Nesse sentido, o trabalho externo à casa é considerado atividade inerente ao sexo masculino, pois possibilita a provisão do grupo familiar, conferindo maior valor social perante o trabalho doméstico, tido como feminino e secundário.

Se ocorrer da mulher trabalhar fora de casa, esse trabalho é visto como “ajuda”, ainda que, constitua a maior parte do orçamento doméstico, se comparado ao trabalho do homem. E, inversamente, o homem na esfera doméstica somente “ajuda” nas tarefas de casa, enquanto em âmbito externo a mulher que trabalha não representa a responsável direta pela manutenção da família, mas sim, consiste em uma ajuda

financeira ao homem. Em analogia a essa idéia, o homem representa o provedor ou, em outras palavras, o chefe da família.

Nas circunstâncias tratadas neste estudo, a figura do homem provedor é inexistente. A dupla (ou tripla) jornada de trabalho e o exercício de atividades socialmente invisíveis constituem uma forma simbólica de violência subjacente às mulheres de camadas populares. A invisibilidade do conjunto de atividades desenvolvidas em âmbito doméstico constitui a expressão mais alarmante da disparidade social atribuída ao sexo feminino.

Segundo dados do PNAD (2006), a categoria de trabalhadoras domésticas detém o menor rendimento salarial, estando muitas vezes, condicionado às variações do salário mínimo.

### **3.3. A história de Acácia e Claudia: de criada a operária**

*Vais trabalhar muito na juventude,  
mas, serás feliz na velhice.*

A frase proferida soa como profecia cumprida. Mais de 30 anos se passaram e, o tempo revelou a competência da mãe-de-santo, “dessas que não se vê mais hoje em dia”.

Acácia<sup>7</sup> é uma senhora de 72 anos, apesar de não aparentar tal idade (um atributo considerado popularmente com sendo próprio à raça negra) de estatura mediana, cabelos grisalhos, semblante triste e acabrunhado de quem o trabalho árduo e as adversidades subtraíram anos de juventude. Apesar disso, suas palavras expressam contentamento pelas conquistas advindas de seu ‘suor’. É a matriarca de uma família de três homens (sendo dois falecidos), duas mulheres, oito netos (quatro homens e quatro mulheres) e quatro bisnetos do sexo masculino. Mas, nem sempre foi assim, a vida tranqüila de hoje, não sublima as privações (econômicas e afetivas) de outrora.

Acácia, nascida em 1937, é a primeira e única filha viva de uma família de sete filhos. Filha de Maria e, de pai desconhecido, conforme consta em sua certidão de nascimento adquirida aos vinte anos de idade quando de sua vinda para a capital para efeito de trabalho.

---

<sup>7</sup> Como é de praxe nas Ciências Sociais, os nomes dos pesquisados foram substituídos por pseudônimos, dificultando a identificação dos mesmos, garantindo assim, o anonimato daqueles que aceitam compartilhar conosco um pouco de suas histórias de vida, suas caminhadas, suas frustrações, mas também, seus risos e prantos.

Maria, a genitora de Acácia, ambas de fenótipo similar, trabalhava na lavoura do interior do Estado do Pará, em início do século pretérito, lugar onde ‘deu a luz’ a seus sete filhos (duas mulheres e cinco homens) sem reconhecimento de paternidade. Não há elementos para pensar que se está diante de uma relação eqüitativa entre homens e mulheres, marcada pela fluidez entre os gêneros. Mas, dadas as condições sociais desfavoráveis para uma mãe solteira proveniente do interior do Estado do Pará em meados do século XX, pode-se inferir sobre a dificuldade de contrair matrimônio, sendo que este não se apresenta como um recurso acessível a essa parcela da sociedade marginalizada, seja pela questão cultural ou ainda pelos recursos monetários que não estão disponíveis, conforme hipótese sustentada por Cancela (2008) em pesquisa realizada entre fins do século XIX e início do XX na capital amazônica acerca dos significados do casamento.

Os estudos de Sâmara (1989) sobre o período colonial brasileiro fornecem indícios de que a família patriarcal não era predominante no Brasil do século XVIII e XIX, onde se encontrava famílias de estruturas mais simples e com um número menor de membros. Em São Paulo, essas famílias extensas eram em número de 26% dos domicílios, os outros 74% representavam outras formas de composição familiar. As famílias extensas eram, portanto, representativas de apenas uma minoria da sociedade. Não se pode omitir que nesse momento, as famílias consideradas ilegítimas<sup>8</sup> possuíam grande representatividade, pois o casamento institucionalizado se tornava oneroso e, portanto, não era acessível às pessoas provenientes da camada popular. Coexistiam, pois, distintos padrões familiares.

Aos 12 anos de idade, Acácia foi encaminhada para a capital paraense em busca de melhores condições de vida para si e sua família. Outra pesquisada, Dona Claudia relata a idade de 13 anos. O episódio sinaliza o período em que a sociedade envolta compreende que a menina antes pensada como criança passa a ser tratada como “mocinha”. O ser “mocinha” envolve, entre outras coisas, noções de responsabilidades que todo indivíduo deve ter ao alcançar a idade adulta.

Vale ressaltar que, o episódio acima retratado era comum à vida social das pequenas comunidades Amazônicas, reforçado nas palavras de Acácia ao afirmar que muitas “meninas” de sua faixa etária, nascidas no interior, vinham para a capital amazônica para trabalhar em casas de melhor situação financeira que a de suas famílias.

---

<sup>8</sup> Segundo Sâmara (1989), são famílias não provenientes do casamento.

No Brasil, a principal atividade das meninas trabalhadoras é o emprego doméstico, são 822 mil trabalhadoras domésticas na faixa etária dos dez aos 17 anos de idade e a quase totalidade pertencente ao sexo feminino (90%) (RIZZINI, 2009). A história de Acácia e Claudia é emblemática dessa realidade onde a menina desde cedo precisa trabalhar para “ajudar” na manutenção de suas famílias ainda que isso signifique sacrificar seus estudos.

A primeira ida para a capital é intermediada por um conhecido ou parente, como é o caso de Claudia e Acácia, respectivamente.

Eu vim porque hoje a situação no interior é difícil, imagine naquele tempo. Não tinha emprego, não tinha nada, a gente passava certa necessidade porque era interior mesmo. Aí meu irmão arranhou emprego pra mim em casa de família, foi quando eu vim embora pra cá. Até hoje eu to por aqui (CLAUDIA, ANANINDEUA, 2009).

Eu fiquei toda contente porque eu via as meninas irem (para Belém), quando vinham (para o interior) tinham aquela roupinha bonita, vinham tudo bonitinha, elas vinham tudo bem vestida, davam as coisas pros seus pais. Eu ficava olhando assim pra mamãe, a mamãe muito pobre, humilde (ACÁCIA, ANANINDEUA, 2009).

Para ambas, a migração para a cidade simbolizava a mudança de estatuto social. A condição de “cria” em casas de família representava a possibilidade de auferir renda para dispêndio de produtos inacessíveis á sua família de origem, como vestimentas. Outrossim, a condição de única filha para Acácia e a primogênita para Claudia lhes confere obrigações familiares. O trabalho constituía um imperativo que possibilitaria a troca de obrigações mútuas entre mãe e filha. Conforme dito anteriormente, a divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal converge para que o sexo feminino disponha de maior oferta de trabalho em detrimento do sexo masculino, dada as características e nuances do trabalho desenvolvido por um e outro.

Motta-Maués (s/d) refere-se a “cria” como pertencendo a um estatuto diferenciado da “mucama”, pois não se encontra na condição cativa, mas também, não se enquadra como empregada doméstica visto não ser assalariada. E, ainda que more e trabalhe em “casa de família”, dedicando-lhe anos de sua existência, ela não é considerada membro da família, possuindo, portanto, identidade indefinida.

O discurso de ambas revela as dificuldades financeiras que a família enfrentava nas localidades de origem. A semelhança na trajetória inicial dessas mulheres é desconstruída a partir da moradia em casas de família em Belém. Acácia apresenta complicações de adaptação ao trabalho doméstico e a moradia distante de sua família,

enquanto Claudia passou nove anos trabalhando como criada, conforme trajetória descrita adiante.

Passados alguns meses e, após muitas lágrimas corridas pela face, Acácia retorna à casa de sua mãe, pois “não se acostumou” à vida citadina. Alguns anos se passaram e, uma nova tentativa é feita. Desta vez, aos 16 anos a menina retorna à capital para viver em outra “casa de família”. Novamente, a tentativa é frustrada e Acácia retorna à casa da mãe. Durante seu segundo retorno a adolescente de dezessete anos engravida de sua primeira filha por ocasião de um baile<sup>9</sup>. Os bailes constituíam o momento de diversão e namoro.

Del Priore (1989) se refere às festas como lugar propício aos encontros amorosos, lembra que durante o período imperial no Brasil, isso era muito freqüente:

Tudo era pretexto para reuniões e encontros. São João, Reis, Natal, com dança depois da missa, bailes à fantasia em que mimosas pastoras ou lindas escocesas, iluminadas por velas eram tiradas para dançar. O tempo da festa do Natal, segundo padre Perereca, era o mais propício para os jovens. Nele se pescavam amores novos e começavam namoricos para o ano inteiro... (DEL PRIORE, 1989, p.134).

Igualmente, Thales de Azevedo (1986), em seu estudo sobre o namoro em fins do século XIX e início do XX, notou a importância das festas como cenário propiciador à formação dos pares e, portanto, ao namoro. Para esse autor, a dança apresenta-se como uma das formas de aproximação dos casais, que ensejava o namoro.

Sua primogênita, Amanda nasceu no interior, onde permaneceu sob os cuidados de sua avó materna. O nascimento de Amanda marca o momento de atribuição de responsabilidades por Acácia que agora precisava se ajustar à lida dos afazeres domésticos. As diferentes tentativas de morar em casa de família evidenciam a resistência ao trabalho em casas de famílias.

Enquanto isso Claudia relata:

Era limpeza de casa, encerar. Naquele tempo o serviço era muito pesado. Hoje já tem enceradeira, naquele tempo, era um material que eles faziam tipo um tijolo, sabe? Era manual, mas aquilo cansava muito!

E complementa:

Só trabalho. Às vezes eu digo assim pra minha filha: “olha, se eu ganhasse um mundo de presente e se eu precisasse de um, como é que se diz? Um boletim escolar pra ganhar, eu não ganhava!”. Eu não tenho.

---

<sup>9</sup> Essas informações foram prestadas pela entrevistada, porém em conversas mais íntimas com uma de suas filhas a mesma revela forte desconfiança do contexto em que ocorreu a primeira gravidez de sua mãe, pois Dona Ana demonstra muito ressentimento e mágoa dos pais de seus filhos, não somente se nega a falar sobre os mesmos, mas, as raras vezes em que o faz se refere a eles em tons pejorativos.

Como Claudia pernoitava na casa não havia um momento exclusivo para lazer. O trabalho era todo dia, o dia todo. O trabalho dessas meninas era exaustivo e fundamental para o provimento de suas famílias que ficaram no interior.

Para Acácia os descansos aconteciam ocasionalmente quando precisava visitar sua mãe no interior (geralmente por motivo de doença) e, aproveitava a ocasião para levar-lhe gêneros alimentícios, vestimentas e dinheiro. Passavam-se meses sem que Acácia visitasse sua mãe, irmãos e filha.

O tempo e a idade da pesquisada não favorecem a precisão de situações temporais e espaciais, como é caso do período de resguardo entre o nascimento de seus filhos e o retorno ao trabalho. Todavia, em estudo realizado na comunidade de Itapuá, município de Vigia, a antropóloga Motta-Maués (1993) observou a importância do resguardo pós-parto, caracterizado por restrições alimentares e comportamentais durante quarenta dias. Segundo a autora:

O período do resguardo pós-parto é considerado, em Itapuá, como extremamente perigoso para a mulher. As pessoas costumam dizer que, até se completarem os quarenta dias posteriores ao parto, tempo que dura o período mais rigoroso do resguardo, a mulher está “com o pé na sepultura”. Uma série de prescrições e proibições de vários tipos acompanham essa fase, e podem ser vistos como os procedimentos necessários para que ela seja ultrapassada com êxito” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 143).

Embora não se possa precisar o período de puerpério, acredita-se que a quarentena seja prática costumeira entre as mulheres de camada popular (MOTTA-MAUÉS, 1993).

O terceiro retorno à Belém ocorreu aos dezoito anos de idade, desta vez indicada por uma tia paterna para uma terceira casa de família. Acácia inicia o trabalho na casa daquela que mais tarde receberia a alcunha de “madrinha”. O parentesco social advém da iniciativa de sua patroa/madrinha para que Acácia seja crismada aos 20 anos de idade, após confecção de sua certidão de nascimento.

Claudia também se refere a figura da madrinha social: “Antigamente tinha esse negócio que rico que se dava com pobre era padrinho não sei de quem, era muito respeitado naquele tempo”. A expressão naquele tempo marca um período pertencente a um passado longínquo, onde as relações de parentesco social eram valorizadas, ao contrário dos dias atuais.

Woortmann (1987) define o compadrio enquanto uma relação de parentesco metafórica que consiste em uma estratégia de reforçar, pela ritualização, uma relação de parentesco já existente. Para o autor, há dois tipos de compadrio: compadrio vertical (entre pessoas de classes sociais distintas); compadrio horizontal (entre pessoas de mesma classe social)

Os dois casos ora analisados contrastam fortemente com os estudos de Woortmann na cidade de Salvador (1987), pois embora o compadrio possa ser interpretado como um parentesco simbólico, porém, ele não consolida um parentesco existente, mas ao contrário, ele constrói uma nova relação de parentesco entre pessoas de classes sociais distintas, portanto, ele caracteriza uma relação assimétrica que permite dupla interpretação. Se por um lado, revela-se como estratégia de promoção social por parte da “criada”, estabelecendo laços de solidariedade indispensáveis à manutenção do grupo familiar, visto que, a responsabilidade do compadrio estende-se não somente para a afilhada, como também, para a mãe e irmãos (MATTOSO, 1992), por outro lado, a “madrinha” diferencia-se da figura patronal, escamoteando a relação “patroa”/“criada”.

A narrativa de Claudia e Acácia apresenta algumas distinções. A primeira, diz respeito à distância do grupo familiar para Claudia e o contato permanente com a família por parte de Acácia.

Durante nove anos Claudia trabalhou como cria de família:

Eu saí de lá porque eu queria conhecer o mundo, eu queria viver a minha vida mesmo. Eu queria conhecer o mundo, porque a gente morava lá tipo nesses cômodos. Em cima era a casa, em baixo a loja. Era uma prisão danada! A gente não podia sair. Porque em cima era tipo uma casinha pombo. Lá pra frente era quarto, era uma família bem grande. Acontece que pra gente chegar na rua tinha que descer por dentro da loja, e pra gente não era permitido, empregado sair por dentro da loja. E quando era à noite, que a gente saia pra passear com a filha dela que a gente acompanhava, tudo era por dentro da loja. A mãe da moça que a gente saia, que era filha dela. Quer dizer, quando a gente saia ainda trancava o portão (CLAUDIA, ANANINDEUA, 2009).

O discurso descreve a duplicidade de tarefas assumidas pela criada. Ela exercia atividades domésticas de lavagem e passagem de roupas, limpeza da casa, além de dama de companhia da filha da patroa. A pesquisada ainda compara a casa em que trabalhava como uma prisão, revelando a situação de enclausuramento em que se encontrava, sem contato com a família de origem e principalmente, sem garantias salariais conforme relato abaixo:

Nada, mana. Eu só me vestia e comia. Eu só vim pegar dinheiro, por minha conta depois que eu saí de lá, né? Que eu já era de maior.

Situação semelhante à de Acácia revelando que o serviço não tinha hora para acontecer, nos três turnos (manhã, tarde e noite) a criada era requisitada para executar tarefas em âmbito doméstico, principalmente, atividades de limpeza da casa e lavagem da roupa. Ela lembra que acordava cedo para lavar o pátio grande da casa. O trabalho realizado em tempo integral era “recompensado” com alimentação diária, hospedagem em tempo integral, dinheiro esporádico e, “agrados” do tipo roupas e calçados semi-novos. Acácia relembra que, no interior onde sua mãe morava para conseguir um vestido usado para a filha (Acácia) sua mãe tinha que trabalhar na roça alheia, de sol a sol, por três dias consecutivos. Portanto, para Acácia a vida no interior exigia mais sacrifícios em comparação à cidade, onde o trabalho ocorre em âmbito doméstico ou como se refere à entrevistada “na sombra”.

Tanto Acácia quanto Claudia ficavam a mercê da boa vontade dos patrões para ir a escola (o que não acontecia), recebiam pagamento ínfimo e esporádico (quando recebiam) e estavam sujeitas às investidas sexuais dos filhos dos patrões, ou ainda, dos próprios patrões. Relatos dessa natureza não são raros entre os estudiosos da questão (RIZZINI, 2009). Embora nenhuma das duas mulheres tenha feito referências neste sentido, mas em uma conversa mais reservada com uma das filhas de Acácia, a mesma expõe suspeitas em relação ao contexto da primeira gestação de sua mãe, dado ao fato de Acácia exprimir forte ressentimento do genitor de sua primogênita, cuja identidade permanece negada ainda hoje.

Após alguns meses sem visitar a mãe, Acácia recebe bilhete de sua genitora informando-lhe a situação de penúria em que esta se encontrava com os filhos menores e a neta. Acácia relembra a escrita que dizia “era melhor morrer que passar por essa situação”. Em prantos Acácia entrega o bilhete para sua madrinha tomar conhecimento do acontecido. Mesmo estando às vésperas de ir para a maternidade para “ganhar” seu primeiro filho, a madrinha permite que a criada vá até sua família levar alimentos, mas, na condição de retornar no dia seguinte. Assim se procedeu. A lembrança de Acácia desse momento é marcante, sua memória registrou cada detalhe do episódio, desde a hora de sua chegada na localidade (13:00), até o vento que alisava os cabelos da menina de feição indígena que corria ao encontro da mãe, a ausência de comida nas panelas e a febre do irmão mais novo.

Após essa visita Acácia retorna preocupada e lastimando-se da má sorte de sua família. Em um almoço de domingo com a família reunida em torno da mesa, seus

padrões indagaram: “Acácia, você quer trazer sua família para morar na cidade?”. Com os lábios banhados de lágrimas sua resposta foi incisiva “eu quero”.

Acácia resolve conduzir sua mãe, os dois irmãos mais novos e, sua filha Amanda de dois anos de idade para a cidade, a contragosto de seus parentes e, principalmente de Joaquim, seu irmão mais velho, que trabalhava em uma geleira vendendo peixe no mercado do Ver O Peso. O Ver O Peso é considerado um dos principais pontos turísticos da metrópole e a maior feira aberta da América Latina. Para Joaquim a cidade constituía espaço de difícil convívio, pois na cidade “não se vive sem dinheiro” e, conseqüentemente, sem trabalho. Mas, para “arrumá trabalho” o indivíduo necessita ter o domínio de instrumentais educacionais.

Ainda havia o receio por parte de parentes, tios e primos, insinuando que seus irmãos menores de idade corriam risco de serem presos, se pego andando pelas ruas da capital. Uma alusão ao fato de que menores encontrados circulando pelas ruas da cidade em ‘atitude suspeita’ eram encaminhados às instituições sociais, conforme revelado em relatório de pesquisa sobre o *Resgate Histórico dos Tipos de Atendimento à Criança e ao adolescente em privação de Liberdade, em Belém do Pará – 1964/1990* (CORRÊA, ALVES NETO E GONÇALVES, 1995). Os autores supracitados ressaltam que a sociedade patriarcal, exerce controle severo sobre o sexo feminino, sendo mais resguardado ao âmbito doméstico, sendo a menina preparada para o exercício futuro da maternidade e das “prendas do lar”. Em se tratando do sexo masculino, a urgência no internamento é agravada dado seu papel social considerado mais como forte, bravo e violento.

Chama-se atenção ainda para a expressão “atitude suspeita”, segundo os autores: “[...] Neste caso, o ato de enquadrar o adolescente em ‘atitude suspeita’, pode muito bem ser justificado pela sua cor, aparência, comportamento”. Nesse sentido, o quesito “cor” refere-se aos negros e pardos, o atributo “aparência” incide sobre a vestimenta que se usa e, por fim, o último predicado pode estar relacionado diretamente ao entrelaçamento dos dois primeiros, considerando o forte indicador social subjacente a tais características.

Nesse sentido, uma série de elementos converge para a segregação social dessa família de mãe solteira, vinda do interior do Estado, com filhos pequenos, de raça negra, proveniente de camada popular e, portanto, sem acesso aos serviços públicos disponíveis na capital como saúde e educação.

Em verdade, eles foram não propriamente para a capital, mais para uma cidade adjacente, Ananindeua, que se encontrava em processo urbanístico diferenciado de Belém, na finalidade de “tomar conta” do sítio da “madrinha” de Acácia. Contudo, o “convite” não pode ser caracterizado como simples gesto de bondade, mas, tratava-se de conciliar situações contrastantes, pois simultaneamente, conseguia-se “caseiros” para cuidar da casa de campo da família, ao mesmo tempo em que se fornecia moradia à família de sua “cria”, ficando esta em eterna gratidão pelo gesto.

A moradia no sítio foi dificultada pela distância deste em relação aos serviços públicos essenciais como saúde. No período de moradia no sítio, Acácia teve mais dois filhos, Amadeus e Ana Rosa. Em um episódio de malária que acometeu toda a família, Amadeus, com menos de um ano de idade, não resiste à doença e morre. O acontecimento sinaliza para a procura por nova moradia, desta vez própria. Cabe ressaltar que as circunstâncias em que seus filhos nasceram não são devidamente exploradas, pois a pesquisada não aparenta empenho em fornecer dados sobre essa particularidade.

A aquisição da casa própria representa um marco na história dessa família e, particularmente, de Acácia, obstinada em sair da casa de sua “madrinha” para “cuidar” de sua mãe e de seus filhos vivos. A ruptura com a condição de criada vem seguida de retaliação por parte da madrinha que havia conseguido estudo e emprego para o irmão caçula de Acácia. Desfeita a condição servil da “cria” rompe-se o laço social e, portanto, ambas estão isentas de quaisquer obrigações uma com a outra. Desde então, Acácia passa a trabalhar em serviços domésticos esporádicos como lavagem de roupas e limpeza de casa, o que lhe permitia acumular dinheiro para o sustento de sua família, incluindo o aluguel da casa que havia adquirido em sorteio da Companhia de Habitação do município de Belém (COHAB).

Tão inscrevendo gente pras casa da COHAB. Aquelas primeiras casa que saiu ali pra Marambaia, pro centro quatro, ali pra'quele conjunto.

Aí eu disse assim: \_ Mas, mano como é que eu vô me inscrever se eu não tenho documento? Eu não tinha um documento de nada. Eu não tinha nada. Assim, uma identidade, essas coisa. Eu não tinha nada. Eu não sei nem escrever, ler. Como é que eu vô me inscrever?

Ele disse: Acácia vai.

Aí eu disse: \_ Tá, ta bom. Eu vou. Aí eu fui me inscrever ali no canto, antes de chegar o Manoel Pinto, aquela rua, a Doutor Moraes, era bem no canto da Dr. Moraes com Flordelis. Cheguei lá o senhor virou prá mim:

\_ Olhe Dona, já fechou a inscrição. Aí eu fiquei assim...

Eu disse: \_ poxa vida, que pena, eu não tive sorte. Aí eu disse assim prá ele: \_Pôxa eu não tenho casa prá morá, eu moro com a minha mãe, eu não tenho casa, não tenho nada.

Ele pegou disse assim: \_Olha, eu vô lhe inscrever aqui.

Aí eu disse: \_ Que Deus lhe abençoe. E quando é que vai sair essa casa?  
Ele disse: \_Olhe, pra semana já vai correr. Vai sair no jornal. Sempre leia o jornal, se a senhora tiver sorte...  
Passou uma semana, foi logo recente. Um dia o mano chegou, eu tava toda molhada, chamando:  
\_Acácia, Acácia. Olha vem vê uma coisa. Tu tiraste a casa. Vem cá, vem cá vê.  
Eu corri toda molhada. Meu nome tava logo em cima. Eu comecei a chorar.

A extensa narrativa indica a importância desse momento na história da família. Havia a expectativa de melhoria de vida a partir da conquista da casa própria, pois o dinheiro do aluguel poderia ser utilizado para outros fins. Mas, com pouco tempo morando na casa nova, Amanda, a primogênita de Acácia adoeceu, acometida de um quadro de anemia grave, sua mãe não teve alternativa senão vender a casa para terceiros para custear as despesas com hospital para a filha.

Nesse período Acácia acabara de iniciar novo trabalho como serviços gerais em um conceituado hospital do município de Belém. Após sucessivas faltas, para cuidar da filha no hospital, ela perde o emprego. Com os contatos que havia feito no hospital passou a trabalhar como faxineira em uma pousada. Nesse ínterim, Acácia passou a trabalhar em uma fábrica de castanha localizada na capital. Esse trabalho durou cinco anos até que sua primeira filha, Amanda, e seu primeiro filho, Aristóteles começam a trabalhar na marinha mercante, auferindo bons rendimentos familiares, o que permite que Acácia pare de trabalhar fora de casa para cuidar de sua mãe idosa que se encontrava em cadeira de rodas em decorrência de uma queda.

Dona Claudia, por sua vez, ao sair da casa de família também trabalhou em uma fábrica de castanha local:

Eu fui pra fábrica de castanha, aí que eu comecei a ganhar meu trocadinho, encostado, mas... era na MUTRAN. Aí eu comecei a trabalhar encostada, a ganhar meu dinheirinho. Acho que foi uns cinco a seis anos que eu trabalhei encostada. A gente acordava 3 horas, 4 horas pra tá lá na empresa e trabalhar já. Eu saía daqui 4 horas, a hora que eu ia trabalhar, chegava em casa quatro horas da tarde. É porque quando a gente queria ganhar um trocado a gente chegava mais cedo, tinha que fazer hora extra. Porque a gente encostada, a prioridade era das pessoas que tinham mais confiança.

O novo trabalho foi intermediado por uma mulher conhecida que também trabalhava como criada em casa de família:

Uma pequena. Sabe essas pessoas que trabalham em casa de família? Uma conhece a outra aí: “borá pra lá?”. Aí fomo trabalhar pra lá, ainda quando eu me mudei pra cá eu ainda trabalhava, mas encostada. Eu vim ter carteira assinada mesmo, pra mim ter meu salário na travessia de ano.

Após cinco ou seis anos na fábrica de castanha, sem carteira assinada, Claudia conhece Claudio e, com alguns meses de namoro decidem morar junto e após um ano nasce a primeira filha:

Foi, aí ela ficou cuidando de casa, até porque o meu pai era meio ditador, sabe? Mulher pra ele não trabalhava, só tinha que cuidar de filho. Ele era bem... eu lembro que quando ele chegava em casa 7 horas 7 e 30, a casa já tinha que tá fechada. Ele não gostava assim, sabe... ele era uma pessoa muito prestativa, vinham aqui, mas ele não era de tá na casa dos outros. Se tu visse ele conversando é porque ele já vinha tomado umas cervejas aí. Aí ele parava e conversava, mas fora isso. Então passava um tempão aqui em casa cuidando da gente. Cuidando da casa (CAMÉLIA, filha de Claudia, 2009).

Após o casamento, Claudia trabalhou em empresa rodoviária, onde ficou por dezessete anos recebendo um salário mínimo como serviços gerais, limpando ônibus e cozinhando até sua aposentadoria.

### ***3.4. A mulher provedora e a inversão dos papéis sociais masculinos e femininos***

A separação das esferas público/masculino e privado/feminino é fruto do processo de industrialização ocorrido no século XIX onde a atividade produtiva antes realizada no interior da casa passa a ser desenvolvida em fábricas, produzindo não somente a fragmentação casa/privado e rua/público, mas, sobretudo, o rompimento com a natureza, numa relação de domínio sobre ela, assim, as mulheres associadas à esfera “natural” da família, passaram a ser vistas como seres “naturalmente” dominados (MARTIN, 2006).

Historicamente a família brasileira tem o homem como seu sustentáculo financeiro. O papel de provedor lhe consagrou como o chefe da família. Porém, a situação de pobreza em que se encontra a família sugere uma redefinição dos tradicionais papéis desempenhados por homens e mulheres.

Para os conhecidos, amigos, vizinhos de Flordelis, seu marido “sempre se aproveitou dela”. Valendo-se do respeito impetrado na condição masculina, Francisco não se preocupava em ter emprego fixo com carteira assinada que pudesse propiciar ao seu grupo doméstico condições de vida menos vulnerável aos dissabores da economia. Por outro lado, ele conquistou respeito na ocasião da procura e construção de moradia

para o grupo. Nesse momento da narrativa, ele desponta como o marido *ideal* capaz de prover o teto de sua família.

A casa constitui elemento importante para a representação dos papéis sociais do homem, pai de família e, da mulher, mãe e dona-de-casa (SARTI, 1985). O casal que mora em casa de parentes não possui *privacidade*, mas fundamentalmente, não encontra seus papéis centrais na esfera privada, visto que, quem determina as ordens é o dono e dona da casa abre suas portas para outrem. Portanto, consiste em um *favor* que deve ser lembrado sempre para algum dia ser cobrado.

Segundo Sarti em estudo sobre a moral da família pobre, há uma intrínseca relação entre a pobreza e a manutenção do casamento entre as famílias mais expostas as dificuldades econômicas:

A vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem, que se sente fracassado, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo sua chance de ter alguma coisa através do projeto do casamento (SARTI, 1985, p.66).

As palavras da autora coadunam com a experiência de Flordelis, como se a mesma tivesse vivenciado o contexto de pesquisa da autora:

Eu comecei a fazer faxina, eu comecei a lavar roupa e ele (marido) não, ele trabalhava assim, de fazer bico [...] Era ajudante de pedreiro, trabalhou como vigilante, quando eu pensava que ele estava trabalhando, ele era assim tão desligado que ele arrumava um emprego, assinavam a carteira dele, poxa eu ficava tão feliz porque ele tinha assinado aquela carteira. Quando eu pensava que não, já... passava um mês certinho com a carteira assinada, pela fé de Deus, olha. Aí lá dava baixa. Primeiro que ele bebia, bebia não, que bebe até hoje, aí ele começou a desmornar...(FLORDELIS, ANANINDEUA, 2009).

Gabriela também faz referências ao consumo exagerado de bebida alcoólica por parte de seu marido:

Olha hoje em dia a gente anda meio extremo, eu e ele, eu já estou convivendo mais por afinidade, que como por amor entre marido e mulher, a gente briga que nem dois cachorros tenho que ser franca que eu não vou, não vou usar uma máscara de couro que não é verdade, pra fazer transparecer uma coisa que não é, no início primeiro que a nossa relação no início, eu fiquei com ele quase que por uma, um meio de segurança, uma necessidade aí com a continuação, logo no início aí foi bom, depois aí veio o vício da bebida, aí ele já achava como veio aparecendo filhos, ele já achava que na rua ele era melhor, que dentro de casa como já tinha os filhos, já não dava mais e aí vez daquilo se transformar no amor, foi se transformando em distância e hoje em dia vem tudo na minha cabeça tudo que aconteceu tudo o que eu passei e a

gente não tá vivendo lá essas grandes maravilhas táamos convive..., eu antes eu como eu falo pra minha filha, eu agüentei muita coisa porque meus filhos eram tudo escadinha a diferença de um pro outro, eram 1 ano 2 anos, então como eu fui criada com outras pessoas eu acho que, eu achava que os meus filhos não deveriam ser criados como eu fui, jogado num canto de um e de outro, se tinha mãe e tinha pai, eu procurei eu tive que agüentar até quando deu. (GABRIELA, BELÉM, 2011).

E acrescenta:

Uma vez eu me arrumei eu disse que ia me embora só que os filhos começaram a chorar disseram que era pra mim não ir, que era pra mim ficar porque se eu fosse não tinha quem tomasse conta deles que eles eram pequenos na época. Tinha noite que ele bebia, ele chegava, ele queria quebrar, ele queria fazer e acontecer, cansei de passar a noite toda sentada na cabeça da ponte esperando ele dormir para mim poder entrar em casa então eu acho que isso não era vida, então eu achava que aquilo não era vida pra mim (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Os relacionamentos marcados por intensas dificuldades econômicas. O marido por muito tempo vive de “bicos” entre idas e vindas intermitentes de carteira assinada. Flordelis, Queridinha e Gabriela passam a trabalhar em “casa de família” e serviços gerais, respectivamente, dada a dificuldade do marido em manter um emprego que pudesse prover a família.

Por necessidade, porque o que ele ganhava ele ia, ia trabalhar o que ele ganhava, se ele ganhasse 20,00 (vinte) 15 (quinze) era pra bebida e 5 (cinco) ele trazia pra dentro de casa. O que é que a gente ia fazer com isso com os filhos que a gente tinha então meus filhos precisavam se calçar, precisavam se vestir precisavam de alimentos eu precisava de tudo isso então eu comecei a trabalhar e comecei a depender de mim mesma, tanto pra mim como pros meus filhos aí dele eu não pedia nada. O pouco que ele trazia se comprava uma comida se comprava alguma coisa e pronto era isso (GABRIELA, BELÉM, 2011).

É que o ganho do meu marido era muito pouco né, e ele não tinha documento ele trabalhava como ambulante ganhava pouco né, aí eu tinha que trabalhar pra ajudar né na educação das crianças aí por isso. Eles (os filhos) fizeram faculdade mas com muito sacrifício né, porque hoje em dia pra estudar é muito difícil, aí eu tinha que trabalhar pra ajudar (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

Apesar do marido não ter cumprido com a tarefa de provedor no sentido pleno da palavra, designando o homem que sustenta a família com comida e teto, Flordelis diz que sempre o valorizou e respeitou como forma de *mostrar a ele seu companheirismo*, mas, ele ao contrário, pensa que ela é *uma besta, que faz tudo pra ele*.

A valorização da figura masculina se refere à *autoridade moral* exercida pelo homem, enquanto mediador entre o domínio do espaço público e privado. Ainda que ele encontre dificuldades na manutenção do papel socialmente construído de mantenedor da

casa e da família, para o mundo externo é importante que sua figura masculina não seja afetada, o que compromete o respeito de toda a família.

Desde 1998, Flordelis reclama que o marido passa meses ou ano viajando, para a casa de sua mãe em Capanema ou em Breves na casa de sua irmã. Apesar disso, no período em que Flordelis realizou procedimento cirúrgico para retirada de um tumor no cérebro, o marido acompanhou-a por todo o processo no hospital, ficando apreensivo em ver a situação em que sua esposa se encontrava. Suas palavras narram a aflição e desespero do marido ao vê-la no leito de enfermaria.

Os anos de idas e vindas do marido são marcados por intenso sofrimento, dúvidas, incertezas, chegando a cogitar a possibilidade de separação. Infinitas foram às vezes em que a mesma tenta flagrar o marido com uma possível amante pelos lugares por onde ele viaja.

Para Flordelis cumprir o papel de provedora da família não constitui um problema, visto que, a mesma trabalha desde que casou, seja como diarista, lavadeira, empregada doméstica, servente ou agente comunitária de saúde. Ela narra com satisfação a conquista do primeiro cartão de crédito, representando a possibilidade de conquistas materiais como: geladeira, televisão, cama, mesa entre outros utensílios domésticos. Lembra que fim de ano ela compra roupa e calçado para ela, os filhos e o marido, pois ele *não tinha de onde tirar*.

Gabriela também relata seus projetos de vida:

Olha durante eu trabalhar, meu projeto era comprar uma casa ter uma casa pra mim, pra mim dar um conforto melhor pros meus filhos, eu sempre trabalhei tudo em prol dos meus filhos entendeu, eu sempre trabalhei pra eles, tanto que eu recebia meu dinheiro pra mim eu podia até não comprar nada mas pra eles já vinha a sacolinha com as coisas pra eles entendeu, se eu vou no supermercado eu faço umas compras, eu já to pensando no que eu vou dar pros meus netos quando eu chegar, então eu sou muito assim (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Em seus estudos sobre matrifocalidade, Woortmann (1985) aponta a existência de um modelo cultural dominante brasileiro que determina o marido-pai (homem) como chefe do grupo doméstico e, portanto, provedor desse grupo. Esse modelo corresponde ao “ideal” de família. Todavia, a consciência do modelo dominante contrasta com a situação de pobreza que faz com que as classes populares não consigam cumprir o ideal. Somente uma pequena parcela de homens é capaz de atualizar a norma ideal. Para esse autor, o que solapa o status masculino não é dividir as despesas domésticas com um

filho, pois se espera que este trabalhe e tenha seu dinheiro, mas dividir com uma mulher.

A fala de outra entrevistada Beladona traduz:

Ele não tem condições. Ele se desempregou...ficou uns 5 anos desempregado. Agora ele tem uma venda na casa dele. E eu não faço questão. A gente vai adivinhar? Deixa pra lá. Eu não faço questão que ele venha morar aqui comigo. Não quero que ele dê nada pra minha filha. Só digo pra ele: eu quero que tu ame a tua filha do mesmo jeito que tu ama o teu filho. Porque ela é tua filha também (BELADONA, BELÉM, 2009).

A situação de pobreza afeta primordialmente o papel de provedor do homem na família. E, a figura masculina não representa o esteio da casa conforme relato descrito acima. Nesse caso, a transitoriedade masculina é aceita pela mulher que percebe no homem *uma boca a mais para alimentar*.

### **3.5 – Mulheres Responsáveis pelo Domicílio e Agentes Comunitárias de Saúde: possibilidades e limitações.**

Quatro das mulheres pesquisadas trabalham como Agentes Comunitárias de Saúde. O retorno ao trabalho para essas mulheres que ficaram durante toda a primeira infância dos filhos, cerca de seis, sete anos fora do mercado de trabalho não ocorre sem turbulências. Nesse novo momento de suas vidas elas precisam recorrer à rede de sociabilidade e de parentesco para dar suporte às outras atribuições que se somam aos cuidados com os filhos e a casa:

Assim que meus filhos cresceram, eu comecei a trabalhar assim, apareceu uma amigo meu, que foi candidato Doutor Sinivo, Ele disse: “Olha tu não quer da uma força tu não conhece muita gente? Lá no Cristo Redentor”, ali é uma escola agora. Ali começou o doutor Paulo, que foi o fundador, ele era lá da SUDAM, ele começou a ver a carência, que ele foi morar dentro duma área, que era invasão mesmo, de gente muito pobre. E eu não sei te dizer de onde ele pegava a cesta básica, ai a gente cadastrava as pessoas e ia lá receber essa cesta básica comecei a ir para lá e gostar de ajudar. Comecei a trabalhar e conhecer político, “Ah fulano vai ter neném, vai lá atrás de carro” E eu saía “Olha ta lá no Hospital” Eu ia buscar e comecei. E quando veio a pastoral da criança a gente se aprimorou mais, fazia peso, final de semana quando a gente fazia sopão dava pra comunidade. Tudo isso foi dando conhecimento (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Eu já vim trabalhar na Pastoral da Criança, eu a Margarida. De 1 até 5 anos. Eu era líder da Pastoral da criança, daqui do Jaderlândia, aonde eu pesava e distribuía sopa pras crianças. Ai eu já chamava o pessoal, tipo pegava a Margarida, a Rosilda. Até mesmo porque eu sempre gostei de querer ajuda, participar, só não tinha condições de fazer aquilo. Faltava apoio. nessa época o presidente do Centro comunitário era o seu heleno, eu era da diretoria. E nessa época era uma comunidade bem mais unida. Era eu, era o Jorge, era o Raimundo, a Graça, a Rosilda, a Dona Tereza, a gente passava aqueles grupos assim, sempre tava participando das coisa, digamos sempre dividia as tarefas. Nessa época a comunidade...trabalhamo bastante, eu era secretaria. Ai tinha que sair, tinha que resolver alguma coisa, ai só dava pra mim (JADE, ANANINDEUA, 26/11/2009).

Os depoimentos acima fazem referência a diversos elementos importantes nesse cenário. Todas as mulheres estavam inseridas em programas sociais como a Pastoral da Criança<sup>10</sup>. Também há referencias ao Centro Comunitário como importante instrumento

---

<sup>10</sup> A Pastoral da Criança é uma organização não governamental que presta assistência as crianças que vivem em situação de pobreza e risco social. O atendimento consiste em desenvolver ações de saúde, nutrição, educação, cidadania e espiritualidade em comunidades pobres. As atividades visam promover o desenvolvimento integral das crianças, desde a concepção aos seis anos de idade, assim como, a melhoria da qualidade de vida das famílias.

de aglutinação e conscientização popular em busca de melhorias no que concerne aos serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Tinha o programa do leite do Sarney, nera, naquela época, aí, o seu Heleno, era a Rosilda, era a Íra, a Iraci. Aí *tavam* distribuído o leite, mas me convidaram já para ir para lá, aí eu fui. Cheguei lá, esse negocio, eu acho que eu quero ser presidente, mas não por causa do leite, né, era porque tinha que ir em buscar de aterrar. Porque o pensamento era aterrar, não era chegar em broquete, não, aí nos fomos atrás do prefeito, aí sim, aí, veio a eleição aí eu fui eleita, a comunidade me apoiou, sai casa por casa, dizendo que era pra gente eleger que eu queria ser eleita pra lutar pela comunidade e deu certo, né. Eu só sei que nos fomos à reeleição, aí fiquei oito anos, parece, aí vinha as promessas dos político que vai fazer isso e aquilo, “olha, tem que derrubar”, condenaram o centro. Ia cair mesmo o centro. Aí foi derrubado e não “construíro” foi horrível, né, aí depois veio outro presidente que veio, terminou, construiu. Mas nos tivemos bom resultado que foi o que: pavimentação. Nós ganhamos todinho pela COHAB, parceria governo e comunidade, e a gente fazia um trabalho em parceria no ano de 91 e 92 foi à inauguração de todas as ruas pavimentadas! Comunidade e governo (VIOLETA, ANANINDEUA, 27/11/2009).

A inserção ao trabalho comunitário é vista como um exercício que se estende às atividades do lar, pois permite à mulher continuar praticando características que são inerentes ao sexo feminino, tais como: cuidado com os outros, solidariedade e parceria.

Para Feitosa (2005) o envolvimento das mulheres de camadas populares em trabalhos comunitários, alternativas de geração de trabalho e renda acontece de maneira mais simples do que para os homens, pois elas estão imersas em uma cultura de troca e solidariedade, representando uma alternativa de sobrevivência para a mulher e o seu núcleo familiar.

O trabalho comunitário pode ser uma das atividades inseridas no rol das “funções femininas” que não permite a extração de mais-valia, principal característica do trabalho segundo o pensamento marxista. Este trabalho realizado pela mulher é aceito pelo seu marido e pela sociedade:

Ele deixava trabalho comunitário. Comecei a trabalhar e conhecer político, “Ah fulano vai ter neném, vai lá atrás de carro” E eu saia “Olha ta lá no Hospital” Eu ia buscar e comecei. E quando veio a pastoral da criança a gente se aprimorou mais, fazia peso, final de semana quando a gente fazia sopão dava pra comunidade. Tudo isso foi dando conhecimento E quando foi pra mim fazer essa prova de seleção, tava assim bem apta, porque eu participava ativamente já na comunidade. Fiz a prova, passei, foi aprovada depois eles ainda vieram, ainda faziam fiscalização. Saber se a pessoa era bem quista na comunidade, comecei a trabalhar tranqüilo. Nunca tive problema na comunidade, a gente encontra as vezes pessoas grosseira mas tão com tanto problema que a gente releva. Eu tenho que ta preparada para resolver e não provocar mais um problema (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Em outros casos esse trabalho é tido com hesitação por parte do companheiro que não visualiza rendimentos materiais advindas dessa atividade:

Logo no início ele (marido) tentou né, mas ele viu que ele não ia dá jeito mesmo. Ele disse que era pra mim fica cuidando da Irlane, pra mim sair da rua, porque isso não ia me dá futuro, mas era de mim, eu gosto de trabalhar na rua, eu gosto de ajudar os outros. E olha só, nesse tempo eu trabalhava na Cruz vermelha, na defesa civil, na época que eu era do clube de mães. I a gente trazia médico, trazia medicamento, trazia leite, trazia maca, arranjava roupa usada par dá, tudo o que eu queria era ajudar a comunidade (JADE, ANANINDEUA, 26/11/2009).

No início sim, no início sim ele achou que eu não devia trabalhar só que ele se meteu em certas camaradagens que ele não trabalhava mais de carteira assinada ele trabalhava de bico e eu nunca fui nunca aceitei essa coisa de ficar esperando eu sempre, eu tenho um coisa comigo que eu quero ter o que é meu tanto que o que eu tenho aqui dentro de casa é pouca coisa, mas é meu, eu comprei (GABRIELA, BELÉ, 2011).

Para essas mulheres o exercício da atividade comunitária serviu como instrumento para o trabalho remunerado que seria desenvolvido mais tarde, de agente comunitária de saúde. Elas tornaram-se conhecidas e reconhecidas em sua comunidade, alguém que se destacava pelas atividades de parceria junto aos demais membros da comunidade. Salienta-se que o conhecimento não ficou restrito à comunidade de que fazem parte, mais se ampliou para as relações com pessoas de maior status social, tipo médicos, assistentes sociais e enfermeiros, assim como, relações com políticos locais, como vereadores, assessores e prefeitura municipal. Essa rede de relacionamentos foi determinante para o ingresso na profissão de ACS, conforme expresso a seguir:

Apareceu essa oportunidade. Tavam fazendo inscrição. No último dia, ate hoje eu lembro, a Jade chegou aqui, era meio dia “Margarida corre que tão fazendo a inscrição” Eu disse: “É mesmo!” “Não vai lá” Ai eu fui. Chegando lá ela perguntou pra mim: “Você trabalha?” Eu disse “Não, eu sou viúva e pensionista”. “Olha a gente ta fazendo inscrição é o ultimo dia hoje. Vou marcar a prova para vocês” Quando eu fui fazer a prova era eu e Jade, as duas disputando a vaga daqui e pra minha surpresa quando chegou o resultado eu tava aprovada e a Jade de suplente, e a Jade tava estudando nessa época. Eu fiquei muito tempo fora da escola. Eu tava pra mais de vinte anos fora da escola e eu achava que o que eu tinha rendido, mas na hora assim, o que me ajudou nesse meu trabalho e porque eles queriam uma pessoa com referência que já trabalhasse em comunidade. Que tivesse essa experiência a trabalhar com o público e eu já tinha porque eu trabalhava na Pastoral da Criança e a gente fazia mais ou menos, ia atrás das crianças desnutridas das gestantes, orientar (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Sobre o surgimento e os direitos dos agentes comunitários de saúde no município de Ananindeua nossa interlocutora explica:

Quanto aos direitos a gente quando entrou não sabia que tinha direito a nada porque era um Programa e esse programa era trabalha, receber e pronto né. Era um Programa desenvolvido pelo Governo Federal, ele se iniciou na época da cólera, eram os agentes comunitários porque eram pessoas de dentro da comunidade, eram lideranças, recebiam uma parte em dinheiro que era pra

identificar as pessoas que tinha cólera e ajuda no tratamento porque a cólera era evitar tomar água contaminada, né, usar o soro aí depois eles viram que foi dando certo porque a pessoas que ficou cuidando da cólera, aí passou a cólera mais aia já tinha outras pessoas, olha aquela gestante que não quer fazer o pré-natal, aquela criança de baixo peso. Então viram que deu certo né, e começou. Quando a gente entrou, em 93, a cólera se eu não me engano foi 90, 91 por aí. Aí diziam né olha vocês vão pra comunidade, vocês não tem direito a nada, não tem direito a férias, não tem direito a décimo, não tínhamos nada. Depois que a gente foi vendo, o tempo foi passando, passou o primeiro ano, passou o segundo ano a gente começou a se organizar né, sabia que pra outros estados já tavam bem organizados. A gente começou a ter pessoas, lideranças aqui de Ananindeua, aí nós começamos a nos reunir... (MARGARIDA, ANANINDEUA, 22/10/2010).

A equipe do Programa Família Saudável é composta por: um enfermeiro, um médico, seis ACS, um agente administrativo e um técnico de enfermagem. Dentre todos os profissionais, o ACS é o mais próximo, diria até simbiótico, pois ele nasce da comunidade para prestar serviços à essa mesma comunidade. A fala abaixo apresenta o caráter dualista dessa atividade:

O nosso trabalho é a pessoa que aborda as famílias, cadastrar, primeiro identificar, cadastrar aquelas famílias necessitadas e a gente é aquele elo entre o posto e a comunidade porque quando adocece um lá somos nós que estamos lá pra informa o posto: “olha fulano tá suspeitando de tuberculose”. Sempre é agente que tá trazendo clientela pra dentro do posto. A gente tem muita dificuldade porque muitas das vezes a gente se depara com coisas que a gente não consegue resolver, vamo dizer eu sou um ser humano eu vou ver alguém ali que tá doente mais não faz minha parte, eu não consigo trabalha dessa maneira, eu me envolvo mesmo, quando eu vejo alguém que tá precisando de ajuda eu corro atrás, quando eu não consigo eu volto frustrada pra casa e às vezes sabendo que é uma pequena coisa eu queria tá lá dentro do posto ou lá fora na secretaria, né, e tenta ajuda essa pessoa (MARGARIDA, ANANINDEUA, 22/10/2010).

O ACS atua na promoção de saúde e prevenção de doenças de crianças, adolescentes, mulheres, portadores de necessidades especiais e idosos. Todavia, seu trabalho não se esgota no atendimento às pessoas, mas se estende, a todos os aspectos que contemple a qualidade de vida da comunidade, como por exemplo, saneamento básico e questões ambientais. O ACS analisa as necessidades da comunidade participando de reuniões da equipe de saúde e outros eventos que se fizerem necessários para a comunidade.

O agente como um elemento de reorientação da concepção e do modelo de atenção à saúde, de discussão com a comunidade dos problemas de saúde, de apoio ao auto-cuidado – dimensão mais ético-comunitária - e o agente como fomentador da organização da comunidade para a cidadania e a inclusão, numa dimensão de transformação social (SILVA & DALMASO, 2002, p. 03).

Outra característica bastante citada pelas mulheres, embora não relacionada entre as atribuições dos agentes de nenhuma das propostas, é a dimensão de assistência social. O agente aparece, nos programas oficiais, como um personagem que visa unificar as perspectivas da atenção primária e da saúde comunitária, buscando resolver ou contornar situações problemas, como o acesso da comunidade aos serviços públicos de saúde. Assim, o ACS busca dirimir a situação de exclusão social a que essa parcela da sociedade está submetida, ao mesmo tempo em que trabalha em prol da conquista da cidadania.

Sendo um campo recente de atuação, o conhecimento e a prática não estão sedimentados. Para que os resultados sejam positivos há necessidade de articular ações para além do campo da assistência à saúde, tecendo-se a rede das ações intersetoriais (SILVA & DALMASO, 2002).

Uma das informantes expressa com clareza a responsabilidade e compromisso que o profissional ACS necessita ter:

E quando foi pra mim fazer essa prova de seleção, tava assim bem apta, porque eu participava ativamente já na comunidade. Fiz a prova, passei, foi aprovada depois eles ainda vieram, ainda faziam fiscalização. Saber se a pessoa era bem quista na comunidade, comecei a trabalhar tranqüilo. Nunca tive problema na comunidade, a gente encontra às vezes pessoas grosseira mas tão com tanto problema que a gente releva. Eu tenho que ta preparada para resolver e não provocar mais um problema (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

O Ministério de Saúde considera o agente comunitário de saúde um profissional *sui generis*: ter qualificação técnica para a área, mas fundamentalmente, o ACS necessita ter a capacidade de diálogo com a comunidade, apresentar disponibilidade de tempo integral para o exercício de suas atividades, realizar o cadastro e acompanhamento periódico das famílias localizadas em sua base geográfica. Como instrumentais de trabalho ele deve dispor da entrevista, visita domiciliar, o cadastramento das famílias, mapeamento da comunidade e reuniões comunitárias. O imperativo para que o ACS resida na comunidade se faz necessário tendo em vista a demanda de atribuições do mesmo.

Capacidade de enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional, com iniciativa e responsabilidade, segundo uma inteligência prática sobre o que está ocorrendo e com capacidade para coordenar-se com outros atores na mobilização de suas capacidades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000, p.02).

A característica simbiótica do ACS lhe permite ser visto enquanto elo de ligação entre a equipe de saúde e a comunidade, isto é, um facilitador do acesso da comunidade aos serviços da saúde. O ACS pode ser compreendido como legítimo representante do conhecimento popular na esfera do universo científico. Entretanto, esses profissionais apresentam suas limitações quanto à dificuldade de relacionamento com pessoas da comunidade ou mesmo no âmbito da equipe de saúde. Apesar disso, é inegável o importante papel que esses profissionais desempenham na esfera da comunidade.

Estudiosos apontam conflitos existentes entre as diferentes dimensões do trabalho do ACS: a dimensão tecnológica e a dimensão social e solidária. Para Nogueira e Ramos (2000) este é o dilema permanente do agente, duas dimensões divergentes, embora complementares e, que, tendem a brotar principalmente no exercício da atividade cotidiana. No dia-a-dia, os agentes são desafiados ante as contradições sociais, levando-os a posicionamentos e opções, segundo suas referências conforme expressa a narrativa abaixo:

Outra coisa também é a questão da violência, não que a gente seja agredida, muitas já foram assaltadas, graças a Deus nunca aconteceu comigo. A gente ainda corre esse risco dentro da comunidade, uso de drogas, vendendo e a gente não pode interferir porque trabalha ali. Se a agente vê alguma coisa estranha numa casa a gente tem que sair pra não presenciar porque mais tarde pode ocorrer algo mais grave e pode alguém denunciar e você viu e eles acharem que foi você que denunciou. A insegurança nossa quanto a isso dentro do trabalho, a gente corre certos riscos, em certos horários não poder tá andando na área, né, porque as famílias fecham as casas quem fica na rua é quem tá bebendo, quem tá fumando, quem tá fazendo coisa ilícita. A gente tem que acompanhar o ritmo da comunidade. A própria feira aqui onde a gente passa só abre às três, de meio dia a três horas praticamente tudo fecha, aí a gente não tem como tá se deslocando, quando vai já sabe que tá correndo perigo, né, nunca vai uma só, vai duas ou três (MARGARIDA, ANANINDEUA, 22/10/2010).

Embora sendo um membro da comunidade em que trabalha a atividade que desenvolve no âmbito dessa comunidade não a isenta da violência social, mas ao contrário, justamente por ser da comunidade ela necessita ser mais contida no que diz respeito a determinados problemas sociais vividos pela sociedade, como é o caso do uso de drogas lícitas ou ilícitas.

Outro estudo desenvolvido sobre o agente comunitário de saúde do Projeto QUALIS/PSF, no município de São Paulo, identificou que o ACS não dispõe de instrumentos tecnológicos, como computador, acesso a internet, entre outros recursos necessários para o exercício de sua atividade. Essa insuficiência faz com que ele a partir

de noções do senso comum, ou ainda valendo-se de preceitos religioso e, mais raramente, com os saberes e os recursos das famílias e da comunidade (SILVA, 2009).

Entre as mulheres ACS pesquisadas todas possuem o segundo grau, ou atual ensino médio. E, todas passaram por cursos de qualificação para agente comunitário financiados pelo Ministério da Saúde.

Recebemos um treinamento prá trabalha, apenas pra desenvolver nossa atividade. O que é que o agente de saúde tinha que fazê, que era morar dentro da comunidade, ser uma pessoa respeitável. Depois fizemos um curso de formação pra gente conhecer como era que funcionava o SUS e depois viemos fazer o PROF AE que era o curso técnico de enfermagem. Aí a gente teve vários treinamentos continuados, cada época que uma doença fica muito em evidencia a gente é treinado pra identificar. Atualmente é a tuberculose, né que a gente tá com vários casos. Ananindeua tá o terceiro lugar em tuberculose no Pará (MARGARIDA, ANANINDEUA, 22/10/2010).

Entretanto, nenhuma delas possui curso de digitação e, nem tão pouco possui computador em sua residência, quando precisa utilizá-lo recorre à casa de amigas ou de locais próprios para tal, como os cybers. Além de que, todas apresentam dificuldades no uso da tecnologia. Os anos fora da escola e os avanços tecnológicos apresentam-se como um entrave a mais para o desempenho de suas atribuições de maneira satisfatória.

O perfil ocupacional dessas mulheres apresenta características que refletem as representações sociais das atribuições femininas definidas pela tradicional divisão sexual do trabalho. Em particular, o trabalho desenvolvido pelas agentes comunitárias de saúde requer uma multiplicidade de características associadas a atributos ou qualidades “naturais” das mulheres, tais como: capacidade de comunicação, docilidade, afetividade, paciência, empatia, atenção e disposição para ouvir as reclamações ou preocupações dos outros (CASACA, 2006; NOGUEIRA, 2006).

No entanto, foram identificadas diversas dificuldades para o desenvolvimento de ações educativas e coletivas no que tange ao processo de autonomia e exercício do poder visando a transformação social, também as ACS apresentam entraves quanto às ações institucionais com vistas a melhoria nas condições estruturais de trabalho, como melhores salários, além da garantia de segurança e insalubridade, pois conforme uma das entrevistadas revelou o trabalho demanda disponibilidade integral por parte delas, pois embora haja horário pré-estabelecido de 40 horas semanais, como as ACS são da comunidade elas são requisitadas nos diferentes turnos, incluindo o noturno, finais de semana e feriados para o exercício da função.

Outro ponto a destacar diz respeito ao uso de tecnologias que potenciam a exploração das trabalhadoras, pois as ACS duplicam sua jornada de trabalho ao precisar manipular computadores que lhe são inacessíveis tanto pela ótica econômica quanto pela falta de familiaridade com as máquinas. Muitas não possuem computador em casa nem sabem digitar e necessitam recorrer a terceiros para a realização de seus trabalhos. Assim, o trabalho torna-se mais monótono comprometendo as oportunidades de auto-desenvolvimento de quem os realiza.

---

## **CAPÍTULO IV – A FAMÍLIA DAS MULHERES PROVIDORAS**

---



## CAPÍTULO IV – A FAMÍLIA DAS MULHERES PROVIDORAS

### **4.1. “Família pra mim é união”: Debatendo o conceito de Família**

Eu acredito que família pra mim é união né, acima de tudo. Acredito que tem que ser unida, permanecer unida, na alegria, na tristeza, nas dificuldades da vida em tudo. Eu acredito que família é isso né. Sempre querer o bem um do outro, não desejar mal e tudo isso. Eu acredito que seja isso... (ORQUÍDEA, BELÉM, 2011).

Determinadas categorias possuem caráter endógeno/híbrido, dificultando sobremaneira o exercício do pesquisador. O estudo delas exige destreza por parte de quem se insinua ao desbravamento. Família é uma dessas categorias. A família tem se apresentado como uma instituição presente em todos os tempos e espaços. No âmbito do conhecimento científico, diferentes áreas (sociologia, antropologia, história, geografia, demografia, economia) se debruçam sobre a compreensão desse fenômeno universal, porém, não isento de controvérsias e complexidades.

Em Amora (1997, p. 296), família apresenta diferentes significados: “1. Conjunto de todos os parentes de uma pessoa; 2. descendência; 3. Raça”. Os significados expressos pelo autor transparecem a caracterização da família por laços de consangüinidade. Portanto, excluindo-se nesse sentido, outra definição em voga na atualidade que define família também pela afinidade.

Paradoxalmente, o termo extrapola o conhecimento científico e se espalha entre os diversos tipos de conhecimentos, quer seja do senso comum, filosófico ou teológico. Todos apresentam sua própria compreensão do que venha a ser o conceito. A conceituação torna-se deveras complexa ao se pensar que todos os indivíduos, indistintamente, compõem uma família e, portanto, tem suas próprias experiências familiares e sabem o que é uma família, ainda que não conceitualmente (PRADO, 1982). Considerada por educadores, psicólogos e sociólogos enquanto instituição primária, onde se aprende a relacionar-se e comportar-se em sociedade, obedecendo às regras sociais necessárias ao convívio humano. Nesse sentido, essa mesma família é o lugar de tensões e conflitos, pois conserva tradições e, concomitantemente, permite sua (re)criação a cada contexto espacial e temporal.

Anos mais tarde, ao escrever *Conformismo e Resistência* em fins da década de 80, Chauí (1989), atribui caráter dualista a essa instituição, expressa na seguinte assertiva: “Perante a sociedade global, a família é uma prática de resistência, perante seus membros é a manutenção de conformismo” (p. 146). Assim, se pensada em um pano macrossocial a família protege mulheres, crianças e idosos, tidos como frágeis diante da sociedade, por outro lado, em uma visão microssocial essa mesma família mantém a subordinação desses mesmos membros, garantindo ao homem a dominação masculina.

Foi somente a partir da década de 1970 que houve a intensificação desses estudos com pesquisas interdisciplinares, pontuando a diversidade da sociedade brasileira. Primeiramente, realizadas por demógrafos-historiadores, em seguida, dada a pluralidade de assuntos que a temática aborda (mulher, criança, sexualidade, educação, entre outros), outras áreas começaram a se interessar pelo seu estudo como a sociologia, história e antropologia.

A exemplo do que ocorre com os estudos feministas, os estudos na área da família também seguiram uma tendência eurocêntrica, isto é, tendiam a reduzir a questão familiar à simplicidade, considerando a família como uma instituição universal onde um homem e uma mulher se uniam com a finalidade de procriar (D’INCAO, 1989). Dado o fato de que a casa, a família e, portanto, a mulher eram associados aos espaços privados e secundários em contraposição à rua, ao trabalho e ao homem, associados às esferas públicas, que exerceriam papel primário na sociedade.

Para efeito de operacionalização do conceito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define família como uma pessoa ou um conjunto de pessoas, vinculadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, convivendo em um mesmo domicílio. Assim, família e domicílio estão, intrinsecamente, relacionados nos censos demográficos (ALVES, 2000).

A literatura sócio-antropológica, entretanto, não limita a família ao grupo domiciliar, visto que os laços familiares extrapolam o domicílio, englobando pessoas com diferentes graus de parentesco, definidos a partir da descendência/ascendência sanguínea, ou através do casamento e da adoção. Para Goldani (1993), definição sociológica mais recorrente é a que considera “família como grupo de pessoas que mantêm vínculos de parentesco resultantes de consangüinidade ou de adoção”.

A família é, sem dúvida, um tema polêmico até mesmo na Constituição Brasileira. O Código Civil que vigorou desde 1917, no seu artigo 219 permitia ao homem a anulação do casamento caso se constatasse o “defloramento” da esposa sem o seu conhecimento. Na última década do século XX esse recurso foi anulado.

De acordo com a Constituição de 1988, o capítulo VII da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, artigo 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. O parágrafo 3º anuncia: “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Tal parágrafo representou avanço a abordagem do tema, na medida em que reconhece a união de um homem e uma mulher como uma instituição, porém, ainda preconiza acerca da necessidade da formalização do casamento, isto é, a união estável é permissível em processo inicial de relação entre um homem e uma mulher, mas, devendo ser institucionalizada em seguida. Ressalte-se que, a legalização jurídica da união estável entre casais heterossexuais atende uma demanda socialmente instituída, tendo em vista o fator histórico de uniões informais. Os Indicadores Sociais (2006) revelam que desde 2001 vem se ampliando o número de casamentos no país, justificado pela formalização de uniões estáveis, somando-se a isso, certa estabilidade econômica.

A Constituição de 1988, tardiamente, atenta para os diferentes tipos de arranjos familiares construídos socialmente. Segundo o artigo 226, parágrafo 4º: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais ou seus descendentes”. E, mais, o parágrafo 5º prescreve: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

Algumas ressalvas são necessárias para se pensar tais “conquistas”. Inicialmente, o parágrafo 4º reconhece e legitima um modelo familiar instituído pelas camadas populares do país, conforme explicitado em linhas anteriores, o que acontece, após o crescimento considerável desses modelos, no caso feminino.

Destarte, o não reconhecimento legal dessas famílias se configuraria como anacronismo por parte do judiciário brasileiro.

O parágrafo seguinte implica mudanças significativas para o reconhecimento do direito feminino e masculino. Para a mulher abre-se espaço para o debate acerca da participação masculina nos afazeres domésticos, motivo de constante queixa entre as mulheres trabalhadoras sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho. Dados apontam que as mulheres ainda ocupam mais tempo nos serviços domésticos, em detrimento dos

homens. Nota-se que, na prática, há dificuldade no exercício desses direitos, daí a necessidade de outros mecanismos estatais em busca da promoção da equidade de gênero. Se por um lado, é importante o reconhecimento do poder judiciário, por outro, o mesmo deve vir acompanhado de elementos promocionais que permitam validar e garantir tais direitos no cotidiano das relações entre os sexos, como por exemplo, em âmbito educacional.

Alheias as considerações sociológicas, jurídicas, antropológicas, econômicas ou históricas, as mulheres com quem conversamos possuem o conceito de família muito presente em seu cotidiano:

Eu compreendo a família assim, nós somos família quando nós tamo tudo junto, por exemplo assim que eu não arrumei marido, meu irmão não tem mulher, nós somos uma família tudo junto, depois que cada um arruma marido, mulher, companheiro, já aquela família não é uma família unida que já entra uma nora que não presta, já entra um, um genro que já quer bater na sogra, aí já, já desuni a família. Família que é família tá quando tá todo mundo junto pai, mãe, irmão, tudo em casa, mas depois que começa arrumar entra um e entra outro já não é mais família (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

A construção dessas mulheres se aproxima do que Singly (2007) considera como “família relacional”, ou seja, aquela família em que “elos de parentesco pautam-se menos na propriedade, nos bens comuns do grupo familiar [...] e são as relações entre o homem e a mulher, entre pais e filhos o que fazem viver o espírito de família” (p.36). A família relacional seria então aquela em que a ligação entre seus membros não está condicionada pelas “coisas”, mas sim pelos laços afetivos que se estabelecem entre seus membros fazendo com que o afeto, o desejo, o desenvolvimento da intimidade e a expressividade do amor sejam elementos fundamentais das relações familiares.

Aliado a isso, a maternidade aparece como um dos assuntos mais expressivos nas entrevistas. As experiências de vida das mulheres pesquisadas, embora distintas, tornavam-se quase homogêneas nessa experiência. No discurso delas a condição feminina aparece fortemente atrelada à maternidade sendo grande o valor e o espaço ocupado no cotidiano com a criação dos filhos menores, como se lê abaixo:

Nessa época a prioridade era os filhos, ele e a casa. Cuidar da casa mesmo. Era domestica, de lavar, passar, cozinhar. Eu fui uma pessoa que eu sempre gostei da minha casa organizada. Quando meus filhos eram pequenos, que eu morava na Guanabara, eu passei cinco anos andando com a Michele para a fisioterapia para ela poder andar. Devido os problemas dos nervos, foi atrofiando, tinha que fazer fisioterapia, porque senão, a tendência dela era ficar com a perninha seca e os pés virados. Eu chegava à noite, a gente não

tinha água encanada era água de poço, a minha casa era de assoalho. O que eu fazia: botava eles para dormir (os filhos), ia lavar a casa com escovinha, abaixada pra quando fosse de manhã, ta tudo limpinho pra ela se arrastar. Se eles tivessem brincando lá fora antes de entrar dentro de casa tinha que lavar os pés para não ficar um grãozinho de areia no chão para ela não tá se arrastando, foi muito trabalho, quem me conheceu naquela época sabe o que eu passei (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

E ainda:

A minha família é muito importante pra mim, porque...porque a família que eu acho, como eu acabei de falar, coisa mais importante segundo lugar primeiramente que eu falei vem Deus, segundo vem a família. (ROSA, BELÉM, 2011).

A casa e os filhos aparecem na narrativa como as duas referências centrais na vida dessas mulheres. Todavia, assumir a condição de doméstica não significa anular a figura feminina, mas ao contrário, o cuidar dos filhos e da casa permite a ressignificação e a valorização da imagem da mulher. Segundo Rocha-Coutinho (2004) a centralidade da importância dos filhos está no fato de que a maternidade é considerada o principal papel feminino conferindo à mulher prestígio e poder na sociedade.

Em entrevistas realizadas com mulheres universitárias de camada média da sociedade carioca, a psicóloga observou que a maternidade foi ressaltada pela maioria das entrevistadas como a “essência da condição do ser mulher”. A condição maternal da mulher seria, portanto, um indicativo para o discurso que aloca a mulher a maior “capacidade” ou maior predisposição para cuidar dos filhos e de crianças, de maneira geral. Desse modo, ainda que a criação dos filhos seja considerada tarefa de ambos os pais, mas, a responsabilidade pelo cuidado desses filhos é pontuada em uma relação assimétrica em que ao homem parece ser destinado apenas o papel coadjuvante de auxiliar nessa tarefa, conforme retrata o texto abaixo:

A expectativa da dedicação ilimitada da mãe ao filho, pelo menos nos primeiros tempos de vida, traz à tona uma contradição, já observada no discurso das mulheres da geração de suas mães, entre a antiga visão da maternidade, que confinava a mulher no espaço privado do lar, e a nova ênfase que é dada, no discurso social e no discurso das próprias mulheres entrevistadas, à inserção da mulher na esfera pública, ao investimento em uma carreira profissional. Ou seja, apesar de uma suposta escolha aberta às mulheres, o imperativo da independência financeira e da realização profissional confronta-se, na verdade, com o antigo discurso que reafirma a importância da permanência da mulher no espaço doméstico e que identifica maternidade e maternação (cuidados com os filhos). (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 07).

Na sociedade contemporânea, a maternidade é considerada um tema sagrado. Identificada a figura de Maria pela religião Cristã, a mulher somente desempenha sua

função social ao tornar-se mãe, sendo uma característica universal feminina. Para Badinter (1986), o comportamento materno que apresenta uma mãe sofredora e resignada é uma característica recente, mais propriamente dos séculos XIX e XX. A autora sustenta sua tese a partir de inúmeras situações onde as mulheres de séculos posteriores não amamentavam ou criavam os filhos desde o nascimento, daí aparecendo a figura da ama de leite para amamentação e cuidado aos menores.

Na fala dessas mulheres, o sentimento de maternidade justifica o papel social feminino. Não raro, elas se anulam enquanto mulheres, pois suas vidas se direcionam principalmente, para os filhos, isto é, para o cuidado com a prole e a manutenção econômica, física e moral da família. Inúmeros estudos ressaltam a importância da família, e especificamente dos filhos, na vida da mulher (BERTOLINI, 2002, CARVALHO, 1998; ROCHA-COUTINHO, 2004; SARTI, 1996; VAITSMAN, 1994, 1997).

A sociedade cria mecanismos de conduta de gênero capazes de internalizar as funções femininas e masculinas. E elas, não raro, se anulam enquanto mulheres em favor dos filhos. A condição de ser mulher encontra-se associada e subordinada à maternidade:

Em primeiro lugar minha família, quando eu falo minha família é no geral, marido, filha, neto, tudo, em primeiro lugar isso. Ai depois é que eu vou pensar em mim. Ai depois é trabalho (JADE, ANANINDEUA, 2009).

Eu acho que a família vem em primeiro lugar pra mim, apesar de não ter sido criada ali naquele, família ali perto de mim, mas eu quero dar pros meus filhos em matéria de família carinho, compreensão, conversar, orientar o que eu não tive (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Embora se considere que o posicionamento feminino no que tange às questões sexuais tem sido sofrido mudança acelerada, envolvendo aspectos desde a quebra do tabu da virgindade, a tomada de iniciativa de relacionamento por parte da mulher e a constante busca de diálogo na superação das dificuldades e na obtenção do prazer, o papel atribuído ao sexo feminino, no entanto, parece não refletir essa revolução sexual alcançada nas últimas décadas. As mulheres que aqui compartilham suas histórias fazem parte da geração que lutou por tais conquistas, isto é, pela mudança de pensamento e costumes da sociedade em relação à figura feminina. No entanto, o discurso dessas mulheres traz a tona traços característico da diferença de papel sexual entre os sexos.

Nesse contexto o gênero é percebido como algo estático, imutável, e inquestionável. A figura feminina permanece associada a adjetivos considerados negativos pela sociedade envolvente, tais como, “fragilidade”, “intuição”, “abnegação”, “altruísmo”, “submissão”, “sensibilidade”. Assim como observado por Pacheco, as funções sociais exercidas pelas mulheres entrevistadas remontam a um passado histórico-cultural:

São construções históricas e sociais, situadas em um tempo e espaço próprios, embora as práticas sociais tenham contribuído descontextualizá-las e naturalizá-las como específicas de seu gênero. Assim, destinadas ao desempenho de tarefas tradicionalmente tidas pela sociedade como femininas - afazeres do lar, educação dos filhos e organização (PACHECO, 2006, p. 168).

Nesse sentido, as mulheres pesquisadas, embora provedoras do lar, desempenham paralelamente tarefas maternais e domésticas, reproduzindo, ainda que de maneira inconsciente, a ideologia dominante, como se verifica a seguir:

Então eu costumo dizer que eles são benção na minha vida. Eu coloco essa imagem sempre quando eu costumo dizer pras minhas alunas que são já moça, dos 13, 14 anos, onde a gente ouve muito essa história do namoro, né? Então sempre costumo passar isso pra elas, que eu enfrentei a dificuldade e tudo com a minha família, né? Então eu sempre costumo passar isso pra elas. Então graças a Deus, tive eles e olho pros meus filhos hoje e é a minha maior alegria porque eles são meninos que não me dão dor de cabeça com nada, com questão de vício, de bebida, com nada, são evangélicos (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 2009).

Contudo, a idéia da maternidade como um dos pilares da identidade feminina não parece ecoar de forma unânime e sem conflitos entre as mulheres pesquisadas, conforme a entrevista abaixo:

Olha o que eu acho da família que nem todos são assim, tem mãe que não tá nem aí pra filho, não tá nem aí pra ninguém então eu acho que a família é como eu sou, passei dificuldade por família, por filho, isso pra mim é família entendeu. Até hoje ainda passo certas coisas, certas humilhações por família, por filho enquanto que tem muitos que não tão nem aí, entendeu, então eu acho que a família vem em primeiro lugar pra mim, apesar de não ter sido criada ali naquele, família ali perto de mim, mas, eu quero dar pros meus filhos em matéria de família carinho, compreensão, conversar, orientar o que eu não tive (GRABRIELA, BELÉM, 2011).

Gabriela desconstrói a concepção de maternidade como universal e equânime entre as mulheres. Ela relembra sua trajetória de infância para justificar tal idéia:

O meu pai legítimo eu não me criei com ele, minha mãe legítima também não, eu fui criada por outra família e, então a, o que eu tinha de conhecimento de mãe, de pai tudo era por intermédio da pessoa que me criou e não porque eu convivi com ele. Quando eu conheci o meu pai, eu passei o quê? Uns três meses, depois que eu conheci ele, logo em seguida, ele faleceu. A minha mãe, ela veio embora pra cá, pra Belém e eu fiquei pra lá, pra Viseu. Eu fui criada por outra pessoa desde a idade de seis meses, então eu não tive aquela intimidade com mãe né! Nem com mãe, nem com pai. Aí o meu pai que me criou ele veio pra cá, pra Belém, faleceu eu tinha 7 anos, ficou só eu e a velha que me criou, aí depois com o tempo ela com 87 anos ela faleceu já aqui, em Belém, problema de coração, a minha mãe legítima também morreu de problema de coração, meu pai também, problema de coração (GRABRIELA, BELÉM, 2011).

Com o falecimento de sua mãe adotiva, Gabriela vai morar em Belém com a mãe biológica, o padrasto e os irmãos por parte de mãe, mas a convivência não é harmônica:

Ai eu cheguei aqui em Belém e tive morando na casa dela depois eu queria estudar..e houve um probleminha entre eu e ela nós nos desentendemos e eu fui obrigada a ir me embora da casa dela (da mãe biológica), só que eu fazia as coisa pra ele (padrasto), eu lavava roupa pra ele porque a mãe dele tinha muitos filhos, então eu fazia pra mim ganhar meu tostãozinho também né ... Pra mim não ser discórdia entre ela (mãe biológica) e o marido dela eu preferi sair porque como eu era nova ela tinha ciúme de mim com o marido, eu não trabalhava eu apenas fazia as coisas na casa dele, eu estudava no Santo Afonso e um dia a professora mandou que eu voltasse porque eu tava a paisano, eu não tava de uniforme. Então, o marido dela (padrasto) foi e comprou uma farda pra mim e por causa dessa farda ela achou que ele tinha me dado a farda não por eu ser filha dela e sim porque ele tava com interesse em mim aí daí começou a desavença... Aquela coisa chata entre mãe e filho, aí eu sai da casa deles pra mim não ser a discórdia pra ela, que ele era pai dos filhos dela né e eu jamais eu vim de lá pra cá pra servir de pivô pra briga de quem quer que seja principalmente de minha mãe (GRABRIELA, BELÉM, 2011).

A narrativa traz a tona um assunto abordado entre os psicólogos da área da família: a relação de disputa entre mãe e filha. Não nos interessa explicar aqui as causas e conseqüências dessa relação, mas sim, mostrar como a história de Gabriela rompe com a relação considerada simbiótica entre mãe biológica e filho, embora a mãe social, isto é, a figura feminina da cuidadora se mantenha.

## **4.2. “Ser pai e mãe”: família e trabalho na percepção das interlocutoras**

Não é novidade afirmar que na história do Brasil, a participação do papel feminino na vida política e social do país tem sido invisibilizada e estereotipada, proporcionando a falsa ilusão de imobilidade social. Atributos como: submissão econômica, sexual e afetiva, conferem à figura feminina a imagem de auto-flagelo, vitimizada dadas às condições naturais (reprodução) de sua existência.

No início do século XX, a mão-de-obra feminina passa a ser cada vez mais incorporada à incipiente indústria brasileira, favorecendo a independência financeira da mulher e, questionando cada vez mais a dominação masculina a que estava submetida. Em 1932, após diversos entraves e lutas promovidas pelo movimento feminista, o governo Getúlio Vargas, promulga o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, garantindo o direito ao sufrágio feminino.

Na década de 40, a mulher de classe média, se insere no mercado de trabalho de forma tímida, na função de professora primária. O exercício dessa profissão era visto como uma contribuição da classe burguesa aos menos favorecidos socialmente. Tratava-se de uma extensão das atividades domésticas, que não ameaçava o domínio masculino, visto que a remuneração era simbólica, pois a mulher não podia receber mais que o homem, o responsável pelo papel de provedor da família (BERTOLINI, 2002).

Ainda no decorrer do século pretérito, as mulheres de camada média foram gradualmente conquistando o espaço público até então de domínio masculino, chegando a ocupar mais de 50% dos empregos a partir da Segunda Guerra. As famílias tornaram-se cada vez menores em escala mundial, seja porque nascem menos crianças, seja por causa do crescente número de famílias monoparentais:

Isto se deve, de um lado, a maiores taxas de divórcio e ilegitimidade mas para mulheres em alguns círculos ocidentais tornou-se aceitável, e até mesmo um objetivo em si mesmo, criar filhos sem um homem residente (objetivo feminino também em algumas sociedades africanas). Este é um aspecto de outra tendência moderna, isto é, o questionamento do casamento como uma instituição em si, o que também levou muitos casais a viverem juntos e a criar filhos sem se engajarem em qualquer compromisso legal... De um modo geral, pois, um crescente número de parentes passou a ser definidos como fora do parentesco e colocados em diferentes categorias de relacionamento que não se referem absolutamente ao parentesco (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004, p.09).

Contudo, havia diferenças entre famílias monoparentais com chefia masculina e feminina. Os pais viúvos tendiam a deixar os filhos crianças aos cuidados de tios e avós. Mais tarde, conviviam mais com as filhas que com os filhos, explicando a presença de genros no domicílio. Nas residências matrifocais, ao contrário, predominavam os filhos. As famílias monoparentais com chefia masculina eram derivadas da viuvez, enquanto as mulheres chefes de domicílio eram também solteiras e casadas com maridos ausentes: “A organização matrifocal era um recurso de defesa, para dar maior estabilidade aos grupos familiares, face à fluidez que marcava as relações entre homens e mulheres” (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004, p.21).

Assim, com o fim do casamento perpétuo, a possibilidade de anulação do mesmo para ambos os cônjuges, a ampliação da mulher no mercado de trabalho e as relações inconsistentes que marcam a sociedade brasileira desde meados do século XX, torna-se imperativo a rede de relações focada na figura materna, funcionando como sustentáculo para a mãe e seus filhos.

Após a 2ª Guerra Mundial, diversos fatores contribuíram para a criação de novos hábitos na sociedade brasileira: a literatura, o cinema, a migração europeia, o advento da pílula anticoncepcional e os movimentos feministas. Assim, na década de 60, essa mulher começava a assumir espaços antes restritos aos homens nas universidades, na política e no universo profissional. No entanto, essas conquistas só foram possíveis graças às lutas travadas pelos movimentos feministas em busca da equidade nas relações de gênero. A partir da década de 70 os estudos sobre a mulher passaram a ter mais destaque no meio acadêmico. Na Europa e Estados Unidos, este movimento já ocorre desde 1950.

Até então o texto aborda a mulher de camada média da sociedade, mas, o estudo objetiva trabalhar as mulheres de camada popular, onde embora o modelo ideológico seja determinante em muitos aspectos, mormente no que concerne à sexualidade, porém, os marcadores gênero, raça/etnia e geração são igualmente importantes para definir diferenças sociais entre as classes e no interior delas.

No universo pesquisado, o cotidiano dessas mulheres revela um quadro de complexidade que impossibilita uma leitura unívoca. Se por um lado, há a permanência de práticas assinaladas pela desigualdade e submissão feminina, por outro, há experiências marcadas por autonomia e emancipação feminina, conforme relatam falas das entrevistadas:

Agora acontece que eu vejo a mulher tem seu espaço assim, eu vejo assim um espaço que a mulher tem, que a gente não via antigamente, agora a gente já vê a mulher trabalhando normal, assim cada área de emprego tem pra ela, depende da mulher. Já vê a mulher trabalhando já como pedreira né? Já vê a mulher trabalhando como... assim... Assim com política, tem a Dilma, tem uma mulher já na política (ROSA, BELÉM, 2011).

Eu só digo que eu sou uma mulher guerreira. Eu tenho uma amiga que diz “tu é uma guerreira, por tudo que tu já passou tu é uma guerreira.”. E batalho eu corro atrás e não paro. Eu tenho esse meu irmão que trabalha comigo quando dá meio dia ele vem embora, eu não consigo. Eu não fico sem serviço. (BELADONA, BELÉM, 2009).

O discurso da mulher “guerreira” é recorrente em diversas falas e encontra-se sempre associado à relação família-trabalho. A conciliação desses dois elementos, longe de ser “natural” ao universo feminino revela a capacidade da mulher de articulação entre o trabalho, necessária para a sobrevivência do grupo, com a criação e educação de sua prole.

Olha pra mim uma mulher de sociedade ela não tem que ser submissa, ela tem que ser ela mesma, ela tem que depender dela mesma entendeu, ser uma pessoa guerreira que vai a luta e consegue entendeu [...] O que mudou porque ela se tornou mais independente, ela se tornou lutadora ela, ela, a mulher mudou pelo seguinte porque quando ela quer um objetivo ela vai em frente luta e consegue tanto que de primeiro você não via uma mulher presidente e hoje nós temos uma presidente, você não tinha uma mulher metida em política e hoje em dia a maior parte dos políticos das pessoas que se mete em política são mulheres e ganha (GABRIELA, BELÉM, 2011).

É por isso que a gente luta pra que a gente não faça um papel feio, a gente tem que mostrar que a gente é mulher, a gente é uma pessoa de garra, de luta e de muita força. Hoje em dia a mulher tem que viver independente do homem, tem que ter o seu trabalho, pra não tá pedindo nada pro marido porque a gente às vezes diz:

\_ Ah, paga uma conta minha?

\_ Ah, pra que tu quer? Tu não come e não bebe?

E nós tendo o nosso dinheiro nós não passa por isso (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

O exercício dessa relação não acontece sem conflitos. Rocha-coutinho (2004) ao estudar a identidade feminina de mulheres universitárias de camada média carioca considera que o discurso social incorporou o novo papel da mulher trabalhadora associado à doutrina da maternidade:

É bem possível que as mulheres atuais, assim como suas mães e avós, ainda relutem em abandonar o controle e poder que sempre tiveram, mantendo e reforçando a idéia de que a mãe é insubstituível no cuidado de seus filhos porque só ela, que os gerou e pariu, sabe como desempenhar bem esta tarefa (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 03).

Como consequência da incorporação deste discurso, para muitas mulheres brasileiras a família permanece uma prioridade conforme se debateu no capítulo 4.1, mesmo que para isso elas tenham que sacrificar possíveis satisfações em termos de crescimento profissional. Dessa maneira, conscientemente ou não, a mulher contribui para a manutenção da ideologia machista oriunda da sociedade tradicional.

No caso das mulheres de camada popular estudadas, a conciliação da esfera doméstica com o trabalho também é recorrente. Essa mulher tende a se dividir e multiplicar.

Hum... ser mulher tem que ter muita, muita garra pra ser mulher porque nós mulheres somos até melhor de que os homens pra cuidar de uma casa é, porque (risos) a gente trabalha fora, quando chega trabalha na casa da gente e a gente não sente cansada é a mesma coisa, cuidar dos filhos, cuidar do trabalho, nós somos mais melhor de que os homens. (QUERIDINHA, 2011).

Mulheres e mães que ao chegarem do trabalho ainda têm o dever de conciliar tempo e espaço para seus filhos, afazeres domésticos e consigo mesma proporcionando à família saúde, lazer, educação e afeto.

Embora limitações econômicas e de toda ordem não sejam exclusividade das famílias de mulheres provedoras, sobre elas recai o triplo estigma de gênero, raça e classe, pois o fato de ser mulher, negra e sem escolarização emperra sua entrada no mercado de trabalho formal, sendo impelida para um mundo adverso, instalado nas frestas da sociedade. Rocha-coutinho também faz referências a essa “culpabilidade” entre as mulheres de camada média:

Freqüentemente sem se dar conta, a mulher continua a contribuir para a preservação do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que amiúde apenas no nível do discurso, se rebelou. Assim, é possível que a mulher atual continue a ser levada a se dividir e multiplicar, carregando, como suas mães, uma imensa culpa por não estar se desempenhando como gostaria nas duas esferas, culpa esta difícil de ser resolvida (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 03).

Entre nossas interlocutoras, percebe-se que ao mesmo tempo em que está presente situação de desigualdade de gênero como a violência contra a mulher e a divisão sexual do trabalho, nota-se também mudanças evidenciadas na condição de mulheres provedoras ampliando o poder decisório no âmbito familiar e, também atitudes e comportamentos de insatisfação perante as desigualdades de gênero, raça e classe.

Embora os últimos anos do século XX tenham apresentado grandes mudanças nas relações entre homens e mulheres, não se pode superestimar essas transformações e nem acreditar que as desigualdades entre os gêneros tenha sido superada, tanto no espaço público quanto no privado.

Novas possibilidades de trabalho feminino são lembradas enquanto conquistas. Espaços (como a política) antes delegados ao sexo masculino, agora surgem como novas possibilidades, porém, sempre associados ao espaço doméstico. Para essas mulheres o trabalho sempre esteve presente:

Ah, é tudo, a gente (mulher) é muito guerreira, trabalha. Ah é muito bom a mulher cresceu muito né no mercado de trabalho, eu pelo menos eu sempre trabalhei, porque eu tive só um casal de filhos porque logo que a minha filha nasceu o meu marido teve problema né até que ele faleceu desse problema. Aí eu tomei a frente de tudo, sempre trabalhei pra educar os meus filhos, pra tudo que, tudo que nós conseguimos hoje, até hoje foi sempre trabalhando. (WERÔNICA, BELÉM, 2011).

Eu sempre gostei de trabalhar né... eu me criei trabalhando junto com a minha mãe e eu não me acostumo a ficar dentro de casa, e eu sempre gostei de ganhar, de ter o meu dinheiro de ganhar o meu dinheiro, não ficar dependendo, entendeu? Nem de marido nem de ninguém. Eu sempre gostei de trabalhar pra mim ter o meu, independente de qualquer coisa (ORQUÍDEA, BELÉM, 2011).

Já trabalhei muito, hoje em dia eu tô... eu tenho uma pensão porque eu tive um acidente, quebrei os dois braços e a coluna aí me deram essa pensão aí é um amparo social que eu tenho é, eu recebo esse dinheiro de amparo social da coluna que eu quebrei e dos dois braços no acidente que teve comigo [...] Trabalhava, trabalhei muito pra criar meus filhos, muito, muito mesmo, trabalhei naquela companhia de pesca, lavando peixe, trabalhei numa ferraria, depois fui ser cozinheira de navio, tudo isso. Foi no meu último trabalho, era numa companhia de pesca que eu trabalhava aí eu escorreguei com uma bota lisa né, aí eu quebrei os dois braços e a coluna (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

Para essas mulheres de camada popular os equipamentos urbanos são mais deficientes, elas dificilmente contam com o apoio do Estado para deixar os filhos menores enquanto trabalham. A creche, por exemplo, não foi citada por nenhuma das vinte mulheres pesquisadas. As crianças iniciam a vida escolar a partir dos 6 ou 7 sete anos na pré-escola próxima à moradia delas:

Fiquei muito tempo cuidando só de Irlane (filha), até a Irlane tá cursando a 4ª série no Bom Pastor, eu ficava com ela direto, eu não abandonei ela em nenhum momento (JADE, ANANINDEUA, 26/11/2009).

Segundo dados da PNAD (2006), a Região Norte apresenta o menor percentual de frequência escolar entre os grupos de idade de 0 a 17 anos. Para as crianças de 0 a 3 anos a estimativa corresponde a 8,0% enquanto a média nacional fica em 15,5%, na Região Nordeste a frequência é de 13,3%, a Região Sudeste apresenta 19,2%, a Região Sul tem 18,3% e a Região Centro-oeste 11,5%. Nesse grupo de idade a disparidade quantitativa é mais acentuada revelando um quadro de ausência de equipamentos públicos para atender essa demanda na região.

Outro dado importante de análise diz respeito a taxa de escolarização por gênero. As mulheres da Região Norte possuem a estimativa de 69,9% enquanto para os homens esses números são 69,1%, uma pequena vantagem para as mulheres de 0 a 17 mulheres, com mais acesso à educação. Contudo, essa diferença não se traduz em melhores condições no mercado de trabalho.

Criada de família, empregada doméstica, diarista, babá, serviços gerais, lavadeira, cozinheira, enfim, atividades que acontecem em espaço privado e, portanto, ocupações desvalorizadas socialmente, embora essenciais para manutenção do grupo familiar. Para Goldenberg (2000b, p. 109), em fins do século XX, 70% das mulheres brasileiras estavam concentradas em um pequeno número de ocupações, consideradas como “guetos tipicamente femininos”, são elas: empregadas domésticas e trabalhadoras no campo para as de menor instrução; secretárias e balconistas para as de nível médio e professoras e enfermeiras para as mulheres de maior escolaridade. Portanto, “atividades de baixa remuneração, baixo prestígio social, sem qualificação profissional e sem proteção trabalhista ou previdenciária”.

Contudo, alheias a essas adversidades, as mulheres pesquisadas em nenhum momento falam de “culpa” ou “medo”. Ao contrário, seus discursos parecem integrar de maneira harmoniosa todos esses papéis sociais: mãe, dona-de-casa e trabalhadora. O discurso da “culpabilidade” parece não ter espaço entre nossas interlocutoras, pois suas falas tomam outra direção citando características como: garra, luta, força e resistência. Caracteres tradicionalmente associados ao universo masculino, permitindo a matização da figura feminina como ser passivo e subserviente. Antes de pensar em masculino *versus* feminino, homem *versus* mulher e em papéis sociais concorrentes entre os sexos, as narrativas sugerem a flexibilidade e pluralidade no exercício dos papéis sociais.

A conciliação entre família e trabalho para elas não é novidade, nem tão pouco sacrifício, mas denota a mulher sempre pronta para enfrentar as adversidades cotidianas. Ser pai e mãe é a expressão da “mulher guerreira” latente em cada uma. O que não

significa dizer que a figura masculina não seja relevante, ao contrário, o homem possui um papel definido na família, porém, não estático ou imutável.

O homem que no início do século XX exercia uma posição bastante definida na família e na sociedade. Na esfera familiar, o papel de provedor lhe garantia o respeito e a obediência dos demais membros da família. Na sociedade, ele circulava no domínio da política, da profissão e dos negócios e pouco participava da administração e atividades do mundo doméstico. Nos idos do século XXI, houve uma reformulação desses papéis masculinos e estudos recentes<sup>11</sup> refletem a respeito de um novo olhar para o universo masculino. Desde os anos de 1980, seguindo a tendência dos Estados Unidos, surge uma literatura que discute a chamada “crise masculina”, a partir das transformações ocorridas nos papéis masculinos e femininos na sociedade atual.

### **4.3. “Se ele pode, eu também posso”: a chefia compartilhada segundo as entrevistadas**

Como se ressaltou na introdução deste trabalho, o termo “chefe de família” foi adotado nas primeiras entrevistas e evitado nas demais, pois se considerou que as mulheres quase sempre faziam referência ao valor ideológico do mesmo. O termo masculino imediatamente é atrelado à figura masculina do homem provedor, como me disse uma entrevistada:

P= quando perguntam quem é o chefe da família, o que tu dizes?

R= eu digo que é ele.

P=mais quem comanda mais a família de fato, é ele ou tu?

R= é eu... eu acho que a gente comanda igual, porque não existe aquela coisa assim, quem é mais, quem é menos, sempre trabalhamos em parceria a gente combina tudo, eu dou tanto, tu dá tanto, porque na época eu ganhava bem mais. Trabalhava como agente de saúde, com um salário e mais um pouquinho, e lá na urgência eu pego R\$600,00, R\$700,00 reais. Ai o meu salário era bem maior do que o dele.

P=e quando vocês tinham que decidir alguma coisa?

---

<sup>11</sup> GOLDENBERG, Mirian. O Macho em Crise. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Os Novos Desejos:** das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000; RAMOS, Marcelo Silva. Um Olhar Sobre o Masculino: Reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In: GOLDENBERG, Mirian. **Os Novos Desejos:** das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000.

R= a gente decidia junto, nenhum manda mais que o outro. E eu nunca fui aquela pessoa assim, aí meu Deus do céu, eu vou receber dinheiro, eu vou fazer tudo, não. Eu mandava minha filha tirar o dinheiro. Filha pega o dinheiro, tira e dá pro teu pai. E ele como homem, ele tem bem mais responsabilidade, porque ele vai decidir. (JADE, ANANINDEUA, 2010).

P= És tu quem paga as contas?

R= É eu.

P= Mas a decisão é em conjunto?

R= É conjunto.

P=Então porque tu diz que ele é chefe da família?

R=Porque ele que é o homem (risos).

E continua:

L= Mas então na tua opinião, o que essa chefia? O que define?

I=Na minha opinião seria os dois, a gente decidi tudo em comum acordo, então ninguém manda mais do que ninguém. Se ele pode, eu também posso. Se ele dá, eu também dou. Mais aí quando fica aquela coisa... pra não diminuir ele, e tudo mais, aí fica....

L= Porque ele fica constrangido?

I= Fica. Porque ele que é o homem da casa. Aí tá, então não seja por isso, eu não me importo.

L= Mais como tu pensa que deve ser essa chefia da família?

I= eu acho que deve haver sempre um dialogo na família, pra sempre dividir tudo por igual, porque senão só eu for dá, não vai conseguir nada, nunca vai crescer, porque ele vai dizer: \_ não meu dinheiro é pra isso, pra aquilo e pra aquilo, então nunca vai crescer. Então é dividido, tu da X, eu dô x, então bora fazer isso aqui. (JADE, ANANINDEUA, 2010).

A fala de Jade possui forte conotação ideológica acerca do tema em questão. Diversos elementos surgem nessa conversa: a distribuição equitativa das responsabilidades, masculinidade, o aspecto ideológico da chefia e a chefia compartilhada.

A distribuição equitativa das responsabilidades entre a mulher e o homem no que concerne ao pagamento das despesas domésticas assegura à mulher maior autonomia no espaço doméstico. Ao afirmar “se ele pode, eu também posso” a entrevistada faz referência ao compartilhamento de despesas, tarefas e diálogo entre o casal. Contudo, para a sociedade, isto é, as pessoas de fora do grupo doméstico à presença masculina é importante para a manutenção da moral familiar (SARTI, 1985). Ainda que, na prática ela trabalhe mais que ele, ou o salário da mulher seja superior ao do homem, ou ainda ela seja a principal responsável pelas decisões que cercam o espaço familiar.

Outras mulheres também apresentaram dificuldades em discorrer sobre a temática, às vezes pediam para repetir a pergunta, outras vezes repetiam-se falas, outras ficavam em silêncio. Diversas foram às formas de manifestação desse tema que parecia tão confuso para as mulheres pesquisadas, pois para muitas o homem representa “naturalmente” o chefe ou o “cabeça da família”.

Ah.. hoje eu vejo... O homem na família que é o chefe né, da família... não tanto quanto antigamente hoje em dia, eu acho que alguns família tem possibilidade, tem muitos que não tem. [...] Quando o homem não tem é a mulher que assume, eu acho agora que assumindo mais a mulher do que o homem (ROSA, BELÉM, 2011).

Para essas mulheres a “chefia familiar” encontra-se fortemente associada ao fator econômico e cultural. Contudo, apesar do forte apelo da representação do homem provedor, elas convivem, não sem tensões, com diferentes modelos de família. Entre eles, o crescimento das mulheres provedoras também é notado por elas que não vêm com preocupação o fato, acostumadas a ver suas mães, avós, tias, primas, amigas e conhecidas sustentando sozinha a família. Para essas mulheres, a noção de “chefia familiar” é ampliada e, diria, relativizada:

É ter responsabilidade, é assumir uma responsabilidade da casa entendeu falta tal coisa você é uma chefe de família, falta tal coisa eu chego com você, olha ta faltando isso, isso, isso... olha eu quero fazer isso, isso, isso agora se você não me der abrigo eu não vou mais com você, porque eu acho que um chefe de família ele tem que ter pai, mãe, dono da casa e responsável pela casa[...] Eu me considero uma chefe de família porque até a data de hoje eu nunca deixei os meus filhos sem uma conversa, sem um conselho, sem uma orientação, sem nada, ser chefe de família não é só vestir uma casa eu sou o homem eu sou o dono da casa não você tem que ter uma responsabilidade dentro da sua casa, se você não tem uma responsabilidade dentro da sua casa, se você não tem uma responsabilidade dentro da sua casa cê não pode ser o chefe de família, muitas das vezes uma mulher é mais chefe de família do que o homem, tá (GABRIELA, BELÉM, 2011).

O chefe de família pra mim é aquele que é responsável por tudo, pela casa, pelos filhos em relação ao estudo dos filhos, do bem estar a educação [...] Pra mim é quem da a última palavra, porque as vezes os meus filhos pintam e bordam com o pai( risos). Ai se torna um pouco difícil (TATIANA, BELÉM, 2011).

Eu criei eles sozinha, sendo pai, sendo mãe. Só eu criei eles [...] Eu acho que eu sou uma mãe de família. (risos) Porque eu acho que a mãe solteira é aquela que é só a mãe e o filho. Aqui não, tem as minhas irmã. Essa daí também, viveu muito tempo sozinha, criando filhos, agora não, agora, agora tem esse rapaz aí, muito gente boa que ela conheceu. A outra não, parece que já tem trinta e poucos anos, já é casada e sempre viveu com o marido dela (BEATRIZ, BELÉM, 2010).

Para as mulheres, a noção de *responsabilidade* está muito presente à temática. Ser provedora é ter responsabilidades. Ser homem, ter trabalho e prover a família não é suficiente para caracterizar a “chefia familiar” que extrapola os condicionantes econômicos, na medida em que, essa chefia também significa participação na educação dos filhos orientando, dialogando e dividindo tarefas com os mesmos:

P – Depois de ter passado todas essas experiências, como é que a senhora acha que deve ser o papel do homem e da mulher dentro de casa?

R – Deve ser igual, cada um faz uma coisa. Parceria

P – Em que?

R – Em cozinha, lavar louça, limpa. Vamos dizer assim, eu faço mais do que ele porque geralmente a mulher tem mais coisa que o homem. Eu observo tudo, eu sei quando é para limpar isso, eu sei que aqui tem que jogar esse lixo. Eles sabem todo dia do carro do lixo, algumas vezes eles esquecem.

P – Deve ser igual? Então não tem mais essa coisa do homem ser o chefe de família, o responsável?

R – Tem que ser dividido, parceira. A não ser se que esteja um desempregado. Um vai dar apoio para o outro. Quando tem uma família dentro de uma casa que todos trabalham, todos têm que se ajudar. Também quando trabalham sinal de que ninguém para nessa casa, então quando um chega primeiro tem que fazer. Para ser assim principalmente quando é homem, tem a pessoa que vai determinar: “Não quero essa pia cheia de louça, eu não quero essa mesa suja” Eu não quero, não, não é um negocio muito difícil. Nós devemos é deixar a casa limpa, usou lavou. Eu acho que é assim, senão um vai ser mais sacrificado. Na historia aqui vai ser eu. Porque ai vai sobrar para mim e assim não cada um lava o seu, lá em cima eles limpam (VIOLETA, ANANINDEUA, 2009).

O chefe da família é quem possui a responsabilidade sobre o grupo, isto é, quem executa ações, ao mesmo tempo em que delega afazeres aos demais membros da família. E não somente ações, mas, fundamentalmente, é quem circula entre as diferentes esferas da família, coordenando o grupo doméstico. Contudo, desconstruindo a noção clássica de “chefia”, para as interlocutoras o responsável pela família precisa antes de tudo exercer seu poder de “parceria”, no sentido de estabelecer relações de bom convívio com pessoas que possuem interesses em comum, o grupo familiar.

#### **4.4. “Hora vovó, hora mamãe”: construção de papéis de avós e netos**

A avó é uma personagem importante no contexto estudado. Para explicar melhor sua importância recorreremos à história de duas mulheres: Acácia e Camélia. Para ambas, a casa da mãe e da filha representa um só espaço.

Ao completar sete anos de idade as duas filhas de Acácia iniciavam os estudos em escola pública em regime de semi-internato, pela manhã e tarde, em instituição religiosa para meninas “Instituto Bom Pastor”. Ressalte-se que a educação para as meninas não estava restrita aos conteúdos programáticos de sala de aula, mas também, ao exercício das prendas do lar com cursos de culinária e, atividades como crochê, tricô, bordado, datilografia. O aprendizado de múltiplas tarefas possuía dupla função, por um lado, conferia a possibilidade de ganho monetário, e, por outro, valorizava a figura feminina perante a sociedade, tornando-a moça “prendada”.

Acácia trabalhava fora de casa como diarista enquanto sua mãe, Maria, trabalhava lavando e passando roupas para terceiros. Aos finais de semana as duas filhas ficavam encarregadas de fazer a entrega das roupas que a avó lavava e passava. E, cotidianamente as meninas auxiliavam nos serviços domésticos, como lavar louça, varrer e limpar a casa.

Os filhos do sexo masculino estudavam em período de tempo único, pela manhã, nos demais turnos eles eram disponibilizados para o trabalho. Aristóteles, aos nove anos começou a vender jornal nas ruas de Belém, contribuindo para o orçamento doméstico, conforme revela o relato a seguir:

Meu irmão ia desde às 10 horas da noite para “O Liberal” pegar jornal para vender enquanto eu e minha irmã íamos pra fila do mercado. Às 5 horas da manhã ele (o irmão) chegava com o dinheiro para comprar a carne, só dia de domingo, porque não tinha carne todo dia.

Nas palavras de Amanda, estão presentes as lembranças da infância desvalida. Acácia nesse momento encontrava-se com quatro filhos menores para sustentar, além da mãe idosa e três irmãos mais jovens. A referência masculina do provedor era inexistente, visto que os pais de seus filhos haviam constituído outras famílias. Entretanto, cabe ressaltar que Acácia e Antonino, o pai de Ariel (caçula de Acácia), moraram alguns meses juntos, somente os três, enquanto os outros filhos de Acácia permaneceram residindo com Maria, a avó materna. A relação conjugal não teve êxito e, Acácia e Ariel voltaram a residir com o grupo familiar extenso, perdendo o contato com Antonino.

O exemplo apresentado acima reforça a idéia apresentada anteriormente de que os filhos de relações anteriores não são assumidos como parte do grupo do atual marido, tendo em vista que a noção de pai sociológico não é fortalecida pelo grupo, pelo

contrário, os filhos são identificados como pertencentes ao grupo matrilinear. É a mãe que concentra a autoridade sobre a prole e em caso de rompimento da união, os filhos tendem a permanecer com a mãe.

A situação de trabalho infantil aqui apresentada contrasta com o observado por Pacheco ao estudar *Mulheres Pobres e Chefes de Família* no município do Rio de Janeiro. Em sua tese a autora nota que:

Os filhos(as) das entrevistadas só se engajam nos cuidados da casa na impossibilidade da mãe executá-los sozinha, na ausência de um parente, ou quando a mulher não pode pagar alguém para fazê-lo. Possivelmente, o que contribui para esta situação é primeiramente a idade das crianças – que, nestas famílias, em sua maioria, são muito jovens -, e também o fato das mães, de modo geral, acreditarem que a casa é de sua total responsabilidade e é melhor cuidada quando as tarefas são efetuadas por elas próprias. Na esfera doméstica, o mundo que as mulheres definem como apropriado é determinado pelos valores tradicionalmente vistos como constituintes da natureza e dos deveres femininos, ou seja, cabe à mulher a responsabilidade pela criação dos filhos e pelos cuidados com a casa. Assim, no momento da divisão das tarefas, estes valores são apropriados por ambos – mãe e filho(a) – e certamente servem como alternativa de resistência a uma distribuição mais equitativa das atividades entre os membros da família, ficando a mãe com a maior carga de trabalho (PANTOJA, 2005, p. 159).

O modelo ideal brasileiro normatiza a família nuclear constituída de pai, mãe e filhos. O pai-homem representa o provedor econômico da família, a mãe-mulher é concebida como a cuidadora da casa e da prole. Os filhos legitimam a família, sem filhos não há família. Nesse contexto “lugar de criança é na escola”.

No caso ora analisado o modelo familiar contrasta com o modelo ideal dada a situação de instabilidade econômica da família estudada. São desenvolvidas estratégias adaptativas funcionais em função da situação de pobreza em que se encontra o grupo doméstico. A mãe solteira não se exime de suas responsabilidades maternas e domésticas, todavia, enquanto principal provedora da família ela assume múltiplas responsabilidades. Nesse sentido, o trabalho fora de casa constitui elemento imprescindível para a manutenção da família. E, por outro lado, a presença da avó materna no cuidado com os netos tranquiliza e reconforta a mulher que vê a avó como a segunda pessoa de referência para o trato com as crianças. Isso não significa que a mãe não se preocupe ou mesmo não participe das experiências cotidianas dos filhos.

A ausência do provedor masculino revela-se como uma sobrecarga de papéis sociais desempenhados pela mulher que assume a responsabilidade material para

provimento da casa e da família. Sua preocupação está em *trazer dinheiro* para dentro de casa.

Barros (1987, p. 125) considera que “a casa dos avós é o espaço privilegiado para a construção e a vivência das relações de Acácia, cumplicidade, afeto e brincadeira entre avós e netos”. A proximidade de moradia entre a casa dos pais e dos filhos propicia a presença constante de filhos e netos na casa dos avós. Essa proximidade não é fortuita, mas ao contrário, ela é planejada. Morar próximo ou ao lado da casa materna, no caso da mulher chefe de família, constitui condição necessária para o estabelecimento dos laços de solidariedade entre família.

No grupo doméstico analisado, não se pode falar em “casa da avó”, tendo em vista que mãe e avó dividem o mesmo espaço doméstico. A casa consiste no espaço compartilhado por duas personagens femininas centrais: a mãe e a avó. Nesse caso, a possibilidade de tensão entre as duas autoridades domésticas não é inexistente, mas, é atenuada dado o laço consanguíneo entre ambas.

No estudo anteriormente citado, Woortmann (1987) também faz uma alusão aos arranjos poligínicos alertando para a cautela na geração de conflitos e choques de autoridade doméstica ao manter mais de uma dona-de-casa sob o mesmo teto.

Ao cuidar dos netos a avó amplia suas chances de receber ajuda material da filha e, concomitantemente, consolidava seus direitos de acolhimento em idade senil. A avó simbolizava para os netos a mãe adotiva.

Na família extensa de Acácia, os tios e primos reconhecem a ambas como sendo a dona da casa, o que transparece claramente em diferentes momentos de sua fala. Todavia, é a avó, quem passa grande parte do tempo nos cuidados com a casa e as crianças. Portanto, a autoridade de mãe e avó propicia à esta última a chefia da família. A avó assume a dupla função de mãe e avó:

São meu sangue. Eu vivo aqui com os meus netos. Eu tenho 3 homens que comem comigo mas são meus netos! O Bernardo, o linguajá dos meninos é hora “vovó”, “mamãe”. Quando ele quer alguma coisa ele diz: “vó”. – Hum, já quer! Pode contar que ele vai pedir (CLAUDIA, 2009).

Elielma Machado (1998) em sua dissertação de mestrado sobre o complexo da Maré, no Estado do Rio de Janeiro afirma que a categoria *consideração* seria sinônima de respeito, ambas utilizadas em substituição uma da outra e indicando a relevância da solidariedade entre parentes. Para essa autora:

A *consideração* engloba a consangüinidade e emerge como um terceiro termo nas relações de parentesco. Os consangüíneos e afins se sobrepõem os (mais) considerados. Os parentes reconhecidos socialmente e aqueles que adquirem igual status a partir da *consideração* são agrupados em uma escala ordenada hierarquicamente de acordo com o contexto. O termo *consideração* abrange uma série de atitudes e implicações sociais que envolvem cooperação, amizade e principalmente colaboração. O parentesco por *consideração* reconhece as relações de consangüinidade e afinidade, seleciona as possibilidades e a manutenção de determinadas relações de parentesco. Esse termo, *consideração*, relaciona-se com diferentes aspectos da vida social (MACHADO, 1998, p. 76-77).

Os filhos de Acácia recordam da mãe austera e dominadora que assumia a dupla função materna e paterna. Para Acácia, ser “braba” era um imperativo da condição de mãe solteira que precisava se fazer respeitar acima de tudo.

Acácia e os dois irmãos trabalhavam, todavia, sendo ela a dona da casa, era a responsável principal pelo pagamento de despesas como água e luz. O aluguel era de responsabilidade dos três. Ressalta-se que Acácia era a responsável pelo aluguel, embora todos “ajudassem” no pagamento deste, ainda que, com quantias inferiores em relação ao custeio da dona da casa.

Acácia passava os dias trabalhando fora de casa para prover o sustento da família, ela era a responsável direta pelo sustento daqueles que estariam sob sua responsabilidade. Para cumprir esse papel, ela precisa não somente extrapolar o domínio do privado, mas fundamentalmente, ela necessitava ter sua moral reconhecida perante o grupo mais amplo, a sociedade. Se, na condição de chefe de família sua autoridade moral não estiver sedimentada, a relação com o espaço público não será satisfatória para ela, pois ela não será aceita enquanto tal e terá sempre questionada sua autoridade, quer em âmbito privado ou público.

Um episódio salutar para a manutenção da honra familiar constitui o momento em que os filhos adolescentes, proibem Acácia de namorar, pois “ela não arrumava ninguém que prestasse, eles (os homens) só queriam se aproveitar dela e ir embora” (AMANDA, 2009). Antonino foi o último namorado (oficial) de Acácia, desde então, com aproximadamente quarenta anos de idade Acácia dá início a outro ciclo em sua vida, onde suas relações encontram-se cerceadas ao ambiente familiar e de trabalho, pois nas palavras de Acácia, como já referi anteriormente, a mesma “não tem sorte pra homem” e suas relações amorosas passam a ser atribuídas ao acaso.

Aos dezessete anos de idade, sua filha mais velha, Amanda começa a trabalhar como atendente em um conceituado hospital da capital paraense por indicação de sua mãe que trabalhava em serviços gerais nesse mesmo hospital. E, investindo na educação

conclui o 2º grau (atual ensino médio) realiza concurso para a marinha mercante e é aprovada. Começa a viajar aos 17 anos de idade e, em sua terceira viagem Amanda aluga uma casa para a mãe e irmãos em um conjunto residencial localizado em uma das principais vias de entrada e saída da cidade, a Avenida Almirante Barroso.

Em seguida, Aristóteles segue o mesmo caminho profissional que a irmã mais velha. Para Macedo (1983), as condições objetivas de inserção dos sujeitos no processo produtivo é o que permite ao grupo familiar elaborar um projeto de vida. Por outro lado, como lembra Woortmann (1987) as estratégias individuais de entrada no mercado de trabalho (formuladas a partir das possibilidades de mercado), longe de serem apenas “escolhas” individuais, obedecem a um projeto de família.

Tais “escolhas” envolvem obrigações mútuas por parte do filho que entrega seu salário (parcial ou total) à mãe que assume a tarefa de planejamento e organização doméstica. Assim, na camada popular há uma tênue relação entre o projeto individual e o projeto de família. Nesse sentido Sarti (1985) concorda que o trabalho constitui parte de um compromisso de troca moral, reconhecido não somente pela lógica do capital econômico, mas, sobretudo, pela autonomia moral que ele confere.

A partir da contribuição financeira de uma filha e um filho, os primogênitos, Acácia deixa o trabalho fora de casa para se dedicar exclusivamente aos cuidados com a mãe idosa e adoentada, além da adoção da primeira neta, filha de Ana Rosa, por quem será designada como “mãe”. Os filhos passam a ser o esteio da casa, embora Acácia continue sendo a chefe da família. Cada qual tem seu papel delimitado e bem definido no espaço doméstico.

Contudo, o dito popular “casa da avó, chiqueirinho dos netos” também requer relativização, segundo o trecho de uma pesquisada:

Olha, os meu filho eles, é, praticamente meus filho crescero na rua, porque num tinha quem reparasse, que o pai era afastado, e eu comecei a trabalhar como eu acabei de explicar, que trabalhei catorze anos nessa empresa, ai meu primeiro emprego foi esse, deixava meus filho, ficava na casa da minha mãe, mas só que a minha mãe não tinha assim, paciência, pra te cuidado assim, porque ela tinha outros problemas... Que ela tinha o meu irmão que eu acabei de falar, que ele era viciado né, e meus filho ficava pela ponte quando eu ia trabalhar. Quando eu chegava era a noticia, olha teu filho tá pedindo dinheiro no sinal, que era esse ai, o menor de dezessete ano, ai olha o outro tá, tá pedindo dinheiro pra jogar videogame, ai todo dia era um fuxico, era uma fofquinha, todo dia, todo dia (ROSA, BELÉM, 2011).

Na ausência da mãe por motivos de trabalho, os filhos ficavam com a avó materna. Rosa justifica a falta de cuidados de sua mãe, pois a mesma enfrentava problemas com filho que usava entorpecentes. Como mulher provedora Rosa precisava trabalhar para prover o sustento dos dois filhos adolescentes. Os filhos ficavam parte do tempo ociosos pelas pontes da Vila, logo tomaram contato com drogas lícitas e ilícitas, caindo no mundo da criminalidade até a morte precoce aos 16 anos de idade.

#### **4.5. Amor e violência: histórias de sentimentos que marcam o cotidiano das mulheres provedoras**

A Violência contra a mulher constitui sério problema de saúde pública, assim como uma violação dos direitos humanos. Existem diferentes formas de violência contra a mulher, dentre elas a violência social, jurídica, doméstica, psicológica, a física e a sexual. As Nações Unidas definem violência contra a mulher como:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada. (CONSELHO SOCIAL E ECONÔMICO, NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Todas essas formas de violência podem ter sérias implicações para a saúde sexual e reprodutiva da mulher. A Violência contra a mulher também pode ser institucional, ou seja, quando os serviços oferecidos por uma instituição e sistemas públicos são prestados em condições inadequadas resultando em danos físicos e psicológicos para a mulher (por exemplo: longas esperas para receber tratamento, intimidação, mal trato verbal, ameaças e falta de medicamentos).

Apesar de todas as conquistas alcançadas pelas mulheres, mormente na segunda metade do século XX (ampliação do mercado de trabalho, maior espaço nas relações familiares, aumento no exercício de sua sexualidade), as estatísticas revelam que diariamente acontecem muitos delitos e crimes contra a integridade da mulher. O que revela que a violência contra a mulher continua sendo um grave problema social a ser enfrentado pela sociedade

Estudo realizado na Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) acerca dos impactos preliminares da Lei Maria da Penha na prevenção e combate à Violência contra a Mulher no município de Belém, nos cinco anos posteriores à criação da LMP, referente aos anos de 2006 a 2010, constatou elevado acréscimo de denúncias, mormente, a partir do ano de 2006, isto é, após a criação da LMP, revelando os primeiros resultados positivos da Lei ao fornecer visibilidade a este fenômeno silenciado e tolerado historicamente pelas ideologias do patriarcado. Em 2007 há a duplicação de atendimentos chegando a 10.544, destes 33% dizem respeito aos casos em que se fez o registro do Boletim de Ocorrência Policial (BOP's). No ano seguinte, os BOP's apresentam ligeira elevação de 38% dos 10.549 casos denunciados. Em 2009 os

números de Boletim de Ocorrência continuam evoluindo e alcançam 41% do total de 11.027 atendimentos. E, finalmente em 2010, os registros de BOP's apresentam breve regressão somando 38% dos 11.195 tipos de denúncias efetuadas. Contudo, verificamos que dos casos denunciados pelas mulheres pouco mais de um terço são registrados. E, destes não se sabe quantos terminam suspensos e quantos são concluídos. Para as autoras o combate a esse tipo de violência extrapola o espaço da DEAM:

A pouca estrutura física é outro aspecto revelador da ausência de políticas públicas para combater esse fenômeno, dos 143 municípios do Estado somente 10 contam com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e nenhuma casa-abrigo para atendimento às mulheres e seus respectivos dependentes menores em situação de risco de vida conforme prevê a LMP. A Lei Maria da Penha rompe com o “silêncio” da Violência Doméstica, consolidando-a como problema social e de gênero, fornecendo visibilidade a um crime considerado até então próprio à esfera privada. Contudo, romper com o ciclo de violência implica em um processo de conscientização, prevenção e combate a violência (SILVA & MIRANDA, 2011, p.01-02).

A Violência Doméstica apresenta-se como um grave problema social. A Lei Maria da Penha garante a visibilidade para este fenômeno silenciado e tolerado historicamente pelas ideologias do patriarcado. Existem diversas “Marias” no município de Belém e no Estado, que a LMP não integrou, por isso a necessidade da conscientização, prevenção, combate e enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher. Algumas dessas “Marias” narram sua história:

No início do casamento eu fui muito oprimida porque meu marido era machista. Eu era daquela mulher que se não fizesse de doida, eu apanhava todo dia. Minha família não queria o casamento então eu tive que agüentar porque eu casei com quem eu quis (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

Assim Margarida inicia sua narrativa sobre o período em que esteve casada. O cotidiano marcado por violência A violência não sutil, mas sim, gritante na fala dessa mulher de meia idade. Ao dizer “se eu não me fizesse de doida eu apanhava todo dia”, a pesquisada revela que traçou estratégias adaptativas para conviver com o que ela denominou de “machismo” por parte do marido.

Em determinada ocasião chegou a prestar queixa na delegacia por agressão física e, o delegado lhe disse: “*Vai minha filha, volta pra casa, é pai dos teus filhos*”. Nessa ocasião, ela diz que apanhou, mas, também bateu, agatou o marido. Transparece nesse ponto da fala da pesquisada a ausência do poder público no trato com as mulheres

que se encontram em situação de violência doméstica. Ou seja, havia nítido despreparo por parte dos órgãos públicos que deveriam ser responsáveis pela segurança dessas mulheres.

No ano de 2005 o Senado Federal apresentou dados do Relatório de Pesquisa sobre a temática da Violência Doméstica Contra a Mulher. Participaram do estudo um universo de 16.433.682 mulheres, residentes nas 27 capitais brasileiras, com idade superior a 16 anos. Os resultados sinalizam que 71% dessas mulheres já foram agredidas, sendo o marido ou companheiro o maior responsável para 65% das entrevistadas. No que concerne as reações femininas após o ato de violência 28% procuraram ajuda familiar ou de amigos, 16% procurou uma delegacia comum, 22% procurou uma delegacia especializada para o caso, 19% silenciou e, ainda 15% não responderam a pergunta.

Os dados acima são reveladores de um crime cometido entre quatro paredes que apresenta grande potencial ameaçador para suas vítimas. Margarida faz parte de uma estatística alarmante, o número reduzido de mulheres que procuram a polícia para prestar queixa contra seu agressor. Ressalte-se que o testemunho da pesquisada se refere às décadas de 1980 e 90, período em que a mesma vivia em união conjugal. Não há levantamos estatísticos acerca dessas décadas que procurassem evidenciar os números de casos de violência doméstica contra mulher, nem tão pouco, suas atitudes em relação ao fato. Somente na década de 90 a questão teve visibilidade entrando na pauta de discussão dos movimentos sociais femininos.

Percebe-se na fala de Margarida a frustração com a situação de despreparo por parte de autoridades policiais que deveriam zelar por sua integridade física e moral. Mas, ao contrário, naquele instante o conselho dado pelo delegado foi para que a mulher retornasse à casa e aceitação a situação, haja vista que durante muito tempo a sociedade brasileira aceitou o ditado popular que propaga “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. O silêncio social a que as mulheres estavam submetidas trouxe como consequência uma sociedade sem parâmetros definidos entre assuntos pertinentes à esfera pública e à esfera pública. E, como o homem, perante a Constituição brasileira exercia o pátrio poder, onde os filhos, a mulher e casa estavam sob sua responsabilidade era uma prática comum os assuntos considerados domésticos não ultrapassarem os limites da casa.

Nesse momento ainda não podemos falar de redes de apoio e instrumentos capacitados para trabalhar essa temática, como a Delegacia da Mulher<sup>12</sup> e a Lei Maria da Penha<sup>13</sup>, ambas criadas em 1985 e 2006, respectivamente.

A Lei Maria da Penha apresenta quatro tipos de violência contra a mulher: Violência Sexual: Assédio, estupro, sedução, Importunação ao pudor, atentado ao pudor. Violência Psicológica: Xingamento freqüente, ofensa moral, ameaça de espancamento, levar a mulher a se sentir inferior. Violência Social: desemprego e prostituição, salário inferior e falta de creches, preconceito e discriminação, assédio moral. Violência Jurídica: leis que garantem a dominação masculina.

Atualmente, os movimentos que lutam em favor dos direitos femininos estão engajados em uma campanha para deflagrar a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública, compreendida como uma agressão aos direitos humanos das mulheres, e não mais tratada como privado ao espaço doméstico, haja vista que pesquisas da Fundação Perseu Abramo (2000) aponta que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, das mulheres que já sofreram algum tipo de violência, mais de 50% delas não costumam pedir ajuda e, para 53% os maridos e parceiros são seus agressores.

Após o episódio da delegacia Margarida decidiu conversar com o patrão do marido para contar o acontecido e pedir que o salário dele fosse entregue a ela, impedindo que o marido gastasse tudo com bebida, comprometendo as despesas domésticas. Com a convivência, aprendeu a conhecer o marido e, utilizar estratégias para evitar brigas:

Eu também era uma pessoa muito insegura, que não sabia relevar o que ele fazia, chegava partia para a agressão. Hoje eu reconheço que com a cabeça que eu tenho agora, se eu tivesse casado com ele nessa época, a gente ia viver feliz e não tinha tantos atritos como foi no passado, porque eu queria viver a vida dele, eu queria que ele fizesse aquilo o que eu queria, porque ele chegava pra mim e ditava as regras “Olha é assim, assim!” Então eu também queria que ele fizesse o que eu queria, mas era o contrário, ele só sabia se impor, na hora... Era muito mulherengo. Era muito farrista. Ele só tinha uma preocupação com comida, bota a comida pra dentro de casa, tem o leite das crianças. Ele não queria saber se tava precisando de móveis, se a casa tava para reformar (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

---

<sup>12</sup> A primeira Delegacia da Mulher surgiu em São Paulo, tendo como principal política pública o combate e prevenção à violência contra a mulher. Atualmente, o país conta com 307 delegacias da mulher.

<sup>13</sup> A Lei de nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 conhecida como Lei Maria da Penha, recebe esse nome em homenagem a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, uma vítima emblemática da violência doméstica que lutou, durante anos, para que seu agressor, ex-marido e pai de suas três filhas, viesse a ser condenado.

Vários elementos surgem nessa fala. Ciúme. Insegurança. Agressão. Imaturidade. Margarida inicia amenizando as responsabilidades do marido perante os acontecimentos e, transfere para si o encargo de ser compreensiva e tolerante, como condiz a uma mulher. Em um dado momento de sua fala, a vivência da violência passa a ser pontuada como sendo responsabilidade sua, isto é, algo naturalizado ao cotidiano feminino, como um acontecimento normal entre casais:

Eu assumi uma responsabilidade, eu escolhi isso e então eu vou vivenciar isso até quando não der. Separei com ele de morte. Quantas vezes ele arrumou mulher?. “Eu vou embora, é aquela coisa que não dá mais certo” Ia embora. Quando eu via parava o carro e voltava com tudo. Já chegou a sair com tudo de casa, de não ficar um boné. E depois voltou.

As constantes brigas são relatadas como próprias ao relacionamento conjugal, revelando uma estratégia de defesa, e também, como possibilidade de sobrevivência, tamanho o aviltamento à vida. Com cinco filhos pequenos para criar, sem escolaridade, sem mãe e pai que pudessem lhe dar ao menos o suporte moral, ela não tinha outra alternativa ao suportar a situação e criar estratégias para continuar sua trajetória.

Reconhecer a opressão não significa se por na condição de vítima, pois a mesma relata que apanhou, mas também, bateu e, buscava estratégias de superação dessa situação, quer através da posse do salário do marido e apoio do patrão deste que poderia tornar-se um aliado importante nessas circunstâncias, quer por meio de seu reconhecimento como esposa.

Em “A Dominação Masculina”, Pierre Bourdieu (2010), acentua a importância da família enquanto instituição socializadora onde as posições dos agentes sociais encontram-se pré-estabelecidas ou pré-determinadas. No contexto familiar se manifestam as relações desiguais de poder no que concerne ao gênero, partindo de dois pólos, o dominado e o dominador:

É, sem dúvida. À família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa representação garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 2010, p. 103).

É, portanto na família que tais práticas são criadas e recriadas, fortalecidas no cotidiano das relações de gênero, onde nem dominador nem dominado se concebem enquanto tal dada a eficácia simbólica das estruturas de dominação que concorrem para a naturalização de suas práticas.

Indubitavelmente a família possui papel preponderante na construção dos papéis sociais. Todavia, esses papéis não são estruturas fixas, estáticas, mas ao contrário, elas sofrem alterações segundo o contexto histórico, social e político em que o indivíduo se encontra. Nesse sentido, pensar que os sujeitos “dominados” corroboram com tal situação, de maneira implícita ou não, é contrariar as narrativas apresentadas pelas mulheres participantes desta pesquisa.

Sobre esse aspecto, considera-se pertinente recorrer à análise Foucaultiana acerca do controle e normatização dos indivíduos por múltiplos processos de poder:

Dizendo poder, não quero significar 'o poder', como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, 102-103).

Para Foucault, o poder encontra-se inserido nas relações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, no âmbito de uma sociedade. Os indivíduos que dela fazem parte exercem-no de todas as formas e em várias situações: hora dominando, hora sendo dominado.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E 'o' poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida: devemos ser normalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Idem, p. 103).

O autor considera que o poder é proveniente de todas as partes. As relações de poder são dinâmicas e móveis, e mantêm ou destroem grandes esquemas de dominação. Assim, as correlações de poder são relacionais e se relacionam sempre com inúmeros

pontos de resistência numa posição de interioridade em relação ao poder. A resistência, ou como afirmou Foucault, as resistências (no plural) compõem o papel de adversário, de oponente presente em toda a rede de poder, porém não como subproduto proveniente desta relação e fadado ao fracasso: “A pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (p. 107).

Em nossa pesquisa, verifica-se a presença de inúmeros focos de resistência por parte das mulheres que sofrem violência doméstica: desde a tentativa de posse do salário do marido, a não aceitação de seu enclausuramento na esfera doméstica, assim como, a insubordinação a condição de mulher traída, como veremos no discurso mais adiante.

Ainda no que tange à violência, observou-se diferentes aspectos presentes nos discursos dos sujeitos com quem conversamos. A forma de violência mais visível incide nas agressões físicas e morais praticadas pelos homens. Essa forma de violência se apresenta como a mais propagada e combatida pela sociedade<sup>14</sup>. Mas, há outras formas não tão visíveis e, por isso mesmo, mais difícil de ser combatida, é a violência simbólica.

A dimensão simbólica do poder é fundamental para compreender e explicar as permanências de práticas tradicionais e desiguais de gênero. A sutileza e quase invisibilidade dessa forma de poder é o que garante sua eficácia e durabilidade entre os sujeitos.

As falas das mulheres pesquisadas ratificam a incorporação desses modelos e práticas de gênero, a primeira repertoriando a situação vivenciada por sua mãe e outra discorrendo sobre a condição em que a mesma se encontrava, conforme lê-se nos trechos abaixo:

Ela (mãe) ficou cuidando de casa, até porque o meu pai era meio ditador, sabe? Mulher pra ele não trabalhava, só tinha que cuidar de filho (CAMÉLIA, 2009).

Outra mulher relata:

Ele (marido) dizia que por ele ser machista, ele achava que toda mulher que trabalhava fora, ela deixava o marido, ela corneava o marido, porque ele achava que a mulher que trabalha fora se tornava independente e como ele

---

<sup>14</sup> Em Belém, em média, 10 mil denúncias são feitas anualmente na Delegacia de Atendimento à Mulher no Pará. Porém, nem todas as mulheres que fazem as denúncias conseguem cortar o ciclo de violência. Somente 400 mulheres conseguem seguir o acompanhamento do Programa Maria do Pará, lançado em 8 de março de 2009 pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), oferece acompanhamento, estudos psicológicos, pedagógicos, sociais e jurídicos voltados à superação de traumas emocionais, resgate de auto-estima e da autonomia pessoal. Estima-se que a cada 15 segundos uma mulher é violentada no país (PERSEU ABRAMO, 2001).

era muito mulherengo, acho que ele tinha experiências de casos com colega de serviço, eu calculo que era isso o pensamento dele, mulheres que trabalhavam assim, ele achava que era isso. Eu tentei varias vezes trabalhar. Trabalhei com vendas, mas sempre dentro de casa, nunca fora (MARGARIDA, ANANINDEUA, 06/01/2009).

E ainda:

Eu falo pra ele que ele é o homem das cavernas ele é muito ignorante quando ele tem que dizer, ele diz, ele ofende e não quer saber se tu vai te sentir bem ou mal, aí é isso que se torna chato pra mim (...) eu não sei eu acho feio a mulher que larga a sua casa e vai embora (...) o que aconteceu eu não esqueço nunca, porque tem um ditado que “quem dá-lhe esquece, mas quem apanha não” se tu vive com um homem ele te humilha, ele faz tudo o que tu não gosta, tu todo tempo tu vai reviver lembrando aquilo, te fala palavras que te ofende, ofende a tua, a tua dignidade (...) pra ele tem que ser na base da marra, até pra manter uma relação, chegava eu quero e pronto. Não era com aquela delicadeza, com carinho, com conversa não, então tudo isso eu guardo comigo, os filhos foram feito tudo na marra (GABRIELA, BELÉM, 2011).

Ele era uma pessoa assim muito... gostava de bater, gostava de me prender dentro de casa e eu não saía pra canto nenhum, só dentro de casa cuidando das crianças, não tinha liberdade pra ir numa igreja, numa missa, em canto nenhum enquanto ele tinha outras amantes na rua e ele não queria que eu visse né, aí ele me prendia dentro de casa. Mas quando foi um dia eu vi, nesse dia que eu vi, aí eu desmanchei o casamento (QUERIDINHA, BELÉM, 2011).

A primeira vista, o fato dessas mulheres terem parado (momentaneamente) de trabalhar para cuidar dos filhos, do marido e da casa pode dar a impressão errônea de uma submissão passiva as regras estabelecidas pelo marido. Contudo, é necessário um olhar mais acurado para examinar como são construídas as relações entre os sexos, conforme sugere a antropóloga Claudia Fonseca ao pesquisar a Vila de São João em Porto Alegre.

De maneira similar ao estudo de Fonseca (2004) na periferia de Porto Alegre, percebemos que há na comunidade estudada há um grande temor do marido em ser “corno”. O medo masculino do chifre explica, em parte, a preocupação do bom desempenho de seu papel de provedor do lar, assim como, os inúmeros mecanismos de contrários ao trabalho extradoméstico da esposa. Segundo a antropóloga, mecanismos femininos como as fofocas, piadas e acusações são utilizados no intuito de manipular a imagem pública dos homens:

Diante da ‘irresponsabilidade’ dos homens, elas ficam vulneráveis, em perigo de sucumbir à decadência material; contudo, pela palavra feminina, os homens são submetidos à sanções simbólicas de importância proporcional (FONSECA, 2004, p. 155).

Os homens da Vila de São João não encontram problemas em exercer sua “malandragem viril” (usando uma expressão da autora), porém, ficam estigmatizados em caso de traição feminina sendo frequentemente apontados pela comunidade circunscrita como “chifrudo”. O contrário, porém, não acomete às mulheres da vila, que não ficam marcadas como transgressoras em caso de traição. Para a mulher, o ápice de sua condenação social ocorre quando não consegue “arrumar” ou “segurar” um parceiro adequado capaz de prover o sustento dele e de seus filhos.

Aqui, o comportamento sexual de homens e mulheres é uma prática corporificada, vitimizando tanto uns como os outros. O corpo assume o *locus* onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que nosso capital cultural está inscrito, é ele nossa primeira forma de identificação desde que nascemos – enquanto homens ou mulheres. Por conseguinte, o corpo é a materialização da dominação, é o “locus” do exercício do poder por excelência. O sexo define se seremos dominados ou dominadores (BOURDIEU, 2010).

Na concepção desse sociólogo, a sociedade naturaliza e reforça as diferenças entre os sexos de maneira a estereotipar as práticas e simbolismo considerados inerentes a cada um dos sexos. Nesse sentido, força, domínio e controle são considerados atributos masculinos enquanto obediência e fragilidade pertencem à esfera feminina. Tal dominação extrapola a esfera do concreto e tangencia os meandros do campo simbólico, tornando-se ainda mais difícil de ser combatida e refreada, pois percorre a esfera das relações coloquiais, além da consciência, inscrevendo-se nos corpos, práticas e valores. As mulheres são dominadas pelo poder masculino, desconsiderando a história da resistência, para esse autor a dominação é universalizante. Todavia, outros autores defendem uma postura diferenciada do autor de “A Dominação Masculina”.

A historiadora Michelle Perrot evoca a história das mulheres para ratificar sua tese, argumentando que pensar a história de modo linear considerando somente a história da dominação masculina é um equívoco, pois impossibilita visualizar as mulheres no papel de sujeitos ativas e construtoras desta história. A autora considera ainda que não há limites estanques entre o público e o privado. “As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo”, assegura (1988, p. 176). As mulheres exercem o domínio no cotidiano, nos bastidores, esquivando-se da pretensa dominação masculina e “criando elas mesmas o movimento da história” (p. 187).

Salienta-se que Perrot faz uma análise do aspecto micro para o macro, enquanto Bourdieu realiza o trajeto inverso, parte do fenômeno macro para compreender o micro. Ele, ao contrário de Foucault não reconhece as interrupções produzidas no âmbito dos processos históricos. Para Foucault (1988, p. 105) “onde há poder há resistência”, isto é, existem formas de ação que resistem à idéia de uma dominação universal passiva no que tange às mulheres.

Em nossa pesquisa, verificamos que as mulheres pesquisadas não se submetem ao papel canônico de mulheres traídas:

Tem gente que diz pra mim: “Tu não vai morar com homem nenhum, tu não admite traição, tu não quer que o homem vá para uma festa sozinho e venha amanhã”. Eu disse: - “Não, como é que eu vou viver com uma pessoa que de manhã me chega na minha casa que vem da casa de outra mulher? Isso não é relação”. Então eu pequei um juiz e botei ele fora da casa.

Eu fiz a denúncia que ele dormia fora, né, e tinha muitas mulheres, aí eu peguei “Ah não vai dar para morar”, eu tava pra ficar louca, então teve uma denúncia e levei para a justiça, arrumei um advogado e tudo. De repente surgiu a separação de posses, até hoje (VIOLETA, 2009).

A traição masculina aparece, em diferentes estudos, como um dos elementos “tolerado” quando não compromete o provimento da família (SARTI, 2007; MENDES, 2005, 2008). No caso de Violeta, há que se frisar que sua trajetória política e social a habilita para construir outra relação de poder com o sexo masculino, como evidenciado em seu discurso.

Nota-se também como os “comentários” dos vizinhos interfere na relação de um casal. Sobre isso, Margarida, uma das pesquisadas diz: “\_Eu era horrível. Quando eu sabia que tinha amante, eu ia atrás, botava ela pra correr. Ele morria de medo de mim, morria de vergonha, ele era safado, mas não gosta que eu aprontasse”. A frase revela que a mulher tinha conhecimento das relações extra conjugais do marido e formulava estratégias para contornar essa situação. Mais adiante no depoimento Margarida inconformada reconhece: “\_E o pior é que os filhos sabiam, porque o Marcelo e o Márcio já trabalhava com ele, tinha 16,17 anos, sabiam iam comer lá na casa dela”.

O caso de Margarida ilustra o quanto as relações extra conjugais são legitimadas perante a sociedade. Os próprios filhos dela sabiam e pareciam apoiar a atitude paterna, numa demonstração de solidariedade masculina, isto é, aceitando ou ao menos encobrindo as amantes do pai. O que me faz questionar: Caso as filhas soubessem dos relacionamentos do pai elas contariam à mãe ou teriam a mesma postura dos irmãos? Difícil saber, mas, de todo modo eram os filhos do sexo masculino, já adolescentes, que

saíam com o pai para trabalhar e, portanto, partilhavam do universo masculino e dos valores que permeiam esse universo, como ter muitas mulheres, um indicativo de masculinidade.

Situação similar a exposta acima é retratada por Dona Flordelis ao tentar, em diferentes momentos, flagrar o marido com uma possível amante. A insatisfação no que concerne a figura masculina aparece quase sempre acoplada à traição, à violência física e a ausência do homem em casa. Diante do longo período distante da esposa as suspeitas de traição tornam-se mais verossímeis, intensificando a relação conflituosa entre o casal, que vai desde simples acusações e discussões verbais (caso de Flordelis) até a violência física (caso de Margarida).

Dentre todas as mulheres pesquisadas chama a atenção o fato de que somente Camélia ressalta a importância do diálogo entre o casal:

Ele disse: “Eu não quero maltratar você.” Até porque o meu pai era aquele pai ali da cobrança, sabe? Ele sempre dizia pra ele: “Você tirou a minha filha de dentro de casa, e no dia que não der mais certo o relacionamento de vocês, você chega comigo e me diz, mas eu não quero nunca saber de você maltratar ela, brigar, ainda mais bater.” Porque eu nunca apanhei do meu pai, apesar disso que eu to te contando, eu nunca apanhei do meu pai (CAMÉLIA, ANANINDEUA, 26/10/2009).

Nas palavras de Camélia essa relação de confiança entre marido e mulher contribui para a harmonia da relação familiar após o término do casamento conforme evidenciado abaixo:

Chegamos até sair eu, eles (os filhos), a minha mãe, o pai deles com a outra esposa dele. Então eu digo assim né, eu procurava, mas os meus filhos, tenho quase que certeza que sentiram, toda criança sente a separação dos pais e tudo, mas eu nunca fui daquele tipo de mãe que – “Ah, não deu certo o meu relacionamento, eu vou falar mal do seu pai.” – Até hoje, eu sempre digo pra eles que não houve aquela ajuda financeira, mas nem por isso ele deixou de ser pai deles e hoje ele tava dizendo pra mim: “Ah mãe, domingo eu vou passar o dia com o papai.” - “Ah, tá bom.” Eles sempre me avisam do que eles querem fazer e eu digo “tá”, o pai deles até costuma brincar comigo: “Eu ia aí quando eles eram pequenos, agora eles tão grandes, agora eles que tem que me procurar.” Então eles fazem isso, dessa forma (CAMÉLIA, 2009).

O diálogo aberto entre o casal não se caracteriza como uma traição, experiência por ela vivenciada no segundo relacionamento:

Olha, foi assim: como eu te falei, ele trabalhava á noite, então ele teve um envolvimento com uma moça que era funcionária de lá, da empresa com ele. Essa moça ficou grávida dele, aí nós enfrentamos uma situação assim, que eu achei que esse meu segundo relacionamento me deu muito mais trabalho pra pôr um ponto final do que o primeiro, porque ela ficou grávida, e quando ela

se sentiu insegura de grávida, ela costumava vir aqui na porta de casa, criava aquela situação desagradável, sabe? Aí eu comecei a me sentir insegura, chateada por causa dessa questão, aí a minha mãe, como eu te digo, sempre presente, sempre morei com ela e ela comigo. Eu conversei com ela, ela conversava com ele: “Não D. Claudia, eu não quero deixar a minha família, eu só queria que ela (Camélia) me ajudasse que eu também não queria deixar a outra criança.” Nós fomos depois no juizado porque ela não queria depois que a criança nasceu, ele registrou, aí fomos pelo juizado, o juiz assinou, porque eu trabalhava há muito tempo pela prefeitura, tinha muito contato com o pessoal da prefeitura [...] Aí a gente conseguiu que a criança viesse passar os finais de semana pra cá, até porque, apesar de muita pressão dos vizinhos, da família, mas ele tinha sido presente quando eu precisei dele com os meus filhos. E eu não podia mais dar nem um filho pra ele, já tinha sido operada, então nós concordamos assim. Então, ainda tentamos, assim, depois disso a criança vindo pra cá, a minha mãe aceitou, os meus filhos aceitaram, que já tavam grandinhos, só que a história não era bem como ele me contava, quando a criança veio pra cá e já tava com seis meses, ela apareceu grávida de novo dele [...] Aquilo ali pra mim foi definitivo: eu disse “Se você quer tá construindo família com ela, você vá embora pra lá.” Tanto que eu tomei uma decisão, assim, meio drástica mesmo, eu arrumei as coisas dele, fui deixar lá na casa dela porque ele morava aqui, né? (CAMÉLIA, 2009).

A sucessiva traição do marido levou a decisão drástica (como ela mesma se refere a situação) de expulsá-lo da casa onde ela, sua mãe e seus filhos (provenientes do primeiro casamento) moravam. Nota-se que esse processo não ocorreu de maneira harmoniosa, nem somente entre o casal, mas, sofreu a interferência não somente da organização familiar de Camélia como também de sua rede de vizinhança.

A publicização das relações conjugais é facilitada em decorrência de dois fatores preponderantes. A estrutura das casas (com paredes que servem a duas residências) contribui para a não privacidade do casal. Ademais, os laços de integração social compõem o habitus e o estilo de vida dos indivíduos nesse contexto social, onde sentar em frente à casa no fim da tarde para conversar com os vizinhos constitui uma prática cotidiana que serve tanto para reforçar os laços de vizinhança quanto para criar focos de tensão oriundos de fofocas e comentários da vida alheia (FONSECA, 2004).

Os discursos ora apresentados contribuem para pontuar a presença de práticas tradicionais de desigualdades de gêneros, apresentadas por meio da traição, da violência doméstica e da divisão sexual do trabalho, concorrendo com situações de mudança e de poder feminino, evidenciado, não somente pela condição de provedoras da família, mas também pelas atitudes e comportamentos que evidenciam insatisfações e reações diante do contexto desigual de gênero vivenciado por cada uma dessas mulheres.

---

**SE EU FOSSE CONCLUIR...**

---

## **Se eu fosse concluir...**

Pesquisar mulheres não é examinar somente números estáticos, mas é, sobretudo, observar as emoções e sentimentos vivenciados por essas mulheres, na tentativa de transpor as portas de um conhecimento que foi somente delas, enquanto filhas, mães, esposas, viúvas, amantes e responsáveis pelo domicílio.

Apreciar a trajetória dessas mulheres é uma tarefa enriquecedora, porém, difícil. Compreender os valores sociais impregnados no cotidiano de nossas vidas. Por isso, todos esses números se justificam, e na busca do passado eles são uma referência porque atrás de cada um deles estiveram homens e mulheres. Homens trabalhando, casando, criando filhos... Mulheres vivendo sós... Mas como viver só num mundo onde as pessoas não são bonecos ou marionetes, e onde o contato com o outro parece inevitável, e em certo sentido desejável?

Reitero que este estudo constitui-se como uma aproximação à dinâmica e ao modo de vida de famílias da camada popular que contam exclusivamente, ou principalmente, com a figura feminina (mãe) como provedora.

No âmbito das pesquisas sociológicas e antropológicas as camadas populares são compreendidas enquanto um grupo social hierárquico voltado para a construção das relações de gênero a partir de uma perspectiva tradicional conferindo a homens e mulheres papéis sociais muito bem estabelecidos, definidos e desigualmente distribuídos. Segundo essa divisão, cabe aos homens o papel de prover os recursos econômicos da família, enquanto às mulheres cabe o papel de manutenção da casa e dos cuidados com os filhos.

Ainda de acordo com essa concepção hierárquica de família nas classes populares, estruturada a partir de valores tradicionais, características como a autoridade e a não afetividade estão relacionadas ao sexo masculino, enquanto que as mulheres são concebidas como afeitas as relações afetivas e docilidade. Outrossim, as camadas populares seriam um grupo com baixa penetração da noção de indivíduo e de valores do individualismo, como autonomia, independência, racionalidade e reflexividade.

No entanto, o estudo sobre as mulheres provedoras de camada popular revela a existência de valores e práticas modernas coexistindo com representações tradicionais acerca dos papéis de gênero, na medida em que, seus discursos possuem um caráter dinâmico e, portanto, ambivalente no que tange as relações conjugais.

É sabido que a divisão sexual do trabalho permeia a infância pobre brasileira de modo a permitir a internalização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. As crianças desde pequenas são preparadas para o exercício das atividades diferenciadas segundo o gênero, as meninas em espaço privado e os meninos, em contraposição, na esfera pública. A mulher desde criança é pensada como alguém apta a desenvolver atividades domésticas e de cuidado com as crianças menores e, por outro lado, desestimulada ao trato com o público e as atividades que envolvam força física, destreza de raciocínio e outras consideradas de âmbito masculino. O homem, ao contrário, é estimulado a potencializar o domínio do espaço público, de maneira a contribuir para seu processo de autonomia do seio familiar, e, paralelamente, desenvolver suas características tidas como “natas” de poder e autoridade.

Os estudos de caso aqui explorados revelam que, embora os condicionantes sociais, históricos e econômicos sejam importantes para projetar os caminhos traçados individual e coletivamente, eles não podem ser pensados de maneira estanque, determinante. Nascidas em época de poucas oportunidades para as mulheres, em situação social adversa, dada a condição econômica, raça/etnia e gênero não oportunizar mobilidade social para as mulheres. Contudo, a rede de relações construída por essas mulheres é decisiva para redefinição do projeto individual e familiar.

Embora imersas em um cotidiano de vulnerabilidade socioeconômica presente desde a infância marcada pela pobreza e pelo pouco (ou nenhum) acesso à educação proporcionando uma situação de contínuo desfavorecimento no que tange ao mercado de trabalho. A condição de precariedade está presente e visível nas condições de habitação, acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, constituindo obstáculos para essas mulheres e sua prole.

Contudo, mesmo diante das adversidades sociais, econômicas e, diria até históricas, os relatos dessas mulheres revelam estratégias de enfrentamento e resistência presente em toda sua história de vida. Cada uma a sua maneira demonstram diferentes percepções e reações em torno da situação vivenciada. Elas adotam estratégias que vão desde o trabalho infantil auxiliando na manutenção de suas famílias de origem, passando pelas redes de solidariedade entre familiares, parentes e vizinhos, até a busca por recursos junto ao poder público. Salienta-se que é no cotidiano que tais relações são construídas e alicerçadas e, portanto, esse constitui o espaço onde as relações de gênero necessitam ser repensadas e revisadas.

No que tange a categoria trabalho, a estreita relação entre o projeto individual e o projeto familiar apresenta-se decisiva para redimensionar o projeto de vida do grupo familiar. Considerando a interligação entre passado, presente e futuro, pensados não de maneira seccionada, mas tecidos no cotidiano das relações sociais.

A própria condição de mulheres provedoras não é fixa ou continua, mas sim, dinâmica, visto que, as mulheres oscilam entre situações de emprego e desemprego e, também, entre uniões conjugais e separações. Mormente, essa última situação já estabelece uma diferenciação entre a mulher provedora com ou sem a presença do companheiro/marido. Entre as mulheres pesquisadas, nota-se que a presença do homem não exime a responsabilidade da mulher provedora no que tange ao compromisso com o trabalho, mas sim minimiza, pois a mulher tem alguém com quem dividir as despesas domésticas. Ao contrário da mulher que não conta com a participação masculina e, que, portanto, precisa cuidar sozinha da manutenção da família. Nesse sentido, a união conjugal nem sempre pode ser pensada como suporte financeiro, pois em alguns casos são as mulheres que conseguem aferir maior rendimento monetário que os companheiros e manter-se empregadas a maior parte do tempo. Assim, a clássica idéia de que o casamento possibilita estabilidade e segurança financeira à mulher precisa ser relativizada em um contexto onde o mercado de trabalho informal proporciona mais oportunidades ao público feminino do que ao masculino, pois mesmo diante de condições adversas no acesso ao mercado de trabalho informal, como é o caso de muitas das mulheres pesquisadas, o serviço doméstico é a porta de entrada de muitas dessas mulheres.

A flexibilidade e a diversidade de ocupações também está presente no trabalho dessas mulheres. A flexibilidade diz respeito a conciliação de atividades laborais com o cuidado da prole (no caso de filhos pequenos), onde elas optam por trabalhos flexíveis em relação ao horário (quase sempre parcial), tempo e local de execução, de preferência às proximidades de suas residências. O caráter flexível da atividade conduz a baixos rendimentos salariais e, necessariamente, ao acúmulo de ocupações visando obter o mínimo necessário à manutenção familiar.

As condições de pobreza associada à precariedade do trabalho e as desigualdades de gênero marca um quadro considerado como nicho ocupacional feminino que se inscreve na extensão das atividades exercidas em âmbito doméstico, como a faxineira, a diarista, a lavadeira, a cozinheira, a empregada doméstica, serviços gerais, atividades exercidas por onze das dezessete mulheres pesquisadas. Ressalte-se

que essas atividades estão inscritas entre as mais mal remuneradas e de baixo status social.

A precariedade das atividades em que a mulher está inserida é manifestada através dos frágeis vínculos empregatícios, das perdas salariais e da ausência de benefícios sociais conquistados pelo trabalhador ao longo do último século XX. Atrelada à baixa remuneração destas mulheres, amplia-se o quadro de precariedade, emperrando o acesso a serviços públicos como educação, saúde, transporte, aposentadoria, etc.

Dessa forma, os serviços domésticos em seus diversos formatos estão entre as ocupações de maior possibilidade para essas mulheres, permitindo a conciliação entre as esferas trabalho-família. Esse perfil de ocupações revela um quadro de precariedade por elas vivenciado. A superação desse quadro perpassa o acesso à escolarização e qualificação profissional, quase sempre relegada ao segundo plano, dado o contexto de pobreza em que vivem onde a necessidade primeira é a sobrevivência. Não significando que elas não valorizem e não reconheçam a importância da educação, mas sim, que as próprias condições de trabalho em que estão inseridas dificultam o acesso à escola. E, para muitas, a possibilidade de escolarização é posta para os filhos.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero, pois essas mulheres ao mesmo tempo em que assumem a provisão de suas famílias, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas. Na existência de companheiros, é pouca a participação destes no que tange aos serviços domésticos.

Nesse contexto, há uma situação paradoxal, visto que, ao mesmo tempo em que essas mulheres possuem uma sobrecarga de trabalho é no ambiente doméstico que se concretiza o poder feminino. Porém, esse poder precisa ser relativizado na medida em que algumas mulheres têm o “chefe” representado na figura masculina, quer seja o companheiro ou os filhos. O trabalho representa ao mesmo tempo um indicativo de sobrecarga de tarefas, mas também, de autonomia em contexto familiar. A frase proferida por algumas dessas mulheres “eu sou pai e mãe” denota essa ambigüidade. Contudo, faz-se uma ressalva a respeito da importância da figura masculina nesse contexto, pois longe de se pensar que esse homem é anulado, pelo contrário, a figura masculina é considerada como a representação moral da autoridade e respeito da casa e da família diante da esfera pública.

A violência doméstica é outro elemento presente nas relações conjugais de algumas das mulheres pesquisadas, quase sempre associada a bebida alcoólica e ao ciúme. Embora em alguns casos não seja recorrente a prática da denúncia, em outros não só aparece a denúncia formal à delegacia, como outras formas de estratégias para burlar a violência. Contudo, a efetivação da denúncia não se traduz na apaziguação do conflito, visto que, o próprio aparato policial não tem o devido preparo para lidar com essa situação. Nesse sentido, nota-se a fragilidade das redes de apoio às mulheres violentadas.

Uma das mulheres pesquisadas revela insatisfação quanto à ausência masculina do provedor em sentido metafórico e concreto. O fato de vizinhos e conhecidos considerarem o marido como alguém que ambiciona se beneficiar de sua esposa, isto é, “viver às custas da mulher”, macula sua masculinidade perante a família e a sociedade envolvente. Contudo, o homem não fica inerte diante desse embaraço social. Comumente, sua reação transparece por meio da (re)afirmação de seu potencial masculino como ser desgarrado, sem vínculos e livre.

Evidências fornecidas pelos sujeitos de nosso estudo sustentam a polarização entre os gêneros na camada popular. Aspectos como a vocação masculina para circular entre as mulheres constitui forte indicativo de masculinidade, tolerada, até certo ponto, entre as mulheres/companheiras, desde que não comprometa a premissa maior do homem provedor de sua prole.

Embora imersas em um cotidiano de agressão, as histórias relatadas, não conduzem a naturalização dessa violência. As cenas de violência marcadas no cotidiano dessas mulheres revelam diferentes percepções em torno da situação vivenciada por cada uma. Elas adotam diferentes estratégias de defesa, desde a resposta física, passando pela posse do salário do marido, até a busca por auxílio em instituições públicas. Salienta-se que é no cotidiano que tais relações são construídas e alicerçadas e, portanto, esse constitui o espaço onde as relações de gênero necessitam ser repensadas e revisadas.

A fragilidade das redes de apoio as mulheres vítimas de violência é outro ponto a ser ressaltado. Romper o ciclo de reprodução das relações de violência de gênero consiste em promover a dignidade a mulheres e homens, pensados enquanto sujeitos legítimos de direitos humanos. A sociedade atual avançou na construção de redes de serviços para atendimento da mulher em situação de violência a partir da criação da Delegacia da Mulher e da Lei Maria da Penha, embora ainda esteja distante do ideal de

equidade de gênero, pois aspectos referentes à prevenção e amparo dessa mulher continuam fragilizados.

Para finalizar, considera-se que os discursos das mulheres pesquisadas sugerem uma revisão dos arquétipos teóricos que associam a mulher à imagem de sexo frágil, submissa e dependente. Elas não se percebem e/ou se apresentam como subordinadas e, ainda, contrastam com tal modelo, prenunciando a debilidade do papel tradicional da esposa/mãe/dona-de-casa.

As políticas sociais permitem um avanço na construção de redes de serviços para atendimento e apoio às mulheres provedoras, embora ainda esteja distante do ideal de equidade de gênero, pois aspectos referentes à prevenção e amparo dessa mulher continuam fragilizados.

Nota-se também que, à discriminação de gênero se soma a de raça e classe, formando um quadro de tripla discriminação e os caminhos para a equidade na relação entre sexo e raça são incertos, turbulentos e ainda há uma longa estrada a percorrer nesse sentido, mormente no que tange ao mercado de trabalho. As desigualdades norteiam nosso cotidiano, presente nas fissuras. São feridas abertas que insistem em não cicatrizar. Há uma necessidade crescente de ampliação dos estudos sobre família, gênero e mulher, mesmo porque este não tem a pretensão de ser definitivo ou dogmático, mas sim, como uma leitura que sirva de suporte para novos caminhos e indagações sobre a temática em questão.

---

## **REFERÊNCIAS**

---

## Referências

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e Remoção**: Por que e para quem? Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/ UFPA, 1988.

ACEVEDO, Rosa; Castro, Edna. **Negros no Trombetas** - guardiões de matas e rios. 2ª ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALVES, Giovanni. **A Condição de Proletariado**. A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global. Editora Praxis, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A definição de família convivente do IBGE**: cuidados metodológicos necessários. Capturado em: 14 de abril de 2008.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa e VALADARES, Lícia do Prado. **Infância e Sociedade no Brasil**: Uma análise da Literatura. In: BIB, 1988, p. 3-37.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Etnografia da Educação e do ambiente dos quilombos na Amazônia**. Monografia apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA. Orientadora: Dr. Edna M. Ramos de Castro. Belém, 2006.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1997.

AZEVEDO, Thales de. **As Regras do Namoro à Antiga**. São Paulo, Ática, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARROS, Myriam Lins. **Autoridade e Afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Berta. **Amazônia**. 5ª Ed. Editora Ática, São Paulo, 1997.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985 (Série Antropologia, 5).

BERQUÓ, Elza. “Perfil demográfico das mulheres chefes no Brasil”. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. SP: FCC, Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHAWARCZ, Lilia Mortiz. **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998 (História da Vida Privada no Brasil, 4).

BERTOLINI, Lucila Benatti de Almeida. **Relações Entre o Trabalho da Mulher e a Dinâmica Familiar**. Vetor Editora. 2ª ed. São Paulo, 2002.

BORGES, Ângela. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para as políticas públicas. In: BORGES, A. & CASTRO, M. (Orgs.). **Família, Gênero e Gerações: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, Paulinas, 2007.

BORGES, Maria Vitória Paracampo. **Cidadania e Direito de Morar: A prática de ocupações coletivas e o Movimento de Posseiros de “Jaderlândia” – Ananindeua – Pará**. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / NAEA. 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.) **Hierarquia em Classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRANCO, Carlos Henrique Marinho. A Implementação de uma ZEIS na Orla de Belém: estudo de caso: A Vila da Barca – Belém – PA. IN: **Revista GeoTemática**. Nº 01. v. 01. Geotrópico: 2009.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?**. São Paulo, 1998.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Cotidiano Conjugal e discursos jurídicos em Belém nas primeiras décadas do século XX (1916/1940). In: **Projeto História**. São Paulo, n.33, dez, 2006.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha (Belém 1870-1920)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. 2006.

\_\_\_\_\_. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: **Cadernos PAGU**. Campinas, nº 30, jan./jun. 2007.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Editora Cultrix. São Paulo, 2002.

CARVALHO, Luiza M. S. Santos. A Mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: **Revista Estudos Femininos**, v. 6, (1), 7-33, 1998.

CASACA, Sara Falcão. Flexibilidade, precariedade e relações de gênero nos novos setores dos serviços. In: PICCININI, Valmíria; KOVÁCS, Lorena; GUIMARÃES, Valeska (orgs.). **O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: **Colcha de Retalhos – estudos sobre a família no Brasil**. 3ª edição. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1994.

COORÊA, Ivone Maria Xavier de Amorim; ALVES NETO, Manoel de Cristo; GONÇALVES, Zuila de Andrade. **Resgate Histórico dos Tipos de Atendimento à Criança e ao adolescente em privação de Liberdade, em Belém do Pará – 1964/1990**. Belém: UNAMA/FCBIA/ASIPAG, 1995 (Relatório de Pesquisa).

COSTA, Antonio. Uma Metrópole na Floresta: representações do urbano na Amazônia. In: FRUGOLI Jr, H.; ANDRADE, L.T.; PERIXOTO, F.A. (Orgs.). **As Cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC: Minas/EDUSP, 2006.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS FAMILIARES (CLAM). **Transformações Familiares**. Site: [www.clam.org.br](http://www.clam.org.br). Capturado em: 26/09/2007.

CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 05 de Outubro de 1988, 3ª ed. Editora CEJUP.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4ª Ed. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

DEL PRIORE, Mary. O Corpo Feminino e o Amor. In: **Amor e Família no Brasil do Século XIX**. D'INCAO, Maria Ângela (Org.). Ed. Contexto, São Paulo, 1989.

D'INCAO, Maria Ângela. Amor Romântico e a Família Burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e Família no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre o Amor na Fronteira. In: **A Mulher Existe?** Uma contribuição ao Estudo da Mulher e Gênero na Amazônia. ALVARES, Maria Luzia Miranda & D'Incao, Maria Ângela (orgs.). Belém: GEPEM, 1994.

DIAS, Maria odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Ed. Rev.: São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIOGO, Adriane Augusta Melo. VILA DA BARCA: Perspectivas históricas da construção e reconstrução. In: SIMONIAN. Ligia. **Belém do Pará: História, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.

DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. 29ª Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1987.

DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da Virgindade. In: **Cadernos PAGU**, V. 14, 2000.

DURHAM, Eunice. A Família operária: consciência e ideologia. In: **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 23, nº 2, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1980.

ESTEVEES, Marta de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: paz e terra, 1989.

FAVARO, Carla Sabrina. A casa delas: perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas. Trabalho apresentado ao **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, Minas Gerais, 2008.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio. **O Fracasso Escolar e a Realidade Educacional da Vila da Barca**: retratos de exclusão e resistência. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 234 f., 2006.

FERNANDES, Florestan - **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ótica, 1978.

FEITOSA, Débora Alves. **Cuidado e Sustentação da Vida**: a interface da educação popular no cotidiano de mulheres recicladoras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 11 out. 2011.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FORTES, Meyer. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. In: **Cadernos de Antropologia 6**. Brasília: UNB: 1974.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global editora. 51ª edição revista, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. NÚCLEO DE OPINIÃO PÚBLICA. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 2001. Disponível em: <[http://www.especiais.com.br/pesquisa\\_abramo.pdf](http://www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2011.

FURTADO, Lourdes & SANTANA, M. Vila da Barca, Belém: notas sobre grilagem. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, nº 52, p.1-18, jan. 1974.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Editora UNESP, São Paulo, 1993.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Editora UNESP, 1997.

GNACCARINI, José César. O rapto das donzelas. In: **Revista Tempo Social**, Universidade de São Paulo, USP, Vol. 1 (1), 1989.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**. N.º 1. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. **Ser Homem, Ser Mulher**: dentro e fora do casamento. Estudos Antropológicos. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

\_\_\_\_\_ (Org.). O Macho em Crise. In: Goldenberg, Mirian. **Os Novos Desejos**: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

\_\_\_\_\_ (Org.). De Amélias a Operárias: Um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: Goldenberg, Mirian. **Os Novos Desejos**: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Revista Psicologia**: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil – 2000**. IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 8, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD**, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3ª ed. Revista e ampliada. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2001.

LAGO, Syane de Paula. **Namoro pra Casar? Namoro pra escolher (com quem casar)**: idéias e práticas de namoro entre jovens em Belém/PA. Curso de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Pará, 2002. (Dissertação de Mestrado).

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e Etnia**: trajetórias de visa de mulheres migrantes. Florianópolis: ed. da UFSC, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana, nº 1).

LOURO, Guacira Lopes. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M. J. & MEYER, D.E. & WALDOW, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

LUNDIN, Luci. Mara da Silva. **Identidade Feminina**: um estudo sobre mulheres chefes de família. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Marcos, 2005.

MACEDO, Carmem Cinira. **A Reprodução da Desigualdade**: um projeto de vida familiar de um grupo operário. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Vértice, 1985.

MACHADO, Elielma Ayres. **Narrativas, trajetórias e Consideração**: Um estudo sobre família e relações raciais em unidades domésticas no complexo da maré – Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa” In: -, **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (p. 21-38)

MARCELIN, Louis. A Linguagem da casa entre os Negros no Recôncavo Baiano. IN: **Revista MANA**, V. 5(2), 31-60, 1999.

MARIN, Angela Helena; PICCININI, Cesar Augusto, Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. In: **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 13-22, jan./abr. 2007.

MARTIN, Emile. **A Mulher no Corpo**: uma análise cultural da reprodução. Coleção: sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATTOSO, J. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, Alonso de C. et al (org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo, Scritta, 1994.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho da Escrava. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres Chefes de Família em Áreas ZEIS: Gênero, poder e Trabalho**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2005 (Doutorado em Sociologia).

\_\_\_\_\_. **Mulheres Chefes de Família**: a complexidade e ambigüidade da questão. Trabalho apresentado ao XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Minas Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica na vida das chefes de famílias em camadas pobres: marcas, tolerâncias e reações femininas. Trabalho apresentado ao **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, Minas Gerais, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Perfil das Competências Profissionais do ACS. 2000.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. “**Trabalhadeiras**” & “**Camarados**”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.

\_\_\_\_\_. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): Adoção, gênero e geração na Amazônia. In: LEITÃO, Wilma; MAUÉS, Raimundo Heraldo (Orgs.). **Nortes Antropológicos**; trajetos e trajetórias, Belém, EDUFPA (no prelo).

NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreno galo não canta: estudos do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. **Anuário Antropológico** / 83. Edições Tempo Brasileiro/ Edições UFC (199-220), 1985.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, MG. 20 A 24 de setembro de 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização do trabalho no mundo do telemarketing. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOGUEIRA, R., RAMOS, Z.V.O. **A vinculação institucional de um trabalhador sui generis – o agente comunitário de saúde**. [Texto para discussão 735]. 2000. 33p. Disponível em <URL: <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: jun 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. O ofício do etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. In: **A Aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. NUNES, Edson de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho**: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Igualdade no trabalho**: enfrentando os Desafios. Brasília: OIT, 2007.

PACHECO, Ana Lúcia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de Família**. Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. (Curso de Doutorado em Psicossociologia de comunidades e ecologia social).

PANTOJA, Ana Lidia Nauar. **Sendo mãe, sendo pai**: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Antropologia da Universidade Federal do Pará. 2007.

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio e PAGOTTO, Carmem Sílvia. **Mudança Social e Pobreza no Brasil**: 1970-1980 ( O que ocorreu com a família brasileira?). São Paulo: Pioneira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (INPE), 1983.

PEREIRA, F. Os recantos que Belém não mostra a ninguém. **O Estado do Pará**, Belém, p.1-2, out., 1941.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e terra, 2006.

PRADO, Danda. **O que é Família**. Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 10ª edição, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. 1993.

RAMOS, Marcelo Silva. Um Olhar Sobre o Masculino: Reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In: Goldenberg, Mirian. **Os Novos Desejos**: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REVISTA VEJA ESPECIAL AMAZÔNIA, 2009.

RIBEIRO, Rosa Maria et al. Estrutura familiar, Trabalho e Renda. In: **Família Brasileira**: a base de tudo. KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. In: **Revista Temas de Psicologia**. UFRJ, volume 12, número 1, 2004.

RODRIGUES, Carmem Isabel. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978 (Coleção Sociologia Brasileira, v. 9).

SANTOS, Viviane Correa et al. Projetos Habitacionais e Qualidade de Vida: o caso da comunidade da Vila da Barca –Belém/PA. **V Encontro Nacional da ANPPAS**. Florianópolis – SC, 4 a 7 de Outubro de 2010.

SALEM, Tânia. Entrevistando famílias: Notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. Revista **MANA** 12 (2), 419-447, 2006.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ª ed. rev. ampl. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o Poder e a Família**: São Paulo, século XIX. Marco Zero/ Secretaria da Cultura, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Tendências Atuais da História da família no Brasil. In: **Pensando a Família no Brasil da Colônia à Modernidade**. ALMEIDA, Ângela Mendes et al (Org.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1993.

\_\_\_\_\_. **Família, Mulheres e Povoamento**: São Paulo, século XVII, Bauru, SP: EDUSC, 2003 (Coleção História).

\_\_\_\_\_. Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais. **Estudos CEDHAL nº 10**. Humanitas, São Paulo, 1999.

SANTOS, Viviane Correa et al. Projetos Habitacionais e Qualidade de Vida: o caso da comunidade da Vila da Barca –Belém/PA. **V Encontro Nacional da ANPPAS**. Florianópolis – SC, 4 a 7 de Outubro de 2010.

SANCHES, Solange. Trabalho Doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**. Florianópolis 17(3): 312, setembro-dezembro de 2009, p. 879-888.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SENADO FEDERAL. **Violência Doméstica Contra a Mulher**. Relatório de Pesquisa. Brasília, março de 2005.

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007 (Família, geração & Cultura).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SCOTT, Parry. **Mulheres Chefes de Família**: abordagens e temas para as políticas públicas. Trabalho apresentado no Pré-Evento .Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

\_\_\_\_\_. **Famílias Brasileiras**: poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: ED. Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero, n.14).

SILVA, Lana Claudia Macedo da. **O Trabalho é o mesmo, só muda as painéis.** Centro Agropecuário do Tocantins / Museu Paraense Emílio Goeldi / Universidade Federal do Pará, 1999. (monografia de Especialização).

\_\_\_\_\_. **Lazer, Turismo e Agricultura entre Populações Tradicionais da Ilha de Cotijuba, Belém, Pará.** Curso de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Pará, 2003. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Lana Claudia Macedo da & MIRANDA, Simone Nonato. Lei Maria da Penha: Avanços e Desafios no Município de Belém – PA. Trabalho apresentado ao **II Simpósio Gênero e Políticas Públicas.** Universidade Estadual de Londrina -UEL, 18 e 19 de agosto de 2011.

SILVA, Márcio Luis. **A gestão democrática municipal diante das possibilidades e restrições trazidas pelo Estatuto das Cidades e pelo Plano Diretor.** 2006.

SILVA, Joana Azevedo da & DALMASO, Ana Sílvia Whitaker. O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde. **Revista Interface** – Comunicação Saúde, Educação, v.6, n.10, p. 75-96, fev. 2002.

SILVA, Marcia Mulin Firmino da. **Promoção da Saúde:** percepção dos agentes comunitários de saúde a partir da sua formação e da sua prática. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de São Paulo, 2009.

SHIVA, Vandana. **Abraçar La vida:** Mujer, ecologia y desarrollo. Madrid, 1995.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e Casamento no Século XX. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e Família no Brasil do Século XIX.** São Paulo: Contexto, 1989.

TRIVINOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Editora Rocco, Petrópolis – RJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 5, (2), 303-319, 1997.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.

**VILA DA BARCA.** Documentário curta-metragem. Direção de Renato Tapajós. Belém: s.e., 1964. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com/2012/01/belem-400-anos-vila-da-barca-1964-por.html>. Acesso em: 10/12/2011.

VILAR, Beatriz de Sousa. **Reforma Urbana e ZEIS:** produzindo o espaço na Vila da Barca (Belém-Pará). Monografia do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

WAGLEY, Charles. (1977). **Uma Comunidade Amazônica.** Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1977.

WOORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq, 1987.

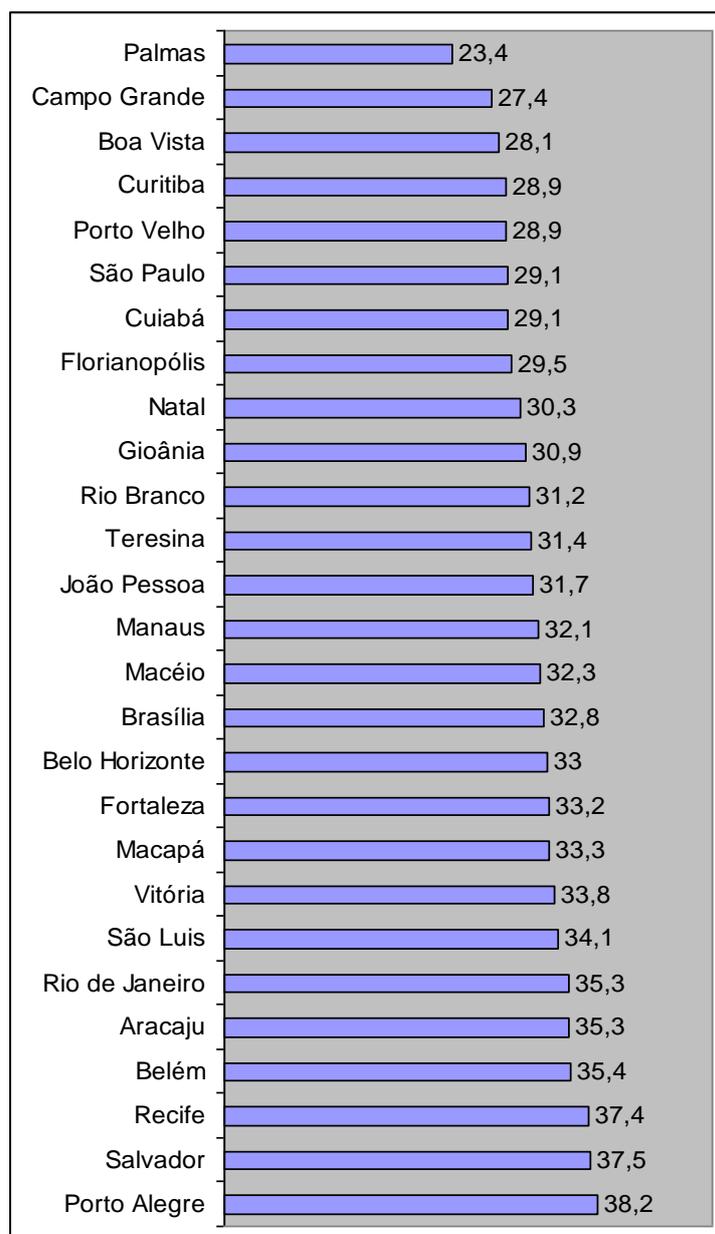
WOORTMANN, Klaas & WOORTMANN, Ellen. **Monoparentalidade e Chefia Feminina.** Conceitos, contextos e circunstâncias. Série Antropologia. Brasília: UNB, 2004.

---

# **ANEXOS**

---

**ANEXO 01: Proporção de Mulheres Responsáveis pelos Domicílios, segundo os municípios das capitais – 2000.**



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2000.

## **ANEXO 02: Roteiro de Entrevista direcionado às mulheres provedoras.**

### **Universidade Federal do Pará Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais**

#### **Roteiro de Entrevista Aplicado às Mulheres Provedoras**

##### **A origem familiar**

1. Onde mora sua família de origem (pai, mãe, irmãos)? Como é a relação atual com eles? Ocorre troca de favores? De que tipo? Em quais circunstâncias?
2. E o relacionamento com outros parentes (tio, tia, primos, avós)? Você os vê sempre? Onde moram?
3. Histórico dos pais. Origem. Local de moradia. Ocupação do pai e mãe. Escolaridade.

##### **História pessoal**

1. Infância. Adolescência. Namoro. Trabalho. Filhos.
2. Como foi sua infância? Onde vivia e com quem?
3. Quantos irmãos tem? Com era sua relação com eles na infância?
4. O que fez na adolescência?
5. Estudou até que série? Onde? Como foi a educação que seus pais/responsáveis lhe deram?

##### **Namoro e Casamento**

1. O que é namorar, ter um namorado? Com que idade começou a namorar? Como foi seu primeiro relacionamento? Como conheceu o rapaz? E quanto a sua primeira relação sexual?
2. Quantos namorados você teve (até hoje)? Como foi o relacionamento com eles (namorados)?
3. Quantas uniões você teve? Quanto tempo ficaram juntos morando? Teve filhos com ele? Casou no papel? Na igreja? Viviam junto? Com era a relação conjugal? Por que acabou (se for o caso)?
4. Você considera que atualmente sua situação é melhor ou pior do que quando você vivia com seu companheiro?
5. Como é o relacionamento com seu companheiro atual (caso o tenha)? Há quanto tempo estão juntos? Como o conheceu? Ele mora com você?
6. Como você avalia seu relacionamento atual?

### **Histórico ocupacional**

1. Trabalha? Onde trabalha? Como é o local de trabalho? Há quanto tempo trabalha nesse local? Onde trabalhava antes?
2. Quais os motivos que a levaram a trabalhar fora de casa? Em que medida seu trabalho lhe traz satisfação? Você pensa nele futuramente, como projeto de vida pessoal, de crescimento?
3. Como o trabalho influencia no relacionamento com seus filhos e companheiro (caso o tenha)?
4. Como você divide seu tempo entre filhos, marido, afazeres domésticos, trabalho e consigo mesma? A qual dessas funções você dedica mais tempo e por quê?

### **Nascimento dos filhos**

1. Como foi sua primeira gravidez? Você fazia uso de algum preservativo?
2. Como é o cuidado com as crianças?
3. Qual o tipo de educação você pretende dar (ou deu) a seus filhos?

### **Sustento financeiro da casa**

1. Quem é o responsável pelo sustento da família? Quem toma decisão referente a compras domésticas, vestuário, educação para crianças, entre outras tarefas específicas?
2. Tem uma chefia na família? O que é chefia de família para você? Quem assume a chefia da família? O que define/caracteriza essa chefia, a condição *econômica*, *autoridade*, *responsabilidade de funções*?

### **Vizinhança**

1. Você conhece seus vizinhos? Eles estão aqui há muito tempo? Algum é seu parente? Como é a relação com seus vizinhos? Ocorre troca de favores? De que tipo? Em quais circunstâncias?

### **Sobre Família**

1. O que é *Ser Mulher*? Como você concebe o papel da mulher na sociedade atual? Você acha que mudou a maneira como a mulher vivia antes da forma como ela vive atualmente?

2. O que você compreende como *Família*? Qual a importância da família na atualidade? Você considera que o modelo familiar de hoje é diferente da família de outrora?
3. Para você, o que representa ser chefe de família? Por quê?
4. Você considera que o papel do *Homem* em relação à família tem se modificado nas últimas décadas? De que forma?

**ANEXO 03: Modelo de questionário aplicado às mulheres provedoras.**

**Universidade Federal do Pará  
Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais  
Questionário Aplicado às Mulheres Responsáveis pela Família**

Data:        /        / 20
Questionário n <sup>o</sup>

**1. Identificação**

Nome	
Endereço	
Naturalidade	
Raça/etnia (autoclassificação)	
Escolaridade	
Religião	

**2. Situação Conjugal da entrevistada**

Situação conjugal atual	
Tempo de relação	
Já teve outras uniões/casamento?	
Número de uniões/casamento	
Idade da primeira união conjugal	

**3. Sobre os filhos**

Possui filhos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Número de filhos	
Idade dos filhos	

Escolaridade dos filhos	
Ocupação/atividade	
Renda mensal	

#### 4. Cuidado com as crianças

<b>Executor</b> <b>Atividades</b>	<b>Entrevistada</b>	<b>Cônjuge</b>	<b>Parentes</b> <b>(especificar)</b>	<b>Outros</b> <b>(especificar)</b>
Vestir e dar banho				
Dar comida				
Brincar				
Levar ao médico				
Por para dormir				
Levar ou pegar na escola				
Acompanhar as atividades escolares				

#### 5. Distribuição de tarefas domésticas

<b>Executor</b> <b>Atividades</b>	<b>Entrevistada</b>	<b>Filhos(as)</b>	<b>Parentes</b> <b>(especificar)</b>	<b>Outros</b> <b>(especificar)</b>
Lavar louça				
Lavar roupa				
Cozinhar				
Passar roupa				
Varrer casa				
Limpar casa				
Consertos na casa				
Cuidar dos doentes				

### 6. Despesas domésticas

<b>Executor Despesas</b>	<b>Entrevistada</b>	<b>Filhos(as)</b>	<b>Parentes (especificar)</b>	<b>Outros (especificar)</b>
Luz				
Água				
Telefone				
Aluguel				
Gás				
Comida/feira				
Vestuário				
Escola/material escolar				
Outras				

### 7. Situação de trabalho da entrevistada

Trabalha?	
Local de Trabalho	
Tempo de trabalho	
Renda individual mensal	
Quantos trabalhos já teve?	
Idade em que começou a trabalhar	
Qual o primeiro emprego	
Nos últimos 5 anos ficou sem trabalho?	